

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (PPGL)
DOUTORADO EM LETRAS — ESTUDOS LITERÁRIOS

EVERTON LUÍS FARIAS TEIXEIRA

**NO ESCURO CORAÇÃO DO SÉCULO XX:
UMA PROPOSTA DIALÉTICA ENTRE ERIC HOBSBAWM E
GUIMARÃES ROSA**

BELÉM
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (PPGL)
DOUTORADO EM LETRAS — ESTUDOS LITERÁRIOS

EVERTON LUÍS FARIAS TEIXEIRA

**NO ESCURO CORAÇÃO DO SÉCULO XX:
UMA PROPOSTA DIALÉTICA ENTRE ERIC HOBSBAWM E
GUIMARÃES ROSA**

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Estudos Literários.

Orientador:
Prof. Dr. Sílvio Augusto de Oliveira Holanda

BELÉM
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T266e Teixeira, Everton Luís Farias Teixeira
No escuro coração do século XX : Uma proposta dialética entre Eric Hobsbawm e Guimarães Rosa /
Everton Luís Farias Teixeira Teixeira. - 2017.
294 f.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL), Instituto de Letras e
Comunicação,
Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

Orientação: Prof. Dr. Sílvio Augusto de Oliveira Holanda Holanda

1. Ave, palavra. 2. Eric Hobsbawm. 3. Grande sertão: veredas. 4. Guimarães Rosa. 5. Século XX. I.
Holanda, Sílvio Augusto de Oliveira Holanda, *orient.* II. Título

CDD 869.9309

FOLHA DE APROVAÇÃO

EVERTON LUÍS FARIAS TEIXEIRA

NO ESCURO CORAÇÃO DO SÉCULO XX: UMA PROPOSTA DIALÉTICA ENTRE ERIC HOBSBAWM E GUIMARÃES ROSA

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras e Comunicação, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Estudos Literários.

Orientador:

Prof. Dr. Sílvio Augusto de Oliveira Holanda

Aprovado em: 31 / 10 / 2017

Banca Examinadora

Professor (a): Prof. Dr. Sílvio Augusto de Oliveira Holanda
Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

Professor (a): Prof. Dr. Márcio de Melo Araújo
Instituição: Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Professor (a): Profa. Dra. Telma Borges da Silva
Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

Professor (a): Profa. Dra. Izabela Guimarães Guerra Leal
Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

Professor (a): Profa. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Galvão Simões
Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

O século XX, marcado definitivamente pelo progresso técnico, não resolveu ou explicou paralelamente os problemas do homem. Ao contrário, ou, por isso mesmo, este se questiona cada vez mais e com maior intensidade e angústia sobre problemas que, se o afligiam, são agora acrescidos das novas implicações que o referido progresso técnico trouxe consigo.

(COVIZZI, 1978, p. 25)

[O]s bastidores históricos, embora sejam apenas uma das camadas de composição do texto, não podem ser desconsiderados quando desejamos reconhecer os valores que são afirmados ou negados no corpo da obra, quando nos propomos a apreender todos os conteúdos vislumbrados, ainda que secundários ou extraliterários, e a compreender o que subjaz nas entrelinhas do autor, assim como seus juízos éticos e cognitivos. O pior que pode acontecer quando passamos por cima da história e desconsideramos o âmbito das preocupações do autor é rebaixá-lo ou usá-lo para dizer o que gostaríamos que dissesse.

(RONCARI, 2007, p. 101)

O tempo presente é um tatear no escuro.

(TEZZA, 2007, p. 192)

AGRADECIMENTOS

No instante em que perco o timão da lembrança e me lanço nas abissais águas da memória afetiva, reconheço a dificuldade de exercer plenamente a tarefa de agradecer. Não é dizer, com isso, que me satisfaz o convívio com a indesejada e negra ingratidão, mas é confirmar um sentimento timorato de deixar nos territórios do olvido pessoas que, mais perto ou mais longe, mereceriam ser pinçadas pela minha distinção. Desde já, peço desculpas por possíveis injustiças. Todavia, gostaria que os prováveis nomes aqui ignorados se sintam, sinceramente, agradecidos, abraçados e devidamente representados nas pessoas eleitas.

Agradeço ao amor de Deus, que escorre do mistério pelas graças que me concede e por todas as coisas que sabiamente me nega, mantendo-me guardado em Sua proteção;

Às divindades celestes e às terrenas em todos os seus nomes, famílias, linhas, tribos e falanges. Agradeço aos santos, aos anjos, aos orixás, aos guias, às crianças e aos caboclos por me escolherem. Grato sou, pela proteção e pela amizade com que me envolvem em braços, em mantos, em armas, em aços, em folhas e nas águas, abrindo-me todos os caminhos e afastando-me de toda escuridão e seu exército de medos e perigos;

Rendo gratidão ainda:

Ao meu, mais uma vez, *directeur de recherche* Sílvio Holanda, mistura de mestre querido e amigo, por todos estes anos de minha história na UFPA e na área de Letras, pavimentando meu caminho nos estudos rosianos e respeitando meus interesses de leitura, quando — ao saber de minha inclinação pela historiografia de Eric Hobsbawm e pelo século XX — me presenteou, em um distante dezembro, com a autobiografia *Tempos interessantes* deste intelectual britânico. Rindo comigo de meu riso, ainda pude aprender, ao seu lado, a andar na trilha do prazer e do dever de minha profissão;

À minha “mãe” Juraci Farias (*in memoriam*) que, mesmo em seus trinta anos de eternidade, continua presente em mim, afagando-me com suas mãos de afeto;

À Eunice Teixeira, minha segunda mãe e senhora, por todo o seu amor e doação em gestos significativos que rompem as paredes de seu cotidiano silêncio;

Ao meu companheiro Alan Penha, pela valentia de comigo viver, de mãos dadas, esta existência feita entre o machado e o sândalo;

Ao Wellington Rocha, mais amigo e mais parceiro, sem o qual eu seria como a árvore alencariana de *Iracema*, solitário e açoitado pelo mal tempo;

Às octogenárias amigas atiladas e “avós” bragantinas Conceição (*Madrinha*) Cunha e Francisca Soares da Penha (*in memoriam*), pelo convívio repleto de memória e de sabedoria interiorana, das quais emprestei a voz, a beleza e a musicalidade para reler as paragens forjadas pelo autor mineiro, tão vaqueiro e tão universal como elas.

À enorme gentileza dos professores Márcio Melo, Maria do Socorro Simões, Tânia Sarmiento-Pantoja e Germana Sales, os quais, com leituras desta Tese, empréstimos de livros, sugestões e gestos, retiraram obstáculos do caminho de meu trajeto nesta etapa acadêmica;

Aos amigos e colegas de Doutorado Leonardo Silva, Marcellus Vital e Márcia Rocha, com quem dividi risos, carinhos e angústias. De seus talentos e sofisticação pessoais, aproveito o ensejo para confessar possuir uma “inveja” profunda de não os ter em mim;

Ao nipo-brasileiro Megume Paulo Fugissawa, amigo de todo o meu percurso acadêmico, pavimentando-o com palavras e livros em todos estes anos;

Aos meus colegas da Faculdade de Letras do Campus de Bragança, em especial às professoras Sílvia Benchimol, Cristina Caldas e Alessandra Conde, cujo apoio e incentivo foram de suma importância para o meu ingresso e permanência no Doutorado.

Ao Alan, à Eunice e ao Sílvio, três universos onde eu nunca me sinto estrangeiro.

RESUMO

Nesta Tese é proposto um estudo comparativo entre as obras de João Guimarães Rosa (1908-1967) — com destaque para o romance *Grande sertão: veredas* (1956) e os “**crônicas**” alemães de *Ave, palavra* (1970) — e a historiografia de Eric Hobsbawm (1917-2012), enfiada em *Bandidos* (1969) e *Era dos Extremos* (1994). O fio aparente que liga as produções destes dois observadores históricos do século XX é a preocupação de ambos com o homem comum em detrimento aos fatos históricos e aos espaços geográficos demarcados. O presente exame espera demonstrar como a história ocidental no século XX infiltra-se na particular inscrita desse autor brasileiro, seja pelo cosmopolitismo do terror forjado em “O mau humor de Wotan”, seja pelo remoto sertão caracterizado como o próprio mundo pela fala do protagonista Riobaldo. Acerca desta obra, afirma-se que esta topografia, diferente da tradição regionalista, se erige tal qual uma metonímia de todos os lugares, portanto, distante de um saudosismo sertanejo. Alguns exemplos dessa ressonância histórica abundam nesse romance, como os grandes fenômenos vivenciados no século passado: a emancipação feminina e a crítica aos modelos liberais, os quais geraram os **bandidos sociais** em algumas regiões do globo, e com estes um acontecimento específico na passagem do século XIX para o XX: a eclosão dos primeiros Estados-paralelos de procedência rural originada pelas catástrofes ocorridas na Europa, as quais levaram as personagens das narrativas “A velha” e “A senhora dos segredos” a acreditarem na ilusão de liberdade em território brasileiro. Assim, os temas da “nova mulher” e dos movimentos de resistência social nas periféricas zonas do capitalismo são de grande relevância tanto para a obra rosiana, quanto para o trabalho deste intelectual britânico, pois, em ambos, a documentação histórica se constitui em algo circunstancial em que as dimensões míticas dialogam com as composições ideológicas. Tendo a ambiguidade como a tônica das relações humanas e de poder do século XX e da ficção rosiana, o jagunço ficcional ora se assemelha ao paladino robinwoodiano, arquétipo ideal do bom bandido, quanto ao criminoso comum, figura proscrita pelas leis do Estado e pela aceitação do público geral. Este trabalho analisa — com o auxílio da Estética da Recepção e das contribuições críticas de Antonio Candido (1918-2017) — o percurso traçado pelas sociedades ocidentais no **breve século XX** no intuito de encontrar outras formas de subexistir em meio à desintegração dos valores desenhados pelo iluminismo setecentista. Integrando essas construções estético-científicas, é possível estabelecer uma interpretação mais completa de uma das muitas faces da realidade contemporânea, época em que o globo, perplexo, observou ruir impérios e a civilidade diante da barbárie praticada em regiões, como o sertão (real ou metafórico), esquecidas pelo capitalismo e pelo desgastado poder público. Nesta dialética, por um lado, amplia-se o estudo do tema do banditismo social hobsbawmiano, acrescentando-se à sua tipologia a figura do jagunço, por outro, denota-se em Guimarães Rosa uma atitude excepcional diante da violência e da barbárie observada em um período de exceção como o nosso em que todas as escritas se configuram em cantos de sobrevivência ou réquiens da liberdade.

Palavras-chave: *Ave, palavra*; Eric Hobsbawm; *Grande sertão: veredas*; Guimarães Rosa; século XX.

SUMMARY

This thesis proposes a comparative study of the works of João Guimarães Rosa (1908-1967) — especially the novel *Grande sertão: veredas* (1956) and the German “cronicontos” *Ave, Palavra* (1970) — and the historiography of Eric Hobsbawm (1917-2012), clustered in *Bandits* (1969) and *Age of extremes* (1994). The apparent thread linking the productions of these two historical observers of the twentieth century is the concern of both with the common man over the historical facts and the demarcated geographical spaces. This survey hopes to show how Western history in the twentieth century infiltrates the particular writing of this Brazilian author, either by the cosmopolitanism of the horror forged in “*O Mau Humor de Wotan*”, or by the remote hinterland characterized as the world itself by the speech of the protagonist Riobaldo. About this work, it is stated that this topography, different from the regionalist tradition, is erected just like a metonymy of all places, therefore, far from a backcountry nostalgia. Some examples of this historical resonance abound in this novel, as the great phenomena experienced in the past century: the emancipation of women and the criticism of the liberal models, which generated social bandits in some regions of the globe, and with these a specific event in the turn of the XIX century: the emergence of the first states-parallel from rural areas caused by disasters in Europe, which led the characters of the narrative “*A Velha*” and “*A Senhora dos Segredos*” to believe in the illusion of freedom in Brazil. Thus, the themes of the “new woman” and of social resistance movements in peripheral capitalism areas are of great importance both for Rosa’s work, and for the work of this British intellectual, because in both the historical documentation constitutes something circumstantial in which the mythic dimensions dialogue with the ideological compositions. Having ambiguity as the keynote of human relationships and power of the twentieth century and Rosa’s fiction, the fictional bandit now resembles the Robin Wood’s Paladin, ideal archetype of good villain, as the common criminal, figure proscribed by the laws of the State and the acceptance of the general public. This paper analyzes — with the help of Aesthetics of Reception and critical contributions of Antonio Candido (1918-2017) — the route traced by the Western societies in the short XX century in order to find other ways to coexist amid the disintegration of the values designed by the eighteenth-century Enlightenment. By integrating these aesthetic and scientific constructions, it is possible to establish a more complete interpretation of one of the many faces of contemporary reality, time in which the perplexed globe watched crumbling empires and civility in the face of barbarism practiced in regions such as the hinterland (real or metaphorical) forgotten by the capitalism and worn government. This dialectic, on one hand, broadens the study of the theme of Hobsbawm’s social banditry, adding to his typology the gangster figure. On the other hand, it denotes in Guimarães Rosa an exceptional attitude against the violence and barbarism seen in a period of exception, like ours, in which all the writings are configured in survival corners or requiems of freedom.

Keywords: *Ave, palavra*; Eric Hobsbawm; *Grande sertão: veredas*; Guimarães Rosa; XX century.

RESUMEN

En esta Tesis es propuesto un estudio comparativo entre las obras de João Guimarães Rosa (1908-1967) — con destaque para el romance *Grande sertão: veredas* (1956) y los “cronicontos” alemanes de *Ave, palavra* (1970) — y la historiografía de Eric Hobsbawm (1917-2012),alzada en *Bandidos* (1969) y *Era dos Extremos* (1994). El hilo aparente que liga las producciones de estos dos observadores históricos del siglo XX es la preocupación de ambos con el hombre común en detrimento a los hechos históricos y a los espacios geográficos demarcados. El presente examen espera demostrar como la historia occidental en el siglo XX se infiltra en la particular inscrita de ese autor brasileño, sea por el cosmopolitismo del terror falsificado en “O mau humor de Wotan”, sea por el remoto sertón caracterizado como el propio mundo por el habla del protagonista Riobaldo. Acerca de esta obra, se afirma que esta topografía, diferente de la tradición regionalista, se erecta tal cual una metonimia de todos los lugares, por lo tanto, distante de un *saudosismo sertanejo*. Algunos ejemplos de esa resonancia histórica se abundan en ese romance, como los grandes fenómenos experimentados en el siglo pasado: la emancipación femenina y la crítica a los modelos liberales, los cuales generaron los **bandidos sociales** en algunas regiones del globo, y con estos un acontecimiento específico en el pasaje del siglo XIX para el XX: la eclosión de los primeros Estados paralelos de procedencia rural originada por las catástrofes ocurridas en Europa, las cuales hicieron que los personajes de las narrativas “A velha” y “A senhora dos segredos” a creyeran en ilusión de libertad en territorio brasileño. Así, los temas de la “nueva mujer” y de los movimientos de resistencia social en las periféricas zonas del capitalismo son de grande relevancia tanto para la obra rosiana, como para el trabajo de este intelectual británico, pues, en ambos, la documentación histórica se constituye en algo circunstancial en que las dimensiones míticas dialogan con las composiciones ideológicas. Teniendo la ambigüedad como la tónica de las relaciones humanas y de poder del siglo XX y de la ficción rosiana, el jagunço ficcional se asemeja al paladino robinwoodiano, arquetipo ideal del buen bandido, como al criminoso común, figura proscrito por las leyes del Estado y por la aceptación del público general. Este trabajo analiza — con el auxilio de la Estética de la Recepción y de las contribuciones críticas de Antonio Candido (1918-2017) — el recorrido trazado por las sociedades occidentales en el **breve siglo XX** en el intuito de encontrar otras formas de supervivir en medio a la desintegración de los valores diseñados por el iluminismo del siglo XVIII. Integrando esas construcciones estético científicas, es posible establecer una interpretación más completa de una de las muchas caras de la realidad contemporánea, época que el globo, perplejo, observó caer imperios y la civilidad delante la barbarie practicada en regiones, como el sertón (real o metafórico), olvidados por el capitalismo y por el desgastado poder público. En esta dialéctica, por un lado, se amplía el estudio del tema del bandidismo social hobsbawmiano, agregándose a su tipología la figura del jagunzo, por otro, se denota en Guimarães Rosa una actitud excepcional delante la violencia y de la barbarie observada en un período de excepción como el nuestro en que todas las escritas se configuran en cantos de sobrevivencia o réquiems de la libertad.

Palabras claves: *Ave, palavra*; Eric Hobsbawm; *Grande sertão: veredas*; Guimarães Rosa; siglo XX.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO OU QUANDO A NARRATIVA ENFRENTA A ESCURIDÃO...	012
2. “QUE MAIS SABÍAMOS SOBRE O TEMPO EM QUE VIVÍAMOS?”	022
3. “O MUNDO PERDEU SUAS PAREDES”	071
4. “ERA TARDE DE MAIS PARA TER MEDO”	124
5. “O SENHOR SABE O PERIGO QUE É VIVER?”	176
6. “QUEM MOI NO ASP’RO NÃO FANTASÊIA?”	231
7. CONCLUSÃO OU O VELHO TEMPO NOS PERSEGUE	273
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	281

1.
INTRODUÇÃO
OU
QUANDO A NARRATIVA ENFRENTA A ESCURIDÃO

[N]enhum homem é distante. Todo homem se torna próximo na luta a favor da humanidade (COUTO, 2011, p. 137).

Só a escuridão para os lados do ocidente, pairando sobre as partes mais elevadas, tornava-se mais negra a cada minuto [...] E por fim, em sua descida curva e imperceptível, o sol baixou, passando de um branco incandescente para um vermelho baço, sem raios e sem calor, como se fosse apagar-se de repente, ferido de morte pelo contato com aquelas trevas que pairavam sobre a multidão humana (CONRAD, 2013, p. 16).

Diante da metáfora encabeçada no título desta Tese de doutoramento, um hipotético leitor, familiarizado com a tradição literária ocidental em maior ou menor grau, pode ser tentado a inferir precipitadamente que esta tenha sido tomada de empréstimo de *O coração das trevas* (1902), novela mais conhecida do marinheiro Joseph Conrad (1857-1924). Racionalmente, devo confessar que *a priori* isto não procede e nem tampouco parecia-me explícito ao longo de meus planos de pesquisa, ainda que, em uma leitura, agora em retrospecto, afetiva e histórica, possa vir a discordar de mim mesmo dando alguma razão ao curioso *personagem* que me empresta atenção.

Em outras palavras, ao lançar-me nos domínios do inconsciente, vejo que este sujeito teoricamente idealizado e simultaneamente absorto inteiramente em sua individualidade — como descrevia Clarice Lispector (1925-1977) no ano de 1968¹ em uma de suas famosas crônicas publicadas nas páginas do *Jornal do Brasil* e que hoje encontram-se enfeixadas no volume *A descoberta do mundo* (1984) — é capaz de se transmutar em uma espécie de escritor do autor lido, transformando assim livros em objetos estéticos pela força de seu interesse em tirá-los da inércia, na qual páginas se configuram meramente em artefatos culturais, como determinou Hans Robert Jauss (1921-1997), não se encontraria totalmente equivocado, uma vez que é quase impossível que, no decurso de suas formações, intelectuais nascidos no século XX, sobretudo na Europa, não

¹ A crônica clariceana a que me refiro intitula-se “Outra carta” publicada originalmente em 24.02.1968 na qual em resposta à correspondência de um seu leitor, a autora de *Laços de família* (1960) reflete sobre algo deveras importante nesse trabalho, a saber a infima fronteira em que se confunde a atitude ficcional do autor ou o proposital vazamento desse no espaço estético por ele criado. Sobre o leitor que anseia por visualizar o escritor de corpo inteiro nas páginas literárias, conclui Clarice, que a figura do leitor é curiosa, pois esse *personagem* “é tão terrivelmente ligado ao escritor que na verdade ele, o leitor, é o escritor” (LISPECTOR, 1999, p. 79).

tenham tido em mãos a obra do autor de *Lord Jim* (1900) e abstraído, a cada lauda, que, quanto mais o seu narrador adentrava os espaços africanos em sua busca pelo enigmático sr. Kurtz, menos parecia claro qual órgão cardíaco, metonímico ou não, mais se enegrecia, se o da periferia com o seu *modus vivendi* bárbaro e primitivo, ou o da metrópole, contaminado por uma crescente ganância e sede de conquista por matéria-prima, por novos mercados e por capital para o enriquecimento das nações no Velho Continente.

O século XX mal começava e a literatura, por intermédio de Conrad, — o “velho capitão de longo curso”, como o ousou chamar Italo Calvino (1923-1985), na abertura do vigésimo quinto ensaio de *Por que ler os clássicos* (1993, p. 181), — já deixava impresso um testemunho crítico acerca de uma das faces mais odiosas do imperialismo econômico erigido no curso dos “longevos” anos oitocentistas, a fúria rapace frente aos povos de outros continentes e que, não obstante, “a pretexto de civilizar as regiões ditas atrasadas do mundo, não apenas escravizou e saqueou a ferro e fogo, praticamente até nossos dias, a maior parte do planeta, mas levou às mais sangrentas guerras, mundiais e locais” (SANTARRITA, 2013, p. 9), paradoxalmente, ocasionando o colapso dos impérios já consolidados e o reaparecimento de uma estação propícia ao desabrochar das flores negras dos nacionalismos endêmicos no solo fértil da Europa. Juntos, esses fenômenos políticos promoveram, simultaneamente, as eclosões de levantes e de revoluções em países outrora subjugados pelas potências europeias e, como acontecimento imprevisível aos olhos de cientistas, economistas e historiadores, a derrocada do modelo capitalista para uma Era de catástrofes e de massacres que, durante trinta e um anos (1914-1945), pareceu apagar qualquer esperança de um futuro próspero tanto para a humanidade, quanto para este sistema político-econômico, enquanto o Leste do globo observava — entre a surpresa e a incredulidade — o crescimento de um paradigma oposto (e ideologicamente distorcido) ao da economia de mercado em “um país pobre e incrivelmente atrasado, cuja única tradição política havia sido a autocracia, faltando-lhe todas as condições conhecidas para o socialismo, totalmente isolado e sob constante ameaça” (HOBSBAWM, 1992, p. 258).

Misturando contrários, os quais, amalgamados, povoam nossas vidas como professa Louis Aragon (1897-1982) nas páginas de seu *O camponês de Paris* (1926), este é o período — e o século passado como um todo — mais fantástico e, simultaneamente, também o mais nebuloso da história humana, no qual as experiências legadas pelo passado daquele “jardim imaginado da cultura liberal” em que se configurou o século XIX — como recorda o quase nonagenário George Steiner em um belo ensaio intitulado “O grande *ennui*” (1971) — foram

rapidamente esquecidas e destruídas pela contemporaneidade e sua aproximação demasiada e constante de uma guerra total, a qual, é bom não esquecer, esteve na agenda do mundo, “mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam” (HOBBSAWM, 1995, p. 30). Desta herança constam, entre outras, a diplomacia e o altruísmo, ambos os valores originados durante o decurso de todo o “longo” Oitocentos, chegaram ao seu declínio com a expansão do morticínio e da intolerância tanto no berço da barbárie que é — tomando Joseph Conrad por referência poética, o autor de *No castelo do Barba Azul* (1971) localiza como — o “coração das trevas europeias” (STEINER, 1991, p. 73), quanto aos mais distantes territórios campesinos e rurais do planeta.

Aproveito-me desta menção feita a este trabalho de verdadeira arqueologia da crise humanista no século XX para despertar o meu provável leitor para algo que ele tenha acabado de perceber, a lembrança da obra daquele ficcionista ucraniano chegou-me de segunda mão, assim, portanto, assumo a dívida do título desta Tese, em parte contraída de George Steiner, um dos meus dois inspiradores forjados nesta época de difícil compreensão e que, entretanto, forneceu alguns de seus melhores intérpretes em meio às experiências pessoais de horror e de temor. Nomes de intelectuais como Steiner, Eric Hobsbawm (1917-2012) e Tony Judt (1948-2010) — minha maior inspiração para encabeçar esta monografia — e do mais notável escritor brasileiro João Guimarães Rosa (1908-1967) entre outros souberam navegar pelo “coração escuro do século XX” (JUDT, 2010, p. 145) como personagens e também intérpretes argutos de nossa Era de catástrofes e de desordens políticas e sociais graças à erudição de suas obras, cujas maiores preocupações parecem confluír sobre as duas maiores questões elaboradas (e ainda não totalmente respondidas na atualidade) pelo século passado, o homem e a origem e, de forma conjunta, o poder do mal.

O exame das representações do século XX nas perspectivas de Hobsbawm e de Guimarães Rosa se constitui no tema desta Tese de doutorado, a qual se assenta no território reconhecidamente instável das interpenetrações mútuas encontradas no diálogo — na maioria das vezes, desarmônico — aberto entre as narrativas produzidas pela História e pela Literatura. Ao lembrar como estes “observadores-participantes”, como quer a Antropologia social inglesa, em seus respectivos campos de ação, se fazem intérpretes do período mais revolucionário e violento da história ocidental, procura-se, inicialmente, ampliar um pouco mais os nossos limites acerca da compreensão histórica e alargar a vereda interpretativa do universo estético elaborado pelo escritor mineiro. Em outras palavras, adentro, na prática, no conceito jaussiano de “horizonte de expectativa” em que, por intermédio da historiografia de

Hobsbawm e da ficção poética do autor de *Estas estórias* (1969), busco uma dimensão hermenêutica nova para entender tanto os sentidos da obra literária, quanto à construção de tradições revolucionárias no Ocidente e a queda sem precedentes da civilidade, ambos assuntos tratados no conjunto das produções desse historiador britânico.

Como estrangeiro a espreitar sempre com olhos de amante os domínios da disciplina histórica, suas teorias e seus métodos, sustento (com meu parco conhecimento no assunto) noções como a de *historiografia* fora da polêmica instaurada entre os profissionais propriamente ditos deste campo de conhecimento. Entendo a *historiografia* — daqui em diante a cada vez que esta for citada — como uma combinação entre a produção voltada para o objeto histórico estudado e o exame crítico desenvolvido por aqueles que se debruçam no ofício de historiador, para os quais a realidade só mostrará sua face, e ainda assim, parcialmente, depois de muito e árduo trabalho como lembrou outro britânico E. P. Thompson (1924-1993) em seu longo e irônico ensaio “As peculiaridades dos ingleses” (1966).

Tal parcialidade presente nas narrativas históricas produzidas no intervalo entre a segunda metade da década de 1960 e o desfecho dos anos de 1970 reflete outra noção relevante para esta Tese, a de *totalidade*, a qual não mais significando o que foi para a tradição filológica e positivista do século XIX, isto é, uma sede incessante de abarcar a completude da história mundial. A título de exemplo, nos trabalhos de profissionais britânicos seguidores de Karl Marx (1818-1883) e nos dos melhores nomes da historiografia francesa dos *Annales*, a totalização a que se presta a historiografia é, isto sim, uma abordagem que envolve o exame da história sob diversos aspectos, tais como o social, o econômico e o político, todos esses devidamente explorados no interior das manifestações literárias.

Na impossibilidade de apreender a totalidade dos significados literários, utopia abandonada desde os anos de 1950 e 1960, e históricos — recorro a afirmação de Edward Palmer Thompson de que “não se pode narrar a história inteira” (THOMPSON, 2012, p. 143) —, a leitura proposta neste trabalho se volta para a construção de um panorama mais completo das experiências e mudanças vivenciadas na contemporaneidade do hemisfério por meio de uma demanda daquilo que o medievalista Jausse em alguns de seus artigos lançados no intervalo que compõe a terceira formulação de sua *Estética da Recepção* (1990-1997) conceitua como “totalização progressiva”, isto é, uma procura sempre interminável pelo conhecimento do todo que — distante de uma visão totalitária —, tal como o passado e os sentidos textuais, jamais pode ser atingido.

Dentro da titânica recepção crítica rosiana, alguns trabalhos glosaram sobre estes “signos sombrios” (HATOUM, 2006, p. 70) incontornáveis para a composição de um retrato de corpo inteiro da atualidade ocidental e nenhum destes promovendo, como neste projeto, um estudo realmente comparatista entre as obras do autor de *Grande sertão: veredas* (1956) e Eric Hobsbawm. No que toca ao nome deste historiador britânico, uma pequena parcela de ensaios — dos quais destaco o de João Batista Santiago Sobrinho, o qual, em 2009, publicou um artigo tornado imediatamente referência para a compreensão da narrativa “O mau humor de Wotan”, a mais conhecida composição de *Ave, palavra* (1970). Não obstante, tanto em “O narrável da guerra e o inimigo objetivo, sob o céu de Hamburgo, em ‘O mau humor de Wotan’, de João Guimarães Rosa”, como em outros ensaios, os estudos propostos recaíram no costumeiro hábito de trazer a palavra de Hobsbawm tão somente para elucidar algum acontecimento pontual da primeira metade do século XX decorrido em território alemão no intervalo em que lá esteve, como cônsul, o autor de *Tutaméia* (1969), não dando vazão a um possível diálogo entre os escritos destes dois participantes — um procedimento que, é mister reconhecer, uns poucos chegaram bem perto de realizá-lo se assim o quisessem — das transformações sofridas no palco deste breve tempo dos quais todos nós, em alguma medida, fomos coadjuvantes, como vítimas diretas, ou como espectadores, na condição de herdeiros.

Tangenciando a produção do ficcionista mineiro e sua representação estética do século passado, entre os trabalhos mais recentes sobre o autor de *Corpo de baile* (1956), destacam-se o de Nildo Máximo Benedetti intitulado *Sagarana: O Brasil de Guimarães Rosa* (2008) — Tese de doutorado transformada em livro em 2010 —, o qual, ao se debruçar sobre a obra de estreia rosiana para o grande público, identificou, na economia desta coletânea, assim como seu orientador Luiz Roncari havia problematizado no primeiro volume de seu *O Brasil de Rosa* (2004) e nos ensaios de *O cão do sertão* (2007), uma reprodução unicamente brasileira na escrita do autor, a saber, o momento da Primeira República (1889-1930). Todavia, ao pavimentarem o caminho do diálogo entre a literatura rosiana e a história brasileira no intervalo que compreende o fim do século XIX e as primeiras décadas do XX, esses intérpretes sinalizaram para avenidas mais amplas na compreensão do cosmos universal do autor, ao se perguntarem se “não teríamos de repensar os significados e os pesos das representações locais, nacionais e universais na literatura de Guimarães Rosa?” (RONCARI, 2007, p. 149). É por este *boulevard*, ainda pouco transitado pela recepção crítica, que decide cruzar meu estudo, haja vista que, se o sertão ficcional deste autor “é do tamanho do mundo” (ROSA, 1956, p. 74), neste cabem tanto uma elegia nacional, um canto de morte pela perda de

Diadorim e os valores de beleza e de bravura defendidos por esta personagem, quanto um testemunho das ilusões desfeitas no século XX.

Reconhecido principalmente pela elaboração estética do sertão de Minas Gerais, Guimarães Rosa rompeu com a exclusividade desta ambientação regional em produções que aparecem enfeixadas em suas derradeiras criações, as obras póstumas *Estas Estórias* e *Ave, palavra* (1970). Na última, por exemplo, observa-se o autor de *Sagarana* (1946) enveredando-se por outros gêneros literários, tais como oratórios, anotações feitas em visitas a zoológicos europeus, fragmentos de diários e escritos que deslizam entre os domínios de gêneros literários como a crônica e o conto tendo como escopo último o de retirar o leitor de seu cômodo e esperado horizonte, ou, na retirada dessas fronteiras formais conquistar seus possíveis interlocutores como descreve Luiz Costa Lima no interior de seu “O conto na modernidade brasileira” (cf. LIMA, 1982, p. 205). Das 54 composições que enfeixam *Ave, Palavra*, quatro narrativas curtas resvalam entre a crônica e o conto poetizando o conturbado período iminente dos conflitos e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) propriamente dita.

Enquanto, Hobsbawm — em uma leitura complexa dos aspectos econômicos e sociais da História, de forte referência aos postulados de Marx e da herança da Antropologia social inglesa, a mesma que inspirou no Brasil a produção ensaística de Antonio Candido (1918-2017) nos anos 1950 e 1960 — compõe um triste painel da contemporaneidade, no qual, legados iluministas, tais como a diplomacia e o altruísmo chegaram ao seu declínio com a expansão do morticínio e da intolerância aos mais distantes territórios do planeta.

Por intermédio das produções destes “observadores-participantes”, busca-se compreender a escalada da violência e da barbárie dentro de um período em que o capitalismo, que parecia consolidado em grande parte do planeta quase desmoronou diante das crises ocorridas em curtos intervalos de tempo, duas guerras mundiais, perda de impérios coloniais e o surgimento de regimes políticos autoritários como o fascismo italiano e seu desdobramento alemão, o nazismo de Adolf Hitler (1889-1945) testemunhado pelo escritor em sua estada em solo alemão enquanto, simultaneamente, a nação germânica jogava o globo no infernal abismo.

São nestas obras que, depois de quase meio século de publicação em livro e pouca atenção da crítica especializada, Guimarães Rosa decide enfrentar a imagem erigida pelo século XX para a Alemanha, país no qual o autor desembarca em 4 de maio de 1938. Em uma clara intenção de buscar uma anti-imagem, como a personagem de um outro conto seu, “O espelho”, o autor de *Primeiras estórias* (1962) demonstra que por detrás do senhor absoluto

da Alemanha, do Sr. Schwarz, a negra personagem do conto “O mau humor de Wotan” e da mitologia nórdica beligerante tão amada por Hitler, havia a pujança da poesia das composições de Goethe (1749-1832), das inovações vocabulares do idioma germânico e o cosmopolitismo de um povo, cujos antepassados desceram dos territórios frios do planeta para habitar em regiões românicas e desfrutar desta cultura responsável, entre outras invenções, pelo padrão estético e o pensamento filosófico ocidentais presentes ainda na contemporaneidade — elementos muito mais interessantes para as *psiquês* humanistas de germânicos como o casal Heubel da primeira narrativa de *Ave, palavra*, os quais ao longo do enredo sempre evitam, ainda que internamente, adentrar nos barcos da guerra e dos seus iminentes combates, estes responsáveis por construir um cosmopolitismo crescente da violência e do terror em torno de diversas topografias do globo.

A grande noite que toldou o século XX, a mesma que é descrita em um poema do anjo torto Drummond (1902-1987), dissolveu as vidas de Hans e Marion Helmut-Heubel, e de outras personagens “fictícias” do universo rosiano como “*damme*” Verônika e *Frau Heelst*, a brava cartomante de Hitler, inseridas em “A velha” e “A senhora dos segredos”, respectivamente. Estas últimas depositam suas derradeiras esperanças e augúrios no *doublé* de cônsul e escritor mineiro e em um país sobre o qual pouco ou nada conheciam. Enganaram-se em pelo menos uma de suas desesperadas expectativas, o manto negro da violência e das práticas de desumanidade já cobria o Brasil na década de 1930 por uma revolução na economicamente mais desenvolvida cidade do país, mas há mais tempo em suas regiões mais remotas — e, historicamente como é observado nas demais periferias das sociedades de mercado, negligenciadas pelo poder do Estado e pelos grupos economicamente defendidos por esse sistema — como nas zonas predominantemente rurais do Nordeste brasileiro.

Coincidentemente, na mesma época da produção literária mais significativa de Guimarães Rosa com a dupla publicação em 1956 de *Corpo de baile* e de sua única investida pelo gênero romance com *Grande sertão: veredas*, o autor de *Tempos interessantes* (2002) traz a lume o resultado de seus estudos acerca do surgimento dos grupos de celerados indômitos que tanto movimentaram a história e algumas das principais obras literárias da América Latina. É em *Rebeldes primitivos* (1959) que o historiador britânico tece o conceito, tornado clássico dentro dos Estudos Sociais, de *banditismo social*. Neste, Hobsbawm observa a evolução dos movimentos de resistência social que se fizeram crescentes no decurso dos séculos XIX e XX, surgidos quer de um apelo messiânico — tal como as revoluções protagonizadas por líderes milenaristas (vide Antonio Conselheiro), ou por bandos de

bandoleiros armados, formados por uma heterogeneidade de indivíduos e motivos particulares, os quais se levantaram contra o Estado e demais instituições economicamente dominantes vigentes, tendo como égide tão somente a força brutal e a barbárie.

Não obstante, o temário do cangaço e do jaguncismo nordestino ainda esperariam exatamente mais uma década para finalmente fazerem parte da agenda de debates deste profundo conhecedor da história ocidental. Em 1969, quase dois anos após a morte do ficcionista mineiro, Eric Hobsbawm publica *Bandidos*, único livro em que o historiador lança mais detidamente o seu olhar de lince sobre as mazelas socioculturais brasileiras em estudos que, até os dias atuais, nos auxiliam na interpretação das origens sociais dos crimes e das crueldades deste modelo específico de bandido oriundo destes territórios esquecidos do mundo capitalista. Personagens históricos como Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião (1898-1938), na compreensão histórica de Hobsbawm, nos fornecem uma espécie de síntese das tradições e do processo cultural de sociedades como as do *hinterland* nacional que, ermas dos centros urbanos e desenvolvidos e carentes das obrigações do poder público, se veem obrigadas a pactuar com as manifestações demoníacas de violência e de desordem civil. É, portanto, no confronto entre estes dois intérpretes de um século insistente, para o bem e para o mal, na tarefa de impor suas marcas, que se desenha o projeto dialético proposto nesta Tese, o qual reside em uma leitura que tenta, simultaneamente, dar sentido à história pela literatura e à literatura pela escrita histórica, em outras palavras, a produção historiográfica de Hobsbawm oferecendo o entendimento das narrativas de *Ave, palavra*, enquanto a literatura de Guimarães Rosa expande, como gostaria de ver o historiador britânico, o tema hobsbawmiano do banditismo social².

Abraçando mais uma coincidência cronológica neste ano, a saber o centenário de nascimento de Eric Hobsbawm e os cinquenta de “encantamento” de Guimarães Rosa, esta Tese constrói-se basicamente de uma pesquisa bibliográfica da produção de ambos compondo um arcabouço teórico complexo e extensamente fundamentado, que lança mão da já lembrada Estética da recepção jaussiana e de alguns conceitos e propostas mais recentes da chamada Literatura Comparada, que nas palavras de Sandra Nitrini, “não se limita aos fatos e à mera caçada das fontes, mas consegue abrir caminhos para a compreensão da obra de um autor, tanto do ponto de vista de sua configuração interna, como do ponto de vista da história de sua recepção” (NITRINI, 1997. p. 187).

² Cf. quanto ao período alemão de Guimarães Rosa e a possibilidade de ler o sertão como imagem aplicável à Europa da Segunda Grande Guerra, JACOBSEN; VILELA, 2006, n. 20-21, p. 1-8 (encarte).

Com o intuito de alcançar os fins expostos nesta Introdução, este trabalho divide-se em capítulos que englobam as discussões apresentadas e interpretando as contribuições teórico-metodológicas dentro de uma paridade entre os aportes trazidos pela crítica literária e pela história para o conjunto da obra rosiana que, nesta Tese, dançam em torno das órbitas de *Grande sertão: veredas* e dos “cronicontos” de *Ave, palavra*. Para isto, evita-se, quando possível, adentrar em embates extremos e improfícuos, tais como a polarização conservadora-desconstrutivista que divide a historiografia em, de um lado, herdeiros do positivismo *fin de siècle* de Ernst Bernhein (1850-1942) — o qual ensina para seus discípulos em *Manual do método histórico* (*Lehrbuch der historischen Methode*, 1889) que o entendimento da história deve negar veementemente quaisquer tentativas de poetização —, do outro, a “meta-história” do quase nonagenário Hayden White que nas páginas de *Trópicos do discurso* (1978) incita, simultaneamente, o afeto dos estudiosos da literatura e a fúria de seus pares, ao lançar a escrita histórica no mesmo solo ficcional compartilhado pelas obras estéticas.

No capítulo imediatamente posterior à sequência deste trabalho acadêmico, “Que mais sabíamos sobre o tempo em que vivíamos?”, apresenta-se a forjadura do método e do percurso teórico e ideológico de Hobsbawm em um momento catastrófico da humanidade em que, entre outras perdas, aumentava o desinteresse pela matéria literária e pela narração histórica. Formado dentro de concepções humanistas, o trabalho hobsbawmiano é marcado por uma *mélange* de referências dentro das ciências que lidam mais de perto com o social, como pode ser observado nos ensaios de *Sobre história* (1997), os quais o conduziram para o conhecimento *in loco* das tradições populares de algumas nações latino-americanas em meados dos anos de 1960, algo que enriqueceu seus estudos de história comparada.

O capítulo seguinte “O mundo perdeu suas paredes” denota a importância da tradição nos estudos literários como nos legou H.G. Gadamer (1900-2002) ao examinar a ruptura de Guimarães Rosa com o temário regional pitoresco que perdurou nas Letras brasileiras até o decênio de 1940. Abandonando, sem desprezar, a proteção e a segurança do caminho aberto por escritores como Afonso Arinos (1868-1916) e Waldomiro Silveira (1873-1941), a escrita rosiana se lançou, sobretudo, a partir do ano de 1956, por uma indistinta “vocação para a totalidade” (ARRIGUCCI JÚNIOR, 2010, p. 113), ocupando *Grande sertão: veredas*, entre outras obras do autor, uma prateleira na qual o título, à guisa das bibliotecas ideais propostas por Italo Calvino, seria o “dos romances que resumem a experiência humana” e estaria ladeado por obras de Carpentier (1904-1980), de Döblin (1878-1957), de Faulkner (1897-

1962), de Proust (1871-1922) e do demoníaco *Doutor Fausto* (1947) de Thomas Mann (1875-1955).

Ao longo do quarto capítulo — tomando como ponto de partida a afirmação de Maurice Halbwachs (1877-1945), corroborada por Hobsbawm em sua autobiografia, de que “a história de nossa vida faz parte da história em geral” (HOBSBAWM, 2002, p. 73) — reconstituirei as memórias, experiências e representações da realidade europeia destes dois intelectuais como participantes ou expectadores dos eventos que eclodiram na Segunda Grande Guerra, período em que o Continente entrava e, simultaneamente, empurrava o restante do mundo para o colapso, este foi um daqueles momentos, como recorda o título, em que “era tarde demais para ter medo” (HOBSBAWM, 2002, p. 174).

Em “O senhor sabe o perigo que é viver?” será promovido o encontro da história com a literatura para a análise da ascensão de Riobaldo como jagunço e personagem mítica no inconsciente das populações que o rodeiam. Essa figura peculiar do banditismo encontrado na porção do norte mineiro é reelaborado pela ficção rosiana e inexistente nas páginas dedicadas por Hobsbawm ao tema do banditismo social. Ao escapar à classificação do autor de *Tempos fraturados* (2013), o celerado de Guimarães Rosa pode — ainda que obedecendo a vários quesitos, tais como a incorporação do mito popular bretão de Robin Hood — embaralhar intencionalmente a tipologia forjada pelo historiador britânico, promovendo uma ampliação do *corpus* de pesquisa em que se debruçou Hobsbawm.

Dentro do sexto e último capítulo, “Quem mói no asp’ro não fantasêia?”, coloco a dúvida sobre a dura máxima da personagem Riobaldo ao examinar o necessário e incontornável uso de disfarces político-sociais pelos jagunços inscritos no relato de *Grande sertão: veredas* no intuito de — a semelhança das principais personagens históricas do breve século XX: a saber, os homens e mulheres comuns — sobreviverem em meio às experiências de desgraça e de catástrofes vivenciadas em um “mundo à revelia” (ROSA, 1956, p. 253) como deixa transparecer a prosa poética de Guimarães Rosa e retrata a historiografia de Eric Hobsbawm. Assim, intelectuais tão distantes como o ficcionista mineiro e o historiador britânico se tornam próximos, ao convergirem as suas escritas para o exame de duas personagens históricas, as quais protagonizaram o século passado atravessando-o com o uso de máscaras e de torneios ambíguos que, tanto em um sertão quanto em um hemisfério tocados pelas práticas de violência e de injustiças, precisaram encontrar novas formas de subsistir.

2.

“QUE MAIS SABÍAMOS SOBRE O TEMPO EM QUE VIVÍAMOS?”

Quem pode dizer “o meu tempo” divide o tempo, escreve neste uma cesura e uma descontinuidade, e; no entanto, exatamente através dessa cesura, dessa interpolação do presente na homogeneidade inerte do tempo linear, o contemporâneo coloca em ação uma relação especial entre os tempos (AGAMBEN, 2009, p. 71).

Todos sabemos que a nossa época é profundamente bárbara, embora se trate de uma barbárie ligada ao máximo de civilização. Penso que o movimento pelos direitos humanos se entronca aí, pois somos a primeira era da história em que teoricamente é possível entrever uma solução para as grandes desarmonias que geram a injustiça contra a qual lutam os homens de boa vontade à busca, não mais do estado ideal sonhado pelos utopistas racionais que nos antecederam, mas do máximo viável de igualdade e justiça, em correlação a cada momento da história. [...] Quem acredita nos direitos humanos procura transformar a possibilidade teórica em realidade, empenhando-se em fazer coincidir uma com a outra (CANDIDO, 2004, p. 170).

Certo grau de previsão do futuro é um daqueles fenômenos laterais que ligam os fios da escrita histórica e da produção estética desde longo tempo. O porvir é assim cobiçado por historiadores e ficcionistas, nos quais os primeiros, em suas mais diversas correntes metodológicas entendem a tripartição temporal de passado, presente e futuro como um *continuum*, e, desta forma, como uma tarefa de seus exames da trajetória dos eventos e prováveis consequências concretas que, conjugados, compõe a História. Por sua vez, nas páginas forjadas pelos escritores de ficção é que o Destino, algumas vezes, opta por revelar uma pequena parcela do que guarda segredo consigo. São os ficcionistas, portanto, fadados a acertarem o futuro com alguma frequência por meio do uso de expedientes subjetivos, tais como a imaginação criativa ou a originalidade do humor baseados em prognósticos determinados na contemporaneidade em que estão devidamente inseridos. Foi assim, por exemplo, que Monteiro Lobato (1882-1948) — um entusiasta do modelo empresarial fordista e do *American way* que contagiavam o novo mundo quase uma década após os desfechos da Primeira Guerra no Ocidente — antecipa, em um distante 1926, a futura história presidencial norte-americana transcorrida em 2008, a eleição de seu primeiro chefe de Estado negro.

Neste único romance adulto de sua lavra, Lobato contraria a afirmação feita seis anos antes na abertura de sua narrativa “Cidades mortas”, inscrita na coletânea homônima de 1920, de que “tudo é pretérito” (LOBATO, 2009, p. 21) e acerta com uma precisão surpreendente alguns dos acontecimentos sociopolíticos que, na atualidade, se tornaram quotidianos como a

ascensão econômica dos países asiáticos; a permanência e revalorização das “obsessões” passionais femininas; os obstáculos impostos pelas nações ricas aos imigrantes, sobretudo os advindos de países pobres; a globalização norte-americana espalhando seus valores de existência e de consumo; o avanço das pesquisas genéticas e das ciências biológicas; o bloco econômico integrado pelas nações latino-americanas e a onipresente guerra dos sexos com um elemento inimaginável no início da segunda metade da década de 1920, o crescente e mutável movimento de emancipação feminista.

Não obstante, tanto os autores de ficção quanto os narradores de fatos reais se igualam na tarefa de profetas, seguindo em (in)determinado momento os caminhos do fracasso. O “porviroscópio” — tecnologia imaginada por Lobato em *O presidente negro* (1926) e transformada em realidade pela genialidade e o suor de trinta anos de trabalho do septuagenária personagem professor Benson, um descendente de norte-americanos, — lança o leitor para um futuro demasiadamente distante, nublando-nos, espectadores e o próprio Monteiro Lobato, dos lances desastrosos da história mais próxima, de “cortes anatômicos do futuro” (LOBATO, 2009, p. 42) recente como a primeira crise do capitalismo no século passado, materializada pelo crack da Bolsa de Nova York ocorrida apenas três anos após a publicação da obra de ficção científica lobatiana e que, por pouco não arruinou por completo o sistema econômico e tão eficiente dos Estados Unidos, fonte de inesgotável admiração e de defesa ardorosa do maior nome da literatura brasileira infanto-juvenil.

Como se pode perceber, “ $2 + 2 = 4$ ”, a equação sintetizadora do professor Benson para comprovar a previsibilidade do futuro com base na soma dos determinantes históricos, pode revelar um resultado inesperado diferente da predeterminação quando a previsão é contemporânea ao examinador. Com a vitória do primeiro Jim Roy da história presidencial dos EUA, Barack Obama, em 2008, não houve como se esperava na realidade e na ficção de Monteiro Lobato, uma revanche étnica dos historicamente derrotados, mas algo contrário, uma tentativa de aproximação, no plano internacional, de velhos opositores políticos que, de forma subliminar, fecharia o livro ainda aberto do século XX. Dessa maneira, deu-se, em dezembro de 2014, já no segundo mandato de Obama à frente da Casa Branca, o encontro mais esperado entre duas nações depois do fim da Guerra Fria: Estados Unidos e Cuba.

O presidente norte-americano encontrou-se com o então chefe de governo cubano Raúl Castro para, juntos, comunicar ao mundo a decisão de reatar as relações diplomáticas entre o último grande Império capitalista e a ilha revolucionária — a qual por mais de meio século, defrontou essa grande potência ocidental, ostentando sua feição contraditoriamente

socialista. Quando assisti a esse evento, acreditei que grande parte da população do globo que o acompanhava pela transmissão das emissoras de televisão, ou pela rede mundial de computadores — curiosamente outra previsão de Monteiro Lobato em 1926, confirmada quase duzentos anos antes — deveria estar compactuando comigo a mesma sensação, a de que o século XX, menos pelos grilhões da cronologia do que pelos acontecimentos que o desenharam, estava finalmente acabando.

Esta previsão, no início de 2017, parece cada vez mais destinada a ser deitada nas águas do equívoco, haja vista o fato de que quer a História ser movediça, pois menos de três anos após esse encontro histórico e dos acordos mútuos assinados, floresceram novos tempos de crise econômica dentro e fora dos EUA, fazendo como que todas as conquistas outrora desenhadas possam ser anuladas pelo último pleito eleitoral norte-americano, o qual levou ao comando da maior potência capitalista um empresário retrógrado munido de um discurso violento contra minorias religiosas e de posturas ultranacionalistas contra o Oriente Médio, a África e a América Latina. Infelizmente, os novos caminhos da política estadunidense não são ímpares em suas trajetórias, vindo, ao que parece, ao encontro do recrudescimento da direita e da extrema direita em outros lugares como a velha Europa. O perigo vivido no passado ainda está acordado.

O medo e a intolerância mantêm o livro do século XX aberto e nas suas piores e mais negras páginas, lembrando-nos melancolicamente que “[q]uanto mais as coisas mudam, mais continuam as mesmas. A história se repete, embora em filão mais modesto. Talvez a história tenha aprendido uma lição” (COETZEE, 2000, p. 74) — conforme acredita o já desgraçado professor David Lurie no romance *Desonra* (1999) do sul-africano J. M. Coetzee — ou não.

Bons leitores dessas laudas são poucos, uma vez que, fora os historiadores profissionais e alguns estudiosos habituados a conviver em seu cotidiano com as narrativas artísticas e documentais, a maior parcela dos habitantes do mundo na atualidade vive dentro de um dos últimos resquícios deixados entre nós pelo século passado, o esquecimento.

Um dos grandes historiadores do século XX, o britânico Tony Judt, no prefácio entre cético e melancólico de seu *Reflexões sobre um século esquecido* (2008), aponta que, em nossa necessidade contemporânea de existir em um eterno presente contínuo, rompemos com a lembrança, proclamando sempre que nos é permitido a busca pela inovação. Este desejo de demanda pelo inédito nem se trata de um silenciamento ocasionado pela nossa incapacidade de transmitir uma experiência tão anômala como, por exemplo, a guerra, como bem teorizou Walter Benjamin (1892-1940) em ensaios acerca da teoria da narração, dentre os quais se

destacam “Experiência e pobreza” (1933) e “O narrador” (1936). Nestes, o talento benjaminiano, assim como a sua arguta compreensão da História, proporcionou-lhe prever, antes mesmo que o Destino lançasse em sua balança a sorte do Velho Continente, uma segunda guerra cerca de vinte anos depois dos conflitos que abalaram violentamente a economia e a sociedade das grandes nações europeias no decurso da década de 1910.

Ao final desta segunda catástrofe em que a Europa — continente relativamente pequeno em extensão, mas, inversamente proporcional em número de diferenças e contrastes histórico-sociais internos em relação a outros continentes — mergulhou a humanidade, entre os destroços de cidades como Varsóvia e Dresden, o mundo surgia dividido entre ideologias opostas que, por mais de quarenta anos, se defrontaram e se mediram mutuamente em competições tecnológicas e em promessas hostis de uma nova guerra, agora em escala global que de maneira inovadora abandonaria definitivamente as trincheiras, em outras palavras, trocando as concentrações dos combates pela capacidade de abarcar grandes espaços de forma ilimitada com o uso de bombas nucleares, a materialização inquestionável da maldade humana potencializada.

É no interior deste período — no qual a paz não parecia muito nítida, configurando-se em anormalidade no século passado (cf. TELLES, 1985, p. 138) como afirma a personagem Lorena Vaz Leme, uma das protagonistas do romance *As meninas* (1973), de Lygia Fagundes Telles — que se origina a interrupção das relações diplomáticas e econômicas que envolvem as personagens históricas mencionadas acima. Estados Unidos e Cuba tentaram abrir na atualidade, por meio de acordos políticos, uma avenida de mão dupla no lugar daquele muro arruinado ainda existente da Guerra Fria, edificação longeva erigida por mãos capitalistas e soviéticas. No crepúsculo de 2014, lembro-me do quanto Judt estava correto e atemporal, ao afirmar categoricamente que “o passado recente deve nos acompanhar por mais alguns anos” (JUDT, 2010, p. 14). Todavia, infelizmente, esta proximidade entre nós e o tempo pretérito, não significa uma maior compreensão deste e de suas complexidades por nossa parte, pois, segundo o autor de *Pensando o século XX* (2014), este tempo “é o mais difícil de se conhecer e compreender” (JUDT, 2010, p. 14). Cabe perguntar, atonitadamente, o porquê das mentes contemporâneas estarem imersas em uma Era do esquecimento?

Considerando o trabalho de historiadores de correntes metodológicas distintas como o já lembrado Tony Judt e Pierre Nora, há consenso sobre uma tentativa museologista de preservar eticamente o século XX originando um mosaico de fatos, no qual peças como “nazismo”, “Auschwitz” entre outras sejam interpretadas pedagogicamente em sua

individualidade e não em seu arranjo complexo. O problema originado dessa atitude é que a função memorialística destes artefatos históricos foi deturpada e, por mais que o século passado esteja “documentado por toda parte”, isso “não amplia nossa apreciação e consciência do passado” (JUDT, 2010, p. 15-16), levando-nos ao aprendizado de que equívocos e práticas não devem retornar, ao contrário

[s]erve como substituto, como sucedâneo. Em vez de ensinar a história recente às crianças, nós a levamos a museus e memoriais. [...] Hoje, a interpretação “comum” do passado recente se compõe, portanto, de fragmentos múltiplos de passados separados [...]
O mosaico resultante não nos conduz a um passado compartilhado, mas nos separa dele (JUDT, 2010, p. 16-17).

Como comprovação disto, a partir de 2013 — quando o mundo, sobretudo o Ocidente, recordou os oitenta anos da escalada de Adolf Hitler ao patamar de senhor supremo da Alemanha — abre-se um intervalo de “comemorações” de data redonda a algum fato importante ocorrido no período entre guerras do século passado. No entanto, a mensagem que nos deveria ser transmitida dessas memórias de terror, não nos incita a lutar contra as demonstrações recentes de brutalidade, pois, para a maioria absoluta dos espectadores, estes fatos se encontram demasiadamente distantes de suas existências quotidianas. Em outras palavras, como os signos e os sentimentos envoltos nesses marcos históricos não comparecem na prática de nossas vidas, se configuraram em uma retórica gasta.

Esquecida a lição recebida no século XX, deixamos que as catástrofes humanas permaneçam adormecidas nos domínios subterrâneos de nossa memória, quando devíamos na verdade evitar que isso acontecesse. Nesses espaços infelizes o mal não dorme — como mostra a representação estética de autores do quilate de Franz Kafka (1883-1924), por exemplo, —, ao contrário, revelam as suas “influências destrutivas prontas a levantar-se dos esgotos e dos porões que atormentam a imaginação literária” (STEINER, 1991, p. 35), que, tornadas realidade, têm a força de perverter a ordem transformando o mundo em um inferno, tal qual o apresentado por Marco Polo ao grande imperador do Oriente Kublai Khan no final de *As cidades invisíveis* (1972), de Italo Calvino. De acordo com o viajante veneziano,

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas:

tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço (CALVINO, 1990, p. 150).

Pela voz desta personagem, o autor de *As cidades invisíveis* (1972) põe em destaque uma representação que o Velho Continente foi eficiente em elaborar, sobretudo no século passado para além de nossas subjetividades. Boa parte da resposta do porquê de termos sido lançados nesta Era do Esquecimento é exposta por aquele falecido professor da Universidade de Nova Iorque quando atribuiu nossa dificuldade de lidar com o passado recente que ainda demonstra a sua força sobre a atualidade. Isto abre uma senda bifurcada na qual um caminho parece benéfico, enveredando-nos para uma distância necessária esperada para os estudos históricos entre o sujeito e os fatos, os quais se têm como objetivo examinar; o outro trajeto desenha o gradual afastamento que a contemporaneidade estabelece em relação ao passado, comportamento, a propósito, muito diverso do adotado por larga parcela das pessoas ao longo do século XIX nos países europeus, as quais, corroborando com a assertiva de que “uma sociedade requer antecedentes” (STEINER, 1991, p. 14), ativavam a memória da Revolução Francesa (1789) e seu patrimônio iluminista como algo próximo para compreender o percurso e as transformações históricas que modificavam o seu *modus vivendi*.

Na contracorrente, o já lembrado Monteiro Lobato não compactuou com essa euforia continental e nem tão pouco com quaisquer outras, como pode ser visto em sua denúncia social do bucolismo regionalista que imperava na literatura nacional, ao introduzir, nas Letras do país, “a imagem do caipira desvitalizado e retrógrado, abandonado ao seu destino triste. Com isto, deu uma estocada firme no regionalismo idílico, ou pelo menos pitoresco, da maioria dos escritores do gênero” (CANDIDO, 2004, p. 217), como afirma Antonio Candido em *Vários escritos*.

Monteiro Lobato revela uma postura de condenação aos símbolos socialistas como o espírito de classe — ao qual o escritor responsabiliza por uma derrocada da Europa — e a Revolução Francesa de 1789, dentro de uma concepção que contraria, para ser otimista, boa parte da intelectualidade da esquerda militante internacional, a qual rende, ainda na atualidade, grande respeito por este acontecimento que marca um ponto de partida para a história dos movimentos populares. Afirma Monteiro Lobato nas páginas de *O presidente negro* que “a Convenção Francesa, aquele tumulto utópico que fez retórica às toneladas e decepou cabeças aos montões, como se a produção de frases e a redução de vidas pudessem aumentar o trigo dos celeiros, causa real de todos os males da França” (LOBATO, 2009, p. 163).

Por outro lado, mesmo a Revolução bolchevique de 1917 — outro exemplo, segundo Eric Hobsbawm em seu “A história e a previsão do futuro” (1981), artigo enfileirado em *Sobre história*, de um erro de previsão com base nas suas circunstâncias particulares — não cogitou voltar as suas costas para a lembrança dos eventos históricos responsáveis por sacudir as estruturas sócio-políticas do *Ancien Regime* como expõe Edgar Morin na terceira conferência enfileirada em sua *Cultura e barbárie europeias* (2005). Haja vista que este partido soviético já em 1914 carregava em sua bagagem intelectual dois componentes ideológicos da lavra revolucionária francesa, o “amplo fraternalismo” transmitido à *intelligentsia* russa graças, em grande medida, às páginas ficcionais de Liev Tolstói (1828-1910) — autor que, com sua compreensão da importância de cada indivíduo para a edificação do projeto histórico, se tornou referência literária e metodológica confessa para o trabalho de historiadores respeitados no século XX, como Carlo Ginzburg, — e o seu maior objetivo, a revolução burguesa. Assim, lembra Morin,

[o]s bolcheviques seguem o movimento e impõem habilmente uma dupla palavra de ordem: “a terra aos camponeses”, o que evidentemente inflama os mujiques mobilizados, e “todo o poder aos soviets”, ou seja, os conselhos operários que tinham se formado nas fábricas de Petrogrado.” (MORIN, 2009, p. 78).

Depois desta emancipação da consciência humanista no Ocidente, lateja a questão que orientará todo o meu estudo nesta Tese de doutorado, por que, ao longo do século XX, os valores e programas sociais foram sendo dilapidados em um período que, de modo paradoxo, inscreveu o maior número de revoluções e conquistas de bem-estar a grandes camadas populacionais observadas na História, estas vitórias, em sua maioria, pautadas nas mesmas exigências sociais deflagradas da revolução na França oitocentista?

Primeiramente, é preciso recordar que a Europa Ocidental no século XIX foi um paradoxo no qual, de um lado, incorporou o maior centro de dominação imperialista mundial, do outro, o de berço das ideias libertárias desta condição de subjugação das então colônias nos outros três Continentes do planeta, a qual durou em países como Moçambique até meados da década de 1960. Assim, de forma ambígua, a velha Europa produziu em seu interior os venenos de sua dominação global e os respectivos antídotos contra essa sua supremacia ao redor do mundo. Essa ideia que será retomada na terceira conferência de Edgar Morin intitulada “Pensar a barbárie no século XX” inscrita em *Cultura e barbárie europeias* mostra

a Europa como imagem de um Continente que, à guisa de “aprendiz de feiticeiro”, produz o próprio mal que inocula a força de suas ambições.

No interior dessa concepção de Edgar Morin aparece a gênese da característica que irá identificar, não só o Continente europeu, mas também todo o globo em meados do século posterior, o de um mundo de aspectos extremos.

[S]e a Europa Ocidental foi o foco da dominação bárbara no mundo, ela foi igualmente o foco das ideias emancipadoras, como a dos direitos humanos e da cidadania, graças ao desenvolvimento do humanismo (MORIN, 2009, p. 74).

Por essa condição bivalente observada na composição do século XX que um historiador ligado aos debates socioculturais como Eric Hobsbawm intitula o século XX como uma “Era dos extremos”, no qual, de um lado se observa nesse período a origem de grande mortandade, mas, de outro, também forjou maneiras de prolongar, como nunca antes na história humana, a vida, configurando, assim, o progresso dentro de uma dialética de vitórias e de derrotas humanas.

Primeiramente, é preciso recordar que em nossa tentativa de “aplar as fúrias do presente, degradamos o passado” (STEINER, 1991, p. 76). Em outras palavras, somos frequentemente instruídos pelo *establishment* de vários países, desde os primeiros anos pós-Segunda Guerra Mundial, a deixar nos arquivos da História (e não nos da memória pessoal e coletiva) as experiências e lembranças recentes “de conflitos internos e violência entre comunidades” (JUDT, 2010, p. 19). Diferente de nações como os EUA os quais, em números de milhões de vidas, em prejuízos econômicos e em ocupações de territórios geográficos, não perderam absolutamente nada, o restante dos países envoltos nos combates que sangraram mais da metade do século XX, precisaram erigir uma nova margem para escoar seus sofrimentos e suas baixas, pois, de acordo com George Steiner em ensaio enfeitado em *No castelo do Barba Azul* (1991), era “indecente sobreviver, para não dizer prosperar, na presença visível do passado imediato” (STEINER, 1991, p. 69). Dessa maneira, nas palavras do autor de *Linguagem e silêncio* (1988),

[h]oje, pode-se viajar pela maior parte da Europa ocidental, e até mesmo pela União Soviética, e não encontrar nenhum terreno preciso sobre o qual localizar os fatos da Segunda Guerra Mundial ou nossa própria lembrança dos montes de cinzas de 1945 (STEINER, 1991, p. 69).

O tempo de existência de Eric Hobsbawm coincide cronologicamente com as transformações mais significativas ocorridas nos territórios europeus no século XX, quando as constantes reorganizações políticas no mapa político-social das Europas central e oriental, pulverizaram fronteiras reconfigurando territórios e países como a Iugoslávia e a problemática Tchecoslováquia. Assim, os limites nacionais no século XX, sobretudo, na Europa, são, como no sertão de Guimarães Rosa, de difícil delimitação, haja vista as constantes transformações operadas em diversas nações que surgiram e desapareceram como dunas sopradas pelos ventos da incerteza. Segundo o historiador mencionado acima, esse apagamento geográfico também se deve à elaboração criativa das manifestações estéticas recentes, haja vista “a moda atual de os romancistas basearem seus enredos na realidade constatada em lugar de inventá-los, confundindo com isso a fronteira entre o fato histórico e a ficção” (HOBSBAWM, 1998, p. 18).

Nesta era dos esquecimentos e de errâncias em que se configurou o século XX, a escrita de Guimarães Rosa, sobretudo a forjada em *Grande sertão: veredas* resgata a experiência perdida de *continuum* histórico, haja vista que nesse romance de caráter reflexivo (como bem lembrou Benedito Nunes em ensaio de 1983) em que o protagonista é um homem comum que, ao lembrar a sua trajetória pela história do banditismo, interroga e reflete sobre os significados e importâncias dos episódios dos acontecimentos decorridos. À maneira de um Proust interiorano, Guimarães Rosa — pela boca de um já idoso Riobaldo — funde os tempos transcorridos dentro de uma narração na qual, segundo o autor de *Passagem para o poético* (1986), “[o] passado não se isola do presente, onde está contido, e nem do futuro, de onde proveio” (NUNES, 1983, p. 22), de acordo com o ensaísta paraense em “Matéria vertente”.

Igualmente preocupado com este apagamento da continuidade histórica nos limites da cultura ocidental, Steiner debruça-se sobre a importância do legado deixado pelas manifestações estéticas forjadas no interior do século XIX ao examinar o seu mito nostálgico de um “jardim imaginado da cultura liberal” (STEINER, 1991, p. 15), quase quatro décadas antes de Tony Judt. Neste trabalho, o ensaísta parisiense demonstra que este mito, elaborado, em boa medida pelo próprio século XIX, condicionou o pensamento contemporâneo com a imagem paradigmática de como deveriam agir as sociedades nos âmbitos da civilidade e da humanidade.

De certa forma, alguns aspectos culturais representados pela estética e examinados pela historiografia contemporânea já haviam sido anunciados neste século imediatamente anterior. A abordagem de temas caros à leitura de Eric Hobsbawm, tais como a emancipação

feminina e a ambientação da história em torno do homem comum não foram, portanto exclusividade do século passado, mas sim o seu aprofundamento nos debates que estavam na ordem do dia desde pelo menos a primeira metade dos Oitocentos na Europa.

Tais mudanças ocorridas no solo do Velho Continente, logo foram transmitidas ao restante do globo, alterações que afetaram não somente as esferas políticas e sociais dos castelos e palácios, mas também o percurso das linguagens artísticas e da própria História que, nesta Era das revoluções (1962) como conceituou outro historiador britânico, Eric Hobsbawm, em obra homônima, “estava passando a um novo estado de ser, que o tempo antigo estava chegando ao final” (STEINER, 1991, p. 26). A importância deste enorme verão, o qual durou exatos “cem anos de gradualismo liberal e ordem civilizada” (STEINER, 1991, p. 26) penetrou tão profundamente na memória da intelectualidade europeia que serviu de ponto de referência para quaisquer tentativas empreendidas de compreensão do outono da brutalidade e o inverno de violência em que se constitui o século XX. Haja vista que é incontornável tanto para uma teoria da cultura, quanto para os estudos históricos, cravar as unhas nas feridas provocadas no mais mortífero dos séculos no interior de um Continente que, coincidentemente, embalou os sonhos futuros do Bem e todos os obscuros projetos do Mal.

Projetada por George Steiner, a imagem calorosa dialoga diretamente com a proposta de leitura de Hobsbawm em muitos dos seus estudos como a *Era dos extremos* (1994), livro no qual o intelectual examina as particularidades de uma Era de vigorosos opostos e ambiguidades inconciliáveis em que a paz do longo século XIX — responsável por moldar a sociedade ocidental e estabelecer, nas palavras de Steiner, “os critérios de cultura que, até bem pouco tempo, foram os nossos” (STEINER, 1991, p. 26), — foi retraída ao máximo no século imediatamente posterior em cuja brevidade redutora do humanismo desenvolveu largamente a dependência tecnológica e industrial que, por um lado, ofereceu, com já foi lembrado anteriormente, um aumento considerável da promoção de bem-estar social, uma herança dos dogmas revolucionários e iluministas, como o avanço da longevidade da população graças a uma maior produção de alimentos e serviços em áreas essenciais como saúde, transporte e lazer.

Entretanto, por outro lado, o mesmo avanço científico que produziu riquezas no *breve* século XX produziu também a barbárie e a morte em escala industrial com uma maquinaria responsável por potencializar a destruição de centenas de milhares de vidas humanas fora os incontáveis mutilados e as vítimas das limpezas étnicas em territórios de conflitos que, infelizmente, ainda ocorrem em regiões periféricas do globo, algo extremamente diverso do

observado nas guerras do passado, o qual ainda que violento, apresentava explicitamente uma “distinção clara entre guerra e paz” (HOBSBAWM, 2007, p. 26) e contava os seus mortos em centenas, inseridos no espaço limitado das trincheiras, imolando quase que exclusivamente militares em uma demonstração de respeito pela dignidade humana dos inocentes e indefesos civis.

Sob tais condições flagrantemente desfavoráveis, por que o capitalismo liberal não ruiu completamente na primeira metade do século passado, deixando o caminho livre para a dominação mundial de seu equidistante oposto em expansão, o “socialismo real” soviético, o qual parecia não apresentar fissura alguma em sua imagem no período em que a Europa era devastada por duas grandes guerras? Quaisquer tentativas de resposta a esta pergunta nos levará provavelmente a argumentos parciais, mas basicamente, pode-se afirmar que, como aponta Hobsbawm, irônica e ambigualmente, foi o próprio campo socialista quem salvou as democracias de mercado europeias (e também os EUA) em seu período mais difícil que foi a denominada era das catástrofes; momento histórico no qual “[e]nquanto a economia balançava, as instituições da democracia liberal praticamente desapareceram entre 1917 e 1942” (HOBSBAWM, 1994, p. 17); retribuindo-lhes o favor de ter arquitetado as condições ideais para a Revolução de Outubro em solo russo.

Outro aspecto a ser salientado, é que, em sua natureza mutável, o capitalismo produz seus próprios antídotos na medida em que origina, historicamente, suas cíclicas crises, como salientou Karl Marx (1818-1883) no desfecho da primeira metade do século XIX. Analisadas em retrospecto, tais conjunturas constituem etapas do desenvolvimento desse sistema econômico, gerando, como lembrou o autor do *Manifesto do Partido Comunista* (1948), contradições em seu interior, as quais serão responsáveis por processos de recuperação ocorridos periodicamente e a cada nova fase de mudança da economia mundial como bem salienta a teoria dos ciclos longos do economista russo Nikolai Kondratiev (1892-1938), uma das diversas referências metodológicas seguida por Hobsbawm no decurso sua carreira, ainda que, a partir de 1990, a economia capitalista tenha historicamente contrariado as expectativas desse cientista soviético, apresentando desfechos e reincidências de crise em intervalos extremamente curtos. Em todo caso, como afirmou Hobsbawm, na altura de seus sábios 80 anos, “[s]ó é possível saber com exatidão o fim de um período quando este já terminou a muito tempo” (HOBSBAWM, 2000, p. 10).

Graças a essas incongruências, o capitalismo gestou em seu seio oposições, como as produzidas pelas áreas da tecnologia que, por um lado, levou o Ocidente a uma Era de Ouro a partir da década de 1960 com um aumento progressivo da expectativa (e da qualidade) de vida de suas sociedades em geral com o avanço científico produzido, sobretudo, pelas ciências exatas e naturais tornadas as grandes protagonistas no campo do conhecimento cada vez mais hermético em suas diversas especializações e de difícil alcance “para os não-cientistas, embora os leigos tentassem desesperadamente entendê-las, com a ajuda de uma vasta literatura de popularização, às vezes escrita pessoalmente pelos melhores cientistas” (HOBSBAWM, 1995, p. 506).

Ao lado disto, as instituições liberais atentaram, ainda que contra a sua vontade e contra seus lucros, para a necessidade de promoção, em vários aspectos sociais, de bem-estar para as grandes massas de trabalhadores. Uma vez mais, o socialismo ou o medo deste, ajudaram a lembrar aos senhores do capital que as “pessoas não podem ser sacrificadas” (HOBSBAWM, 1992, p. 268) impunemente, pois isso poderia fazê-las engrossar, por meio de levantes e revoluções, os exércitos socialistas. Contudo, esta lição, como muitas outras trazidas na algibeira do século passado, parece não ter sido totalmente aprendida, haja vista que, segundo Hobsbawm,

O século XX foi o mais mortífero de toda a história documentada. [...] Se considerarmos 1914 como seu início real, foi um século de guerras praticamente ininterruptas, com poucos e breves períodos em que não houve conflitos armados organizados em algum lugar. [...] O período entre 1914 e 1945 pode ser visto como uma única “Guerra dos Trinta Anos”, interrompida apenas por uma pausa na década de 1920. [...] **O mundo como um todo não teve paz desde 1914** [...] (HOBSBAWM, 2007, p. 21-2. Grifo meu).

Todos estes contrastes nos âmbitos antagônicos do bem-estar e da violência (para ainda não falar em barbárie) entre os séculos anteriores e o século XX podem ser sintetizados na ideia apresentada em uma declaração recente de um professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o economista Sami Dana, para um programa de TV, em 2014, quando este afirmou, em linhas gerais, que na contemporaneidade todo indivíduo pobre vive em melhores condições que um rei europeu no passado, não obstante esse homem atual não tem em sua existência cotidiana as sensações sociais, políticas e econômicas de que vive como um verdadeiro monarca, ou mesmo como um nobre menor na escadaria aristocrática.

Outro fato relevante ocorrido na passagem do século XIX para o XX foi a transformação sofrida nos rumos da trajetória da escrita historiográfica, a qual modificou substancialmente a relação entre o homem ocidental e o tempo que o envolvia. Acerca dessa cisão provocada por este ramo das ciências humanas, muitos caminhos discursivos foram abertos, tais como o filosófico seguido pelo ensaísta Benedito Nunes (1929-2011) em ensaio apresentado no primeiro semestre de 1993 por ocasião do ciclo de debates “A crise do pensamento”. Nas primeiras páginas de seu “O tempo dividido: Cosmos e História”, este intérprete de Clarice Lispector e de João Guimarães Rosa — ficcionista sobre cuja obra se desdobra a presente Tese de Doutorado — sintetiza o percurso especializado que realiza a História ao longo dos séculos com o escopo, intencional ou não, de abandonar a totalização herdada da tradição humanista endossada pelo oitocentismo. Amparado em sua escrita pelas concepções de G. W. F. Hegel (1770-1831), Michel Foucault (1926-1984), entre outros nomes importantes, o autor de *Crivo de papel* (1998) denuncia

[n]a pletórica produção historiográfica de hoje, a História universal foi substituída por histórias particulares — histórias de época, histórias de região, histórias de atitudes ou de mentalidades — História econômica de determinados períodos, História cultural deste e daquele povo — que descartam as sínteses globais do desenvolvimento da humanidade que a primeira intentou (NUNES, 1994, p. 124).

Em sua busca por descrever o lugar ocupado pela filosofia no interior dos estudos literários, Benedito Nunes no corpo de outro ensaio seu intitulado de “A matéria vertente” — amparado, por um lado, pela tradição fenomenológica e, por outro, pelo percurso filosófico traçado no Ocidente — examina a obra-prima de Guimarães Rosa com base no caminho dialogal que a literatura estabelece com a filosofia e vice-versa. No que tange ao gênero poético, é este que mantém um grau de maior proximidade entre ambas. Diversamente à matéria filosófica, a disciplina histórica, na maioria das vezes, tenta descrever uma vereda contrária promovendo um afastamento da produção literária. Isto porque, seja na poética de *Grande sertão: veredas* ou na prosa de outros escritores, “[o] romance é ficção: elabora, firmado em estruturas narrativas, um complexo universo imaginário. Os componentes verbais desse universo estão neutralizados como enunciados-de-realidade pela própria mimese, pela criação da obra ficcional” (NUNES, 1983, p. 11). Talvez por esse exato distanciamento da realidade factual é que essa possa ser mais bem apreendida na obra estética.

Foi principalmente na passagem do século XVIII para o XIX que a sociedade europeia vislumbrou uma mudança no rumo e no foco dos debates intelectuais e historiográficos. Os

grandes marcos desse período foram, inegavelmente, o Iluminismo e a Revolução Francesa, ambos operando uma alteração significativa dos protagonistas do teatro social com a escalção daqueles antigos indivíduos sem nome em simultânea e gradual retirada dos reis e demais detentores de títulos nobiliárquicos, todos substituídos por personagens que, em uma linha ascendente sem par na história do homem em sociedade alcançam o papel de maior destaque no século XX, pelos chamados “homens comuns” que viram suas existências invadidas pelas questões políticas que em épocas anteriores eram tão somente discutidas no interior dos espaços palacianos. No apagar das luzes do século XIX, a chamada História da Cultura era voltada ainda para a escrita de uma História elitista, cuja abordagem foi devidamente desautorizada pelos estudos de reflexão antropológica e também pela então recém-nascida sociologia a qual, emergindo no estio intelectual da Europa no século XIX, igualmente se solidarizara com a proposta de mudança na direção tomada pela historiografia em países como Inglaterra, França e a Alemanha.

O que veio imediatamente a seguir foi um crescente interesse pela denominada História Cultural que objetivou, de forma progressiva, dar conta da construção das tradições sócio-político-econômicas com base na perspectiva dos indivíduos integrantes das classes subalternas, como nos havia ensinado Jules Michelet (1798-1874) e Jacob Burckhardt (1818-1897), os dois precursores da valorização do homem comum nos estudos históricos. Na Grã-Bretanha, por exemplo, observa-se o surgimento metodológico da chamada História econômica — corrente, aliás, tornada recorrente na produção intelectual de Eric Hobsbawm, sobretudo, em um dos temas que me interessa assaz nesta Tese, o da história dos movimentos populares a qual, sob muitos aspectos dialoga com a leitura da historiografia forjada a partir de baixo elaborada por E. P. Thompson em títulos como *A formação da classe operária inglesa* (1987).

Não é de se estranhar que nessa perspectiva intelectual, responsável por sublinhar a passagem do *Ancien Regime* historiográfico para a contemporaneidade nos processos de narração histórica, seus membros façam uso da matéria literária em seus respectivos exames, propondo, dessa maneira, a transdisciplinaridade, algo que não ocorre na atualidade devido à hiperespecialização das Ciências Humanas, promovendo com isso o despedaçamento de Clio, como lembra José D’Assunção Barros em *O campo da história* (2004).

Observador em um horizonte diverso, George Steiner, por seu turno, no ensaio intitulado “O grande *ennui*”, destaca que a História anterior a 1789 “havia sido, em larga margem, privilégio e terror dos poucos” (STEINER, 1991, p. 23). Entretanto, com a escalada

da burguesia, destacando-se da *grande masse* do terceiro Estado francês e liderando este novo estamento social nos levantes revolucionários, grandes nomes no campo estético como Victor Hugo (1802-1885) e, na Alemanha, Goethe (1749-1832), por exemplo, perceberam um deslocamento do foco da História, cuja lente desde então deixava de mirar o interior dos grandes salões cortesãos e passava a enquadrar o homem comum e pobre para o qual esta disciplina se tornaria o seu ambiente, segundo o autor de *As ideias de Heidegger* (1982).

Enveredando pelo século XX, esta personagem histórica — ao lado da mulher e seu duplo movimento de emancipação em relação, primeiro, ao espaço doméstico e sua obrigação patriarcal de procriação e, posteriormente, à inserção no mercado de trabalho — exerceu o papel de protagonista nas páginas históricas e literárias. Eric Hobsbawm o torna ponto nevrálgico de todo o seu trabalho, o qual recusa, terminantemente, uma leitura relativista da história, haja vista que para este historiador britânico o fato é algo incontornável.

Inegavelmente há hoje uma verdadeira celebração daquilo que Hobsbawm chamou de “eterno presente” (HOBSBAWM, 2004, p. 126) em que indivíduos inconscientemente não conseguem mais conceber a sua trajetória como uma parada dentre tantas no *continuum* histórico o que, em curto prazo, pode significar algo extremamente prejudicial no processo de construção ou modificação das tradições e culturas. Esse é, portanto, um dos motivos pelos quais historiadores renomados nascidos em meados do século XX seguiram por um caminho oposto ao tomado por uma vertente dos estudos históricos na atualidade — quase sempre esta me é lembrada por colegas de mesa e por debatedores vindos da plateia em simpósios e congressos em que participei nos últimos quatro anos de pesquisa — a qual se debruça ao exame do *tempo presente* no intuito de compreender o contemporâneo.

A descrição deste obstáculo — de que quaisquer tentativas de examinar a contemporaneidade constituir-se-ão numa observação demasiadamente precária, pois o estudioso não possui o distanciamento significativo destes acontecimentos, fator necessário para a crítica de suas complexidades, — aparece nas notas prefatórias de livros em cujos títulos ou subtítulos sobressaem o pessimismo e a melancolia diante daquele período que consagrou regimes totalitários ao redor do globo. Dentre estas obras, a meu ver, destacam-se *Reflexões sobre um século esquecido* (2008), de Tony Judt e o indeclinável *Era dos extremos*, de Eric Hobsbawm, publicações em que esses historiadores deixam nítidas as dificuldades inerentes de se voltarem à análise de sua própria época ainda que a realizassem com maestria, clareza e engenho, peculiaridades que devem continuamente nortear o ofício destes

intelectuais. Na historiografia forjada por Hobsbawm, este intelectual afirma, entre ganhos e perdas, seu capital de “opiniões e preconceitos sobre a época” (HOBSBAWM, 1995, p. 7).

Este é um dos motivos pelos quais, enquanto historiador, evitei trabalhar sobre a era posterior a 1914 durante quase toda a minha carreira, embora não me abstinhasse de escrever sobre ela em outras condições. [...] Acho que já é possível ver o Breve Século XX [...] dentro de uma certa perspectiva histórica, mas chego a ele desconhecendo a literatura acadêmica, para não dizer que desconheço todas as fontes primárias acumuladas pelo grande número de historiadores do século XX.

Claro, **na prática é completamente impossível uma só pessoa conhecer a historiografia do presente século** [...] como, por exemplo, o historiador da Antiguidade clássica ou do império bizantino conhece tudo o que foi escrito sobre esses longos períodos, na época e depois. Mesmo pelos padrões de erudição histórica, contudo, meu conhecimento no campo da história contemporânea é precário e irregular ³ (HOBSBAWM, 1995, p. 7. Grifo meu).

No interior de um dos seus primeiros testemunhos sobre a escrita panorâmica de sua visão do século passado, “O presente como história” (1993) — quase um ano antes, portanto, de *Era dos extremos*, Hobsbawm já expõe as dificuldades de se lançar ao mar bravio da historiografia contemporânea correndo o risco, quase certo, de redemoinhar nos movimentos céleres deste período, mas próximo de se tornar um octogenário, este historiador lança mão de um trunfo não permitido a intérpretes mais jovens, o olhar distante em relação ao passado, em outras palavras, a retrovisão “arma final do historiador” (HOBSBAWM, 1998, p. 249) e recurso também utilizado pela principal personagem criada por Guimarães Rosa, Riobaldo, o narrador de *Grande sertão: veredas*, sertanejo voltado às especulações sobre a vida e ao entendimento de seu passado jagunço, o qual só pode ser percebido em sua dimensão total em um tempo distante daquele em que estão inscritos os fatos narrados, pois como ensina esse narrador rosiano, “[m]esmo o que estou contando, depois é que eu pude reunir relembrado e verdadeiramente entendido” (ROSA, 1956, p. 139).

Tais conclusões se devem ao fato de que — assim como Judt e muito mais do que este historiador haja vista ter, em relação ao autor de *Sobre história*, o seu posterior nascimento e prematura partida, falecido no auge de sua produção e reconhecimento internacional, — a

³ Cinco anos após a publicação de *Era dos extremos*, em uma entrevista ao jornalista italiano Antonio Polito, Eric Hobsbawm voltaria a este problema, reconsiderando inclusive as escolhas metodológicas e as conveniências históricas adotadas em sua definição de 1994, do século XX como um “século breve”, compreendido como um período social entre a eclosão da Primeira Guerra e o desmoronamento da URSS. Durante este diálogo — proferido em um italiano fluente —, o historiador ainda se mostrava convicto da eficácia teórica dos ciclos longos de Kondratiev, mas disposto a rever previsões e tendências que prolongariam a sobrevida de sua concepção acerca do século passado, como, por exemplo, a “rápida expansão global da economia capitalista” (Cf. HOBSBAWM, 2000, p. 9-11).

biografia pessoal de Hobsbawm se amalgama aos principais acontecimentos históricos que formaram o século passado, o que, na modesta concepção do autor de *Tempos fraturados* (2013), poderia nublur o seu olhar e as suas avaliações políticas e sociais acerca deste tempo constituído de muitas eras; como a do massacre; a da catástrofe; a de ouro nas democracias liberais na década de 1960; a do desmoronamento dessas instituições anos depois e, na atualidade, a do esquecimento.

Se houve alguma perda no caminho traçado para si por Eric Hobsbawm, esta não foi, felizmente, no campo acadêmico, e sim nas páginas do capítulo de negativas pessoais, no qual aparecem as inclinações políticas e ideológicas não somente de Eric Hobsbawm, mas também de toda uma geração formada na década de 1930 e que com ele compartilhou a utopia da URSS e do seu “socialismo real” como uma “alternativa de desenvolvimento para o Ocidente” (HOBBSAWM, 2004, p. 122) frente a maior derrocada do capitalismo pós-Primeira Guerra e pórtico para as atrocidades e violações aos direitos humanos cometidas pelos regimes totalitários que então se erigiam.

E, por mais que hoje isso seja pouco lembrado, sobretudo pelas mentes voltadas para a direção da direita conservadora, houve intervalos históricos demasiadamente fugazes, é verdade, mas também muito claros em que o sonho socialista parecia quase ultrapassar a cortina onírica e se inserir definitivamente na realidade do planeta como expôs E. P. Thompson, outro “observador realista da história”, em *As peculiaridades dos ingleses*, tais como no “início da década de 1890, 1911-1914, 1945-1947 — quando, em termos políticos reais, uma vigorosa estratégia socialista era viável” (THOMPSON, 2012, p. 137).

Aqui assiste a maior implicância dos desafetos políticos e de alguns opositores respeitosos e confessadamente inspirados em suas obras, dentre estes, Tony Judt. Assumidamente anticomunista, a grande censura do autor de *O Mal ronda a Terra* (2011) não ousa recair na escrita e/ou no estilo narrativo de Eric Hobsbawm, até porque neste âmbito, o professor do Birkbeck College é considerado “um mestre da prosa inglesa, [escrevendo] inteligivelmente sobre história para leitores instruídos” (JUDT, 2010, p. 137), mas sim na teimosia deste em não se arrepende ou pedir publicamente perdão por suas convicções comunistas, ou — segundo Judt deixa transparecer em sua amargurada resenha sobre a autobiografia hobsbawmiana, *Tempos interessantes*, — sobre aquilo que Hobsbawm entende, muito particularmente, como ser comunista. Independente disto, até porque, a título de curiosidade, este historiador antecipou-se cronologicamente aos argumentos de seus “detratores”, respondendo satisfatoriamente acerca dos verdadeiros motivos de sua não

ruptura com os ideais da Revolução de Outubro, os quais não necessariamente são os da déspota União Soviética de Josef Stalin (1878-1953) e de seus sucessores no Partido, e, portanto, de sua escolha em jamais queimar seus antigos navios socialistas, espaços para onde retornou Eric Hobsbawm em sua trajetória metodológica de uma história analítica capaz de mudar o mundo e o homem por meio de um exame detido sobre “o que ocorreu em vez de simplesmente descobrir o que aconteceu” (HOBSBAWM, 2000, p. 13).

Não é difícil encontrar o grande equívoco argumentativo na acusação de Judt ao comunismo convicto de Hobsbawm, pois essa repete a confusão proposital e contínua provocada pela direita em relação aos postulados de Marx. Ou melhor, aos péssimos desdobramentos que a leitura desse autor tomou ao redor do planeta, esquecendo que, mesmo com alguns deslizes metodológicos, o marxismo apresenta “uma força extraordinária de aglutinação e flexibilização que lhe permite enfrentar as diferentes realidades, dando as respostas específicas que cada um requer” (CANDIDO, 2001, p. 77), a qual é reconhecida por qualquer intelectual inteligente que não se deixa envolver de maneira leviana por suas convicções pessoais ao debater assuntos de ordem teórica.

Dentre as infelizes e catastróficas divisões do marxismo existentes, a mais lembrada pelos seus opositores é o paradigma stalinista, também chamado por E. P. Thompson de “althusseriano” — o mesmo que foi combatido duramente por esse intelectual britânico no longo ensaio “A peculiaridade dos ingleses” e em *A pobreza da teoria* (1981) e por Hobsbawm, é claro, com um pouco menos de entusiasmo para a polêmica do que o primeiro.

Inscrevendo a realidade brasileira nos debates acerca dos impactos provocados pelo marxismo na *intelligentsia* ocidental na primeira metade do século XX, Antonio Candido os descreve dissolvidamente entre as páginas da pouco conhecida coletânea *Florestan Fernandes* (2001), opúsculo no qual o autor compila vinte anos (1978-1998) de textos dedicados à vida e a produção do amigo e grande sociólogo que soube pôr seus conhecimentos em prol de causas coletivas como a defesa da escola pública que esse marxista livre não pode frequentar com regular assiduidade.

Como se sabe, o marxismo terminou por pregar a partir do século XIX uma espécie de religião sem Deus, crendo na visão do “proletariado industrial torna-se um messias; a revolução, um apocalipse e a sociedade sem classes, a salvação na Terra. A maioria dos marxistas acreditou que praticava uma religião da salvação terrena” (MORIN, 2009, p. 58). Daí surge o problema dessa metodologia originada por seus inúmeros fieis que — nos brasileiros formados entre os anos de 1940 e 1950, por exemplo, — se caracterizou pela

supremacia “do dogmatismo e do unilateralismo que eram predominantes nos marxistas da nossa geração” (CANDIDO, 2001, p. 50), esses afetados por uma visão stalinista e por um método que, na prática, era utilizado com o objetivo de dilatar até o ponto de ruptura a realidade com base em esquemas preestabelecidos pelo Kremlin Moscovo.

Terminologia ortodoxa e a distorção consciente da realidade para atender aos programas ideológicos soviéticos foram os motivos pelos quais Antonio Candido, nosso maior intérprete literário e cultural, não se identificou metodologicamente com o marxismo, com cujas teorias Candido trava relação em 1943, momento no qual, segundo o grande nome da recepção crítica de Guimarães Rosa,

estava me iniciando a sério [...] passava por uma lua-de-mel com a política, e por isso exagerava nas posições. Afirmava, por exemplo, que, para analisar a vida cultural, não só o marxismo era necessário, como os partidos políticos que o adotavam detinham a verdade. Doutrina extremamente perigosa, que vimos no que deu. [...] Nós, os socialistas, tínhamos uma característica: não aderimos nem ao stalinismo nem ao trotskismo, que eram as correntes dominantes daquele tempo (CANDIDO, 2001, p. 71-72).

Apesar de compor a esquerda militante, a intelectualidade de Antonio Candido, como comprova a sua biografia, nunca o deixou tombar para os territórios das posições radicais e nem deixar de compreender aqueles colegas que se deixaram seduzir por essas veredas ideológicas. Em um século como foi o passado regido pelo signo das posturas extremadas, o autor de *Formação da literatura brasileira* (1959) compreendeu que “aquele foi um tempo de grandes esperanças, e quando penso nos moços de hoje tenho um pouco de pena deles, porque acho que não viveram as expectativas eufóricas (e enganadoras) do meu tempo” (CANDIDO, 2001, p. 73).

Esperança — esse sentimento ao qual o filósofo Ernst Bloch (1885-1977) chamou de o mais humano — foi o grande sonho dormido por grande parcela de intelectuais ao redor do globo, como os contemporâneos Candido e Hobsbawm, os quais acreditaram que, indubitavelmente, após o desenlace da Guerra total,

o socialismo ia se instaurar; que devido à vitória comum contra o nazismo, a União Soviética ia se liberalizar e se democratizar, enquanto os Estados Unidos, a Inglaterra, a França iam se socializar. Eles se encontrariam no meio do caminho e nós teríamos a felicidade na Terra! Caricaturando um pouco, no fundo era essa a nossa posição, posição de grande esperança, uma esperança que nos animava, nos transportava acima de nós mesmos, e todos sabem que, sem grandes ideais, a gente não se transporta acima de si (CANDIDO, 2001, p. 73).

No “breve século XX’ de revoluções e guerras de religião ideológica” (HOBSBAWM, 2013, p. 229) não se posiciona — e, para a intelectualidade que viveu a passagem da Segunda Guerra para a chamada Guerra Fria, isto significava praticamente uma obrigação de aderir às posições políticas de esquerda, sobretudo para aqueles que, como o historiador britânico e o autor de *O discurso e a cidade* (1993), se formaram na “década de radicalização” (cf. CANDIDO, 2001, p. 75) de 1930 — é quase querer mirar o mundo então fragmentado com o olhar inocente e docemente irresponsável do jovem protagonista de *Ferris Bueller’s Day Of* (1986), filme tornado *cult* da adolescência colorida dos anos de 1980 no qual a personagem principal interpretado pelo ator Matthew Broderick podia se dar ao luxo de acreditar em uma utópica existência fora dos “ismos” teórico-políticos que dominavam os debates da época, pregando uma confiança desmedida na capacidade do próprio eu.

É, a propósito, nesse período, a década de 1980, que começa o crepúsculo dos intelectuais como “principal face pública de oposição política” (HOBSBAWM, 2013, p. 230) devido, em grande parte, pela tríade de fatores que combinados rebaixaram em escala inédita na história o *status* social desses indivíduos como promotores do pensamento das massas. Essas causas são basicamente: 1) o crescimento da indústria do entretenimento (a qual pertence a comédia de John Hughes lembrada acima); 2) a despolitização dos cidadãos ocidentais motivada pelo crescimento e o seu poder econômico de consumo e, talvez a mais danosa das três, 3) a progressiva perda da fé no progresso global da razão. Irmanadas, esses três aspectos culturais da contemporaneidade contribuíram, ao seu modo, para a nossa chegada a temível “era do esquecimento” de que tratou Tony Judt anteriormente.

Todos nós, inevitavelmente, escrevemos a história de nosso próprio tempo quando olhamos o passado e, em alguma medida, empreendemos as batalhas de hoje no figurino do período. Mas aqueles que escrevem *somente* a história de seu próprio tempo não podem entender o passado e aquilo que veio dele. Podem até mesmo falsificar o passado e o presente, mesmo sem intenção de o fazer (HOBSBAWM, 1996, p. 14).

Vertigem visionária, metodologia teórica ou engajamento intelectual, toda a longa existência de Hobsbawm foi absorvida pelo comunismo e, ainda que o seu crítico em “Eric Hobsbawm e o romance do comunismo” negue, isto se deve ao pensamento de Marx, do qual o autor de *Tempos fraturados* se assume seguidor⁴ contumaz, desde quando, estudante de

⁴ Seguidor de Marx: Correndo o risco de soar incoerente, opto por esta definição como também pela de “observador realista da história”, a última mais ao gosto de Eric Hobsbawm, pois faria vibrar o arco da conversa

Cambridge, Hobsbawm e seus colegas ligados à História Social não encontraram nenhum outro historiador que pudesse “competir com Marx, como mestre e como inspiração” (HOBSBAWM, 1998, p. 171).

É inegável a enorme contribuição de Marx para a historiografia e também para a crítica literária produzidas no decurso do século XX, ainda que o autor de *O capital* (1867) — como bem lembrou Hobsbawm, em conferência intitulada “Marx e a História”, texto que na atualidade integra *Sobre história*, obra na qual se pode observar com maior nitidez as escolhas metodológicas deste historiador — não tenha escrito uma página sequer acerca desta área das ciências humanas no conjunto de sua obra. Entretanto, produções como o *Manifesto do Partido Comunista* revelam um profundo conhecimento e respeito pela matéria histórica, fato observado pelos esquemas elaborados para a análise de Marx acerca do desenvolvimento do capitalismo. Dessa forma, este pensador alemão, diferente da concepção de história tomada pelos estudiosos profissionais do passado, se aproxima dos historiadores, pois de acordo com Hobsbawm, os estudos deste filósofo “sobre o capitalismo contém uma quantidade enorme de

que sempre pontuou seus interesses acadêmicos no âmbito das humanidades, a história e a antropologia social. Isto porque, depois de acompanhar tão de perto a produção historiográfica e ideológica de Hobsbawm, percebo que o título de marxista é tomado por este historiador britânico mais como uma espécie de epíteto de caráter meramente didático do que propriamente uma “convicção” inquebrantável como muitos adversários tanto no campo universitário, quanto no jornalismo no qual predomina a chamada direita, inclusive no Brasil, gostavam de intitulá-lo. O problema com este termo, sobretudo técnico, é que este busca abarcar uma totalidade que serve mais ao ocultamento de seus verdadeiros defeitos, em especial, um progressivo distanciamento dos textos fundamentais de Marx, o que decorre na maioria das vezes, no intuito de adaptar rapidamente as teses deste pensador a variabilidade existente nas dinâmicas relações socioeconômicas das nações, algo esperado pelo autor de *O Capital*, pois sem estas adequações um estudioso orientado pelo materialismo histórico não teria como observar as miríades de faces que o capitalismo proteiforme apresentou ao longo de seu interminável desenvolvimento e, dessa maneira não somente comentar Karl Marx, mas expandir seu legado, alargando o horizonte que o filósofo de Trier não mirou.

A questão acerca do título marxista é, ao que parece, um típico caso no qual os aprendizes, em discordância com o mestre, terminam por deturpar as lições do último. A corrente dos estudos marxistas se configurou em muitos casos como um monstro de várias cabeças, haja vista que, além de um marxismo “ortodoxo”, adotado catastroficamente na URSS, associado equivocadamente com os postulados de Marx, o que, em realidade, se confirmou como uma cinzenta experiência de “um socialismo verdadeiro” (cf. HOBSBAWM, 1992, p. 96) desmoronado por conta dos maus pilares que o sustentavam, a saber, a falta de liberdade intelectual e de mercado e um exagerado modelo de Estado centralizador no papel de “arquiteto da nova sociedade” (HOBSBAWM, 2004, p. 123).

Quase trinta anos antes da grande perda da ilusão socialista ocasionada pelo colapso político soviético, Eric Hobsbawm, convicto observador realista, já chamava a atenção para uma nova ramificação do marxismo, o “vulgar”, o qual, apesar de forte inspiração em Marx, seria menos marxista, graças aos poucos elementos definidos pelo pensador alemão abraçados, prejudicando o aprofundamento da análise histórica. (cf. HOBSBAWM, Eric. “O que os historiadores devem a Karl Marx?”. In: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 159-160).

Por fim, fundamentando a minha opção de não identificar este historiador britânico como sendo marxista, apoio-me na memória de um dos mais relevantes estudiosos de Marx no Brasil, segundo a crítica especializada, Leandro Konder (1936-2014), o qual, na coletânea *Em torno de Marx* (2010), lembra-nos de que o autor do *Manifesto do Partido Comunista* “deixou claro que não gostava do nome marxismo, via-o com má vontade” (KONDER, 2010, p. 11). Dessa forma, parece-me mais sensato, ainda que a primeira vista contraditório, seguir, rosianamente, por uma terceira margem a escolher os caminhos confortáveis e seguros de terminologias já existentes como marxista ou marxiano, outra nomenclatura insípida e incômoda.

material histórico, exemplos históricos e outros materiais relevantes para o historiador” (HOBSBAWM, 1998, p. 172).

Dessa matéria sobressai a proposta dialética de Marx que — assim como toda a sua estrutura filosófica é herdeira inegável dos esquemas hegelianos — está mais presente em sua leitura histórica no panorama que compõe no *Manifesto do Partido Comunista* dissolvendo-se em seus escritos voltados especificamente político-econômicos. Na verdade alguns conceitos considerados fundamentais em Marx como dialética e materialismo aparecem mais nitidamente em trabalhos de marxistas, portanto, posteriores a Karl Marx, estando nublados nos escritos do pensador judeu-alemão.

Materialista, Marx acreditava que é a ação que produz a história e não o espírito como criam os idealistas hegelianos. Uma vez que a ação histórica é coletiva e atua por ocasião de episódios revolucionários, um episódio histórico da grandeza da Revolução Francesa de 1789 foi a representação de, há um só tempo, todas as mais importantes ações da História.

Tendo Marx como mestre, não é de se estranhar o porquê de Hobsbawm sempre que possível lançar mão deste marco em seus exames da história ocidental, mesmo dentro do século XX, em busca de resquícios dos ecos da Marselhesa — expressão que, aliás, o historiador utiliza como título e ponto de partida de uma sua coletânea de três artigos sobre o tema — os quais colhidos naquele hoje remoto verão francês, que iluminou fulgurantemente os ideais civilizatórios de velhos e novos continentes, no entanto, foram sendo gradativamente destruídos na contemporaneidade desses povos.

Os caminhos da História e da Literatura voltaram a se cruzar no despontar da segunda metade da década de 1950, momento quando se proporcionará a construção do conjunto mais importante da produção literária de Guimarães Rosa e teórica de Eric Hobsbawm. Do primeiro vem a lume, em 1956, as obras monumentais *Corpo de baile* e *Grande Sertão: veredas* com a diferença de poucos meses rompendo um hiato de dez anos de silêncio do autor cuja obra anterior havia sido a coletânea de contos *Sagarana* (1946), isso se desconsiderarmos o discretíssimo lançamento da narrativa “com o vaqueiro Mariano” em 1952, peça rosiana posteriormente incorporada ao conjunto de *Estas Estórias* (1969). Quanto ao historiador britânico, assim, como para seus pares comunistas, o ano de 1956 não foi um momento de fácil deglutição, pois exatamente neste ano, no decurso do XX Congresso do Partido Comunista, o então líder do PC Nikita Kruchev (1894-1971) apresentava aos incrédulos olhos e ouvidos dos socialistas do mundo os resultados de sua “auditoria” acerca das atrocidades cometidas por Stalin.

Ainda que esta descoberta não tenha abalado completamente as utopias e as convicções de seu coração “marxista”, algo fulminante aos de outros intelectuais que ao redor do globo terrestre, se não abandonaram a bandeira da esquerda, não conseguiam mais comungar dos dogmas da Igreja comunista, debandando aos montes do Partido. Cerca de um ano depois, Hobsbawm sofreu inegavelmente um golpe que o fez modificar a direção de parte de seu trabalho historiográfico, e por meio deste ampliar o horizonte que Karl Marx, em sua produção, não pode abarcar.

Perscrutando como ao longo da história do Ocidente, a burguesia — classe que despertou sentimentos contraditórios de admiração e repulsa no autor de *O capital* — “submeteu o campo à dominação da cidade” (MARX, 2012, p. 48), Marx determina quase no final de “Proletários e comunistas” — segunda parte do *Manifesto do Partido Comunista* — uma série de dez passos práticos para a transformação radical da trajetória das sociedades industriais ao redor do mundo. No nono, Marx prega a gradativa eliminação da distância entre o meio urbano e o rural, tal atitude levada a cabo, o que, infelizmente, nunca aconteceu plenamente, promoveria uma união entre as forças agrícolas e industriais em prol de uma melhoria substancial na vida das grandes massas populacionais, e eliminando, definitivamente, pelo menos uma das tantas bipolarizações que marcaram a história do século XX.

Em seu sentimento de ódio verdadeiro ao capitalismo não cegou a crítica de Karl Marx que se via fascinado, de acordo com o filósofo norte-americano Marshall Berman, pelos “imensos benefícios” (in MARX, 2012, p. 93) espirituais e materiais advindos com a emancipação econômica e sociopolítica da burguesia, pensamento este seguido de perto quase 150 anos depois por Hobsbawm em sua leitura histórica das contradições e ambiguidades que compuseram o século XX. Adentrando uma vez mais nos pórticos das previsões equivocadas, o autor de *A miséria da filosofia* (1847), apesar de denunciar a histórica subjugação do campo pelo poder dos centros urbanos, jamais pensou a revolução social nascida no solo campesino ou no rural, mas sim no seio de nações fortemente industriais como a Alemanha que, na visão de Marx a época, reunia as mais favoráveis condições para realizar a grande “transformação sob condições mais avançadas da civilização europeia” (MARX, 2012, p. 83), percepção que também abarcaria a primeira revolução da escrita histórica neste Continente de acordo com Peter Burke. No balanço geral de seu ensaio *A Escola dos Annales* (1990), este professor de História Cultural assevera que, no tumultuado decênio de 1920, era mais certo prever com um

grau de segurança o desenvolvimento de “um novo estilo de história” (BURKE, 2010, p. 137) a surgir em solo germânico do que em território francês, como realmente veio a proceder.

No entanto, menos de um século depois das palavras impressas no *Manifesto do Partido Comunista*, o pensador de Trier teria, até aqui duplamente se enganado. Primeiro, porque a Alemanha transmutar-se-ia não no nascedouro da democracia propriamente dita, mas no palácio onde residiria um dos piores expoentes do totalitarismo e de atitudes que reacenderam a barbárie na Europa, e segundo porque a primeira grande onda revolucionária (1917-19) tendo Marx como seu estandarte ocorreria de fato no interior de “um país pobre e incrivelmente atrasado cuja única tradição política havia sido a autocracia, faltando-lhe todas as condições conhecidas para o socialismo, totalmente isolado e sob constante ameaça” (HOBSBAWM, 1992, p. 258) como foi a Rússia nos primeiros anos do passado século.

Em “Renascendo das cinzas” — ensaio no qual juntamente com “Adeus a tudo aquilo” infelizmente ainda pouco conhecido do grande público (e também dos desafetos acadêmicos e dos agressores nos campos jornalísticos deste historiador) Hobsbawm lança suas interpretações acerca do desmoronamento da URSS no calor da hora em que se desfaziam, simultaneamente, o dito “socialismo real” e a utópica e desastrosa possibilidade de consolidação do comunismo, mostrando que cem anos depois da vinda a público do *Manifesto* assinado por Marx em colaboração com Friedrich Engels (1820-1895), grande porção do território europeu ainda era dominada pela cultura agrícola, como aponta o professor da New School for Social Research antes de mostrar como a força do capitalismo em promover benefícios na contemporaneidade para grandes faixas da população, pulverizou quaisquer argumentos em favor de uma real necessidade de um regime socialista no atual *establishment*, já que “[e]m 1950 pessoas que viviam da agricultura constituíam a maioria da população mesmo em alguns países mais industrializados da atualidade: Japão, Itália e Espanha” (HOBSBAWM, 1992, p. 262), segundo denota Eric Hobsbawm comprovando seu conhecimento acerca de três Continentes.

Desta forma, uma vez perdido o encanto soviético, o sonho da Revolução de Outubro precisava de um novo berço para ser embalado na segunda metade do século passado e como da primeira vez, este seria igualmente instalado nos territórios rurais — zonas historicamente à margem dos interesses capitalistas e que devido a enormes distâncias em relação aos centros urbanos e aos serviços sociais por estes disponibilizados, necessitavam, na concepção deste historiador comunista, urgentemente das revoluções socialistas para retirá-los da invisibilidade em que se encontravam. — seja na Itália, para onde se irmanavam as aspirações

partidário-ideológicas de Eric Hobsbawm pós-1956, ou para os países que compõem economicamente o Terceiro Mundo, tais como as nações que integram a América Latina.

No breve e belo “Terceiro Mundo”, vigésimo primeiro capítulo de sua autobiografia *Tempos interessantes*, Hobsbawm revela quais foram as motivações mais próximas e mais distantes que lhe levaram a voltar seus interesses para a realidade de países, cuja classificação econômica e seus mercados no globo, os deitam no famigerado título de subdesenvolvidos. Em primeiro lugar, a convivência do autor de *Revolucionários* (1973) com as sociedades destes países se desenvolveu no próprio centro nervoso da Europa imperialista de meados da década de 1930, negando, como bem ilustrou E. P. Thompson em seu “As peculiaridades dos ingleses”, a falácia de que a Inglaterra vivia e vive ainda um insulamento no plano sociopolítico em relação ao restante do globo.

O berço do capitalismo moderno foi o espaço para o qual os herdeiros das famílias mais abastadas das colônias do velho Continente migravam com o objetivo de cursar o ensino superior para, posteriormente, exercer papéis importante na construção político-social de seus países de origem, o que de fato aconteceu em diversas nações da África e da Ásia no decorrer dos anos de 1960 quando estes deixaram gradativamente de pertencer ao domínio europeu e a administração de suas complexas máquinas estatais passou para as mãos mestiças ou não dos nativos. Foi, portanto, no interior do espaço acadêmico britânico que Eric Hobsbawm travou seus primeiros contatos com habitantes das províncias do capitalismo da primeira metade do século XX, sobretudo, indianos oriundos das maiores cidades daquele país banhado pelo Índico.

Afastado da crença mercantilista da época — a qual pregava a pretensa superioridade dos conquistadores e das classes dominantes europeias sobre as massas populares colonizadas nos demais continentes — Hobsbawm pôs em movimento, pela primeira vez, a sua *práxis* comunista, a segunda oportunidade de “tratar um camarada senão como igual” (HOBSBAWM, 2002, p. 400) aconteceria na década imediatamente posterior (1940) já em meio aos mais violentos combates da Segunda Guerra, quando, integrante do corpo braçal da 56^a Campanha de Campo, este historiador trabalhou ao lado da classe operária de Norfolk, experiência que estreitou definitivamente os laços de identificação e de simpatia do intelectual militante com o proletariado e com a figura do homem econômico explorado pelo seu oposto, o homem economicamente aquisitivo, o burguês, sobre o qual o proletariado estava destinado historicamente, como afirmava Marx, a promover a revolução.

O que se podia mais esperar de um convicto comunista capaz de movimentar, ao longo de mais de sessenta anos de carreira, três continentes de conhecimento e que foi em sua travessia biográfica criança judia nascida no Norte da África, pré-adolescente pobre na Áustria às vésperas do seu *Anschluss* com a Alemanha nazista e jovem universitário de inclinações para a esquerda política nos primeiros anos de 1930? Talvez nada além de um comportamento tolerante e antirracista diante da diferença, signo indelével entre os povos e que, não obstante, é capaz de fornecer um arcabouço de experiências relevantes a todos os envolvidos. No caso específico do autor de *Ecos da Marselhesa* (1990) e os universitários da Índia, seus colegas de dentro (e de fora) das paredes de Cambridge, o aprendizado obtido pelo europeu com esta amizade é assim relatado ternamente nas laudas pessoais de Eric Hobsbawm, em um tom que parece prestar contas muitas décadas depois da dívida de gratidão ainda em aberto.

O que espero dever a essas amizades, baseado na camaradagem antirracista do comunismo estudantil, é a separação entre o sentimento de igualdade e a consciência da cor do cabelo ou da pele, a aparência física e a cultura (HOBSEAWM, 2002, p. 399).

Esse débito, na prática, foi acentuado pelo posicionamento político-ideológico adotado desde muito cedo por este historiador, apenas um ano antes do início da escalada de Hitler (1933), em seu anseio em se tornar senhor dos povos germânicos e terror da humanidade, pois tanto para promover a revolução quanto para o ataque frontal das políticas imperialistas da Europa, os seguidores de Marx e os comunistas em geral desenvolveram especial atração e simpatia pelas trajetórias e tradições daquelas sociedades, as quais eram até a década de 1960, remotas para a maioria absoluta da *intelligentsia* europeia.

Não são de se estranhar, ao reconstituir as pegadas deixadas por Hobsbawm, as razões mais profundas existentes no coração do autor de *Era dos extremos* para não abandonar o Partido Comunista em definitivo depois da grande crise de 1956 como muitos de seus colegas o fizeram, haja vista que eram demasiadamente fortes os motivos para uma debandada geral como, por exemplo, a confirmação das atrocidades cometidas contra judeus comunistas (como Hobsbawm) ordenadas pela mão de Stalin, então o mais poderoso homem da antiga União Soviética. Foi um crime imperdoável para aqueles judeus que ingressaram no Partido durante o período fascista e para muitos intelectuais como o hoje pouco lido George Orwell (1903-1950), o qual mesmo depois de escrever sua alegórica *A revolução dos bichos* (1945) — crítica feroz contra o regime soviético em um tempo no qual não era permitido a mínima

menção no interior da Europa contra o então aliado na Guerra — não deixou de ver o socialismo como um caminho possível para o bem da humanidade. Para o historiador judeu Tony Judt — esquecido completamente dessa “simpatia” epocal das sociedades liberais em relação aos delitos e crimes humanitários de Stalin — nem mesmo esta utopia pode ser mantida, o que o levou a se opor às ideias de Hobsbawm em sua pouco agradável resenha sobre a autobiografia hobsbawmiana *Tempos interessantes*.

Outros dissidentes do comunismo no Ocidente, como o baiano Jorge Amado (1912-2001) preferiram sepultar de forma irônica os seus antigos ideais em suas produções escritas como em *Gabriela, cravo e canela*. Quase ao término dessa “Crônica de uma cidade de interior”, como nos direciona a leitura dessa subtítulo enfeixado na produção de 1958, o narrador heterodiegético — ao mostrar a festa em homenagem ao novo tempo de progresso e paz que se desenham no horizonte de um futuro próximo para o sul da Bahia, conquistado pelo poder do capital do sistema liberal — revela que entre as profundezas do desinteresse e da ignorância, as profecias utópicas de Marx são diluídas em um reconhecimento sem ilusões de que a dureza da realidade ocidental sempre vence as batalhas em campo aberto contra a Esperança e seus outrora destemidos cavaleiros. É pela boca do socialista paradoxal Felipe, herdeiro silencioso dos ideais cultivados na Guerra Civil espanhola que Jorge Amado exclama,

numa mistura de português e espanhol, ser chegado o tempo dos trabalhadores, nas suas mãos estava o destino do mundo. Tão absurda parecera a afirmação que todos os presentes a aplaudiram automaticamente, mesmo o dr. Maurício Caires, mesmo os coronéis do cacau, donos de imensas extensões de terra e da vida dos homens sobre a terra curvados (AMADO, 2012, p. 314).

Dentro do ensaio “A era do antifascismo, 1929-1945”, Eric Hobsbawm rememora o difícil percurso traçado pelo pensamento marxista no Ocidente. Nesse hemisfério onde, sem encontrar condições e culturas devidamente favoráveis para o seu influxo, a ideologia forjada por Marx esbarrou em diversos obstáculos dentre os quais se destacam (como visto no romance amadiano *Gabriela*, cujo enredo é ambientado na segunda parte de 1920) o profundo desconhecimento de suas bases teóricas por intelectuais e pelo público alvo primordial das teses elaboradas por Karl Marx e Friedrich Engels: a saber, os chamados socialistas e revolucionários, muitos dos quais — confessos como o próprio escritor baiano ou, envergonhadamente, não declarados — só iniciados nos ecos distantes da teoria formulada pelo pensador de Trier.

Frente a tantas dificuldades em sua difusão ocidental, — como, por exemplo, a completa falta de aclimatação dos postulados do autor de *Manuscritos econômicos-filosóficos* (1844), algo por ele previsto metodologicamente, aos de adoção das diferentes peculiaridades socioeconômicas encontradas — tornaram o pensamento de Marx “um fenômeno paradoxal” (HOBSBAWM, 2011, p. 241) como asseverou o autor de *Era dos extremos* ocorrendo, durante um tempo, em uma área onde pôde exercer um “autêntico internacionalismo” (HOBSBAWM, 2011, p. 242), embora exercido esse pelos mais diferentes meios de reflexão teórica, os quais, em sua maioria, obedeciam cegamente aos parâmetros compulsórios impostos pela URSS às suas zonas de influência.

No que toca aos domínios literários, a submissão a essa doutrina de Moscou significava, como sintetiza Antonio Candido em seu diálogo estabelecido entre a literatura e os direitos humanos, que, “[p]ara o regime soviético, a literatura autêntica era a que descrevia as lutas do povo, cantava a construção do socialismo ou celebrava a classe operária” (CANDIDO, 2004, p. 181). Se, por um lado, a estética empenhada que nasceu dessa ideologia levou adiante a temática da pobreza cunhada na literatura francesa do século XIX, por outro, a chamada *literatura social* — ao se debruçar demasiadamente sobre o pacto feito entre a opressão e a criminalidade para deitar os pobres no inferno da marginalidade — forjou também páginas e “posições falhas e prejudiciais à verdadeira produção literária, porque têm como pressuposto que ela se justifica por meio de finalidades alheias ao plano estético, que é o decisivo” (CANDIDO, 2004, p. 181), citando uma vez mais o autor de *Tese e antítese*.

Esta concepção historicamente marcada de que a função social das Letras deve estar mais evidente do que sua forma ordenadora da estrutura estética, não obstante foi o trajeto seguido durante alguns anos por escritores latino-americanos que — como atesta o conjunto abarcado que vai de *O país do carnaval* (1931) a *Os subterrâneos da liberdade* (1954), obras iniciais de Jorge Amado, escritor brasileiro tomado para exemplificação — seguiram a cartilha política oriental e seu programa hermético para os temas a serem por esses abordados.

Todavia, a história provou que esses “militantes artísticos” (em boa medida) estavam presos aos elos da política de esquerda “menos por uma reflexão teórica do que por um comprometimento emocional dos artistas e de seus admiradores pelas lutas do período” (HOBSBAWM, 2011, p. 241). Sem preconceito pelas formas como o sonho socialista passou a integrar as suas vidas, pode-se, por essa via, compreender que essa motivação “cardíaca” permitiu a esses intelectuais romperem com a ortodoxia soviética de maneira muito menos culpada e mais rapidamente do que os de outras áreas de atuação profissional para os quais a

ilusão enganadora do socialismo real era o sol. Assim, quando chegou o ano de 1956 trazendo em seu percurso o início do colapso moral do paradigma soviético e a descoberta de que, por detrás da plúmbea cortina que envolvia a porção oriental do globo o espetáculo encenado não era a evolução da Liberdade, mas a sua recusa estatal aos artistas e aos intelectuais, o divórcio entre esses e o sistema pôde ser, para alguns, pouco traumático e, no capítulo de memórias em que se escrevem os episódios desfavoráveis de suas existências, significaram perdas muito pequenas que com o desaparecimento da URSS em 1991 se confirmaram ainda menores.

Se pudéssemos ser, por um breve instante, puramente racionais e guiados por uma leitura retrospectiva, concordaríamos que o conhecimento prévio dos pecados do socialismo real — como a condução da economia por uma vereda perigosa de planejamento estreitamente centralizado e pela desumana alienação da liberdade civil para a intelectualidade como se deu com o grupo denominado de formalistas em 1930 — pouco pesou na balança de perdas e ganhos de nós ocidentais que, guardada na gaveta a hipocrisia, apoiávamos os governos soviéticos menos preocupados com o que se passava entre as estepes e tundras e nos países satélites de Moscou do que com a situação sociopolítica de nossas próprias nações, cujas massas populares, olhando a história em retrospecto, nunca pensaram realmente em converter o modelo capitalista em um paradigma radical de esquerda, mas tão somente tornar os seus salários mais altos e, em contraponto, baixar o custo de vida, promovendo assim um alcance aos bens sociais e de consumo de forma menos injusta e desigual em comparação com o que ocorreu no transcurso dos anos de bipolarização ideológica.

Há, por outro lado, na contemporaneidade uma propaganda forte anticomunista no mundo que não permite sequer uma defesa sensata da esquerda, baseada nos episódios críticos ocorridos na primeira metade do século passado, que levaram a nossa ocidental *intelligentsia* ao desenvolvimento de uma sensibilidade “aos conceitos marxistas por centenas de formas” (THOMPSON, 2012, p. 154).

Entre a população iletrada e os intelectuais de direita do Hemisfério há um elo que os torna ambos defensores aguerridos do capitalismo, é o seu compreensível apego pessoal à conquista de riquezas e bens materiais, por exemplo, que, entre nós, a simples ideia de comunismo é rapidamente execrada como possibilidade social a ser implantada e considerada como um pesadelo por muitos, enquanto às injustiças provocadas pela sociedade de mercado podem, de acordo com o senso comum, ser aplacadas não com a mudança integral desse sistema econômico, mas com algumas pequenas reformas pontuais em sua estrutura ou com a

inclusão de expressões como “trabalhista” e “social” em seus planos de intenções governamentais.

Por tudo isso, não haveria motivos racionais ou afetivos para choros convulsivos derramados pelos olhos ocidentais pelo desaparecimento dos mapas políticos e econômicos da URSS e nem para acreditar que os ideais socialistas teriam tombado com o bloco soviético apesar dos erros cometidos na trajetória dessa zona de influência ideológica, haja vista que muitos seguidores, próximos ou nem tanto, dos postulados de Marx puseram em prática melhorias sociais consideráveis como a igualdade em seus respectivos países de origem, como confidenciou Hobsbawm em entrevista para Geneton Moraes Neto (1956-2006). Afirma, no interior das páginas de *Dossiê Moscou* (2004), o maior discípulo de Marx na historiografia:

Não lamento [o apoio aos governos soviéticos], porque nunca vivi na União Soviética. Quem, como eu, apoiava os governos soviéticos não estava pensando na Rússia, mas em nossos próprios países e no resto do mundo. Porque, para o resto do mundo, a existência da União Soviética, ainda que fosse ruim para a Rússia, **teve um desenvolvimento positivo**. Sem a União Soviética não teríamos vencido a Segunda Guerra.

Sem a União Soviética, o capitalismo não teria sido reformado, como foi depois da Guerra. Os que, no Ocidente, foram marxistas ou apoiaram o movimento comunista não têm do que se lamentar, porque estavam apenas tentando alcançar, em seus próprios países, objetivos que eram bons (HOBBSAWM, 2004, p. 122. Grifos meus).

À primeira vista e no calor da leitura, essa declaração do autor de *Tempos interessantes*, como em tantas outras dadas por ele, parece demonstrar uma contradição no caminho humanista de Eric Hobsbawm que, em se tratando de teoria, alimentou a crítica pantagruélica dos militantes da direita e de amigos do historiador, os quais — retirado o mútuo sentimento de afeto, se configuraram em polos políticos diametralmente opostos, — observam nesse depoimento tão somente uma desumanidade do historiador britânico em relação as milhões de vidas destruídas pela “tragédia do comunismo” (MORAES NETO, 2004, p. 128) como denominou seu amigo e colega de disciplina Niall Ferguson, lembrado pelo jornalista Geneton Moraes Neto na conclusão da citada entrevista.

Em *A guerra do mundo* (2001), esse historiador escocês, a propósito, também publicou a sua leitura do século passado, discordando abertamente da concepção elaborada por Eric Hobsbawm para o século XX, o de “breve”. Afirmando que as inúmeras incongruências e conflitos endêmicos tornam a definição do autor de *Tempos fraturados* senão precária ao menos imprecisa (cf. FERGUSON, 2015, p. 37 e 71). Menos atrasado que a versão brasileira dessa sua historiografia — a qual só chegou entre nós em 2015 —, Ferguson

chega à conclusão da inadequação do conceito hobsbawmiano cerca de dois anos depois de o próprio historiador nascido em Alexandria reconhecer em *O novo século* seu erro de diagnóstico em relação à duração daquela época mal delimitada (cf. nota de rodapé na página 36 desta Tese) — parafraseando Caetano Veloso em seu texto-manifesto “Os Americanos”, do álbum *Circuladô vivo* (1992), — entre a delícia e a desgraça, encenadas pelo sublime advindo do progresso tecnológico e pelo monstruoso de suas deturpadas criações, como as catástrofes bélicas, que vieram em seu bojo, conferindo ao século XX esse seu caráter ambivalente.

No entanto, em um exame um pouco mais detido da falta de remorso demonstrada por Hobsbawm em não queimar seus navios ideológicos e quiméricos, há algumas passagens de sua fala que merecem ser mais bem observadas como, por exemplo, a ideia de positividade da experiência do socialismo real para nós não-soviéticos, a salvação do planeta das mãos do *Führer* e, por conseguinte do próprio modelo capitalista, além da posterior reforma operada no sistema de mercado entre as décadas de 1950 e 1960 por intermédio do socialismo.

Como duas das três contribuições políticas trazidas para o Hemisfério já foram lembradas anteriormente, cabe tão somente neste instante tratar do lado positivo da experiência socialista moscovita, a qual pode ser bem exemplificada pela libertação de nossa literatura da mera imitação das Letras europeias com base no uso da cartilha do Partido Comunista, haja vista que como se pôde perceber duas décadas depois da eclosão dos romances de 1930 entre os leitores brasileiros e portugueses o país de nossos ex-colonizadores, sob a forte inspiração das obras forjadas nos territórios tropicais, erigiram a sua própria denúncia da alienação da dignidade dos miseráveis trabalhadores em seu neorealismo ilustrados nas obras de um Alves Redol (1911-1969).

Uma vez mais o regionalismo seria instalado como valor máximo para a representação ficcional de nossos conflitos socioeconômicos e das agruras por estes advindas. Todavia, é sabido que nesta “consciência de subdesenvolvimento” (cf. CANDIDO, 1979. p. 357), o meio rural não mais encenará o papel de campos elísios de nossa romântica concepção de nacionalidade histórica, o *locus* não mais *amoenus* das regiões distantes do espaço urbano surge como ponto de partida da denúncia social em que imperam a violência e a barbárie.

Dotados de uma preocupação social voltada a traduzir na literatura contemporânea um engajamento político diante dos sofrimentos a que estão sujeitos os sertanejos pobres proporcionou a Jorge Amado e Graciliano Ramos o reconhecimento de suas obras para além dos limites do território nacional, fornecendo-lhes uma somatória de prestígio, leitores no

cenário mundial e algumas candidaturas a prêmios internacionais de literatura, como ocorreu amiúde com o autor de *Capitães de Areia* (1937), obra, aliás, importante retrato do período.

Profundamente ambíguos, atitude tornada recorrente no século de opostos extremos como foi o século XX, os ficcionistas latino-americanos enquanto se faziam admiradores ideológicos da URSS, comendo, com sinceridade, narrativas que atendiam aos anseios do realismo bolchevique, sem, contudo, deixar de guardarem no escaninho de suas almas uma real afeição pelas propostas formais, observadas nas inovações de linguagem em autores e livros execrados em Moscou, tais como Joyce, Proust, Matisse e Picasso.

Antes mesmo do desaparecimento do deus sem mistério que se tornou o “socialismo real”, sobretudo a partir da segunda metade do decênio de 1950, escritores como Jorge Amado, ao abandonarem a ortodoxia russa, puderam vislumbrar novos horizontes para as suas composições, abrindo todas as janelas de suas fabulações para a completa liberdade temática. Destarte, o contador de histórias baiano liberta a sua prosa e, com a pequena diferença de dois anos em relação ao romance *Grande sertão: veredas*, publica sua obra mais conhecida pelo público, sucesso devido em grande parte às leituras de *Gabriela, cravo e canela* feitas por outros signos sociais como o cinema e a televisão. Neste livro, assim como na obra-prima de Guimarães Rosa, Jorge Amado retrata um mundo arcaico em colapso, o do coronelismo no interior da Bahia e suas representações mais imediatas no tecido social: a saber, o patriarcalismo e a manutenção do poder dos grandes fazendeiros por meio do uso da violência armada e de tocaias, ambas postas em prática pelas mãos de jagunços.

Desse modo, uma vez mais a URSS promoveu uma mudança no curso das vidas ao redor do globo e nas páginas que se avolumam na historiografia, as quais registram não somente as descrições dos fatos passados, mas também as possibilidades que as consequências desses acontecimentos lançaram como projeções para o futuro iminente ou mais distante. O fascínio pela previsão em Eric Hobsbawm constituiu parte estruturante de seu método histórico-social que foi a sua proximidade com a abordagem econômica e o seu convívio entre profissionais dessa área nos espaços acadêmicos ingleses, sobretudo os de Cambridge. Quem, nas décadas imediatas do declínio dos grandes combates da Segunda Guerra Mundial, poderia adivinhar seguramente que o regime socialista se espatifaria econômica e moralmente de forma tão célere?

Polêmicas travadas à parte, a biografia de um homem público, o qual não tenha exercido nenhum cargo estatal é muito mais uma demanda pelo entendimento da história observada pelo biografado do que um tribunal com a função de julgar os crimes cometidos

contra a humanidade. Por isso Hobsbawm, ao mesmo tempo biógrafo e protagonista de sua escrita, não se preocupou (e tão pouco deveria) com a “concordância, aprovação ou comiseração” (HOBSBAWM, 2002, p. 11) de seus leitores. No papel de um destes, vejo-me na necessidade de não julgá-lo, mas interpretá-lo como alguém que conjecturou o mundo e suas relações pessoais do mirante erigido por Marx e para o qual o próprio autor deve conscientemente o desenvolvimento de seu percurso analítico, o qual inclui ainda o diálogo com a Antropologia Social inglesa e a busca desta em interpretar a realidade social por meio de um sistema ativo em que os diferentes elementos interdependentes operam com o objetivo de forma consistente para o equilíbrio geral.

Apesar de atribuir valor positivo a algumas das conquistas teóricas originadas pela Antropologia Social inglesa, tais como as “interações mentais”, Eric Hobsbawm traça em sua jornada metodológica uma vereda interpretativa diametralmente oposta à da história das mentalidades seguida (e aprimorada desde os anos de 1930) pela corrente francesa dos *Annales*. Para o autor de *Tempos fraturados* (2013), a história, que deve se desenvolver a partir do exame de interligações essenciais ocorridas na evolução das sociedades capitalistas ou que foram absorvidas por este modelo econômico, pouco ganha com a análise das mentalidades e sua busca tardia pelas estruturas profundas dentre estas a consciência, fenômeno tomado de empréstimo da psicanálise de Freud (1856-1939). Hobsbawm lança sua crítica diretamente ao novo totem da época saudado pela Escola dos franceses.

Pode ser que eu seja inteiramente heterodoxo, mas não acho que os historiadores tenham muito que aprender com Freud, que foi um mau historiador, sempre que efetivamente escreveu algo sobre a história. Não tenho nenhuma opinião sobre a psicologia de Freud, mas de modo algum considero a descoberta tardia de Freud na França, cerca de quarenta anos depois do resto do mundo, como um sinal positivo absoluto (HOBSBAWM, 1998, p. 199).

Nas palavras deste historiador da New School for Social Research, esta nova referência poderia desfocar o discurso histórico do problema da coesão lógica existente entre os elementos formadores do sistema social. Na composição desta malha, é preciso por parte do historiador mais o exame das conexões lógicas que se formam no encontro dos diversos fios, os quais são as sociedades que formam a tapeçaria ocidental; e por meio dela, a global; do que a identificação das diferenças entre os fios que compõem o tecido. Em defesa destas conexões, Eric Hobsbawm — em ensaio publicado no final da década de 1970 — deita como exemplo os objetivos que mapearam a metodologia de estudo do tema criado por ele mesmo

quase vinte anos antes, o *banditismo social* e a representação mítica que as populações rurais erigiram em torno da figura do “bom bandido”. Assim, para o autor de *Rebeldes primitivos* (1959), é menos relevante apontar pensamentos e sentimentos como quer a história das mentalidades adotada pela Escola dos *Annales* do que “ver por que faz sentido, por exemplo, que as pessoas acreditem em ladrões famosos que são invisíveis ou invulneráveis, mesmo que obviamente não o sejam” (HOBSBAWM, 1998, p. 199).

Todavia, isto não significa dizer que Hobsbawm desqualifica por completo a contribuição dos *Annales* para os estudos históricos contemporâneos, corrente com a qual a sua geração formada na década de 1930 em Cambridge manteve relações cordiais de diálogo e cooperação, sem contar com a forte admiração destes intelectuais britânicos por nomes como Fernand Braudel (1902-1985), Labrousse (1895-1988) e Marc Bloch (1886-1944), denota, isso sim, que houve um histórico afastamento de posições metodológicas e ideológicas entre as *intelligentsias* francesas e inglesas, descompassos, talvez comuns, no universo de rivalidades seculares que envolvem historicamente estes dois países europeus.

É importante lembrar — e Eric Hobsbawm não se furta desse fato — que, apesar das diferenças todas serem preservadas, houve pontos de convergência entre os pensamentos dos jovens marxistas britânicos, em que se destaca o autor de *Tempos interessantes*, e a *nouvelle vague* francesa na história. A mais significativa destas pontes foi construída a quatro mãos pelo mencionado anteriormente Marc Bloch e por Michael Postan (1899-1981) — professor que, juntamente com Christopher Hill (1912-2003), e, antes de todos, Karl Marx, constitui um dos vértices que formam a tríade de referências de Hobsbawm — cujo percurso ligava ambos (e seus respectivos discípulos) aos domínios da história econômica e social.

Michael Mounia Postan foi um historiador russo de origem judia tornado como uma das principais influências no trabalho de Eric Hobsbawm. Lecionando História Econômica na Universidade de Cambridge, para onde havia sido efetivado um ano depois do ingresso do jovem estudante Hobsbawm nesta mesma instituição, professor Postan era um pacifista. Apesar de sua conduta assumidamente anticomunista — adotada desde sua saída da Rússia em 1919, quase dois anos após a Revolução de Outubro.

Ao compor uma tradição construída ao longo dos primeiros anos do século XX na intelectualidade mundial formada, sobretudo, na década de 1930 que foi o resvalamento das mentes mais brilhantes para os domínios da esquerda, esse historiador foi também por esse motivo considerado por Hobsbawm como um de seus melhores professores, a ponto de ser escolhido pelo autor de *Sobre história* para orientá-lo em suas pesquisas de Pós-Graduação.

Foi ele, aliás, que no ano de 1943 redirecionou o *corpus* da pesquisa acadêmica de Hobsbawm, o qual — recém-casado com uma funcionária pública, Muriel Slaman e sem poder ausentar-se do território britânico devido à eclosão da Segunda Grande Guerra — precisava de um *corpus* cujo material de pesquisa se encontrasse exclusivamente em solo inglês e não no Norte do Continente africano como o autor de *Tempos interessantes* queria anteriormente estudar. Assim, Hobsbawm foi obrigado pelas conveniências históricas a direcionar os seus interesses à Sociedade Fabiana oitocentista.

O episódio da ligação de Eric Hobsbawm aos estudos de história econômica e social é contada por esse historiador em “A história britânica e os *Annales*: um comentário”, ensaio originalmente publicado em 1978 e que, atualmente, integra a coletânea *Sobre história*.

Foi no terreno da história econômica e social, evidente no século título-insígnia da *Annales* original, que nos encontramos. Os jovens marxistas daqueles tempos descobriram que a única parte da história oficial que fazia algum sentido para eles, ou pelo menos que podiam utilizar, era a história econômica ou a história econômica e social. Dessa forma, foi por meio dela que a junção foi feita (HOBSBAWM, 1998, p. 194).

Depois de tudo que foi dito, pode-se entender que para a historiografia produzida em solo britânico pouco interesse demonstrava pelas concepções de inconsciente e memória coletiva, aproximando-se do objeto estético como fonte de maior autoridade acerca do símbolo, o qual foi observado por historiadores como Hobsbawm e Thompson em sua dimensão de construtor do *modus vivendi* das personagens reais na trajetória político-social das áreas periféricas do globo, a recepção das propostas dos *Annales* que enveredaram por outros destinos adentrou no círculo acadêmico da Inglaterra de forma tão filtrada que Peter Burke a recorda nestas palavras que, para manter em fogo alto a temperatura das discussões, prefiro não parafraseá-las, transcrevendo-as na íntegra:

Aqueles que apoiavam, na Inglaterra, no início da década de 60, os *Annales*, possuíam o sentimento de pertencerem a uma minoria acrética, tal como os que apoiavam Bloch e Febre, nos anos 30, na França. Termos como conjuntura e mentalidades coletivas mostraram-se virtualmente impossíveis de serem traduzidos e extremamente difíceis de serem compreendidos pelos historiadores ingleses — sem se falar na acritação. Suas reações, intrigadas, desconfiadas ou hostis, lembram as de seus colegas filósofos em relação às obras de Sartre e Merleau-Ponty. Os ingleses achavam, nem pela primeira nem pela última vez, que simplesmente eles não falavam a mesma língua. A diferença entre a tradição inglesa empirista e seu individualismo metodológico e a tradição teórica francesa e o seu holismo inibia qualquer contato intelectual (BURKE, 2010, p. 126-127).

É preciso explicar que a tradição britânica posta em confronto com a primeira geração dos *Annales* no crepúsculo da década de 1920 é a positivista e marcada pelas teorias deterministas que davam grande importância para os estudos biológicos e experimentais, a qual se levantou contra os estudos seminiais acerca da memória como uma estrutura social tal como aparece no trabalho de Maurice Halbwachs. No entanto, historiadores britânicos formados entre as décadas imediatamente posteriores, seguidores do materialismo histórico, ainda não viam com bons olhos esses temas ideológicos e demasiadamente subjetivos. Alvo das críticas de Hobsbawm, Burke salienta a primazia do autor de *A era das revoluções* em saudar os *Annales*. Sem, contudo, esquecer de descrever a existência obscura e individualista desta adesão.

Pode-se entender essa acolhida em termos de estratégia intelectual: os *Annales* eram um aliado na luta contra o domínio da história política tradicional. É possível também que os marxistas estivessem impressionados com a afinidade entre a sua história e a dos franceses — não somente devido à ênfase nas estruturas e na longa duração, mas também por sua preocupação com a totalidade, um ideal que foi de Marx antes de ser de Braudel (BURKE, 2010, p. 127-128).

Fernand Braudel surge, assim, como o zênite do movimento *Annales* na segunda geração desse e como descrito em diversas historiografias acerca do movimento francês, aquele membro que pontuou os seus temas e posições metodológicas dando, inclusive, ao grupo dos *Annales*, pela única vez, a sua face de Escola que acompanha o movimento até os dias atuais, quando os *Annales* abarcam uma profusão de assuntos e de interesses. Foi com este autor de *Mediterrâneo* que o movimento historiográfico francês pode-se espalhar por países da Europa e também da América Latina, em particular no Brasil, onde esteve Braudel, juntamente com a leva de intelectuais do país de Baudelaire que incluiu o antropólogo Claude Lévi-Strauss (1908-2009), para lecionar entre os anos de 1935 e 1937 na recente Universidade de São Paulo. Um dos interlocutores de sua abordagem histórica é um dos intelectuais responsáveis por formar os primeiros estudos interpretativos acerca de constituição cultural brasileira, o antropólogo Gilberto Freyre (1900-1987).

Dentro desse curto período em que esteve entre nós brasileiros, Braudel — além de lecionar um curso panorâmico de História da Civilização — ainda pôde encontrar uma espécie de “paraíso para o trabalho e a reflexão” (BRAUDEL, 2002, p. 10), como rememora

em seu “Minha formação de historiador”, ambiente ao mesmo tempo provocador e estimulante para o debate político e propício para a pesquisa e a leitura.

Nos trabalhos de Braudel sobre o Mediterrâneo, este historiador francês o membro mais conhecido fora do circuito historiográfico de seu país, se aproxima dos chamados marxistas britânicos pelo interesse de seus estudos do fenômeno capitalista, promovendo entre outras contribuições a noção de totalidade na historiografia da primeira metade do século XX. Esta entendida não como uma sede de abarcar a completude da história mundial, o que, guardada as devidas proporções lembra a ideia de totalidade progressiva da Estética da recepção jaussiana — haja vista que a escrita e a pesquisa histórica são feitas de recortes (como lembra, entre outros, o cultor de polêmicas Edward Palmer Thompson) — mas sim como uma abordagem que envolva o exame da História sob vários aspectos: a saber, o social, o econômico e o político. Os membros da segunda geração dos *Annales* (1946-1968), encabeçados por Braudel — o qual foi o responsável por trazer o grupo francês mais próximo dos domínios de uma verdadeira Escola da historiografia — falam de uma “história total”.

A título de exemplificação, listo alguns outros “passos” caminhados juntos por historiadores franceses e ingleses no período em que vigorou a denominada segunda geração dos *Annales*, são esses: 1) a história econômica; 2) a história social; 3) a história cultural; 4) a história política e 5) o ponto de vista concentrado nas classes subalternas que nos leva a entender o surgimento das revoltas populares.

Assim como a África, o Mediterrâneo foi outro espaço que aproximou Hobsbawm de Braudel, pois esse se confirmou também como importante fonte de pesquisa para o temário do banditismo social hobsbawmiano, uma vez que essa região confirmou-se historicamente como “clássica do mito do bandido” (HOBSBAWM, 2010, p. 179), de onde, portanto, se pode denotar que a alma e a conduta do proscrito são as de um típico cavaleiro medieval. Coincidentemente, essa visão norteou um dos primeiros exames do romance de Guimarães Rosa tomado no decurso desses mais de sessenta anos de recepção crítica de *Grande sertão: veredas* como referência obrigatória, o ensaio “Trilhas no Grande sertão” (1959) de Manuel Cavalcanti Proença (1905-1966).

A comprovação da importância dada por Eric Hobsbawm ao trabalho intelectual deste mestre dos *Annales*, aparece nas primeiras páginas de seu aprofundamento da história do banditismo social na virada do século XIX para o XX. Demasiadamente preocupado com os aspectos míticos envoltos na tradição popular dos celerados rurais, o autor de *Bandidos* menciona a obra de Fernand Braudel *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na era de*

Felipe II (1949) como sendo a grande introdução da temática do banditismo moderno europeu na “história levada a sério” (HOBSBAWM, 2010, p. 25), metodologia driblada assumidamente por Hobsbawm em seu exame do tema que forjou ao longo de uma década em *Rebeldes primitivos e Bandidos*.

O período de aproximação entre os seguidores Marx e o grupo da *nouvelle vague* durou, portanto, da década de 1930, até a geração capitaneada por Peter Burke — o grande alvo das críticas e discordâncias tecidas por Hobsbawm ao longo das páginas deste ensaio breve e um tanto aborrecido, sobretudo, com as acusações do autor de *Linguagens e comunidades* (2010) de que a *intelligentsia* britânica em história havia fechado as portas de sua recepção aos historiadores franceses e aos *Annales* por tempo demasiado, imputação devidamente respondida por Eric Hobsbawm, ao expor que

Em diversos países, a relação entre a esquerda marxista e os *Annales*, por motivos que talvez valha a pena investigar, foi bem mais amistosa e cooperativa. Talvez por esta razão, quando fundamos *Past and Present*, certamente em nosso primeiro número nos referimos aos *Annales*; não que em outros aspectos fôssemos visivelmente influenciados pela revista dos *Annales*. Estávamos tentando um tipo diferente de exercício e, no entanto, respeitávamos muitíssimo e desejávamos demonstrar nosso respeito para com esse grande predecessor naquilo que vocês poderiam chamar de “história da oposição”, história antiestablishment (HOBSBAWM, 1998, p. 195).

É no quinto capítulo de seu *A escola dos Annales* (1990), intitulado de “Os *Annales* numa perspectiva global” que Peter Burke descreve a trajetória da recepção do movimento fora da França. De acordo com o autor de *História e teoria social* (2002), essa recepção não foi sempre fácil. Diferente da Polônia, da Itália e da Alemanha pós-Segunda Guerra, a Inglaterra, de hermética referência marxista, postura extremada condenada por alguns de seus intelectuais como E. P. Thompson, não se deixou seduzir pelo canto mavioso emitido pelo grupo de historiadores franceses.

Saindo da polêmica travada com os *Annales*, é impossível não mencionar a importância desse historiador marxista pouco ortodoxo — haja vista os atropelos e descontinuidade de sua participação nos espaços acadêmicos — devido, em grande medida, ao seu posicionamento ideológico dentro da “Nova esquerda” intelectual formada depois de 1956, quando E. P. Thompson se desfilia do Partido Comunista. Outra importante característica do autor de *A miséria da teoria* (1978) e fundador da corrente histórica denominada de *história vista de baixo* foi o seu apreço pelo diálogo de sua disciplina com a

literatura, esta utilizada na produção do historiador “como fonte para a história social e econômica” (HILL *apud* THOMPSON, 2012, p. 5) ambas tomadas como grande interesse por Eric Hobsbawm em seu trabalho e desenvolvidas pelo autor de *A era do capital* no interior dos muros da Universidade de Cambridge.

Nas palavras de Christopher Hill, outro marxista também adotado como referência para a construção metodológica de Hobsbawm, nomes com Geoffrey Chaucer (1343-1400), Sterne (1713-1768), Wordsworth (1770-1850), Dickens (1812-1870), entre outros compõem o arcabouço de E. P. Thompson, o qual, ainda segundo o autor de *O mundo de ponta-cabeça* (1972) se aproximava de Marx e se distanciava demasiadamente de seus pares nas ciências sociais ao decidir, convictamente, caminhar na contracorrente metodológica dos historiadores profissionais, cuja convicção inabalável de que a História, ou quaisquer histórias, pertença exclusivamente ao seu campo de pesquisa e domínio, irritando-se, na maioria das vezes, em demonstrações de excessivo aborrecimento, com qualquer discurso, ou trabalho, que coloque a metodologia histórica e a matéria estética — a não ser como um fenômeno lateral com a função exclusiva de servir de exemplo para a demonstração dos fatos estudados ou dos conceitos desenvolvidos — em posição de igualdade. Como bom seguidor de Marx, Hobsbawm, sobretudo em seus estudos escritos a partir da década de 1960, imita esse e alguns outros movimentos enfeixados na tradição dos verdadeiros discípulos do pensador de Trier.

Acredito ser necessária a abertura de um parêntese para explicar como o autor de *A Era do Capital* — profissional devotado à disciplina histórica, entendida em sua integração numa “concepção mais ampla de ciência social” (HOBSBAWM, 1998, p. 109) — pôde voltar seus interesses metodológicos para uma área que negava um dos pilares de sustentação de sua especialidade. Em verdade não é toda a Antropologia Social que repudiou o encontro interdisciplinar entre essa área das humanidades e a História.

Nadando contra a corrente de seus colegas de pesquisa, Alfred Radcliffe-Brow (1881-1955) e Edward Evans-Pritchard (1902-1973) — nome recordado por Peter Burke em sua *A escola dos Annales* (1990) — promovem uma interpretação da realidade empírica com base em exames das relações sociais realmente existentes por meio de um sistema ativo e orgânico no qual os elementos constitutivos desiguais e interdependentes operam com o escopo de forma a estabelecer o equilíbrio global, todo esse processo pode ser sintetizado na definição de *perspectiva estrutural-funcionalista*.

O primeiro termo a integrar esse método, a visão de *estrutura*, pode ser compreendido tão somente como sistema, uma vez que, para a teoria estrutural-funcionalista, essa estrutura

consta de conexões as quais se formam entre os elementos e organismos estabelecidos no interior de cada sociedade específica. No que tange à concepção de *função*, esta é entendida na antropologia funcionalista como obrigações no âmbito das relações sociais. A noção de função sustaria, portanto, a *estrutura social* permitindo a ocorrência de coesão, algo fundamental dentro de um sistema de relações socioculturais. São, dessa forma, esses aspectos oriundos da Antropologia Social que interessaram a intérpretes como Eric Hobsbawm e, no Brasil, Antonio Candido, esse ensaísta levando a abordagem estrutural-funcional pela mão contrária a que andou a tradição antropológica, isto é, ao ponto de chegada do resultado final dos estudos acerca da sociedade, o texto, dentro do que o autor de *O discurso e a cidade* convencionou denominar de “redução estrutural”⁵ (CANDIDO, 2004, p. 9).

Optando, assim, pela concepção de estrutura, tal como fez Antonio Candido no Brasil em muitos de seus escritos, principalmente aqueles produzidos nas décadas de 1940 e 1950, nos quais glosou sobre obras literárias que acabaram de estreitar para o grande público, como *Sagarana* e posteriormente *Grande sertão: veredas*, na qual a sociedade é vislumbrada como um sistema orgânico e todos os desdobramentos que este conceito encerra, formou-se difícil aceitar as aplicações dos componentes internos freudianos na abordagem metodológica da história em sua tentativa de deixar cristalina a sua posição ao método dos *Annales*,

Na produção recente dos *Annales* já configurando a chamada quarta geração se glosa bastante em torno de uma história do imaginário ou das representações coletivas ambas derivadas do conceito althusseriano de ideologia. Devido a esse aspecto, juntamente com os de outra ordem — lembrados por Burke em sua defesa desse paradigma historiográfico francês —, tais como o pouco apreço pelas características sociais e econômicas vistos nos trabalhos dos fundadores da “Escola” em 1920 Lucien Febre e Marc Bloch, esta corrente metodológica foi repudiada pelos seguidores de Marx ingleses mais velhos representados por Hobsbawm e, principalmente pelo nome mais combativo entre eles, E. P. Thompson, os quais também repeliram certa leva de trabalhos franceses em que se observa uma falta de compreensão da evolução histórica, aspecto considerado anti-histórico igualmente rechaçado

⁵ [C]hamei *redução estrutural*, isto é, o processo por cujo intermédio a realidade do mundo e do ser se torna, na narrativa ficcional, componente de uma estrutura literária, permitindo que esta seja estudada em si mesma, como algo autônomo. O meu propósito é fazer uma crítica integradora, capaz de *mostrar* (não apenas enunciar teoricamente, com é hábito) de que maneira a narrativa se constitui a partir de materiais não literários, manipulados a fim de se tornarem aspectos de uma organização estética regida pelas suas próprias leis, não as da natureza, da sociedade ou do ser. No entanto, natureza, sociedade e ser parecem presentes em cada página, tanto assim que o leitor tem a impressão de estar em contato com realidades vitais, de estar aprendendo, participando, aceitando ou negando, como se estivesse envolvido nos problemas que eles suscitam. Esta dimensão é com certeza a mais importante da literatura do ponto de vista do leitor, sendo o resultado mais tangível do trabalho de escrever (CANDIDO, 2004, p. 9).

na chamada Antropologia social inglesa, a qual, tirando esse aspecto pontual serviu de base ao método extremamente complexo e misturado de Eric Hobsbawm.

Retornando aos embates entre as perspectivas historiográficas francesas e britânicas — as quais para nós, latino-americanos, podem ser felizmente observadas a distância e, posteriormente, aproveitadas em nossas próprias formulações acadêmicas perfazendo um processo de emulação característico de nossa condição histórica de dependência teórica do patrimônio ocidental —, os grandes obstáculos que se erigem à frente dos *Annales* na contemporaneidade e aos quais seus integrantes devem estar atentos para enfrentar residem em dois pontos distintos e igualmente perigosos devido às suas essências extremadas. O primeiro ponto vulnerável desse movimento historiográfico foi diagnosticado pelo seu mais fervoroso defensor Peter Burke que é, em síntese, a exclusividade de concentração temática na França e em um momento histórico determinado como exemplifica o trabalho de Pierre Nora e sua busca pelos *lugares de memória* em que assistem fragmentos da hegemonia cultural e estética que o país de Alexandre Dumas já exerceu sobre o Ocidente.

Da mesma maneira que se concentraram sobre a França, os historiadores dos *Annales* voltaram a sua atenção sobre um período, o chamado “início da idade moderna”, de 1500 a 1800, mas especificamente o “antigo regime” na França, que vai de mais ou menos 1600 a 1789” (BURKE, 2010, p. 140).

No segundo entrave para os *Annales* em um futuro iminente é o paradoxo metodológico desenhado com a continuada expansão de sua agenda temática, uma vez que — para os demais membros da disciplina protegida por Clio — dentro “de uma historiografia aberta a todos os conhecimentos do homem é, definitivamente, outra das grandes contribuições da escola, viva até hoje” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 145), mas graça a um preço demasiadamente elevado que é a descaracterização desse movimento com a dissipação de qualquer espécie de norte metodológico em troca de um excessivo “ecletismo generalizado, o amálgama de influência várias que se reúnem nas proposições mais gerias da escola, encontram-se na base dessa debilidade” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 147), como apontam suas mais recentes publicações que abraçam desde o exame da construção de símbolos nacionais até as representações nas mentalidades ocidentais do medo e do terror da pós-morte corporificada na figura ímpar do vampiro como faz o inegavelmente agradável *História dos vampiros* (1999) de Claude Leconteux.

Ao menos em sua defesa, os *Annales* podem creditar a força de sua corrente a qual vem atravessando gerações, enquanto a metodologia histórica adotada pelo grupo britânico

reconhecidos os seus membros pelo rótulo de “Escola inglesa do marxismo” por maior relevância que tenha atingido devido às diversas contribuições que forjou para a historiografia na segunda metade do século passado, inegavelmente perdeu impulso, aguardando no ainda informe século XXI novos e pujantes ventos para a retomada de seus debates, os quais, em uma previsão rasteira, devem vir, pois enquanto o mundo e a humanidade se dissolverem em guerras e conflitos, como fizeram no século passado, a atuação da esquerda se faz extremamente necessária, ainda que essa não tenha mais tanto espaço como anteriormente. De acordo com E. P. Thompson, “[h]ouve momentos fugazes — o início da década de 1890, 1911-1914, 1945-1947 — quando em termos políticos reais, uma vigorosa estratégia socialista era viável” (THOMPSON, 2012, p. 135).

Voltando ou não, todavia, essa face dos estudos históricos no século passado deixou definitivamente o seu legado, propondo a síntese entre conteúdos culturais, sociais e políticos valorizando, sobretudo, os conceitos do materialismo histórico de Marx, em uma aproximação das obras deste pensador alemão que não encontrou eco nos demais intelectuais ditos marxistas ou marxianos, como querem os franceses. Por conta desta perspectiva aplicada por nomes como os do autor de *A invenção das tradições*, Edward Palmer Thompson e Christopher Hill não puderam aceitar correntes históricas como a História das Mentalidades francesa, a qual dava ênfase aos aspectos irracionais coletivos, tais como os modos de sentir e de pensar em detrimento dos concretos.

Apesar de alguns limites em sua abordagem como uma valorização do coletivo em detrimento do individual — barreira derrubada por uma corrente histórica filha rebelde dos estudos marxistas, a micro-história italiana da segunda metade da década de 1970, a qual valorizou sobremaneira o sujeito como protagonista histórico — o marxismo respondeu bem (e continua respondendo) às necessidades teórico-metodológicas de historiadores nas décadas de 1950 e 1960, época na qual surge na Grã-Bretanha a chamada “Escola inglesa do marxismo”, grupo formado por profissionais menos marxista e mais ortodoxos em relação aos postulados de Karl Marx e Friedrich Engels, tais como Christopher Hill, E. P. Thompson e Eric Hobsbawm e outros intelectuais menos conhecidos fora do âmbito britânico, mas não menos importante por isso para a consolidação em solo inglês de um campo distinto de investigação que envolvia aspectos como o cultural, o social, o político e o econômico. Entre esses nomes, gostaria de lembrar ainda que brevemente o de Maurice Dobb; o de R. H. Tawney e Rodney Hilton, os quais deram ao grupo um direcionamento mais claro, ainda que

poucos desses, excetuando o nome de E. P. Thompson, tenham permitido um aproveitamento da produção estética para a compreensão dos movimentos históricos coletivos.

Contudo, em *Bandidos* — mais precisamente a partir do capítulo “Os expropriadores” — Eric Hobsbawm aproxima a sua narrativa histórica da matriz literária revelando a erudição do autor de *A era das revoluções* ao promover um diálogo entre a historiografia e a arte ficcional no tratamento do mito heroico que envolve o bandido rural, o qual na mentalidade popular deixa de ser visto como meramente um homem para ser aceito pelas massas como um símbolo. Apesar de a literatura ser amplamente reconhecida como um modo crítico de reconhecimento da realidade, algo que é percebido por estudiosos da área e por de outros campos de atuação dentro das humanidades, como, por exemplo, referencial teórico-metodológico da historiografia contemporânea como atesta Hayden White em passagem de “As ficções da representação factual”, quinto capítulo de seus *Trópicos do discurso*. De acordo com este “meta-historiador” estadunidense,

os leitores de histórias de romances dificilmente deixam de se surpreender com as semelhanças entre eles. Há muitas histórias que poderiam passar por romance, e muitos romances que poderiam passar por histórias, [...] o escopo do escritor de um romance deve ser o mesmo que do escritor de uma história. Ambos desejam oferecer uma imagem verbal ‘da realidade’ (WHITE, 2014, p. 137-138).

O que interessa na verdade ao trabalho de Hobsbawm é a sua demanda pelas pessoas comuns e pela criação de tradições, como a do banditismo social entre essas e na linha histórica traçada, pouco importando nesse momento a veracidade do proscrito ou do perigo que esse criminoso aos olhos do Estado representou de fato, uma vez que a lenda do bandido entre os próprios camponeses constitui-se “um fenômeno curioso, pois o imenso prestígio pessoal dos bandoleiros famosos não impede que sua fama seja um tanto efêmera” (HOBSBAWM, 2010, p. 165). Pouco importa, portanto, para os processos de construção ou de divulgação da simbologia de Robin Hood se sua figura no plano factual tenha ou não existido e/ou atuado no território europeu nos anos convencionados arbitrariamente como Idade Média — classificação no mínimo precária como mostrou a leitura marxista de Arnold Hauser (1892-1978) no clássico *História social da arte e da literatura* (1951) — haja vista que, na demonstração de sua lenda ao redor do Ocidente, simultaneamente é remota em sua origem, mas, enquanto fenômeno social, é mais próxima ocorrendo com maior intensidade no longo século XIX, período cronológico de grande interesse para os estudos de historiadores do Velho Continente e, assumidamente objeto a compor a maior especialidade de Eric

Hobsbawm dentro da historiografia britânica tendo o autor assinado uma trilogia tornada com o passar dos anos referência sobre o tema.

Evidentemente muito dos aspectos que caracterizam a figura mítica do bandido considerado bom se devem à memória oral daqueles indivíduos, os quais “perpetuavam a fama dos bandidos-heróis” (HOBSBAWM, 2010, p. 166) passando a contar, por intermédio de seu idioma oral ágrafo, a lenda desses réprobos com traços sobre-humanos tais como, por exemplo, a invencibilidade e a bondade aos pobres e desvalidos. Aproveitando as concepções teóricas de Marx, Hobsbawm compreende o indivíduo em sua condição de cativo das relações travadas com a sociedade que o cerca, pois, apesar de ser produto determinado por fatores como Era e classe, este está preso às suas relações sociais, isto é, não possui instrumentos para modificar sozinho os caminhos da História — ciência humana a qual Marx sem ser um profissional propriamente dito afirma conhecer nas páginas iniciais de *A ideologia alemã*. São, portanto, as “massas que fazem a história, mas mesmo elas somente o fazem de acordo com um padrão predeterminado” (TOSH, 2011, p. 223) como nos recorda o historiador John Tosh em seu metodológico *A busca da história* (2011).

Como se pode ver, não é de forma gratuita que Eric Hobsbawm elege as massas populares (e as suas concepções) para o papel de responsáveis por determinar, no temário do banditismo social, quais são os proscritos considerados bons e quais os tomados como maus, elegendo os aspectos que mais lhes agrada, independente se esses aspectos encontraram ou não correspondência na figura verídica dos proscritos sociais, isto porque, segundo Eric Hobsbawm,

[a]pós certo número de gerações, a lembrança que se tem de uma pessoa mistura-se com a imagem coletiva dos heróis lendários do passado, o homem se funde com o mito e o simbolismo ritual, de modo que um herói que por acaso sobreviva além dessa faixa, como Robin Hood, não pode mais ser repostado no contexto da história real. É provável que isso seja verdadeiro, mas não representa toda a verdade. Isso porque a memória oral pode durar mais de dez ou doze gerações (HOBSBAWM, 2010, p. 167).

Essa abordagem hobsbawmiana do bandido como uma materialização da lenda robinhoodiana foi outro ponto de discordância entre alguns estudiosos posteriores do banditismo como o mais famoso deles, o antropólogo holandês Anton Blok o qual se debruçou acerca de uma forma específica de banditismo: a máfia siciliana, por meio da qual o autor de *Honra e violência* (2001) tece a primeira crítica ao trabalho de Eric Hobsbawm, recaindo o exame de Blok sobre a abordagem panorâmica realizada pelo autor de *Bandidos*.

Na verdade, faltou a Anton Blok a sensibilidade de compreender que a historiografia a qual Hobsbawm está associado não havia encontrado nas décadas de 1950 e 1960 o caminho da pesquisa acerca do indivíduo e das suas especificidades, o que de fato só veio a se estabelecer no decênio de 1970 na metodologia italiana denominada de “micro-história”. O que para um intelectual que se volta para o exame de grupos e classes sociais significava dizer que

[n]o entanto, fica o fato de que a história se afastou da descrição e da narrativa e se voltou para a análise e a explicação; da ênfase no singular e individual, para estabelecimento de regularidades e generalização. De certo modo, a abordagem tradicional foi virada de cabeça para baixo (HOBSBAWM, 1998, p. 75).

Ainda que discorde plenamente das subdivisões propostas no interior dos estudos históricos, Hobsbawm não pôde negar a fragmentação pela qual Clio foi despedaçada baquicamente na segunda metade do século passado atingindo o seu compartimento de acordo com múltiplos interesses temáticos. Essa pulverização da disciplina histórica foi mais um capítulo de uma divisão maior, a político-ideológica vivenciada no globo a partir de 1945.

Ponto de concordância entre seus examinadores, os quais sempre ressaltam as qualidades estilísticas da produção hobsbawmiana. Sobrou desta maneira muito espaço na agenda de seus críticos, os quais, sem correções de ordem teórica ou metodológica para realizar, convergiram para a condenação das escolhas ideológicas de Hobsbawm. É dentro dessa abordagem que se desenvolvem as discordâncias tecidas à proposta de *banditismo social* de Eric Hobsbawm e a acusação de que esse historiador britânico em obras como *Rebeldes primitivos* e em *Bandidos* quis romantizar a figura dos bandidos reais como forma de atender a sua necessidade de vilanizar o sistema capitalista, encontrando nesses criminosos, não os algozes sociais que foram, mas vítimas nas quais todas as atitudes reprováveis que cometeram sejam abonadas pela condição de exploração e de injustiças a que foram lançados pelo sistema de mercado.

Outro descompasso na leitura do banditismo social realizada por Blok, neste exame ainda sem tradução para o português, é a sua tomada por uma vereda diametralmente oposta à desenhada por Eric Hobsbawm. Para o antropólogo holandês, os proscritos rurais nada apresentam da figura lendária e romântica de Robin Hood, pois

[a]o invés de verdadeiros defensores dos pobres e dos fracos, os bandidos, muitas vezes, aterrorizavam aqueles de cujas fileiras eles conseguiam se

levantar e assim ajudavam a suprimi-los. A posição muitas vezes ambígua dos bandidos pode ser compreendida quando se aprecia a importância dos vários laços que unem a comunidade camponesa à sociedade maior. Da mesma forma, a distinção entre grupos de referência diretos e construídos pode ajudar a explicar por que os camponeses e românticos (inclusive alguns de nós) se entregam a uma imagem idealizada do bandido rural como um vingador da injustiça social, apesar da evidência óbvia em contrário (BLOK, 1972, p. 496)⁶.

Isto, todavia, não deveria ser o alvo da crítica ao trabalho de Hobsbawm, haja vista que o que interessa para este historiador britânico é a representação mitológica construída pela população conterrânea do bandido, a qual se prende ao relato histórico. Algo, aliás, deixado bem claro por Hobsbawm em sua metodologia na qual as fontes e o mito são centrais na análise de Hobsbawm e ambos são questionados por Blok em sua tese sobre o banditismo.

Curiosamente o que é, na visão antropológica de Anton Blok, um defeito metodológico nos estudos acerca do banditismo realizados por Hobsbawm foi o fator de sucesso no diálogo que se estabelece entre a historiografia e os estudos literários: a saber, a utilização de fontes literárias — no caso específico brasileiro os cordéis populares da Região Nordeste — e a construção coletiva do mito em torno da figura real do bandido. Se esses não são materiais comumente utilizados em pesquisas no âmbito da disciplina histórica, isto se deve muito mais a uma concepção hermética de seus profissionais que preocupados unicamente com a busca do fato, esquecem que as produções estéticas e o imaginário possibilitam adentrar de forma mais profunda na realidade das populações estudadas por eles. É significativo entender que o pensamento de Hobsbawm é sofisticado e mesclado.

Dentro de uma abordagem estritamente sociológica, como visualiza Blok, o conceito de “bandido social” surge como uma espécie de rótulo geral que não atende a perspectiva de Hobsbawm, haja vista que essa leitura diverge daquilo a que se propõe a leitura historiográfica do autor de *Era dos extremos*, pois não diferencia o objeto de estudo de Hobsbawm — o ladrão nobre, o vingador e o *haiduk* — dos demais *outlaws* existentes.

Embora Hobsbawm descreva os mitos e lendas sobre bandidos, estes dois estudos não conseguem penetrá-los. Mesmo quando eu admita que é a classe média urbana, em vez do campesinato comum que idealiza o bandido, bem

⁶ Rather than actual champions of the poor and the weak, bandits quite often terrorized those from whose very ranks they managed to rise, and thus helped to suppress them. The often ambiguous position of bandits may be understood when we appreciate the significance of the various links that tie the peasant community to the larger society. Likewise, the distinction between direct and constructed reference groups may help to explain why peasants and romanticists (including some of us) indulge in an idealized picture of the rural bandit as an avenger of social injustice, in spite of the obvious evidence to the contrary. [A tradução é minha]

podemos perguntar a quem ou o que os camponeses se referem quando eles glorificam o bandido (BLOK, 1972, p. 500)⁷.

Preso aos elementos estritamente concretos, o sociólogo Anton Blok não conseguiu perceber que o imaginário é uma parte integrante da estrutura e das relações sociais estabelecidas pelas comunidades em sua evolução histórica. A imagem mítica que as massas populares constroem do bandido é, acima de tudo, a daquele que, saindo da mais completa miséria como eles, pode conquistar certas regalias que sempre foram negadas aos pobres, tais como um certo grau de liberdade, de poder e de riqueza. Esta última dividida com todos os demais pobres em situações costumeiras ou esporádicas. Para aquelas camadas que só conheceram a violência e a opressão do Estado, quaisquer conquistas, por menores que sejam, já representam uma enorme diferença em suas vidas, fazendo-as dissociar e tolerar, como lembra Renato Janine Ribeiro em sua apresentação da personagem do último conto de *Sagarana* — “Augusto Matraga, a salvação pelo porrete” (2001) — um uso de uma crueldade considerada honrosa de outras que não são (Cf. RIBEIRO, 2001, p. 198). O problema que reside nessas leituras contrárias da tipologia hobsbawmiana do banditismo são os conceitos cerrados que os acadêmicos europeus e norte-americanos possuem de herói e acerca das escolhas populares para compor os seus mitos representativos.

Os “bandidos sociais” como concebidos e descritos por Hobsbawm são tal uma construção, estereótipos, ou produtos da imaginação humana. Embora tais construções podem não corresponder às condições reais, eles são psicologicamente reais, uma vez que representam aspirações fundamentais das pessoas, neste caso dos camponeses. Bandidos de sucesso se destacam como homens que evoluíram da pobreza à riqueza relativa, e que adquiriram poder (BLOK, 1972, p. 500)⁸.

A crítica de Anton Blok, ao salientar esse aspecto na produção de Hobsbawm, parece querer mostrar isso como um erro ou leitura não prevista pelo historiador inglês. Mas isso é proposital e o objetivo que a análise de Hobsbawm quer alcançar. Na tentativa de desconstruir o exame do bandido em sua figura lendária tecido por Hobsbawm, Blok termina cometendo o equivoco de que ele mesmo, anteriormente, acusou o historiador. Partindo para uma leitura

⁷ Though Hobsbawm describes the myths and legends about bandits, his two studies fail to penetrate them. Even when we admit that it is the urban middle class rather than the ordinary peasantry who idealize the bandit, we may well ask to whom or what the peasants refer when they glorify the bandit.

⁸ The “social bandit” as conceptualized and described by Hobsbawm is such a construct, stereotype, or figment of human imagination. Though such constructs may not correspond to actual conditions, they are psychologically real, since they represent fundamental aspirations of people, in this case of the peasants. Successful bandits stand out as men who evolved from poverty to relative wealth, and who acquired power.

absoluta do movimento de ascensão social do bandido, este sociólogo afirma que o desfecho do proscrito famoso por seus feitos é a riqueza e a sua recolocação no seio da sociedade. Isto de fato ocorre, mas para bem poucos indivíduos. Hobsbawm lembra que um dos traços respeitados pelo paradigma do banditismo social é a morte do réprobo quando esse ainda é jovem ou em combate ou pelas mãos assassinas de algum traidor.

Mas não só nisso. Blok não consegue desprender seus pés do piso de seu gabinete de pesquisa para adentrar no solo árido da realidade e do *modus operandi* das populações agrestes, indivíduos não acostumados a um modelo social no qual o Estado se faz presente e habituados a uma perspectiva relativa do mal. O bandido, diferente do sistema opressor, não é um agente estranho às camadas populares, ele nasce no mesmo espaço em que os pobres e sofre, em períodos de sua existência, as mesmas brutalidades e desmandos que seus demais conterrâneos são quotidianamente expostos. Quando um réprobo toma alguma coisa dos poderosos locais, esse é rebaixado socialmente só pelas instituições do poder legal, pois para as massas sua nova condição significa a possibilidade de uma pequena porção de justiça.

Quase no desfecho de seu artigo, é que, transparece ao leitor, Anton Blok começa a entender a dinâmica que opera os ideais simples e reformadores das populações periféricas e o porquê dessas elegerem um modelo muito peculiar de bandido como herói, representante daquela busca que os homens comuns e condicionados pelo medo não conseguiram se lançar. Afirma nas palavras abaixo o sociólogo holandês que “o mito do bandido (bandido social de Hobsbawm) representa um anseio por uma sociedade diferente, um mundo mais humano no qual as pessoas são justamente tratadas e em que não há sofrimento. Esses mitos exigem nossa atenção” (BLOK, 1972, p. 500)⁹. Isso porque fenômenos populares como o banditismo social “representam grandes tempestades do ser, metamorfoses da paisagem social tão violentas que adquirem, quase imediatamente, a magnitude simplificada da lenda” (STEINER, 1991, p. 22).

Dessa forma, uma gradual mudança estava se desenhando mostrando que havia esperança para as crenças que embalsamaram os sonhos socialistas de Eric Hobsbawm e os demais comunistas de sua geração, pois como afirmou George Steiner “o tempo antigo estava chegando ao final” (STEINER, 1991, p. 22). Da passagem de um século de progressivo pensamento liberal e civilidade, como propõe a leitura de Eric Hobsbawm enfeixada na trilogia iniciada com *A era das revoluções* (1962) e concluída com *A era do impérios* (1987), o qual moldou não somente a nossa sociedade ocidental como também os parâmetros culturais

⁹ “The myth of the bandit (Hobsbawm’s social bandit) represents a craving for a different society, a more human world in which people are justly dealt with and in which there is no suffering. These myths require our attention.

e de paz até os anos iniciais do século XX. Daí o impacto causado pela brutalidade vivenciada a partir de 1914. Se pensarmos que grandes produtos totalitários como os fascismos europeus são consequências diretas de condições históricas determinadas pela Primeira Guerra Mundial, então houve na primeira metade do século XX um único conflito em uma escala crescente de violência. As previsões então haviam falhado revelando, como demonstrou Eric Hobsbawm que pouco ou quase nada os intelectuais sabiam sobre a confusa Era que se estendia pelo horizonte do século XX.

Considerado pelos manuais de História e demais profissionais da área como um dos melhores intérpretes da historiografia contemporânea devido tanto a sua compreensão profunda dos escritos de Marx e quanto de seu conhecimento de um vasto território de temas, tais como o *jazz*, Hobsbawm elege como seu mais importante interesse a chamada história dos movimentos populares com ênfase na construção das tradições fazendo discípulos mais ou menos próximos dentro dos estudos históricos como se pode observar em publicações mais recentes da historiografia britânica sobre a Segunda Guerra Mundial como *Inferno: o mundo em guerra* (2012) de Max Hastings; *A segunda guerra mundial* (2015) de Antony Beevor e *De volta ao inferno: Europa, 1914-1949* (2015) de Ian Kershaw, esta — lançada no Brasil apenas um ano depois de sua publicação original — é um projeto incompleto que se pretende agrupar em dois volumes, ainda caminham em torno de alguns passos dados nas décadas mais importantes da produção marxista inglesa e colocados na agenda do dia por intelectuais como Eric Hobsbawm como a preocupação de alocar em primeiro plano as experiências descritas por pessoas comuns e tornadas universais para o real entendimento deste fato histórico e a noção de que os conflitos europeus entre o final do decênio de 1930 e toda a primeira metade da década seguinte escreveram na história do Ocidente o crepúsculo da convencionalidade dos conflitos entre nações, tornadas hoje mais técnicas e profissionais, não envolvendo ideologicamente e em escala global as pessoas comuns decididas, por vontade própria, a lutar em defesa de uma causa interessante para o seu país de origem. As guerras de infantaria e de ataques de massa não ocorreram mais de acordo com os prognósticos futuros de historiadores e economistas. Espera-se que estes especialistas estejam certos desta vez. Não obstante, a realidade observada em cidades do Oriente Médio como Aleppo denotam que os conflitos continuaram, infelizmente por muito tempo fornecendo material abundante para pesquisadores e interessados neste tema. O mal não foi aniquilado no século XX, este apenas mudou de casa, mas suas potenciais vítimas continuam sendo as mesmas, em sua maioria os indefesos civis.

3.

“O MUNDO PERDEU SUAS PAREDES”

[A] língua dá ao escritor a possibilidade de servir a Deus corrigindo-o, de servir ao homem e de vencer o diabo, inimigo de Deus e do homem. A impiedade e a desumanidade podem ser reconhecidas na língua. Quem se sente responsável pela palavra ajuda o homem a vencer o mal. [...] É exatamente isso que eu queria conseguir. Queria libertar o homem desse peso, devolver-lhe a vida em sua forma original. Legítima literatura deve ser vida. Não há nada mais terrível que uma literatura de papel, pois acredito que a literatura só pode nascer da vida, que ela tem de ser a voz daquilo que eu chamo “compromisso do coração”. A literatura tem de ser vida! O escritor deve ser o que ele escreve (ROSA, *apud* LORENZ, 1973, p. 341).

Os contornos da crítica não são claros, sua geografia não é especificada e sua topografia, portanto, é incerta. Como forma de prática intelectual, nenhum campo é mais imperialista. A moderna crítica literária não reconhece obstáculos disciplinares, quer no tocante ao assunto, quer no que respeita aos métodos. Na crítica literária, tudo é admitido (WHITE, 2014, p. 285).

Na intenção de configurar o panorama ocidental presente na produção de Guimarães Rosa, este trabalho se volta para duas obras do autor que perfizeram caminhos extremos na recepção crítica deste ficcionista mineiro. De um lado, o romance *Grande sertão: veredas* amparado um por gigantismo de estudos e, de outro, *Ave, palavra*, que após mais de quatro décadas de sua primeira publicação ainda não obteve — como atesta um grande consenso entre os estudiosos do autor de *Primeiras estórias* — a atenção por parte dos leitores especializados de suas cinquenta e seis narrativas poliformes.

Fazendo um recuo no tempo, encontramos — no decurso de 1937, ano de acontecimentos decisivos para a eclosão de uma Segunda Guerra de alcance global, — o escritor mineiro entre as suas obrigações diplomáticas e atividades de pesquisa, cujo resultado foi uma coletânea de contos de temática regional a que Guimarães Rosa dedicara, primeiramente, sete meses na sua elaboração e depois mais cinco para a sua reescrita e finalização. Concluído esse período de longo e cansativo trabalho, o autor resolveu escrever para o Prêmio Humberto de Campos, da Editora José Olympio, a sua obra de estreia literária. Naquela ocasião, *Sagarana* (ou mais precisamente *Contos*) era uma versão imatura e pouco promissora daquela, cuja originalidade transcenderia a exaurida estética regional cultivada no país desde os primórdios do Romantismo do século XIX.

Esse episódio da biografia de Guimarães Rosa denota um traço de sua genial percepção, o de antever a importância da crítica¹⁰, propondo que esta dialogue com o objeto estético como em uma conversa “entre iguais” (ROSA, 1973, p. 332), algo muito semelhante ao exposto por Tristão de Athayde (1893-1983), pseudônimo literário do ensaísta Alceu Amoroso Lima, no primeiro capítulo de sua *Teoria, crítica e história literária* (1980). Todavia, ao longo de uma “conversa” tecida quase 26 anos depois com Günter Lorenz, na cidade portuária de Gênova, o autor de *Primeiras histórias* observava no trabalho crítico a existência de uma função secundária deste ofício em relação à obra literária. No presente colóquio — tornado, ao lado do diálogo com o lusitano Arnaldo Saraiva em 1966, uma das poucas e importantes peças nas quais o ficcionista mineiro se permite, em seu comportamento refinado, discorrer sobre seu processo de composição, sobre a natureza de suas opiniões e de suas convicções — Guimarães Rosa afirma contundentemente que “[a] crítica literária, que deveria ser uma parte da literatura, só tem razão de ser quando aspira a complementar, a preencher, em suma a permitir o acesso à obra” (ROSA, 1973, p. 332).

Não obstante, é preciso corrigir, em parte, esta fala rosiana, uma vez que, a crítica literária, como criação autônoma, ao deitar seu olhar sobre a narrativa ficcional, realiza o amadurecimento deste e, *a posteriori*, quando possível, o seu lançamento ao vértice onde se encontram os grandes trabalhos enfeixados na literatura nacional, uma vez que, segundo um dos grandes mestres do ensaísmo brasileiro, o já saudoso Antonio Candido, o “crítico procura frequentemente, descobrir a razão profunda dos textos, razão cuja natureza pode escapar a quem os produziu” (CANDIDO, 2002, p. 53). Desta maneira, a função da recepção crítica é compreendida como de suma importância para aqueles que se prestam a esta ocupação, mas também aos profissionais de outras áreas e metodologias de pesquisa cunhadas na contemporaneidade como, a “meta” e a “micro-história” da segunda metade do século passado de autoria de Hayden White e de Carlo Ginzburg, respectivamente.

Dentro da corrente histórica denominada “meta-história”, White forja em seu *Trópicos do discurso* (1978) uma expressão que vem ao encontro da crítica literária, a de “leitores senhores”, definição em franca oposição à noção de “leitores servos”, sendo a primeira referente àqueles “dotados de autoridade para estender-se sobre os mistérios dos textos”

¹⁰ Com a preocupação de promover certo controle sobre a publicidade em torno de *Sagarana* — obra que acabava de receber autorização do autor para ser publicada — João Guimarães Rosa escreve em 17/01/1946 uma breve carta ao também escritor Vicente de Paulo Guimarães (1906-1981), em cujas linhas cobra deste tio e compadre uma lista com os nomes e endereços dos mais respeitados críticos mineiros da época. Entre estes, Guimarães Rosa lembra textualmente os nomes de Oscar Mendes, Aires da Mata Machado, Alphonsus de Guimarães Filho; Mário Matos e, em especial, o de João Gomes Teixeira (Cf. GUIMARÃES, 2006, p. 129).

(WHITE, 2014, p. 288), em outras palavras a produção crítica, a qual, na abordagem desse historiador norte-americano, passou a contar para a interpretação dos fatos, abrindo-se desta maneira avenidas mais largas para o estudo acadêmico das humanidades.

Independente das polêmicas provocadas pelo autor de *O conteúdo da forma* (1992) com grande parte de seus pares acadêmicos pelo mundo os quais não viram com bons olhos a relativização dos fatos históricos — estes relegados por White ao mesmo patamar de quaisquer outras narrativas — e, gostaria também de acrescentar, certa aversão dos leitores estético-recepcionais diante da noção de “mistério” obnubilado nas entranhas do texto, White, a seu modo e sem ser um interessado direto da área, nos auxilia na interpretação da tarefa do crítico literário.

Filha da crise na década de 1960 da esquerda militante, a corrente italiana denominada de “micro-história” em sua compreensão da importância de cada indivíduo na construção do projeto histórico não volta a sua face contra quaisquer fontes de pesquisa, trazendo, assim, para dentro de sua abordagem científica a linguagem cinematográfica (sobretudo os planos fechados, os *close-up*) e a preocupação com a forma da escrita de sua historiografia lançando mão de um recurso característico dos domínios literários, a narração cuja maior influência — expressão aqui utilizada sem a menor conotação pejorativa que hoje cerra os dentes de combativos estudiosos da Literatura Comparada e do multiculturalismo — no trabalho de historiadores como Ginzburg é a obra do escritor russo Liev Tolstói (1828-1910). Dessa forma, de acordo com esse historiador italiano em *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício* (2007), obras como *O queijo e os vermes* (1976) não se circunscrevem no interesse de reconstrução de “uma história individual” (GINZBURG, 2007, p. 264), mas se lançam pelo interesse de seduzir os seus leitores, contando-as.

Tomando aleatoriamente a perspectiva “meta-histórica”, pode-se observar, por exemplo, que a empresa em que se lançou um dos maiores intérpretes das Letras nacionais, Antonio Candido, foi o de se lançar em uma busca de decifração dos enigmas espalhados pelo autor mineiro e as razões ocultas nestes “segredos” encerrados nas páginas de *Sagarana*, marco inovador da ficção regionalista. Mestre Candido se debruça — ainda em 1946, perdendo a primazia da exegese rosiana para Álvaro Lins (1912-1970) que publicou o seu “Uma grande estreia” dois meses antes, — sobre os contos de Guimarães Rosa, compreendendo os seus escritos como uma revolução, tanto no aspecto linguístico como na transposição da matéria telúrica, capacidade de inovação largamente aprofundada no enredo de *Grande sertão: veredas*, romance em cuja leitura os críticos, durante muito tempo,

atribuíram grande importância ao teor metafísico capitaneado pelo ambíguo personagem Riobaldo, mescla de jagunço e sertanejo letrado.

Esse ponto encaminha-se para as problemáticas posteriores encontradas em *Grande sertão: veredas*, como a criação do mito e a presença intrínseca e cotidiana do sobrenatural na existência do sertanejo, jagunço ou não. Nas leituras empreendidas por Antonio Candido e pelos primeiros exegetas rosianos as figuras de Deus e do Demo na narrativa de Guimarães Rosa, envolvem-se num combate eterno em que não há, ao longo de suas diversas batalhas, o triunfo para um lado ou outro da contenda. O que se dá realmente é um processo pelo qual estas forças diametralmente opostas se neutralizam, instaurando um harmonioso equilíbrio no meio sertanejo durante os poucos períodos de trégua entre esses poderes metafísicos.

Sem a ínfima perspectiva de conclusão para essa questão envolvendo os litigantes Bem e o Mal, uma vez mais a fabulação do autor mineiro mira as experiências ocidentais encaminhando suas personagens em perigos e peripécias dignas dos grandes combates épicos — quer da Antiguidade Clássica, quer das épocas das Cruzadas da Idade Média — tentando demandar Deus e a vida por meio de pactos com as forças inimigas e inferiores que povoam o espaço do Sertão e, por fim, fazendo dos homens nordestinos, peões no tabuleiro da barbárie e da violência num jogo de enfrentamentos que possui tanto das manifestações anacrônicas de poder paralelo, quanto de experiências oriundas da insegurança, ainda hoje, sentidas nas grandes metrópoles brasileiras e na instabilidade político-social observada ao redor do mundo.

É disso que trata a concepção de *superregionalismo* elaborada por Antonio Candido ao examinar o conjunto da obra de Guimarães Rosa, com destaque para o único romance do autor, este compreendido como o último degrau evolutivo da estética regionalista nacional. Em *Grande sertão: veredas* ocorre um processo de composição literária que se opera por essa aglutinação de componentes arcaizantes da vida campesina com os problemas e anseios do indivíduo moderno e instruído do hemisfério. Ao empreender esse amálgama cultural no coração do território brasileiro, o autor de *Corpo de baile* realizou em *Grande sertão: veredas*, segundo Candido,

um livro que supera o regionalismo [...] através de um regionalismo e isso, no ponto de vista da composição literária, é — a meu ver — um paradoxo supremo, tanto assim que eu me senti obrigado a criar uma nova categoria que é o transregionalismo¹¹, ou surregionalismo, assim como se fala em

¹¹ Em nenhum dos ensaios voltados para a obra *Grande sertão: veredas* escritos ou vindos a público entre os decênios de 1940 a 2010, Antonio Candido preocupou-se em uniformizar essa expressão. Dessa forma, ao longo desta Tese, o presente conceito também aparecerá sob os diversos nomes de acordo como esses surgem na escrita (ou na fala) do autor de *Tese e antítese*.

surrealismo, pode-se falar, no caso de Guimarães Rosa, em surregionalismo [*sic*], fenômeno, aliás, que nós verificamos pouco depois, ou ao mesmo tempo, em outros momentos, em outros lugares da América Latina (CANDIDO, 2011, p. 28).

Demonstrando em sua argumentação a superação do regionalismo propriamente dito feito por Guimarães Rosa mestre Candido já antecipa um dado que irá auxiliá-lo, noutro momento, em sua demanda interpretativa da palavra rosiana, o paradoxo presente na atitude literária do autor se faz também componente essencial no desenvolvimento da narrativa de seu romance telúrico. De paradoxo em paradoxo, o protagonista Riobaldo refaz, pela força da memória e pelo prazer de contar, a jornada de sua existência aventureira. É por meio do relato das memórias dessa personagem que Guimarães Rosa nos apresenta o seu *hinterland* mundificado — é o “mundo-sertão” (CANDIDO, 1970, p. 149), espaço que pela enorme presença de misturas, constrói dentro de si ambiguidades e contradições que povoam quase a totalidade das mais de quinhentas páginas do livro. Essa ambiguidade presente no enredo da obra é a força motriz que nutre os conflitos do narrador e também do espaço sertanejo. Como deixa Riobaldo transparecer ao longo do romance esse narrador, no Sertão “tudo é e não é”. Dessa forma, como ex-chefe jagunço e, portanto, já distante cronologicamente dos vários acontecimentos transcorridos em sua vida frequentemente guiada pela ação suprema do Acaso o qual consiste na ideia que o persegue.

Dessa maneira, então, os fatos narrados pela ardente memória riobaldiana ganham importância nova, dada a distância temporal decorrida entre os envolvidos, revelando a riqueza psicológica da personagem que — ao se afastar da pitoresca e retilínea descrição dos indivíduos construídos pelo “regionalismo propriamente dito” (CANDIDO, 2011, p. 20) — se aproxima dos métodos historiográficos forjados na segunda metade do século XX, como, por exemplo, a retrovisão — utilizada pela história cultural hobsbawmiana e por Riobaldo, sobretudo quando esse buscar compreender o passado vivido menos para transmiti-lo ao seu interlocutor do que para se decifrar, como humano em todas as suas contradições, uma vez que “[e]sta vida é de cabeça-para-baixo, ninguém pode medir suas perdas e colheitas. Mas conto. Conto para mim, conto para o senhor. Ao quando bem não me entender, me espere” (ROSA, 1956, p. 145).

Narrar para sobreviver, contar a trajetória de sua vida não somente para compreender os fatos externos que o cercaram, mas também para buscar a si mesmo, o seu maior desconhecido, liga Riobaldo esteticamente a personagem Macabéa de *A hora da estrela* (1977) por meio de um fio tênue, o de que — para ambos originados em um mundo áspero,

onde não se permite delírios de fantasia — questionar-se é demasiadamente perigoso.

Toda esta complexidade vigorosa presente no relato do narrador-personagem do *Grande sertão* pode passar despercebida, ou mesmo negligenciada aos olhos de leitores apressados ou menos atentos, haja vista que nesse reino de contradições em que se delineia os grandes sertões e as pequenas veredas rosianas, as forças régias do universo, o Bem e o Mal, não se estabelecem em lugares fixos, migrando incessantemente e, algumas vezes, de maneira surpreendente, habitando, cada uma, por seu turno, na fronteira oposta à que deveria estar. Como afirma o autor de *Literatura e Sociedade*, no microcosmo mineiro de Rosa

as coisas são e não são, o lado negativo e o lado positivo [...] há o lado do bem e o lado do mal, mas isso está tão trançado que a linha central do livro é quase a impossibilidade de distinguir o que é um e o que é o outro, porque se o direito é o lado do bem e o esquerdo é o lado do mal, coisas boas acontecem à esquerda e coisas más acontecem à direita. Há uma divisória teórica no mundo, mas tudo se embaralha de tal maneira que fica difícil determinar como e quando (CANDIDO, 2011, p. 24).

A dualidade tensa de *Grande sertão: veredas* encaminha o seu protagonista a uma dualidade complexa do sentimento em travessias profundas e imaginárias, em que não há entre os opostos os velhos clichês maniqueístas do romantismo e da historiografia cultivados no século retrasado, ao contrário, há uma confluência e uma situação de equilíbrio tal como propõe, em seu conceito de trágico, G. W. F. Hegel. Dessa forma, o Bem e o Mal se originam no mesmo solo áspero e se movimentam de um lado e de outro do caminho humano, de acordo com o humor daquele mundo “muito misturado” (ROSA, 1956, p. 220). Analista competente, Antonio Candido percebeu essa dança executada pelas forças do cosmo em seu conceito intitulado de *princípio de reversibilidade*. Em outras palavras significa dizer que, na obra de Guimarães Rosa, ocorre o reverso daquilo que é costumeiramente esperado, ou seja, o que é do âmbito do Mal acontece nos domínios do Bem e vice-versa, demonstração clara de que a complexidade cunhada por Guimarães Rosa imita aquela encontrada na travessia da própria vida humana.

Sem chamar atenção para isso, o ficcionista mineiro em seu universo literário amalgamado divide-se entre a literatura e a história. Da primeira, retoma uma construção poética muito antiga nas Letras ocidentais. Pode-se inclusive afirmar que a reversibilidade — apontada por Candido como um dos pilares estruturais do romance rosiano — também estrutura as peças tomadas pela recepção crítica de Shakespeare (1564-1616) como suas obras imaturas, não obstante, amadas pelo público no decurso dos séculos, o qual, em não raros

casos, conseguiu enxergar a censura do dramaturgo a um movimento histórico como a guerra civil, demônio que reside por detrás do enlace amoroso impossível do jovem casal-título da peça. Em *Romeu e Julieta*, por exemplo, recorda-nos sua maior intérprete no Brasil Barbara Heliodora Carneiro (1923-2015), o bardo inglês lança esse recurso para compor um jogo *sui generis* de claro e escuro que envolve os amantes protagonistas desta única peça de tragédia lírica forjada pelo autor de *Rei Lear*. Sobre este aspecto, Barbara Heliodora se expressa acerca desta reversibilidade shakespeariana, afirmando haver

a imagem do brilho do sol, das estrelas, de luar, velas, tochas, da rapidez da luz do raio; há a imagem da escuridão que chega, de nuvens, sombra, noite. Mas é tudo muito complexo, porque os grandes momentos de felicidade (o encontro, a Cena do balcão, a despedida) vem na noite — e, naturalmente, a iluminam, enquanto os conflitos, mortes e banimentos dão-se de dia. O sol claro parece ser a luz do ódio, não do amor (HELIODORA, 2016, p. 12).

Nesta dialética entre o crítico e o material ficcional, parte-se do exame da produção deste ensaísta para estabelecer uma correlação com as Ciências Sociais, que apresenta vínculos com a atitude literária e possibilita satisfazer melhor o “gosto pelo concreto”, o que no caso de Antonio Candido se traduz em atitude de compreender, pelo contato direto com o texto literário, os aspectos históricos e de estilo envolvidos nas forças que regem os movimentos da sociedade e da cultura nacional. Nesta mesma perspectiva interdisciplinar, situa-se a obra de Walnice Galvão, discípula direta desse professor da USP e grande referência para o fomento dos estudos de Literatura Comparada produzidos no país.

Esta autora caracteriza, em *As formas do falso* (1972), o homem e o sertão rosianos graças ao conceito de *ambiguidade*, este uma reelaboração do princípio formulado por Antonio Candido no ensaio “O homem dos avessos”, nas quais se faz relevante a compreensão da realidade social e cultural do espaço sertanejo, marcado pelo banditismo social representado de tez sertaneja protagonizado pelo jagunço e por seu comportamento ambíguo, ora marginal, ora heroico e justiceiro, com o qual estabelece uma relação de mimese com os disfarces e lances usados na composição dos fatos que desenharam as principais catástrofes do século XX.

São pelos relatos da memória fragmentada em *Grande sertão: veredas* que o protagonista pode obter a real dimensão da participação dos opostos nos acontecimentos por ele vivenciados. E é por meio desses eventos que se estabelece o conceito sociológico de “jaguncismo”, com base em um precioso acompanhamento realizado por Antonio Candido da evolução do banditismo social que está presente na Literatura Brasileira desde o século XVIII,

fornecendo a moldura aos enredos das obras rosianas receptoras da atenção intelectual do ensaísta.

Em síntese, para um crítico como Antonio Candido — preocupado com o método de leitura dialética envolvendo as áreas da história, da literatura e da cultura como comprova Alfredo Bosi em “Os estudos literários na Era dos extremos” —, Guimarães Rosa

construiu um regionalismo muito mais autêntico e duradouro, porque criou uma experiência total em que o pitoresco e o exótico são animados pela graça de um movimento interior em que se desfazem as relações de sujeito a objeto para ficar a obra de arte como integração total de experiência (CANDIDO, 1991, p. 245).

Denota-se que esta experiência se edifica na novelística de Guimarães Rosa graças à “paixão de contar” nutrida pelo escritor cujo prazer de contista atravessa, de um lado, a sua biografia — “nós, os homens do sertão, somos fabulistas por natureza. Está no nosso sangue narrar estórias” (ROSA *apud* LORENZ, 1973, p. 325) —, e de outro, a tessitura de algumas de suas obras-primas desde as narrativas de *Sagarana*, como ocorre em “A hora e vez de Augusto Matraga”, até as póstumas *Estas estórias* e a coletânea *Ave, palavra*.

Entre a maioria dos primeiros leitores de Guimarães Rosa, no entanto, o conhecimento da escrita desse autor se deu não dentro de uma ordem cronológica, mas pautado primeiramente pelo impacto causado por *Grande sertão: veredas*, obra que conseguiu anteceder, na experiência desses receptores, o aparecimento da primogênita coletânea do ficcionista. A testemunhar esse fato, Benedito Nunes confessa no início do ensaio intitulado “De *Sagarana* a *Grande sertão: veredas*” esse desvio de fruição estética.

Li *Grande sertão: veredas* em 1956, ano em que surgiu, e logo antes, muito antes de ter conhecido *Sagarana*, já publicado uma década, li o comparsa novelístico do retumbante romance, *Corpo de baile*. Acho que esse foi um repetido incidente bibliográfico, de Norte a Sul do país, em nossa geração [...] Sem o saber, estávamos, os então leitores com menos de trinta anos, reproduzindo um fato da recepção crítica da obra de Rosa na época (NUNES, 1998, p. 247).

Inegavelmente, isto se deveu ao apuro literário de Guimarães Rosa que manteve uma insignificante distância temporal entre o lançamento do volumoso *Corpo de baile* e a publicação do “alentado, difícil e desconcertante” (ÁVILLA, 2001, p. 95) *Grande sertão: veredas* em comparação ao hiato de um decênio de mais profundo silêncio do autor entre essas obras e *Sagarana*, que acabou sendo — aos olhos dos jovens leitores da época, como

demonstra Benedito Nunes, — uma espécie de ensaio preparatório de escrita com a função de maturar os temas e o espaço sertanejo a serem devidamente apresentados na década seguinte.

Com um dos meus pés fincados na historiografia abro um breve parêntese para lembrar que assim como *Sagarana*, a obra *Grundrisse* (1857), os elementos fundamentais de Marx acerca da política e da economia, também seguiu por um caminho difícil entre seus leitores antes de se tornar um objeto de culto para os seguidores de Karl Marx e os marxistas em geral. Como revela Eric Hobsbawm no artigo “A descoberta dos *Grundrisse*” — escrito originalmente como prólogo para a publicação de uma reunião de todos os trabalhos do autor de *A ideologia alemã* (1845), de 2008, sob a organização do jovem sociólogo napolitano Marcello Musto — essa produção foi historicamente negligenciada pela recepção. Lida posteriormente a *O capital* (1867), *Grundrisse* foi colocada diante de uma bifurcação interpretativa, ora foi considerada tão somente como pórtico para o ingresso nas obras maduras do pensador alemão, ora foi entendida como demasiado complexa em seu conjunto de abordagens e discussões.

Independente dos motivos alegados, o percurso desse título até a sua consideração como gênese teórica de Marx pelos estudiosos foi tortuoso só começando, de acordo com o relato do historiador britânico no sexto ensaio da primeira parte de seu *Como mudar o mundo* (2011), “a deixar uma marca significativa nos estudos sobre Marx na década de 1960” (HOBBSAWM, 2011, p. 118). Esse atraso na recepção de *Grundrisse* se deveu também a um fator político ironicamente desenvolvido no coração da esquerda, isto é, graças ao projeto comunista soviético que, no cotejo com *O capital*, considerou a primeira obra desnecessária inclusive no interior da URSS, isto logo nos momentos mais críticos vivenciados pelo sistema como realmente foi o intervalo de três décadas compreendido entre os anos de 1956 a 1989.

Voltando a recepção crítica rosiana, “De *Sagarana* a *Grande Sertão: Veredas*” começa tratando dessa trilha muito particular da primeira coletânea rosiana dentro da recepção crítica, a qual avaliou *Sagarana* à luz do estilo já acabado que Guimarães Rosa apresentou em *Corpo de baile*. Ao ingressar nas nove estórias da primeira obra do ficcionista mineiro pela via das composições dos contos de 1956, a recepção crítica encontrou-se diante de duas obras, as quais apresentavam a mesma ambientação onde se movimentavam grupos idênticos de indivíduos encenando seus dramas e conflitos. Contudo, nas sete narrativas que compõem os dois volumes de *Corpo de baile* observa-se uma extrapolação das riquezas desses tipos humanos sempre excluídos pelo sistema de mercado. São indivíduos com diversos graus de loucura, idosos e mulheres abrasadas pelo desejo e pela paixão. Assim, seguindo o percurso

da crítica:

Ao entrarmos em *Sagarana* pela porta de *Corpo de baile*, comunicante com a do Sertão das Veredas, nenhuma diferença se nos depara quanto à matéria ficcional: o mesmo universo sertanejo, povoado de tropeiros, carreiros, boiadeiros, seleiros, pequenos artesões, fazendeiros, capatazes, plantadores, capiaus, jagunços, entre bois e burros, pássaros, árvores, arbustos, plantinhas de toda espécie, solos diversos, rios, remansos e ventos, trazidos à colação do imaginário pelo apetite realista da narrativa de tudo recensear da região extravasando, para os Gerais, o interior de Minas apontado por Álvaro Lins (NUNES, 1998, p. 248).

A grandiosidade de *Corpo de baile* impressionou e ainda impressiona gerações inteiras de leitores não somente pela vastidão das páginas que o integram ou mesmo pelo talento rosiano para explorar aspectos íntimos do cotidiano de homens comuns, mas também por ser uma peça complexa na qual a singularidade de seu sertão está a serviço da literatura em que nenhuma palavra ou conceito — parafraseando Fernando Pessoa (1888-1935) sob a máscara de Ricardo Reis — se excede ou se exclui.

Se, por um breve instante, recordarmos que a gênese literária do *Grande sertão: veredas* está em uma narrativa cujo título “Veredas Mortas” integraria a coletânea *Corpo de baile* (se não tivesse se expandido tanto) fechando-o, então, pode-se inferir que essa obra se constitui na grande explosão de criatividade de Guimarães Rosa e, simultaneamente, a criação a exemplificar o último estágio de maturidade de nossas Letras, acostumadas ou ao subdesenvolvimento, ou a emulação das obras europeias.

Não obstante, as nove narrativas inscritas em *Sagarana* já realizavam bem a sua tarefa de marcar na literatura brasileira o traço distintivo de Guimarães Rosa entre os demais regionalistas que era a superação do estritamente documental e o pitoresco. É claro que, como expôs Antonio Candido em depoimento para o documentário *Os nomes do Rosa* (1997),

[o] pitoresco havia, evidentemente, mas já havia uma universalidade dos temas, havia uma espécie de vibração espiritual, uma vibração em relação aos grandes problemas que atormentam o homem, que já faziam dele uma coisa diferente, não era propriamente um regionalista (CANDIDO, 2011, p. 20).

Já no decênio de 1940, período em que Rosa surge definitivamente para a literatura, esta não mais possuía fôlego para produzir escritores que soubessem apropriar-se do mesmo expediente utilizado pelo autor de *Tutaméia* (1967), isto é, a ruptura com os limites impostos pelo naturalismo documental e o pitoresco, cujo resultado — como se pode perceber na

tradição literária em obras de Simões Lopes Neto (1865-1916), ou mesmo em Mário Palmério (1916-1996) — foi a imersão de nossas letras no terreno perigoso de dependência estética em relação à recepção simpática dos leitores europeus, ávidos por obras que mostrassem uma terra, um homem e um espaço exóticos, inscritos todos numa batalha socioeconômica violenta pela sobrevivência, ou seja, uma ambiência não encontrada facilmente nas literaturas dos países desenvolvidos do Velho Mundo.

No enveredamento por uma trilha metodológica muito próxima da formulada por Georg Lukács (1885-1971) em *Para a sociologia do drama moderno*, “segundo a qual o social na obra está na forma” (SCHWARZ, 2004, p. 15), Antonio Candido, usando de uma abordagem muito própria, a *sociologia da criação*, revela que o reconhecimento do país como nação ou quaisquer outras descobertas da consciência brasileira se dão primeiramente pela manifestação literária local, cujas estruturas, de modo audacioso, organizam e descobrem a sociedade e suas reais intenções, mascaradas, por vezes, pelo sentimento nacionalista e pelo oficialismo da historiografia. Avesso ao levantamento e preenchimento de tabelas estatísticas feitos pelos instrumentos quantitativos dos estudos sociológicos, mestre Candido, em sua lúcida metodologia, toma da Sociologia apenas o seu viés teórico para a análise dos elementos componentes do tecido social que se organizam no interior da prosa de ficção. Esta, no entanto, não se submete à matéria social; ao contrário, conserva-se autônoma, compreendendo e registrando os ideais vislumbrados pelas incessantes mutações da consciência político-social brasileira.

Conhecendo as mudanças sociais pelas páginas da literatura, percebe-se que, do interior dos palácios românticos do século XIX, o tratamento da temática regional só voltou a fazer parte integrante dos romances a partir de meados do século XX, em obras de escritores extremamente politizados e seguidores das correntes do marxismo, do comunismo (incluindo o trotskismo) e do socialismo, oriundos, sobretudo, da então URSS. Esses autores, surgidos no intervalo dos decênios de 1930 e 1940, se inscreveram, segundo Antonio Candido, como a geração formadora da Literatura Brasileira moderna, observadores atentos dos nossos espúrios modelos de relações sociais em que predominam o cotidiano da violência e exploração das classes marginalizadas, vivenciados nos confrontos com empregadores ou com o poder público institucionalizado, cuja proximidade ou distância lança o sertanejo comum frente a frente com a nefasta barbárie. Dentre essa leva de autores, desbravadores do *hinterland* brasileiro, destacam-se Graciliano Ramos e Jorge Amado.

Sob a consciência de subdesenvolvimento — nomenclatura formulada por Candido —

tais escritores não temeram o reconhecimento de nossa dependência cultural em relação à Europa, como fez a nossa ufana mentalidade romântica, ao contrário, obras como a áspera *Vidas secas* (1938) e os romances de Jorge Amado, ambientados na zona cacauzeira da Bahia, aproximaram a nossa literatura, pelo teor de denúncia social, do movimento neorrealista português, mostrando nitidamente que a fórmula para a compreensão de nossa identidade nacional perpassa, antes, por um diálogo entre as expressões da cultura brasileira e as da tradição ocidental.

A valorização de uma atitude política em prol do social levou a geração de Ramos e Amado ao regionalismo literário e ao aspecto pitoresco de representação do espaço sertanejo para os seus livros com função social diametralmente oposta à dos primeiros românticos. O exotismo das remotas regiões brasileiras não mais sustentaria a exaltação de nossa natureza, mas funcionaria como arma aguda contra os malefícios da trágica vida passada no Sertão, apta produtora de exploração da miséria em massa de indivíduos reféns de um Brasil arcaico, onde o poder paralelo de coronéis e das oligarquias anacrônicas cria novas esferas sociais, como ilustra a face perversa do banditismo social nordestino corporificado pelo jagunço, o qual transita pelas mais diversas posições políticas, desde milícia armada em defesa de fazendeiros até a função de norteadores da conduta social destas localidades. Essa situação de marginalidade e deslocamento do meio social ambos sofridos pelo homem sertanejo alcança, em Graciliano Ramos, por exemplo, a linguagem, como ocorre com o retirante Fabiano, cuja *secura* de palavra metonimiza o violento estio por que passam suas esperanças.

Se incluirmos a nossa literatura no macrocosmo da produção escrita da América Latina, perceber-se-á como os problemas sociais inscritos no território do Continente se desdobram de tal forma que estendem, às vezes demasiadamente, uma tendência literária, dando a esta uma sobrevida quase até o limite da exaustão. É o caso do naturalismo regional, que atingiu na década de 1940 o seu esgotamento criativo. O regionalismo ficcional representava, portanto, nesse momento,

uma tendência muito cansada da Literatura Brasileira que é [...] o pitoresco da linguagem, o arcaísmo, o tema caipira, o tema regional, o tema jagunço, o tema caboclo. Isso já é uma coisa muito sovada, muito gasta, praticamente considerava-se que a Literatura Brasileira já tinha saído disso, era o que a crítica, mais ou menos pensava (CANDIDO, 2011, p. 27).

Todavia, é nessa manifestação extenuada de nossa literatura e não em outra, que o brasileiro residente nas periferias do país pode ser visto em seu massacre diário operado pelas forças da violência e do crime, entidades poderosas no dia-a-dia de nações atrasadas

economicamente. E é ambientando sua palavra ficcional no espaço sertanejo e utilizando-se dos consumidos temas do regionalismo que Guimarães Rosa promove a sua revolução linguística e literária para além dessa tendência literária. Este levante retoma, como lição, grande parte do objeto estético pensado pelos modernistas de 1922, ao reelaborar o sertão pela voz sábia dos narradores nas criações rosianas. Por eles, Guimarães Rosa apresenta as inúmeras vozes que se misturam para compor a fala de toda a nação em seus movimentos de choque e de convívio intrínsecos dos modos de vida brasileiros, ora pendentes para a tradição arcaica de atmosfera rural, ora propensos aos anseios de modernização dos espaços urbanos.

É, sobretudo, por conta desse pensamento que a tendência regionalista conseguiu atingir uma terceira fase em seu longo trajeto pelas letras nacionais, denominado por Antonio Candido de *superregionalismo*, cujo maior representante é Guimarães Rosa. Lendo o percurso literário desse escritor, o autor de *A educação pela noite* (1987), ressalta que a matéria regionalista na Literatura Brasileira havia, portanto, encontrado em Guimarães Rosa, o escritor capaz de dividir águas, fornecendo a essa tendência ficcional um novo estímulo criativo, oriundo principalmente de uma valorização da palavra e do seu poder de apossar-se dos instantes em que as coisas vistas foram captadas, dando à paisagem real uma nova dimensão, só existente no âmbito da narrativa ou, como nas palavras de Davi Arrigucci, uma “visão hiperbólica” a “que corresponde à ampla e profunda subversão linguística” (ARRIGUCCI JR, 1999, p. 127). Nessa construção textual elaborada pelo contista, a escrita rosiana soube apreender a sua estrutura a partir das vanguardas modernistas, observação que, simultaneamente, apareceu na elaboração de meu *Intérpretes do mundo-sertão* e no *O traço, a letra e a bossa*, de Roniere Meneses, ambos publicados em 2011.

Tal qual Mário de Andrade (1893-1945), Guimarães Rosa, em menor escala, arquitetou a sua obra na pesquisa *in loco* dos elementos documentais, folclóricos e linguísticos que compõem as diversas manifestações culturais dos habitantes das localidades periféricas de um país dividido entre práticas obsoletas — como o banditismo endêmico representado pelo cangaço, objeto de estudo também da historiografia de Hobsbawm — e aspectos de modernidade urbana, encenados no meio rural. Enquanto o *turista aprendiz*, na década de 1920, atingiu a Região Amazônica, o autor de *Sagarana* deu preferência, em suas viagens, às paisagens sertanejas do Norte de Minas Gerais.

Além das pesquisas exaustivas de (re)criação vocabular, outra característica que aproxima Guimarães Rosa de Mário de Andrade é, respeitando as devidas proporções, a confecção de uma personagem que desconstrói a ideia de identidade local, lançando-se em

direção à “dimensões transnacionais que permitem a sua inserção na cena latino-americana” (SOUZA, 2002, p. 54), como assevera Eneida Maria de Souza nas páginas de sua coletânea *Crítica cult* (2002) em relação à *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter* (1928), obra reconhecidamente mais relevante de nossa primeira fase legitimamente modernista, e uma introdução no cenário ocidental, no caso de *Grande sertão: veredas* — aspecto não descrito por essa ex-professora de Teoria da Literatura da UFMG.

Perscrutando como a porção central do Brasil é dominada pela presença da cultura bovina no cotidiano, Guimarães Rosa coleta informações minuciosas, à maneira de um estudo sociológico, acerca da vida do sertão nordestino e de indivíduos, que, ao lidarem diariamente com gado, acabam por fazer deste a unidade que regula todas as espécies de relações ambientadas no interior do espaço sertanejo, como bem transpôs o autor em suas cadernetas de viagens, em anotações que depois migraram para o conjunto de novelas *Corpo de baile* e para o romance *Grande sertão: veredas*, em cuja forma de nomear a topografia local e os personagens surge quase sempre materializada a figura do boi, como atesta o trabalho lembrado uma vez mais de Walnice Galvão, *As formas do falso*.

Em um eficiente panorama da estética regionalista na América Latina, nos Estados Unidos e na história cultural brasileira, as professoras da Universidade Federal de Minas Gerais Dilma Castelo Branco Diniz e Haydée Ribeiro Coelho revelam em ensaio intitulado simplesmente de “Regionalismo” (2005) como essa estética ainda se configura uma tendência complexa e de difícil conceituação dentro dos estudos literários e culturais, haja vista as suas transmutações no decurso do tempo e da história literária forjada a partir do século XVIII. Vigorando desde o romantismo, a tendência regionalista desmascarou a nossa falsa sensação de unidade político-nacional, na qual

costuma-se esquecer a diversidade que dirigiu a formação e o desenvolvimento de nossa cultura. Na realidade, a colonização do Brasil se deu em núcleos separados e praticamente isolados entre si: o desenvolvimento econômico e a evolução social foram, assim, bastante heterogêneos (DINIZ; COELHO, 2005, p. 416).

Seguindo de muito perto os movimentos econômicos-extrativistas dessas regiões — práticas destinadas na divisão internacional do trabalho para países subdesenvolvidos no famigerado terceiro Mundo como o nosso — a produção dos ficcionistas brasileiros também se mostra dividida em “ciclos” correspondentes aos produtos de consumo manufaturados na zona rural de onde surgem (ou imaginam em suas composições) os escritores regionalistas.

Assim nascem, *verbi gratia*, ciclos como o da cana-de-açúcar em José Lins do Rego (1901-1957); do cacau em Jorge Amado e, onde as misérias topográficas e da população nada podem produzir, advém o regionalismo em sua construção mais elevada, o da fome presente na secura das palavras de Graciliano Ramos.

Conhecendo o contexto histórico e político em que surgem esses escritores — alguns, como o autor de *Jubiabá* (1935), explicitamente militante socialista — pode-se perceber em suas páginas, aquilo que Antonio Candido denominou sabiamente no final da década de 1970 de “consciência amena de atraso” (CANDIDO, 1979, p. 345), isto é, a capacidade que esses homens de Letras possuíam, antes dos catastróficos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, de que o país passava pela experiência de, como nação nova, subdesenvolvimento, reconhecendo “no passado imediato e remoto” (CANDIDO, 1979, p. 345) as marcas do presente e a crença absoluta no Iluminismo de que a instrução salvaria o homem. E de fato, como assegura Candido em “O direito à literatura”,

durante muito tempo acreditou-se que, removidos uns tantos obstáculos, como a ignorância e os sistemas despóticos de governo, as conquistas do progresso seriam canalizadas no rumo imaginado pelos utopistas, porque a instrução, o saber e a técnica levariam necessariamente à felicidade coletiva (CANDIDO, 2004, p. 170).

Não é à toa, portanto, que na metade de seu percurso pelo histórico de sobrevivência do regionalismo entre países subdesenvolvidos como o Brasil e as demais nações da América hispânica, Dilma Castelo Branco Diniz e Haydée Ribeiro Coelho lancem mão dos ensinamentos de Mestre Candido expostos em “Literatura e subdesenvolvimento”, uma vez que, no confronto das Literaturas dos países latino-americanos com as nações desenvolvidas economicamente, Candido confirma nesse ensaio o papel de destaque que a temática regional obteve, principalmente no século XX, dentro dos momentos de formação e consolidação do cânone literário do Modernismo no Brasil, servindo de ponto de partida para as obras de escritores surgidos, sobretudo, na década de 1930 e anteriormente lembrados como também pelos posteriores ao ano de 1945, entre eles os grandes inventores da moderna palavra literária, João Cabral de Melo Neto (1920-1999), Clarice Lispector e Guimarães Rosa.

Fazendo-se grande mantenedor como foi de um sempre *teso arco da conversa*, instaurada pela Literatura com as demais áreas do conhecimento, Antonio Candido propõe aproximações dessa forma artística com a História, com os Estudos Sociais e também com as manifestações literárias de outros países — tal como pode ser observado em suas análises, por

exemplo, de Eça de Queirós (1845-1900) e Alexandre Dumas, pai (1802-1870) —, numa abordagem metodológica em que a dependência das Letras nacionais em relação às europeias não é vista por um ângulo depreciativo para a produção de nossos escritores. De um desses diálogos literários emerge a noção do ensaísta de *supraregionalismo*, utilizada no processo de compreensão da obra de Guimarães Rosa, cujo culto daquilo que poderia ser considerado curioso — por não pertencer evidentemente ao cotidiano urbano — pôde prosperar.

Assim como o temário do banditismo social atravessou boa parte do trabalho de Eric Hobsbawm, a preocupação com o regionalismo literário e de sua superação forjada nas páginas de Guimarães Rosa nunca saiu da agenda de estudos de Antonio Candido como se pode denotar na terceira parte do tríptico “A literatura e a formação do homem”, ensaio enfeixado na coletânea *Textos de intervenção* (2002), nessa estação o ensaísta carioca trata especificamente do regionalismo literário o qual, em sua tentativa histórica de resistir à “tirania do pitoresco” (CANDIDO, 2002, p. 86) — aspecto em particular, aliás, combatido por leitores como Candido e Benedito Nunes¹² —, acabou por patinar inconscientemente entre o documental e o idealizador sem jamais atingir nenhum desses polos na produção de nossos primeiros regionalistas tomados como exemplificação de nosso ensaísta, Coelho Neto (1864-1934) e o anteriormente mencionado Simões Lopes Neto.

Mesmo apresentando-se dinâmico em sua trajetória no Brasil, o regionalismo literário passou por diversas fases no decurso do *breve século XX*, desde a realidade estritamente documentária até a universalização elaborada nas composições de Guimarães Rosa. Nos autores escolhidos por Antonio Candido, observa-se um regionalismo dual, ou seja, uma estética que, por um lado tenta registrar o idioleto falado pelo homem do *hinterland* no intuito de inscrever o indivíduo das zonas rurais no mapa cultural do país, por outro lado, mantém esse mesmo homem marginalizado dentro de um rótulo que, ao invés de libertá-lo, marca sua diferença em relação aos nascidos nos espaços citadinos.

Profundo humanista, nosso maior nome da crítica literária formada no interior dos espaços acadêmicos, o autor de *O observador literário* (1959), não evitou aproximar a matéria

¹² Em sua última entrevista concedida a Renato Lessa e a Sheila Kaplan para a revista da SBPC *Ciência Hoje*, a qual só veio a lume postumamente, Benedito Nunes expressava claramente que Guimarães Rosa, ao ambientar preferencialmente os enredos de suas narrativas no sertão mineiro, deveria ser visto *a priori* como um escritor regional e não regionalista, haja vista que “há uma diferença entre regional e regionalismo. O que envelheceu, o que passou foi o regionalismo, não o regional, Guimarães Rosa é regional, mas não é regionalista.” Dessa forma, o ensaísta paraense demonstrava que em sua concepção, o regionalismo pré-Guimarães Rosa era uma tendência superada na produção literária do país. Todavia, como o escritor mineiro universalizava as experiências de suas personagens, rompendo com a geografia, o *modus vivendi* e o estritamente documental, Nunes ao longo de “Amazônico e universal” (2011) corrobora a teoria de Antonio Candido ao afirmar que o autor de *Corpo de baile* era “suprarregional — acho que foi Antonio Candido que criou o termo que significa que ele vai além do regionalismo” (NUNES, 2011, p. 66-67).

literária, como já foi mencionado anteriormente nesta Tese, dos conteúdos de outras disciplinas humanas, dentre estas a História. Isto porque em sua análise da *função* psicológica do objeto estético, o crítico brasileiro aponta em trabalhos como “A literatura e a formação do homem” — texto originalmente escrito em 1972 — o vínculo inquebrantável entre a ficção e a realidade, uma vez que em sua essência “a fantasia nunca é *pura*” (CANDIDO, 2002, p. 81), apesar do espaço privilegiado e autônomo que goza a produção estética em confronto com outras produções humanas e a sua necessária utilidade em nossas vidas “se manifesta a cada instante; aliás, ninguém pode passar um dia sem consumi-la” (CANDIDO, 2002, p. 81).

Na área de atuação de outro coetâneo seu, Eric Hobsbawm, o qual (nas palavras de seus críticos e de seus leitores) compartilha de peculiaridades semelhantes ao do autor de *Literatura e sociedade* (1965), tais como a filiação aos pressupostos estruturais da Antropologia Social inglesa e a escrita profundamente teórica cunhada, entretanto, com a clareza que se faz inteligível a leitores instruídos ou não, tornando ambos dignos da máxima proferida por Miss Jane no romance lobatiano *O presidente negro*, de que “os verdadeiros sábios são claros e fecundos como a luz do sol” (LOBATO, 2009, p. 62).

Apesar da evidente constatação de que atuam em ramos diferentes, tanto Antonio Candido quanto Eric Hobsbawm dividem ambos os mesmos interesses temáticos, os quais os levam a uma crítica mais abrangente dos objetos por eles examinados. Contemporâneos e irmanados no anseio de compreender a cultura produzida no século XX, a aproximação entre esses intelectuais — tornados referências obrigatórias em suas respectivas esferas de conhecimento — nas laudas desta Tese desenhou-se, na falta de uma palavra melhor, naturalmente. Os temas que os preocuparam — como a ideia de nacionalismo, direitos humanos, e o próprio desenvolvimento do banditismo social — aparecem semeados ao longo da produção ensaística de ambos, talvez com alguma vantagem para o professor brasileiro, pois esse abraçou uma maior quantidade de disciplinas e fontes em seu percurso entre os domínios da sociologia, da história, da filosofia e da crítica literária.

Sem jamais mencionar claramente o historiador do Birkbeck College em seus estudos, Antonio Candido teve seu nome ligado ao de Hobsbawm de forma indireta em 1998, curiosamente atendendo a um pedido do próprio professor da USP por ocasião das homenagens aos oitenta anos do autor de *Formação da literatura brasileira*.

Em um ensaio vindo a público um ano depois em *Antonio Candido: pensamento e militância* (1999), coletânea de *Festschriften* — expressão alemã utilizada para a reunião de estudos dedicados a um professor acadêmico em um momento comemorativo em que esse é

celebrado —, e, posteriormente, imigrado para o interior de outras obras como *Literatura e resistência* (2002), Alfredo Bosi examina brevemente o conceito hobsbawmiano de “Era dos extremos”, o qual encabeça o título da obra de 1994 em que Hobsbawm apresenta sua tentativa de compreender o período de opostos ambíguos que se caracterizou o século passado. Tal livro na América subdesenvolvida economicamente, mormente no Brasil, gozava já na época, cerca de quatro anos depois da vinda a lume de sua versão original, um enorme sucesso editorial¹³, fato raro entre publicações de caráter historiográfico. A propósito, aproveito a deixa para abrir um breve parêntesis no qual cito o resumo e as primeiras impressões deixadas por essa obra em Bosi.

É bastante conhecido o livro de Hobsbawm sobre o “breve século XX”, que teria começado com a Guerra de 1914 e terminado com a desagregação da União Soviética e o colapso do desenvolvimento no Terceiro Mundo a partir dos anos 80.

A obra é absolutamente notável, e o seu teor polêmico vem animando boa parte da historiografia recente, inspirando um *revival* do pensamento progressista, pensamento de esquerda democrática, o que, a meu ver, está fazendo bem e arejando o debate ideológico nessa fase de provação que estamos atravessando (BOSI, 2002, p. 248-249).

De forma semelhante aos profissionais da História, os quais se alimentam de fontes de outras áreas do conhecimento em suas pesquisas, (e ao lembrar esse aspecto não teço sinceramente uma condenação a essa prática metodológica), Alfredo Bosi toma de empréstimo a expressão “Era dos extremos”, não para tratar das derrocadas da civilidade no hemisfério ou da ascensão de novos impérios legitimados pelo avanço do bem-estar das massas populares e da tecnologia, mas para compreender essa “fase de provação que estamos atravessando” culturalmente nas Letras e nos interesses dos leitores pelos caminhos abertos para o objeto estético e a recepção crítica literária nos últimos anos do complexo século passado. Quanto a última, isto se deu, sobretudo, com o fortalecimento, entre nós, da Estética da recepção, principalmente a jaussiana, no final dos anos de 1980 e de sua valorização das relações entre a matéria literária e o seu respectivo receptor, o leitor.

¹³ Este fato extraordinário é lembrado pelo próprio historiador britânico no capítulo intitulado “Na aldeia global” de sua autobiografia *Tempos interessantes* — lançada no Brasil simultaneamente à versão original inglesa graças aos esforços do editor Luiz Schwartz proprietário da Companhia das Letras, casa editorial em que, juntamente com a Paz e Terra, assiste a obra de Hobsbawm no país. Nas palavras do autor de *Era dos extremos* foi o Brasil o lugar “onde a venda de exemplares da primeira edição de minha história do século XX seria maior do que em qualquer outro país” (HOBSBAWM, 2002, p. 339). Seu colega de profissão, Tony Judt, ao resenhar *Tempos interessantes* para o *New York Review of Books* em 2003, inicia seu texto apontando o reconhecimento das obras de Hobsbawm em países do chamado Terceiro Mundo, “especialmente no Brasil”, onde — de acordo com o autor de *Passado imperfeito* (1992) — “ele é um herói cultural popular” (JUDT, 2010, p. 137).

Resultando contrariamente ao esperado por esses primeiros escritores do “regionalismo propriamente dito”, o que eles conseguem é, ao invés de integrar o interior ao restante do país, foi, aos moldes dos postulados de Marx, alienar esses seres residentes do interior do Brasil. Apesar da diferença ideológica existente entre a produção historiográfica de Hobsbawm e o conjunto de ensaios de Candido — nos quais esse professor amalgama estudos sociais, antropológicos, históricos e literários —, há mais semelhanças entre ambos a serem pontuadas. Por exemplo, tal como na visão hobsbawmiana do banditismo social, a permanência do regionalismo literário está ligada aos movimentos do sistema capitalista e sua produção de desigualdade que estabelece a distância entre as culturas das periferias rurais e dos grandes centros urbanos. Em seu trânsito entre esses estamentos culturais, Riobaldo em *Grande sertão: veredas* rompe os limites que apartam um de outro e promove a universalização do regional para além dos domínios opressivos do regionalismo, o qual

existiu, existe e existirá enquanto houver condições como as do subdesenvolvimento, que forçam o escritor a focalizar como tema as culturas rústicas mais ou menos à margem da cultura urbana. O que acontece é que ele se vai modificando e adaptando, superando as formas mais grosseiras até dar a impressão de que se dissolveu na generalidade dos temas universais, como é normal em toda obra bem feita. E pode mesmo chegar à etapa onde os temas rurais são tratados com um requinte que em geral só é dispensado aos temas urbanos, como é o caso de Guimarães Rosa, a cujo propósito seria cabível falar num superregionalismo (CANDIDO, 2002, p. 86-87. Grifo meu).

Esse confinamento ideológico imposto ao homem rural serve para alimentar o imaginário urbano sedento de exotismo bucólico desde o Arcadismo setecentista, formado em grande parte pelos verdadeiros leitores do tradicional regionalismo estético, os quais “sendo ilustrados e homens da cidade, não tinham simplesmente, até há bem pouco tempo, feito esforços suficientes para compreender as pessoas que são diferentes deles” (HOBSBAWM, 1970, p. 13). Realidade semelhante encontrada por Eric Hobsbawm em seus pares conservadores que pouco ou nenhum interesse demonstravam pelo exame do banditismo social ou mesmo de sociedades não europeias e, portanto, não brancas.

Mesmo em períodos contemporâneos da História Brasileira, a temática regionalista não perdeu vigor, segundo afirma Antonio Candido:

Há cerca de trinta anos [1916], quando a literatura regionalista veio para a ribalta, gloriosa, avassaladora, passávamos um momento de extremo federalismo. [...] os escritores regionais eram procurados como afirmação

nativista. Foi o tempo em que todo jovem promotor ou delegado, despachado para as cidadezinhas do interior, voltava com um volume de contos ou uma novela sertaneja, quase sempre lembrança de cenas, fatos e pessoas cujo pitoresco lhe assanhava a sensibilidade, litorânea de nascimento ou educação (CANDIDO, 1991, p. 243)

E assim se deu também com os autóctones das zonas rurais como é o caso exemplar de Valdomiro Silveira (1873-1941) escritor nascido no interior paulista que divide, de forma obscura, com o mineiro Afonso Arinos o título pomposo de criador da literatura regionalista do país. Neste autor de *Os caboclos* (1920), infelizmente, ocorre um daqueles episódios em que a obra encontra-se extremamente datada, pouco significando para além de sua importância histórica no percurso literário nacional. Cativeira da tentação etimológica desse ficcionista natural de Cachoeira Paulista, o conteúdo relatado na economia de suas narrativas, interessa mais intensamente na atualidade aos estudos da cultura e da sociologia como uma espécie de guia tanto para o conhecimento, quanto para o resgate de um interior remoto e historicamente anterior à invasão dos costumes e das modas urbanas que, pela pujança sedutora do capital, aniquilaram o viver simples das localidades periféricas, as quais — seja no *hinterland* brasileiro, seja nas áreas campestres do Velho Continente — se parecem sempre entre si na pouca simpatia pelos comportamentos externos.

Nos vinte e quatro contos de *Lereias* (1945), *verbi gratia*, a importância documental e uma certa valorização do pitoresco ocupam intencionalmente papéis de destaque em relação ao meramente estético. A intenção clara do autor de contos como “Mau costume” é forjar o retrato de corpo inteiro do legítimo homem simples do interior em seu *ethos* cultural e preservado em suas marcas dialetais e seus interesses, os quais Silveira busca representar veridicamente com a utilização de um repertório de recursos estilísticos, tais como o uso excessivo de rotacismos e da oralidade em grau extremo, ambos atendendo ao escopo de não macular a identidade original do caipira paulista, a qual o autor conheceu e pesquisou *in loco*.

Cotejada com os escritores Coelho Neto e Simões Lopes Neto, entretanto, a proposta regionalista de Valdomiro Silveira é muito mais autêntica, ao representar a fala do homem interiorano, uma vez que ao passar a narração, sem intermediários, para o próprio caboclo, o autor de *Nas serras e nas furnas* (1931) evitou o que Candido denominou de “centauro estilístico” (CANDIDO, 2002, p. 89) e que se encontra na produção literária daqueles primeiros autores urbanos. Nessa formação híbrida, os regionalistas lembrados acima atribuíram importância às personagens tipicamente rurais, dando a essas o corpo e os membros para que pudessem movimentar o enredo de suas construções narrativas nas quais

surgem as marcas linguísticas próprias que caracterizam a diferença entre a prosódia das localidades distantes e a das metrópoles. Todavia, o centro cerebral dessas composições ficcionais continua, por meio do discurso indireto, sendo exercido pelo homem urbano e intelectualizado.

De um momento na evolução do regionalismo estético em que é preciso delimitar os domínios do rural e da supremacia dos valores urbanos, passa-se para outro estágio dessa tendência literária que é o projeto de representação da realidade com base na descrição fidedigna do indivíduo em seu labor diário dentro de uma dialética naturalista com a paisagem. Essa concepção parece ir ao encontro do que assevera Enid Yatsuda Frederico que — próxima das observações feitas por Antonio Candido acerca do regionalismo na época do lançamento ao público de *Sagarana* — nas páginas introdutórias que por ela escritas para uma reedição da coletânea de contos *Lereias* observa que

[p]ouco antes, ter nascido no sertão era vergonha a ser escondida sob roupas, modos e linguajar franceses; agora é motivo de orgulho. A esses filhos dos fazendeiros, urbanos, mas que passaram parte de suas vidas na zona rural, cabe a tarefa de revelar o seu sertão, porém “cientificamente”, isto é, não mais o idealizando, como ocorrera com os românticos, mas descrevendo-o com suas verdades, ainda que cruéis, como mandavam as normas estéticas em vigor (FREDERICO, 2007, p. XVI).

Pode-se atestar que, independente das mudanças ou alterações sofridas pelas estruturas sociais do país — sejam elas no âmbito político, governamental ou econômico —, o panorama estético parece manter-se imutável, marcado pelo signo do regionalismo, o qual exerce um papel de mediador entre a cultura e as transformações da sociedade brasileira ou um “termômetro, dada a sua generalidade e persistência” (CANDIDO, 1979, p. 345) como menciona o crítico carioca.

Apesar de toda essa pujança apresentada pela tendência regionalista no intuito de interceder pelos interesses da sociedade brasileira, esta não foi capaz de realizar um produto literário de primeira ordem, mesmo na atualidade. Em verdade, a produção ficcional em nosso território privilegiou sempre o espaço urbano em detrimento do ambiente campestre ou rural, tal como se pode observar nas Letras dos maiores nomes da literatura nacional. É o caso, por exemplo, de Machado de Assis (1839-1908), o mais importante escritor brasileiro, perdido, coincidentemente, para a Literatura Brasileira no mesmo ano em que ela ganhou um outro gênio da narrativa: Guimarães Rosa.

Baseado nas considerações tecidas pelo autor de *Formação da Literatura Brasileira*

constata-se, ainda que brevemente, a função de subproduto exercida pelo pitoresco-documental nos debates travados pela intelectualidade nos grandes centros do Brasil. Mesmo dentro do Romantismo nacional, num momento-chave para a temática naturalista, época em que a nossa tentativa de nos tornar nação independente no plano político-cultural se traduziu na equação: “natureza exuberante” igual a “pátria esplêndida”, ainda assim, sob a perspectiva de uma consciência generalizadora, o teor regional não atingiu um lugar de destaque em nossa literatura, há bem pouco livre da pecha colonial.

O grande ícone do movimento na prosa, José de Alencar (1829-1877), responsável pela forjadura de nossa identidade nacional, no plano da ficção, realizou melhor escrita em obras ambientadas no meio urbano, tendo como cenário o interior dos salões de festas e palacetes da nobreza, onde o leitor (ou leitora, público-alvo a quem os romances românticos se destinavam) podia assistir, à maneira de *voyeur*, ao baile de costumes e hábitos da sociedade do século XIX, com o auxílio luxuoso de detalhadas descrições.

Atestando essa prática romântica, as narrativas *Diva*, *Lucíola* e *Senhora*, construtoras da imagética feminina e heroica, são mostras de um percurso literário de melhor composição estética, ao passo que as obras ditas explicitamente regionalistas, nas quais a natureza salta da posição de elemento meramente decorativo para a condição de personagem, inundam de exageros e clichês seus enredos e seus protagonistas, demasiadamente inverossímeis para os padrões artísticos cultuados à época, aquilo que, no plano teórico, Wolfgang Iser (1926-2007) denominou de *fictício*, na intenção de distingui-lo do ficcional, componente original da estrutura do texto literário, fingimento sem intenção de fraude¹⁴.

Romances como *O gaúcho* (1870), *O sertanejo* (1875), *O guarani* (1857) e *Iracema* (1865) foram aclamados, quase exclusivamente, pelo seu ímpeto de formar na consciência subdesenvolvida brasileira um ideal de país que, pela primeira vez, se via independente da subserviência do modelo explorador colonial e desejoso de se compreender por meio de uma literatura própria que incluía uma refração do bovarismo e seu respectivo francesismo cultuados na segunda metade do século XIX na literatura nacional. Talvez por conta disso, estes escritores sentiram-se imbuídos do dever de reconstruir a nossa nacionalidade, pensamento fortemente acentuado

¹⁴ Na produção teórica brasileira, foi Luís Costa Lima quem traduziu primeiramente essas noções, sendo o ficcional a criação artística desmascarada, enquanto o fictício “procura disfarçar sua natureza de produto do imaginário. O fictício procura se vender como sendo o que não é: como estória sucedida, respeitosa do cotidiano, submetida ao critério de verdade.” (LIMA, 1987, p. 488). Para aprofundamento do tema, sugiro confrontar outro livro do autor *Sociedade e discurso ficcional* (LIMA, 1986, p. 64.).

[d]epois da independência [...] levando a considerar a atividade literária como parte do esforço de construção do país livre, em cumprimento a um programa, bem cedo estabelecido, que visava a diferenciação e particularização dos temas e modos de exprimi-los. Isto explica a importância atribuída [...] à “tomada de consciência” dos autores quanto ao seu papel, e à intenção mais ou menos declarada de escrever para a sua terra, mesmo quando não a descreviam (CANDIDO, 1993, p. 26).

Enquanto isto, do outro lado do Atlântico, em países como França e Inglaterra — onde as literaturas são, historicamente, diapasões estéticos para as Letras iniciantes no Ocidente — o componente regional não fomentou mais do que um lugar secundário para o espaço campesino nas páginas de romancistas, cujos trabalhos fizeram do aspecto regional mero pano de fundo (quando muito) para personagens vivenciarem dramas homólogos aos dos indivíduos residentes nas *urbes*. No que tange as mentalidades cultural e estética da nação de Molière (1622-1673), *verbi gratia*, a pouca valorização atribuída às províncias reflete, desde tempos remotos, “um amplo preconceito compartilhado tanto por provincianos quanto pelos parisienses: que tudo de importante acontece em Paris” (JUDT, 2010, p. 238).

Tal “negligência” cometida por este pensamento cosmopolita — juntamente com o fato de que desde a primeira metade dos oitocentos, a Cidade das Luzes tomava para si, por meio da imigração de estudantes, toda a vida e a energia jovem das regiões interioranas francesas — legou o progressivo desaparecimento daquele modelo de narrador histórico de que trata Walter Benjamin: a saber, o sedentário, figura na qual ainda residem as práticas da memória como continuidade entre o passado e o presente. Este cenário de divisão francês entre o norte, urbano, e o sul, provinciano, só foi sentido como problemático quando, diante da crise econômica de 1974 e da diminuição ostensiva do *status* do país internacionalmente, intelectuais como o historiador Pierre Nora, grande representante da terceira geração do que se convencionou denominar de Escola dos *Annales*, perceberam que a memória (e consequentemente a identidade) francesa já estava marcada pelo indelével ferrete da perda.

Este signo sombrio, como diria Milton Hatoum em sua crônica “Amazonas capital Manaus” (2006), aparece, portanto, na origem dos *Lieux de mémoire*, projeto monumental organizado por Nora ao longo de quase uma década (entre 1984 e 1992) e também seu réquiem, feito formulação histórica, a lamentar a presença fantasmagórica “de uma antiga França que assombra o início de uma nova” (NORA, 1999, p. 21).

Distante no tempo e no espaço, o relato memorialístico de Riobaldo, o narrador pactário da palavra em *Grande sertão: veredas*, é igualmente forjado pelas penas da perda, não somente de seu amor impossível por Diadorim, mas também pelo desaparecimento de

toda uma época e um lugar perpetrados de homens fortes e destemidos imortalizados pelo discurso desse protagonista, e pelas memórias daqueles — que marcados pelos relatos orais das façanhas desses proscritos sociais — compuseram cantos ou cordéis, ambos manifestações estéticas nascidas da tradição popular por meio das quais, a propósito, Hobsbawm toma conhecimento de um paradigma específico de bandido rural: a saber, o cangaceiro do Nordeste brasileiro.

À maneira muito particular desse modelo de banditismo social, o jaguncismo, Riobaldo assumiu, inconscientemente elevado à mão pelo acaso, o papel de herói problemático, “empreendendo a busca ‘de valores autênticos num mundo degradado’” (NUNES, 1982, p. 57).

Cerca de treze anos depois desta afirmação feita pelo ensaísta paraense — em um ensaio que, segundo fontes inquestionavelmente confiáveis, o autor nem mais recordava ter publicado —, a noção de “herói problemático” voltava a aparecer na recepção crítica de Guimarães Rosa, agora no ensaio mais importante escrito por Davi Arrigucci Júnior, outro grande misto de professor e ensaísta formado por Antonio Candido na USP, sobre o universo criado em *Grande sertão: veredas*, intitulado “O mundo misturado: romance e experiência em Guimarães Rosa” (1995). Neste ensaio, o autor de *Outros achados e perdidos* (1999) passa da concepção de uma escrita que exprime a sua potencialidade na própria palavra, criando um torneio linguístico em que o estilo se apoia sobre si mesmo, originando um meta-estilo — como bem observou Arrigucci Júnior em outra produção sua, “Guimarães Rosa e Góngora”, — para o exame acurado do diálogo entre a ficção rosiana e a realidade histórica, por meio da escrita complexa e amalgamada do autor de *Tutaméia*.

Na obra rosiana haveria, então, uma imitação, no sentido aristotélico, de características semelhantes às encontradas no mundo factual, nas relações sociais e nas indagações interiores a que o indivíduo se lança no intuito de entender aquilo que, em sua travessia pela vida, não pode compreender e explicar.

Se, como conclui o protagonista do *Grande sertão: veredas*, “o sertão está em toda parte” (ROSA, 1956, p. 9), e este cosmo aparece definido por relações mediadas pelo signo da injustiça social, como abordei anteriormente, as quais terminam por desembocar nos domínios da violência e da barbárie, pode-se dizer, portanto, que a situação da Alemanha no entre guerras — espaço retratado por Guimarães Rosa em algumas das narrativas enfeixadas em *Ave, palavra* (1970), como “O mau humor de Wotan” —, a transforma em uma nação “sertaneja” bem no centro do Leste europeu.

São nestes cenários de medo e de mal, em que as forças negras se encastelam, os locais onde os dramas dos personagens de Guimarães Rosa e de outros ficcionistas do século XX, tais como Thomas Mann (1875-1955) se desdobram a partir de um fluxo desorganizado da memória. Esta se caracteriza como competente invocadora do passado longínquo, reanimado, sobretudo, pelo relato oral de seus personagens-narradores.

Nestas lembranças, revela-se a ambiguidade existente no mundo e no homem, cuja pujança em aproximar e repelir profusamente os contrários, muda-os de lugar, fazendo o impossível torna-se possível e vice-versa, como ocorrem, para efeito de ilustração, na segunda travessia do Liso do Sussuarão, neste momento empreendida por Riobaldo, o qual obtém mais sorte do que na tentativa pela qual a liderança do bando de jagunços cabia ao chefe Medeiro Vaz e, na composição de uma obra musical por Adrian Leverkühn, personagem do romance alemão *Dr. Faustus* (1947).

Mas, na análise de Antonio Candido, apenas isso não definiria a nossa profunda ligação literária com o homem sertanejo e o seu *modus vivendi*, compreendido a partir das relações estabelecidas entre este e a paisagem que o rodeia. Tornando necessário alcançar o núcleo dessa aliança indivíduo-natureza, o autor de *A educação pela noite* revela a sua capacidade ímpar de relacionar os fios emaranhados da cultura brasileira, força híbrida capaz de produzir, simultaneamente, uma independência cultural alimentada por uma macrodependência dos países desenvolvidos da Europa, fator relevante de nossa formação intelectual mal compreendida pelos estudos de nossos primeiros críticos, dentre eles os mais ilustres, José Veríssimo (1857-1916) e Sílvio Romero (1851-1914), cada um, por seu turno, considerou essa dependência brasileira, a prova maior de nossa debilidade literária, observada em obras produzidas sem nenhuma seriação. Encontrava-se aí, entretanto, a maior qualidade de nossos textos literários que, ao imprimirem o diálogo com a produção ficcional europeia, cultivavam uma parte de nossas manifestações intelectuais, cujo caminho seguiu bem, mesmo quando todas as outras facções sociais do país iam tenebrosamente mal.

De maneira diferente do modelo de definição regionalista adotado por grande parte da crítica literária da América hispânica, que encerra este fenômeno nos limites das décadas de 1920 a 1950, o autor de *Literatura e Sociedade* apura a visão brasileira do regional literário, compreendendo como originário do movimento romântico do país e sobrevivente, até hoje, nas obras ficcionais que se apropriam dos valores subjacentes aos ideais deste (cf. CANDIDO, 1979, p. 343-362). Cabe lembrar a ideologia da nacionalidade e a construção de uma identidade pátria, advindas do Romantismo e de suas fortes promessas de progresso no

porvir, lançando-se mão do artifício da valorização da natureza exuberante do Brasil, colocaram-na ordem do dia da Literatura e, como ela sempre funcionou para nos fazer sobressair em relação aos outros povos no quesito “superioridade” (e que até hoje perdura nos discursos patrióticos dos governantes), não foram incomuns aqueles que encheram laudas acerca do exotismo e do naturalismo de tonalidades árcades de nossas zonas rurais, ainda preservadoras de uma atmosfera de mansidão que o meio urbano e burguês, em seus valores individualizantes, acabou por facilmente destruir.

Conhecendo profundamente a história da tendência regionalista em nossas Letras e o quanto essa representou na literatura europeia, Guimarães Rosa em sua autointitulada conversa¹⁵ com Günter Lorenz aproxima-se da atmosfera crítica forjada por Antonio Candido, pois reconhece, sem desmerecimento, a nossa produção estética dentro de uma trajetória de nossa *consciência de subdesenvolvimento* e, que, no entanto, foi capaz de reelaborar a herança recebida de nossos antepassados literários do Velho Continente, promovendo assim, uma confluência no plano estético e no crítico de nossas Letras que, no entendimento de Antonio Candido significa afirmar que historicamente o exame da literatura brasileira sempre foi uma proposta de exame de Literatura Comparada. Esta posição de dependência cultural em relação às antigas metrópoles, de acordo com o autor de “Literatura e subdesenvolvimento”,

é posterior à Segunda Guerra Mundial e se manifestou claramente a partir dos anos de 1950. Mas desde o decênio de 1930 houvera mudança de orientação, sobretudo na ficção regionalista. [...] Ela abandona, então, a amenidade e a *curiosidade*, pressentindo ou percebendo o que havia de mascaramento no encanto pitoresco ou no cavalheirismo ornamental, com que antes se abordava o homem rústico (CANDIDO, 1979, p. 345).

No interior da crítica literária nacional nem todos os seus profissionais aceitaram pacificamente o argumento acerca de nossa situação de dependência histórica, observada por Antonio Candido no final da década de 1970, como natural, incontornável e até mesmo salutar para a concepção de nossas produções estéticas. Dentre os inconformados com esse

¹⁵ Reconhecidamente avesso na vida e na estética a roteiros e a fórmulas prontas e cristalizadas, Guimarães Rosa, no longo depoimento fornecido a Günter Lorenz, expressa os motivos que o levavam a se esquivar de entrevistas em que, na maioria das vezes, se enveredavam por assuntos de ordem política e ideológica, temas que desagradavam duplamente o autor de *Grande sertão: veredas*. Primeiro como diplomata, o qual por conta de sua atuação não poderia se manifestar contrário às posturas tomadas pelo Governo, depois, como ficcionista, cuja elaboração artística o interessava muito mais do que os conhecidos problemas da realidade factual. Por conta disso, Guimarães Rosa se volta ao seu interlocutor pedindo a esse jornalista estrangeiro “que não use essa horrível expressão “entrevista”. **Eu certamente não teria aceito seu convite se esperasse uma entrevista.** As entrevistas são trocas de palavras em que um formula ao outro perguntas cujas respostas já conhece de antemão. Vim como combinamos porque desejávamos conversar (ROSA, *apud* LORENZ, 1973, p. 320. Grifo meu).

caminho proposto para os estudos de Literatura Comparada — na qual essa metodologia se entremeia “pois, com a história da literatura brasileira” (NITRINI, 2010, p. 189) — destacam-se, com maior ênfase, intelectuais que desenvolveram trabalhos no espaço aberto pelos chamados Estudos Culturais.

Tal proposta metodológica encontrou espaço propício para a sua expansão no interior da Universidade Federal de Minas Gerais, onde pesquisadores do âmbito de Letras seguindo, à maneira de obedientes discípulos, os postulados de Silviano Santiago acerca da dependência cultural entenderam que os “estudos contemporâneos situados no campo das ciências humanas colocam-nos diante desse desafio, incitando-nos a não só nos interessarmos pela especificidade disciplinar como a ampliarmos o olhar frente aos cruzamentos e afinidades transdisciplinares” (SOUZA, 2002, p. 23).

Não desejando adentrar em território minado por polêmicas sem fim entre as diversas correntes dos estudos comparatistas, dentre as quais se observa uma disputa pela hegemonia teórica dos estudos de literatura brasileira entre dois polos:, a saber, São Paulo e Minas Gerais — o último defendendo em suas fileiras a importância de introduzir nos debates acadêmicos novos objetos culturais, os quais originalmente nada tinham a ver com os estudos comparatistas de literatura, ao mesmo tempo em que partem para o ataque contra o “conservadorismo” daqueles pesquisadores para os quais “a avalanche teórica suplanta a ênfase na literatura, ficando o debate universitário entregue a questões filosóficas, históricas e antropológicas, em prejuízo para a discussão do literário” (SOUZA, 2002, p. 20) —, apenas gostaria de recordar que o autor de *Uma literatura nos trópicos* (1978), considerado uma espécie de patrono dos Estudos Culturais mineiros, ao discordar da ideia de dependência cultural dos modelos europeus, ironicamente o faz paradoxalmente lançando mão de uma formulação teórica igualmente forjada no Velho Continente, o desconstrutivismo elaborado por Jacques Derrida (1930-2004). Talvez Silviano Santiago encaminhe a sua abordagem por essa vereda, em parte, devido a uma mimese do que havia feito Oswald de Andrade (1890-1954), seu maior parâmetro nas Letras do país, em furiosos manifestos escritos na década de 1920 e inspirados profundamente nas vanguardas originadas no outro lado do Atlântico.

A questão do subdesenvolvimento cultural em nossos produtos literários tornou-se, a partir da década de 1970, o maior ponto de enfrentamento entre os profissionais que defendem ou rejeitam uma mudança radical na rota dos estudos comparatistas. A mágoa que a noção de dependência causou ainda permanece atuante como se percebe nas páginas do recente *Genealogia da ferocidade* (2017) escrito por Silviano Santiago acerca do romance rosiano.

Nesta publicação que de tão recente a memória ainda é despertada pelos sentidos do tato e do olfato — os quais no contato imediato com a qualidade do papel utilizado — lembram aqueles romances folhetinescos e baratos (não pelo valor estético, mas sim pelo econômico) comprados em bancas de periódicos, o mais *cult* dos críticos literários, como o denomina Eneida Maria de Souza, insiste no enfrentamento do tema, partindo para o ataque no campo da história recepcional rosiana e mirando seus argumentos em um ponto específico, Antonio Candido, a quem Santiago insiste em afirmar, ao longo de todo o subtópico intitulado “A lenta domesticação do selvagem” que foi o responsável-mor do processo de domesticação do romance selvagem *Grande sertão: veredas*, dentro da exegese rosiana, ao aproximá-lo d’*Os sertões* euclideanos. Expõe então Silviano Santiago que a

leitura de Antonio Candido deixa-se guiar mais pela semântica do *decidível* do que pela do *indecidível*, que é a única a gerar ambiguidades e preservá-las em estado originário. [...] Por estar sendo embalado desde o berço por *Os sertões*, de Euclides da Cunha, torna-se romance dócil aos mandos e aos desmandos da crítica que se apoia na literatura canônica ou na História oficial (SANTIAGO, 2017, p. 42 e 47).

Desprezando o fato de que na comparação de *Grande sertão: veredas* a *Os sertões* Antonio Candido aproxima Guimarães Rosa de Euclides da Cunha mais pela forma do que pelo conteúdo, Silviano Santiago, acostumado bem mais ao ataque teórico, enreda-se na própria armadilha terminando por também forjar um elo a mais na cadeia que domesticando o grande sertão rosiano, assim como o seu acusado Antonio Candido e os demais “defensores do cânone” — terminologia execrada como heresia na atualidade dos estudos literários.

No entanto, ao se perceber também réu pelo mesmo crime atribuído aos primeiros exegetas da escrita de Guimarães Rosa — algo que vai sendo descoberto pelo leitor atento — o crítico se auto-absolve, atribuindo de maneira cínica o dolo de sua tentativa de domesticação ao próprio Guimarães Rosa e ao enredo de *Grande sertão: veredas*.

O autor deste prefácio está cometendo óbvio exercício de domesticação. A favor dos concretos e meu, acrescenta-se que o processo de transcrição da fala — qualquer que seja a técnica para a sua anotação *in loco* — é sempre de responsabilidade do pseudonarrador anônimo e do autor e por isso tem menos a ver com a fidelidade na sua transcrição e mais a ver com a expressão de tonalidades selvagens (alheias ao português letrado) emprestadas à fala sertaneja (SANTIAGO, 2017, p. 94).

Mas o que espera Silviano Santiago da crítica literária a qual ele mesmo integra as fileiras? que essa não faça o papel esperado de tentar cavalgar o dorso irascível da fera que é a obra estética, ou como quer esse ensaísta, o “monstro” rosiano? Que se deixe seduzir pelo canto melodioso da sereia a qual ilustra a capa de *Genealogia da ferocidade* que é, em última análise, a própria obra literária? A adjetivação de monstro atribuída ao romance *Grande sertão: veredas* se deve ao fato da natureza ímpar desta obra rosiana, a qual não encontrou em 1956 — período marcado por diversas mudanças culturais e políticas além de novas propostas estéticas no âmbito da literatura e no das demais artes — outras produções que lhe fizessem frente. Este predicativo cunhado pelo autor de *Vale quanto pesa* (1982) também serve para caracterizar o profundo impacto causado pela elaboração dessa narrativa rosiana na crítica literária, a qual, por um lado, ou tentou trazê-la para territórios mais amenos por meio do processo de domesticação do romance rosiano lançando mão de amarras teóricas fornecidas pela formação acadêmica; ou por outro, pela leitura de *Grande sertão: veredas* na contracorrente da maior parcela da recepção crítica de João Guimarães Rosa.

Todavia, ao conceituar de monstruosa a obra-prima de Guimarães Rosa, Silviano Santiago também forneceu a sua contribuição equivocada de anacronismo histórico que serve como argumento para a presente Tese ao se questionar “[p]or que o monstro se quer sinistro e amedrontador em anos de concórdia democrática como são os bonançosos da década de 1950?” (SANTIAGO, 2017, p. 28). Esta pergunta pode ser respondida dentro de uma leitura histórica mais ampla, pois o autor de *Sagarana* não pensava nas páginas de *Grande sertão: veredas* unicamente no painel da cultura brasileira, mas sim na face deformada do Ocidente ocasionada por diversos fatores, dentre os quais se destacam a crueza da barbárie, observado de perto pelo autor mineiro, que havia se desenhado há cerca de uma década na Europa; a vinda a público, no mesmo ano de lançamento da narrativa macunaímica de Riobaldo, do relatório de Kruchev mostrando, com o seu memorial descritivo dos crimes cometidos sob as ordens de Stalin, ao globo que o fundo do poço no qual foi lançada a civilidade e o humanismo era ainda mais profundo e sombrio e, por fim, com a falta de fronteiras bem demarcadas capazes de apartar as práticas de violência covarde das zonas tranquilas da paz no século XX.

Em relação à verdade ficcional, Guimarães Rosa (com seu “monstro” estético) promove em sua obra a síntese entre a inovação modernista e a tradição do regionalismo literário de 1930 e a anterior a esse. Ambos recuam aos domínios do romance realista do século XIX trazendo à tona os dramas do homem nordestino para a literatura brasileira,

negligenciando a elaboração da linguagem promovida ao longo da década de 1920 e promovendo a sua representação ansiosa por tocar o factual com mãos verossímeis. O maior nome dessa fase é Graciliano Ramos que traz a secura do chão sertanejo para a sintaxe romanesca. Depois disso, o regionalismo literário só adentrará novamente os territórios da inovação na produção do próximo grande mestre, Guimarães Rosa.

Graciliano conseguiria sobrepujar o risco de falseamento do objetivismo realista, introduzindo na estrutura de *São Bernardo* e *Angústia* a perspectiva memorialística, em que **a distância das coisas lembradas corrige a deformação das coisas representadas** (NUNES, 1982, p. 54. Grifo meu).

Algo que absolutamente não ocorre em Guimarães Rosa nas páginas de seu *Grande sertão: veredas* uma vez que esse ficcionista, apesar de ambientar a sua narrativa no *hinterland* mineiro, todavia, não se prende a esse espaço geográfico e ao seu *ethos* cultural, promovendo a instauração de — como denota Benedito Nunes em “Reflexões sobre o moderno romance brasileiro” (1982) — “outros espaços no espaço regional, é a consumação, no sentido dialético da palavra, que inclui acabamento e elevação a um plano superior, do regionalismo” (NUNES, 1982, p. 55).

Parece óbvio, e isto não deveria causar surpresas, que, entre os leitores especializados, alguns não conseguiram visualizar ou compreender o distanciamento estético de Guimarães Rosa em relação ao regionalismo tradicional, terminando por compor páginas dissidentes no percurso histórico da recepção rosiana como ocorreu com o poeta Ferreira Gullar (1930-2016), o romancista baiano Adonias Filho (1915-1990) — ambos lembrados pelo recente, e sob alguns aspectos polêmico, ensaio *Genealogia da ferocidade* de Silviano Santiago — e o mais famoso dos leitores contracorrente, o ensaísta Wilson Martins (1921-2010).

Esse autor de *A ideia modernista* (1965), em temidas páginas enfeixadas em periódicos nacionais como o *Folha de Minas* e *O Estado de São Paulo* — cujas considerações apareceram inscritas, posteriormente, em coletâneas de caráter ensaístico, dentre as quais cito *História da Inteligência Brasileira* (1978) e *Pontos de vista* (1991) —, vislumbrou na criação rosiana uma mera continuação da ficção cunhada por Afonso Arinos e por Valdomiro Silveira. Destoando também daqueles que viram em Guimarães Rosa um equívoco literário recheado por uma linguagem de difícil digestão, esse crítico chegou a declarar surpreendentemente que no conjunto da obra rosiana há um “caso cômodo para a crítica” (MARTINS, 1991. p. 171.) — o que historicamente acabou se convertendo em um equívoco de leitura, haja vista a conservação das mesmas bases temáticas e filológicas

adotadas por Guimarães Rosa no intervalo de um decênio, isto é, nos seus livros publicados neste período que são *Sagarana* e *Corpo de baile*.

O crítico paulista dedica a esse autor mineiro dois momentos distintos no sétimo e último volume de sua *História da inteligência brasileira* — obra monumental em que Wilson Martins retrata um painel historiográfico das mentalidades que erigiram a cultura intelectual nacional desde os primeiros passos coloniais dados pelo país até a conturbada década de 1960. Na primeira parte (p. 246-251), o ensaísta retoma na íntegra o texto da crítica de rodapé intitulado “Humanismo e crítica literária”, publicado n’*O Estado de São Paulo* em 23 de novembro de 1946, para lembrar que já no ano em que o autor de *Estas estórias* (1970) surgia para o grande público, ele havia atentado para o fato de ser a obra de estreia rosiana “um regionalismo *literário*, estetizante, no bom e no mau sentido da palavra (que inclui a idealização da língua e dos caracteres)” (MARTINS, 1978, p. 247) — aspecto composicional que se presentificaria em quase todas as narrativas futuras de Guimarães Rosa, devido ao enveredamento do autor pelos territórios do gótico, da crônica e dos cenários latino-americanos reunidas nas obras *Antes das primeiras estórias* (2011)¹⁶, *Ave, palavra* e *Estas estórias*, respectivamente.

Entretanto, isto não deveria ser considerado *a priori* um defeito nas composições de Guimarães Rosa, mas sim um sucesso como o é nos debates científico e no trabalho da crítica literária. Dessa forma, pode-se afirmar que a vanguarda rosiana promovida nas entranhas do cansado regionalismo literário guarda uma noção muito semelhante à de seu contemporâneo poético, o movimento concretista, haja vista que em ambos — ao menos no que toca Haroldo de Campos (1929-2003) — “não exclui a ideia de tradição, a literatura nova dialoga com o melhor daquilo que existiu na literatura do passado” (CAMPOS, 2011, p. 51).

Neste instante, esse cultor de polêmicas de alto nível intelectual — que no passado criticou Antonio Candido e a sua historiografia literária *Formação da literatura brasileira* com o estudo intitulado provocativamente de *O sequestro do barroco* (1989) — concordou com a leitura que o autor de *Tese e antítese* fez da obra rosiana de que essa havia superado o

¹⁶ Apesar do título que parece sugerir uma antecipação em relação à coletânea de narrativas curtas publicadas por Guimarães Rosa em 1962 (*Primeiras estórias*), o nome desta obra, vinda a lume 44 anos após a morte do autor, faz referência aos primeiros contos rosianos apresentados ao grande público em periódicos como *O Cruzeiro* e *O Jornal* entre os anos de 1929 e 1930, anteriores, portanto, às narrativas inscritas no volume denominado *Contos* (1938), o qual — depois de reescrito e remodelado, passou a ser a sua obra de estreia literária, *Sagarana* (1946). Enfeixam *Antes das primeiras estórias* quatro contos, cujas ambientações em nada lembram o norte de Minas Gerais, espaço no qual se fixou a maior parte da criação ficcional deste autor, a saber são estes: o gótico “O mistério de Higmore Hall”; o lendário e escatológico “Maquiné”; o místico “Chronos kai Anagke” e a aventura amorosa nos gélidos Alpes suíços “Caçadores de camurça”.

documental regionalismo e apontou a falta de sensibilidade de Wilson Martins para receber as inovações linguística propostas por Guimarães Rosa.

Então é um erro uma pessoa pensar que o Rosa é um escritor regional, como a leitura que foi feita por muito tempo pelo crítico Wilson Martins, que é um crítico muito conservador e nunca entendeu a linguagem do Rosa. Ele achava que o Rosa era um bom escritor regionalista que tinha sido malconduzido, seduzido pelas experiências de vanguarda e estava fazendo pesquisas vocabulares e experimentos de linguagem que descaracterizavam sua capacidade de contador, regionalista etc., na linha de um Simões Lopes Neto, uma certa tradição brasileira, e na verdade não é nada disso (CAMPOS, 2011, p. 53).

Semelhanças entre Guimarães Rosa e Valdomiro Silveira, portanto existiram, a começar por alguns aspectos biográficos, tais como o interesse de ambos pela pesquisa da linguagem popular que coletaram, sobretudo em suas caminhadas como médicos do interior do Brasil, em localidades onde ambos passam a conviver com toda sorte de diversidade de expressões cultivadas naqueles espaços geográficos. Estas construções dialetais encontradas foram sendo colidas por esses autores em suas respectivas obras de acordo com seus interesses estéticos.

Não obstante, em uma excessiva preocupação de imprimir “evidentes características regionalistas, uma vez que há a preocupação de pintar o homem nas suas relações com a paisagem local e fornecer as características culturais da região” (FREDERICO, 2007, p. XII) os enredos produzidos por Valdomiro Silveira, como apontei anteriormente, ficaram presos a sua época, interessando o seu valor menos ao exame estético do que aos estudos desenvolvidos pelas áreas das ciências humanas.

Destarte, em narrativas como “Pedaço de cumbersa” — a qual abre o volume *Lereias* (1945) — Valdomiro Silveira lança mão de rotacismos e de elisões, as quais com a clara intenção de marcar sem influências dialetais o *ethos* cultural caipira de seus narradores. Há, na economia desse conto, um recurso posteriormente utilizado com maior vigor por Guimarães Rosa em composições como *Grande sertão: veredas* e “Meu tio, o Iauaretê” que é o diálogo no qual a fala do interlocutor se manifesta na voz do narrador.

A mensagem subliminar que emerge na leitura desta narrativa e dos demais contos valdomirianos é a concepção de que a invasão das promessas de luxo e de riquezas econômicas dos centros urbanos metaforizada na figura de indivíduos forasteiros que, em sua chegada às zonas interioranas, destroem a beleza e a simplicidade da vida no *hinterland* nacional. Isso ajuda a explicar o comportamento refratário das populações rurais com os

costumes e pessoas urbanas, os quais, na crença campesina, deveriam ser evitados se os sujeitos locais não quiserem lamentar a perda da mansidão e o fim do “bom tempo” (SILVEIRA, 2007, p. 7) como atesta esse escritor paulista.

Nesta imagem valdomiriana em que o ato de “narrar é presentificar o passado para com isso, entender o processo de perda” (FREDERICO, 2007, p. XXXVII) lembra ao leitor de Guimarães Rosa da triste confirmação proferida por Riobaldo no *Grande sertão: veredas* ao seu interlocutor. Ao lamentar, em sua retrovisão a respeito do jaguncismo, o desfecho de toda uma época e de seus códigos de conduta e de honra mesmo entre proscritos sociais com os quais conviveu na mocidade, o velho fazendeiro rosiano diz que o sertão feneceu com a vinda das ações e práticas litorâneas, pois “cidade acaba com o sertão” (ROSA, 1956, p. 167).

Respeitando uma característica cultural do homem interiorano, o texto intitulado “Visão”, por sua vez, traz em suas páginas os temas do mistério e da reverência ao metafísico. Ambos também se fazem presentes em algumas narrativas de *Pelo sertão* (1898) de Afonso Arinos e nas do conterrâneo deste Guimarães Rosa. Neste conto especificamente — uma das construções literárias mais complexas de Valdomiro Silveira, ao lado do inusitado “Força escondida” — destaco dois momentos em que a escrita rosiana parece mais próxima da produzida pelo descendente de bandeirante.

Tanto no primeiro quanto no segundo fragmento desta narrativa expostos abaixo, o narrador relata as suas dúvidas sobre os mistérios e os medos por esses suscitados a um interlocutor de reconhecido saber, como o de Riobaldo em *Grande sertão: veredas*, que se mostra atento e silencioso aos questionamentos da especuladora personagem. Devido a esse interesse do ouvinte, os homens dos confins do país sentem-se à vontade para apresentar suas concepções acerca do mundo e da vida como é apresentado nestas páginas de *Lereias*

Repare bem que a vida parece um novelo de linha muito comprida, que enrola e embrulha aqui e acolá, fazendo um labirinto louco: a gente pega um fio, puxa e torna a puxar, cuida que a linha doutro novelo... qual o quê! — é tuda ela um só, do mesmo feitio, só com alguma volta ou algum enrosco de mais (SILVEIRA, 2007, p. 45).

Esta noção de que a existência é uma malha “cheia de passagens emendadas” (ROSA, 1956, p. 217) na qual o homem se enreda e se atrapalha também serve à explicação do barranqueiro Riobaldo acerca das coisas e de episódios ocorridos e que o narrador não consegue nomear e/ou interpretar sozinho. Uma vez que “[o] correr da vida embrulha tudo, a

vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem” (ROSA, 1956, p. 314).

Ao tratar dos aspectos do medo e da coragem, a semelhança entre Valdomiro Silveira e Guimarães Rosa ainda parece mais explícita no segundo trecho deixado em destaque nesta Tese, o do encontro do narrador de “Visão” com a moça de pedidos extravagantes, a qual — o protagonista serviu de companhia para que ela chegasse em casa — se lança dentro da mata escura e lembra, no conjunto formado por seu físico e por seus gestos, uma santa diante do instante de sua revelação aos homens. Refletindo sob os momentos de terror por ele vividos depois do desaparecimento inusitado da jovem no coração selvagem da natureza, o narrador interroga seu elíptico ouvinte: “P’r amor de quê, eu não sei: mas porém **você, que é tão estudado**, me diga por que foi que apareceu a tal moça, e me levou p’r’aquele rumo, e suverteu de repente? Não foi mandada de Deus?” (SILVEIRA, 2007, p. 49. Grifo meu).

O sentimento do medo também aparece no relato do protagonista do romance rosiano, esse trazido à tona por outra figura feminina. Dentro de *Grande sertão: veredas*, o encontro entre Riobaldo e Diadorim revela-se um mistério ainda maior do que observado na narrativa de Valdomiro Silveira, haja vista que a condição dúbia deste guerreiro de “espartes olhos, botados verdes, de folhudas pestanas,” (ROSA, 1956, p. 104) embaça o entendimento das forças opostas que regem o universo. Nesse momento divisor de águas na vida de Riobaldo, a identidade do jovem Diadorim é nublada por sua “beleza indecisa” de adolescente, idade na qual, como lembra Jean-Pierre Vernant (1914-2007), os indivíduos “são tanto meninos como meninas” (VERNANT, 2000, p. 94). Passados muitos anos daquela confluência com o “Menino mocinho” (ROSA, 1956, p. 103), o narrador ainda não consegue entender o oculto que reside nesse misterioso acontecimento, lançando, à queima-roupa, ao seu interlocutor os questionamentos que o atormentam ao longo de uma vida inteira e que, talvez possam ser respondidos por um sujeito de maior conhecimento e cultura vindo dos grandes centros urbanos.

Agora, que o senhor ouviu, perguntas faço. Por que foi que eu precisei de encontrar aquêle Menino? Toleima, eu sei. Dou, de. O senhor não me responda. Mais, que coragem inteirada em peça era aquela, a dêle? De Deus, do demo? Por duas, por uma, isto que eu vivo pergunta de saber, nem o compadre meu Quelemém não me ensina (ROSA, 1956, p. 110).

E nem sempre é fácil identificar a origem e a natureza do mal como revela a literatura regionalista. Em outra narrativa valdomiriana intitulada “Força escondida” essa tentativa

ocorre na vida de Venâncio, caboclo de existência pacata e austera que depois de um mau agouro, típico da crença popular em superstições, mata a esposa “Ogusta” sem motivação aparente, deixando órfão o pequeno Belisário e transformando a sua vida e a do filho em um calvário. Nas páginas desse conto, observa-se o nascimento da maldade sem explicação como energia interna do indivíduo e parte obscura de sua natureza capaz de promover amores vis e suas consequências, tais como o ciúme — o “bruto canela” (SILVEIRA, 2007, p. 135) da fala cabocla — e a malidicência, *topoi*, a propósito da estética valdomiriana. O amor e o sofrimento são vistos como antídotos contra a ação destruidora do maligno.

O enredo deste conto guarda semelhanças sutis com as “microestórias” contadas no início do relato memorialístico de Riobaldo. Em episódios narrativos como a do irascível Aleixo e dos pais de Valtêi Pindó é demonstrado que, mesmo tomando caminhos diferentes nas respectivas ficcionais, o mal ronda a Terra e, ainda mais perto, o homem fazendo de Deus uma espera, enquanto o seu oposto é o ato imediato.

No que tange a comparação entre Guimarães Rosa e Afonso Arinos, a característica mais evidente entre ambos foi esses terem se encontrado na mesma estrada chamada regionalismo, só que caminhando em direções opostas. Em outras palavras, Arinos promoveu em sua literatura o sertão real, Guimarães Rosa partiu do sertão factual para conceber algo maior que o lugar, a própria literatura.

A vertente regionalista produziu mais farto arcabouço nas regiões de Minas, assim como o tema do banditismo social, propiciando o surgimento de grandes ficcionistas, cujas composições narrativas puderam erigir seus enredos sobre vasta gama de recursos materiais. Assim, do solo mineiro se desenvolve, entre outras, a obra rosiana e a escrita de Afonso Arinos, as quais, embora se aproximem em alguns pontos, na maioria dos seus interesses estéticos se distanciam, trazendo na economia de suas composições aspectos diferentes acerca da natureza do homem sertanejo. No que se refere ao regionalista tradicional, em obras como a coletânea *Pelo sertão* e o romance *Os jagunços*, antecipa os assuntos recorrentes quando se trata do regional: a miséria, a preocupação com a descrição naturalista da região e a presença da violência nos bandos armados de jagunços nordestinos. Arinos, em muitos pontos — como o cronológico, por exemplo — chega, antes de Euclides da Cunha e de seu *Os Sertões*, ao tratamento da denúncia das manifestações de barbárie vivenciadas pelos sertanejos pobres. Dentro do confronto com Guimarães Rosa, por sua vez, fica nítido o quanto o autor de *Corpo de baile* ousou tematicamente mais do que Arinos havia feito no tratamento do sertão, retirando esse espaço dos limites topográficos nacionais e lançando-o no hemisfério, ou

mesmo inscrevendo as práticas de violência ocorridas no Ocidente em sua representação do *hinterland* mineiro. Entretanto, isso não significa dizer que Guimarães Rosa não soube se fazer aprendiz da tradição literária forjada por Arinos, ainda que, como demonstra o conjunto de sua obra, foi um daqueles casos em que o discípulo supera o mestre de maneira incontestada.

No segundo conto de *Pelo sertão* (1898) intitulado “A cadeirinha”, Afonso Arinos desatará o fio da memória histórica alcançando um dos momentos mais lembrados pelas narrativas dessa coletânea, o século XVIII e a opulência desse em seus ambientes nutridos pela riqueza dos diamantes da região das Minas Gerais. Todavia, esse é um passado distante que a necessidade do progresso afastou. A peça ricamente trabalhada do título não se conecta com nenhuma referência do presente e seu atual estado de abandono representa a metáfora dos homens contemporâneos, os quais — a maneira de crianças mal-criadas — não respeitam a história e as tradições que desfilam por eles não despertando essas mais a beleza e a poesia. Simultaneamente, esse respeito ao passado e a tradição presentes também em outras narrativas do volume quase levam Arinos a romper em suas páginas com o regionalismo pitoresco enquanto, por outro lado, o liga ao que há de mais documental nessa tendência literária, colocando-o ao lado de Valdomiro Silveira em um sentimento saudosista dos valores rurais e de uma época em que, a sua simplicidade torna o homem do interior o bom selvagem rousseauiano.

É, no entanto, na prosa poética de “Buriti Perdido”, que ocorre o mais significativo ponto de contato entre o regionalismo de Afonso Arinos e a proposta estética de Guimarães Rosa. Esta espécie muito singular de palmeira ganha um texto apologético devido a sua importância para a existência das veredas e, por assim dizer, da dos homens sertanejos, pois, em meio ao sertão árido o buriti transmuta-se em beleza e em esperança, uma vez que a sua presença é proteção e sinal de água aos sedentos e infelizes indivíduos.

Guimarães Rosa, demonstrando respeito pela tradição regionalista, aproveitou essa imagem construída pelo autor de *Os jagunços* duas vezes em seu *Corpo de baile*. No primeiro momento, ao decidir preencher as dobras internas da capa dos volumes dessa coletânea com a íntegra dessa produção de Afonso Arinos. A exemplificar o segundo momento em que o autor de *Ave, palavra* recorda o seu conterrâneo escritor, fazendo uso desse título para encabeçar a sua narrativa “Buriti”, a mais extensa de *Corpo de baile*.

Em *Grande sertão: veredas*, por sua vez, Guimarães Rosa celebra essa palmeira brasileira dentro do episódio no qual Riobaldo recorda a primeira tentativa do bando de jagunços de atravessar o perigoso deserto do Liso do Sussuarão, momento em que o grupo de

bandidos quase é completamente aniquilado pelas forças da natureza agreste. É nesse momento que os jagunços encontram no horizonte a reunião imponente de buritis e sua marca verde na paisagem anunciando a proximidade da sobrevivência, do retorno da alegria, uma vez que, como profere o narrador, “[p]erto de muita água, tudo é feliz” (ROSA, 1956, p. 31). Essa passagem do romance ajuda a explicar parcialmente a devoção do narrador rosiano por essa árvore tomada como a de sua predileção.

Toda essa tarefa de reconhecimento do espaço sertanejo real, na obra rosiana, não tem uma função meramente ilustrativa do cenário rural brasileiro onde comumente na escrita de regionalistas tradicionais, como é o caso de Afonso Arinos, o signo da miséria vívida dos moradores é identificado diretamente e sem transformações do material percebido na realidade factual. Não desabonando a atitude literária desses autores, as páginas de Guimarães Rosa seguem por outros caminhos da ficção, delineando um Sertão que, simultaneamente, é um mote e um terreno propício para as experiências míticas e metafísicas. Na primeira situação, há um espaço, cuja função estrutural na composição é servir de argumento (e não de solo para os cultos ufanistas de leitores instalados nos grandes centros) do qual se parte para contar os dramas e tragédias humanos, em outras palavras, o escritor coloca na trajetória de seus sertanejos iletrados, como Riobaldo, as indagações e questionamentos que, de forma semelhante, atormentam as personagens encerradas na ficção de Dostoiévski (1821-1881), de Joyce (1882-1941), ou mais próximo no tempo e no Continente americano, de Gabriel García Márquez (1927-2014). Em obras como *Grande sertão: veredas*, Guimarães Rosa configura-se, simultaneamente, como uma espécie de farol voltando a sua luminosidade estética para o futuro, mas, em seu movimento, também para o passado da literatura e da crítica brasileiras.

Retornando ainda uma vez ao espaço da tradição crítica das obras rosianas e, principalmente, no que se refere ao romance *Grande sertão: veredas* — livro a gozar de uma imensa recepção, talvez a maior na Literatura Brasileira contemporânea e que, enquanto escrevo, seguramente continua ampliando seu cosmo interpretativo —, esta vertente da crítica negativa rosiana se confirmou porção menor, uma vez que a maior parte dos ensaístas brasileiros da época saudou a inovação estética trazida pela palavra rosiana para esta nossa exaurida tendência literária.

Em resenha para o recente livro de Silviano Santiago, *Genealogia da ferocidade*, o professor Wander Melo Miranda expõe brevemente a dicotomia que envolveu os primeiros ensaístas da obra rosiana. Na edição *online* do Suplemento Cultural do *Diário Oficial de Pernambuco*, este professor da UFMG recorda que

[a] recepção crítica mais imediata pode demonstrar má vontade ou incompreensão, como em Ferreira Gullar (“uma história de cangaço contada para linguistas”) ou Adonias Filho (“um equívoco literário”), mas encontra vozes dispostas a entender e acolher o “monstro” na sua radicalidade, como nos ensaios publicados pela revista filosófica *Diálogo*, em 1957. Dentre os ensaios da revista, destaca-se o de Antonio Candido, “O sertão e o mundo”, publicado posteriormente em *Tese e antítese* com o título de *O homem dos avessos* (MIRANDA, 2017).

Meu amigo Sílvio Holanda, em publicação da revista *Moara*, mostra quão semelhante foi a recepção rosiana dos intérpretes que escreveram no calor da hora, a representar esses primeiros leitores de Guimarães Rosa, estão os anteriormente citados Antonio Candido e Álvaro Lins. Este último, num texto que integra *Os mortos de sobrecasaca* (1963), defende a tese de que a escrita do autor mineiro estabelece o paradigma ideal do regionalismo literário por meio do seu “processo de estilização” (LINS, 1963, p. 155), aprendido, sobretudo, por uma fuga incessante do convencional, impresso em obras daqueles autores do regionalismo tradicional lembrados acima por Wilson Martins, e por uma abundante pesquisa documental, pelos quais se vislumbra em *Sagarana* um “retrato físico, psicológico e sociológico de uma região no interior de Minas Gerais, através de histórias, de personagens, vistos ou recriados sob a forma da arte de ficção” (LINS, 1963, p. 159).

Compartilhando da leitura e dos aspectos levantados pelo crítico pernambucano, Antonio Candido — cujos ensaios sobre Guimarães Rosa são até hoje inquestionáveis para a interpretação da obra deste autor —, à época, crítico titular do Suplemento Literário do *Diário de São Paulo*, conclui que o grande sucesso literário de *Sagarana* se deve ao virtuosismo do escritor que, ao romper com as convenções literárias e sociais do regionalismo, transformou, a seu favor, “todos os fracassos de seus predecessores, noutros fatores de vitória” (CANDIDO, 1991, p. 245), também em outras obras rosianas.

O toque de Midas rosiano estabelece no temário regional uma nova concepção do espaço sertanejo, agora distante do caráter exótico, mágico ou ainda da sua representação documental. Como nos revela o próprio ficcionista em carta datada de 19/10/1966 — a uma sua prima de nome Lenice¹⁷, em solar e mal disfarçada má vontade de responder às perguntas

¹⁷ Esta correspondência aparece enfeixada na coletânea de memórias e relatos sobre a infância de Guimarães Rosa intitulada *Joãozito: a infância de Guimarães Rosa*, de Vicente Guimarães (cf. GUIMARÃES, 2006, p. 167-169) acompanhada de um brevíssimo texto a guisa de nota prefatória acerca da aversão do autor mineiro às entrevistas, cujas perguntas quase sempre se voltavam para informações pessoais. Nesta, uma das poucas concessões feitas, o autor de *Sagarana* enumera os idiomas em que se expressa fluentemente, os em que consegue ler e aqueles nos quais detêm algum grau de domínio gramatical, além de revelar, com algum constrangimento, dentre suas obras, a sua narrativa preferida. Sobre essa questão Guimarães Rosa afirma gostar “mais é da estória do Miguilim (o título é “Campo Geral”) do livro *Corpo de baile*. Por quê? Porque ela é mais

feitas para uma espécie de questionário acerca de sua biografia crítica, cujo fim era a obtenção de nota escolar desta parente — era grande o seu apreço pelo estudo da Geografia, interesse desenvolvido remotamente, haja vista a utilidade dessa disciplina para a criação de estórias do pequeno Joãozito a qual este vertia e revertia alterando topografias e distâncias, deslocando fronteiras reais da antiga Europa, tal como aconteceu na correspondente real desse Continente no decurso dos anos de 1990, a seu bel-prazer ou em atenção às necessidades de suas composições narrativas. Quando adulto Guimarães Rosa transpôs este gosto pela imprecisão dos limites territoriais e culturais para a sua representação do sertão nordestino, demonstrando esteticamente a dificuldade que acompanha os estudos geográficos de localizar e cartografar esse espaço agreste.

Não é possível precisar os quantos das experiências de fabulação infantil e das observações como cônsul numa Europa Central que esfacelava as divisões políticas de seus países na segunda metade de 1930 contribuíram para que o autor de *Grande sertão: veredas* erigisse nas páginas desse romance um espaço no qual a tônica era a imprecisão simbólica da geografia, fazendo com que os limites geopolíticos dependam mais da subjetividade do observador como surge impresso já no parágrafo de abertura, quando, apresentando suas primeiras tentativas de definição desta sua *wilderness* para um surpreso interlocutor citadino, o narrador assegura que

isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, êles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucúia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrôcho de autoridade. O Urucúia vem dos montões oestes. Mas, hoje, que na beira dêle, tudo dá — fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda virgens dessas lá há. O *gerais* corre em volta. Êsses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em tôda a parte (ROSA, 1956, p. 9-10).

Pelo engenho de Guimarães Rosa, o espaço sertanejo não aparece mais limitado às fronteiras geográficas do Nordeste brasileiro, mas estende-se às incursões nos conflitos e dramas universais, em outras palavras, o Sertão não é mais Sertão, é — como revela Riobaldo Tatarana — o mundo. Curiosamente, no entanto, esta chave interpretativa fornecida pelo

forte que o autor, sempre me emociona; eu choro, cada vez que a releio, mesmo para rever as provas tipográficas” (GUIMARÃES, 2006, p. 168).

próprio Guimarães Rosa pela boca de seu maior protagonista não serviu para os estudiosos abrirem, ainda hoje, as portas limitadas de certos aspectos impressos em suas análises, como, *verbi gratia*, a de uma representação estritamente nacional presente desde os trabalhos de Luiz Roncari, o qual inaugurou esta leitura em produções como *O Brasil de Rosa* (2004); quatro anos depois, na Tese de Doutorado de seu orientando Nildo Máximo Benedetti, esta intitulada quase homonimamente de *Sagarana: O Brasil de Guimarães Rosa* e em “A letra de Rosa”, de autoria do mineiro Roniere Menezes, — quarto capítulo de *O traço, a letra e a bossa* (2011), igualmente fruto de uma produção de Doutorado.

Tal leitura em obras como *Sagarana*, *Corpo de baile* e *Grande sertão: veredas*, a meu ver, não é, de forma alguma, equivocada, já que “[o] escritor apresenta, por exemplo, em suas longas listas, um pequeno cosmo como metonímia das questões maiores do país” (MENESES, 2011, p. 193). Entretanto, como observador-participante dos grandes acontecimentos da primeira metade do século XX, como a Segunda Guerra Mundial, Guimarães Rosa não teve como driblar em sua escrita (sertaneja ou não) as catástrofes ocorridas no Ocidente. Seja para a literatura ou para a teoria da cultura, concordo com o ensaísta parisiense George Steiner, quando nas primeiras laudas de “Uma temporada no inferno”, afirma parecer irresponsável

uma análise de nossas presentes circunstâncias, que não tenha como eixo a consideração dos modos do terror que causou, por meio da guerra, da fome e do massacre deliberado, a morte de cerca de 70 milhões de pessoas na Europa e na Rússia, entre o início da Primeira Guerra Mundial e o fim da Segunda (STEINER, 1991, p. 40).

Além disso, quando, em 1965, Guimarães Rosa expõe ao seu interlocutor Günter Lorenz que “Goethe nasceu no sertão, assim como Dostoiévski, Tolstói, Flaubert, Balzac” (ROSA, 1973, p. 342), este ficcionista mineiro busca relembrar, em outras palavras, que não são apenas os signos urbanos “que chegam ao interior e são ressemantizados” (MENESES, 2011, p. 175) — como denota Roniere Menezes repensando a afirmação do sociólogo britânico Mike Featherstone — mas também os dramas universais (e não somente os vividos na nação brasileira) catalogados pela memória histórica do Ocidente. Se “o sertão é do tamanho do mundo” (ROSA, 1956. p. 74.) como professa Riobaldo em seu longo relato em retrospecto, e este é caracterizado por práticas irascíveis de violências endêmicas e práticas que lançam ao chão os direitos humanos, quaisquer lugares do globo terrestre, marcados por estes signos escuros são, silogisticamente, domínios sertanejos, onde “manda quem é forte, com as astúcias” e “Deus mesmo, quando vier, que venha armado” (ROSA, 1956, p. 20) tal

como aparece no romance rosiano.

Neste não-mais-Sertão, Guimarães Rosa deita nas Letras brasileiras um mundo particular, de muitas paradas e de parada nenhuma, de espaços rurais sem extensão definida onde as únicas fronteiras existentes são os contornos “moldadores” da língua regional, esta amalgamada por elementos populares e clássicos ambos fundidos pelo talento rosiano o qual, nas palavras de Benedito Nunes, “deslocalizou o Sertão, situando outros espaços no espaço regional, é a consumação, no sentido dialético da palavra, que inclui acabamento e elevação a um plano superior, do regionalismo” (NUNES, 1982, p. 55) de acordo com esse professor paraense.

Dentro da extensa recepção crítica rosiana, foi praticamente incontornável à quase toda leitura teórica discorrer acerca da ambiguidade, da encenação dos opostos na produção literária do autor mineiro e nas personagens forjadas por ele. É também nas entranhas desse aspecto recorrente no autor de *Primeiras estórias* que a ensaística filosófico-literária de Benedito Nunes desenvolveu uma variação temática que abarca o amor — em todas as nuances de *Eros*, desde a dimensão mais carnal até a mais celeste. No conjunto dos cinco ensaios dedicados a João Guimarães Rosa enfeixados em *O dorso do tigre* (1969), percebe-se uma diferença quantitativa nesta coletânea entre Benedito Nunes e Antonio Candido: a saber, o ensaísta paraense em suas análises debruçou-se sobre um número maior de narrativas rosianas do que o autor de *O observador literário* (1959), o qual — apesar do tratamento incansável do suprarregionalismo literário de Guimarães Rosa — centrou seus estudos tão somente em *Sagarana*, dando sempre ênfase ao conto “A hora e vez de Augusto Matraga”, e no romance *Grande sertão: veredas*.

Mesmo em um cenário mundial observado pelos intelectuais e por civis comuns como sendo o da derrocada da humanidade e da ascensão do Mal, o temário amoroso ganha destaque na produção estética rosiana. Disto resulta talvez uma poção da acusação de alheamento sócio-político feita a Guimarães Rosa por uma parcela da crítica que compõe a fortuna do autor mineiro. Todavia, a experiência humana no século XX comprovou que cantar o amor é um grande ato revolucionário em *tempos de trevas* (*finsteren Zeiten*), como os denominados por Bertold Brecht (1898-1956) em seu poema de exílio da pátria alemã “Mau tempo para a poesia” (*Schlechte Zeit für Lyrik*) (1939)¹⁸.

¹⁸ Aproveito a ocasião para agradecer tardiamente à Adélia Bezerra de Meneses com quem — em um distante outubro de 2001, eu, um iniciante na graduação em Letras, ela, já consagrada professora e ensaísta — tive o primeiro contato com este poema de Brecht, o qual não se apagou mais de minha memória afetiva, fortalecido ainda mais ao ser lido posteriormente no ensaio dessa docente de Teoria Literária e Literatura Comparada sobre a poesia de Chico Buarque intitulado *Desenho mágico* (1982), cuja segunda edição, a propósito, a autora

Em produções como “O amor na obra de Guimarães Rosa”, Benedito Nunes ressalta platonicamente esse sentimento amoroso como uma experiência de ascensão espiritual, a qual, contudo, não menospreza ou mesmo condena a vivência sexual que em três obras do autor — *Corpo de baile*, *Grande sertão: veredas* e *Primeiras histórias* — surge como um símbolo mágico do fogo em todo o seu poder renovador. Desse processo de purificação são responsáveis as prostitutas, personagens que, no universo forjado por Guimarães Rosa, ganham destaque e relevância tão diferente do que ocorre na realidade factual dessas acendedoras do desejo constituídas em mais um grupo marginalizado das sociedades de exceção.

A metáfora do fogo como agente duplo de purificação e de renovação leva o ensaísta paraense aos misteriosos pressupostos da Alquimia na qual chega perfazendo antes conexões na herança platônica e no neoplatonismo de Plotino no intuito de mostrar que, em sua composição literária, Guimarães Rosa faz uso do processo de transubstanciação alquímica na abordagem desse escritor do amor carnal que se transfigura em experiência espiritual como bem pode ser observado em sua produção literária forjada no intervalo compreendido entre a segunda metade da década de 1950 e os primeiros anos do decênio seguinte.

Guiado talvez pela afirmação desse compatriota professor de que o “tema do amor ocupa, na obra essencialmente poética de Guimarães Rosa, uma posição privilegiada” (NUNES, 1969, p. 143) e de outros aspectos apontados por Benedito Nunes — tais como a aproximação da escrita do autor de *Sagarana* com a obra do florentino Dante Alighieri (1265-1321) e da tripartição do amor —, Luiz Roncari desenvolve o seu ensaio “A tríade do amor perfeito no *Grande sertão*”, cerca de quarenta anos depois, abrangendo a temática amorosa tão somente no romance rosiano, tal como aparece explícito no título desse estudo publicado primeiramente em 2005 e, posteriormente, incorporado ao volume *O cão do sertão*.

Desdobramento assumido de um capítulo de seu livro imediatamente anterior *O Brasil de Rosa* (2004), este breve ensaio recai sobre a trajetória mítica do amor vivenciado por Riobaldo que compõe, como na *Divina comédia* dantesca, uma viagem espiritual em três etapas com escala em igualmente três virtudes teológicas: a saber, a Caridade, a Esperança e a

divulgava em Belém na época. Passada mais de uma década desse encontro e já durante a pesquisa de doutoramento, revejo os mesmos versos do autor de *A ópera dos três vinténs* (1928) nas páginas do memorialístico *Sonhos em tempo de guerra* (2010) do escritor queniano Ngũgĩ wa Thion’g. Em respeito ao meu “possível leitor” cito os versos brechtianos: “In den finsternen Zeiten/ Wird da auch gesungen werden?/ Da wird auch gesungen werden./Von den finsternen Zeiten” (BRECHT, 1967, p. 641).

Fé, representadas, por sua vez, por uma tríade de cores respectivamente: vermelho, verde e branco.

A primeira parada da viagem pelos ciclos amorosos de Riobaldo no *Grande sertão: veredas* é simbolizada pela prostituta Nhorinhá, a qual em sua doação encarna a pujança da terra que se deixa acessível às mãos masculinas. Em oposição a essa figura de nome andrógino, isto é, que comporta — como examina o docente da USP — os tratamentos rurais de senhor e de senhora (NHÕriNHA), está a altiva Otacília a representar a pureza da brancura encerrada nas voltas dos laços matrimoniais e a descida do céu a terra que com o casamento ofertará ao ex-chefe jagunço Riobaldo a chave para que esse narrador abra, em sua maturidade e exausto da barbárie e da violência, as portas elevadas da consideração social. Dentro de uma leitura histórica do banditismo social, como a proposta nesta Tese de doutoramento, Otacília é, simultaneamente, prêmio para Riobaldo por esse ter livrado o sertão do mal jaguncismo (sonho cultuado por outro seu companheiro de bando, Zé Bebelo) e chave para o ingresso desse ex-bandido no seio da sociedade, haja vista que casado e sedentário o narrador de *Grande sertão: veredas* deixa finalmente para trás a sua trajetória de proscrito.

Como a configurar o abolido Purgatório, surge na escrita de Roncari o ambíguo Diadorim que, em sua transição entre o físico e o espiritual, abre ao protagonista de *Grande sertão: veredas*, à guisa de Pandora sertaneja a caixa de belezas e malefícios selvagens contida no coração do interior brasileiro.

A leitura contemporânea de uma obra estética, ainda que seja a primeira da lavra de um escritor, está intrinsecamente ligada à tradição hermenêutica que elucidou essa produção, uma vez que, como conclui Benedito Nunes em “De *Sagarana* a *Grande sertão: veredas*”,

[o] autor não é uma figura solitária, e a obra tem, desde que nasce, uma vida histórica, desprendida da pessoa real em que se originou e compartilhada por essas pessoas outras, também reais, que ela encontra e que a encontram, que a recebem e que lhe dão existência concreta, formando a cadeia, sempre reaberta, a cada momento, de seus leitores, atuais e futuros (NUNES, 1998, p. 261).

É evidente que cada geração de leitores cometeu erros e acertos interpretativos — como a leitura de *Sagarana* feita posteriormente a de *Corpo de baile e Grande sertão: veredas* como empreendeu Benedito Nunes e seus contemporâneos — guiados pelos limites desenhados pelos horizontes de expectativas então apresentados pelas obras rosianas de tamanho e importância monumentais.

Nos primeiros momentos da recepção crítica de Guimarães Rosa, os focos de análise adentraram os caminhos da renovação do regionalismo empreendido pelo autor mineiro e a leitura de aspectos metafísicos e de elaboração linguística, o que não deve, todavia, aos olhos dos leitores rosianos atuais parecer de pouca importância, mas sim ser visto como a dificuldade envolta no trabalho desses primeiros ensaístas que, no olho do lance como quer a expressão futebolística, tinham a missão de quantificar o valor das obras de Guimarães Rosa e o entregar à compreensão do leitor especialista ou apenas amante da fruição estética. É este trabalho interpretativo que torna a produção literária grandiosa. Quanto mais sentidos forem encontrados — isso traduzido em número de escritos sobre a obra — mais relevante é a obra estética. Não obstante, por melhores e mais eruditos que sejam as interpretações, essas são, em suas essências, precárias.

Uma vez que, inscrevendo em meu texto as palavras de Benedito Nunes,

[o] crítico, já se afirmou, é um multileitor, não só porque lê os textos muitas vezes, mas porque, em cada leitura efetuada em momentos diferentes, redescobre-os, reinventa-os, de acordo com as circunstâncias culturais e históricas que possibilitaram a sua compreensão (NUNES, 1998, p. 262).

Ao me voltar para o caso específico da criação rosiana, ao narrar o processo de permanente mudança por que passou na vida, o herói de *Grande sertão: veredas* mantém vivas as experiências históricas do Ocidente dentro de seu cenário sertanejo muito peculiar, no qual as contrariedades do globo ressoam dentro do *hinterland* brasileiro e nas páginas da prosa do autor de *Primeiras estórias* numa clara demonstração de que a ausência de urbanidade, em Guimarães Rosa, não se constitui em uma espécie de saudosismo campestre, tão em voga na literatura regionalista brasileira até meados da década de 1940, cuja representação bucólica servia, entre outras coisas, como evasão dos assuntos que perturbavam o restante do mundo.

Em sua leitura materialista do século XX, o historiador Eric Hobsbawm conceitua este período histórico como o do grande colapso das estruturas capitalistas, pois devido a este modelo político-social pode-se observar no globo a derrocada gradual dos valores humanistas cultivados na vigência do século XIX. Com o desaparecimento das ilusões liberalistas e de ordem civilizada, o mundo ocidental adentrou em uma Era das catástrofes, a qual gerou o gradativo desaparecimento do Estado com a ascensão dos regimes políticos ditatoriais, em cujas mãos portavam a violência e o terror que, ensinados às populações subjugadas, elevaram as práticas de desumanidade a níveis jamais vistos na História.

Guardando certa semelhança em sua prosa com uma infinidade de escritores ocidentais, Guimarães Rosa, em ideologia, se aproxima do dramaturgo vienense Karl Kraus (1874-1936), ambos não podendo ser vistos como intelectuais alienados e apolíticos, embora tanto para o autor de *Os últimos dias da humanidade* (1922), quanto para o criador de Miguilim, a política partidária de direita ou de esquerda nunca os tenha seduzido. Ambos atravessaram o mar da existência, em momentos perigosos, como Ulisses, atentos às duas posições ideológicas em conflito ao longo de quase todo o século passado, as quais, certamente, se sentiriam agraciadas com uma pequena palavra saída de suas bocas ou com um mais leve gesto de aceno desses autores para essas dicotômicas posições. Tal como o dramaturgo nascido na Boêmia, lembrado por Eric Hobsbawm em ensaio de sua obra póstuma *Tempos fraturados*, para Guimarães Rosa, questões políticas granjeavam “importância secundária, porque estava convencido de que ‘não é nos organismos representativos, nem nos parlamentos, mas nas redações que se exercem os poderes efetivos’” (HOBSBAWM, 2013, p. 162), isto é, no jornalismo para Kraus e nos domínios da literatura, para o autor mineiro.

A provar esta conduta rosiana estão as poucas declarações tecidas por Guimarães Rosa, as quais, em grande parte, forneceram a sua contribuição para as afirmações levantadas por leitores e por uma parcela da recepção crítica acerca de uma possível ausência de comprometimento do autor com as mazelas sócio-políticas brasileiras e ocidentais em suas narrativas, caminho diametralmente oposto ao que empreenderam Graciliano Ramos em sua prosa árida e Carlos Drummond de Andrade em versos de sua fase social nos quais conclama a todos, *gauches* como ele, para que se erguessem dos destroços da desesperança e enfrentassem a escuridão absoluta daqueles tempos difíceis que foram o intervalo entre os decênios de 1930 e 1940.

Na mais famosa “conversa” rosiana, a já mencionada com Günter Lorenz — Guimarães Rosa expõe que a grande responsabilidade do ficcionista não deveria adentrar nos domínios políticos, uma vez que a tarefa a ser assumida pelo homem de letras “é muito mais importante: é o próprio homem” (ROSA *apud* LORENZ, 1973. p. 318) e quanto a preocupação mais relevante do indivíduo comum, o autor de *Corpo de baile* a revelaria a Antonio Candido no ano de 1965, como lembra esse ensaísta em depoimento sobre Guimarães Rosa para o documentário *Os nomes de Rosa*, posteriormente encartado em uma nova edição de *Grande sertão: veredas* vinda a lume em 2011.

Neste texto de caráter impessoal como convém a uma transcrição de um registro oral, Antonio Candido deixa gravado as suas primeiras impressões acerca do autor mineiro,

mostrando, sem pejo, que a crítica literária da época ainda engatinhava na criação fabular de Guimarães Rosa e de suas referências estéticas e políticas, como nesse episódio — um dos raros instantes em que o homem por detrás do intelectual se mostra ideologicamente. Mestre Candido recorda desse encontro que

no decorrer da conversa — estávamos discutindo as posições ideológicas no congresso —, declarei que era socialista e que para mim aquelas posições eram normais. Guimarães Rosa disse que ele achava perfeitamente normal o socialismo, que por ele todo mundo seria igual e feliz sem problema nenhum, e que o ideal na Terra seria justamente a igualdade de todos, mas que isso não era um problema fundamental. O único problema fundamental do homem era saber se Deus existe ou não (CANDIDO, 2011, p. 22).

Juntos esses dois depoimentos revelam um pouco do humanismo de Guimarães Rosa, para o qual os debates engajados produzem poucos resultados para a melhoria da vida e do próprio homem. O escritor que se identifica com os sofrimentos do indivíduo deveria tratar disto em suas páginas estéticas e não em discussões prolongadas, inúteis e desgastantes entre questões de diretrizes e ideais político-sociais, tais como o capitalismo, o socialismo ou mesmo o comunismo. Na verdade, longe de ser um leigo em matéria de política, o objetivo estético de Guimarães Rosa sobrevoava esses assuntos. É como afirma o também escritor Antônio Callado (1917-1997) para o qual o autor de *Tutaméia*

acharia ideal uma sociedade em que os escritores pudessem escrever em paz, sabe? Não viessem aporrinhar o sujeito para saber se ele ia votar ou não votar ou o que ele achava da reforma agrária. Essa por exemplo é uma pergunta que devem ter feito a ele várias vezes. Ele era um homem que conhecia a situação da terra no Brasil. Se perguntassem a ele da reforma agrária, ele não tinha a menor ideia, ou melhor, nunca se preocupou com tal coisa. Ele queria saber como é que os homens reagem ao tipo de vida que estavam levando.

Ele tinha uma coisa a cumprir, a fazer que era essa obra dele. Essa obra dele é mais importante para o povo brasileiro — não digo do que a reforma agrária, não têm comparação as duas coisas. Mas tão importante quanto você ter um país realmente ordenado. Você ter uma obra como a dele é uma coisa importantíssima. Duas obras como a do Machado de Assis e do Guimarães Rosa fazem um país (CALLADO, 2011, p. 16).

Mesmo que o autor de literatura resolva fazer política entre as margens de suas obras, esta deve estar em concordância com as posições ideológicas assumidas pela pessoa do ficcionista. E é assim que — regendo as suas produções literárias dentro daquela tensão sempre fecunda que se estabelece entre a criação e a incorporação da tradição linguística — a escrita de Guimarães Rosa revela o quanto conseguiu se fazer importante tradutora da História

contemporânea, representando esteticamente, com base em conhecimentos e memórias cultivadas em suas observações, o mundo e o homem contemporâneos envoltos em um período de guerras e de poucos intervalos de paz, cujas manifestações de violência e de barbárie lançaram o Ocidente numa acelerada transformação de difícil compreensão.

Ainda que expressamente não levante bandeiras à esquerda ou à direita, Guimarães Rosa se configura como sendo um indivíduo em defesa do homem comum, não se permitindo, portanto, “presenciar injustiças” (ROSA, 1973, p. 334), para isto, arquiteta no conjunto de sua ficção, ambientada ou não em solo sertanejo, uma atitude excepcional em prol da liberdade, como pede Walter Benjamin, e contra a forjadura do contingente de excluídos dos regimes políticos adotados pelos Estados sejam estes totalitários, ou o que é pior, caracterizados como democracias plenas. De acordo com as notas preliminares de Paulo Sérgio Pinheiro, expostas em “Estado e terror” — artigo inscrito na coletânea *Ética* (1992) — além das graves violações dos direitos humanos, outra violência que se apresenta no *esquizofrênico* Estado moderno é a prática de segregações de grupos, o que leva este estudioso a pensar que

[o] mais democrático dos Estados é sempre regime de exceção para enormes contingentes. Loucos, prostitutas, prisioneiros, negros, hispânicos, árabes, curdos, judeus, ianomâmis, aidéticos, homossexuais, travestis, crianças, operários irão nascer e morrer sem terem conhecido o comedimento do Leviatã. As graves violações dos direitos humanos pelo Estado revelam a rotina do Terror no cotidiano das populações. (PINHEIRO, 1992, p. 193)

Pelo menos quatro dessas categorias citadas são catapultadas pela elaboração estética rosiana de suas margens sociais onde atuam como figuras degradantes e passam, ou a protagonizar o enredo das narrativas, ou — o que não deve ser considerado de pouca relevância — a configurar papéis importantes para a economia literária de suas obras, as quais, a sua maneira muito peculiar enfrentam a grande preocupação que envolveu a todos os intelectuais engajados do século XX, “o problema do mal”, como nos é recordado pelo historiador Tony Judt e pela produção literária ocidental desde os primeiros anos do século XVII como revela, por exemplo, o teatro maduro de William Shakespeare.

Assim como na escrita historiográfica que vicejou até a primeira parte do século passado, o maior dramaturgo inglês ambienta seus enredos e suas personagens entre reis e príncipes não para fazer dramas históricos apologéticos sobre esses nobres, mas para demonstrar a disparidade do peso que há em um crime cometido pelo monarca supremo e por um delito vindo de um indivíduo vulgar. Assassinos traiçoeiros como os executados por Cláudio em *Hamlet* e o general Macbeth na obra homônima exemplificam, para além da

superfície literária, que os governantes lançam em desgraça não poucos — como nos atos criminosos de seus súditos — mas todas as comunidades as quais esses senhores deveriam proteger e cujas vidas estão não para serem devastadas, mas preservadas pelos portadores de alguma forma de poder institucional.

A condenação dessas práticas de violência vindas de cima é expressa por Shakespeare na Cena III do I Ato de *Hamlet*, quando esse dramaturgo coloca nas palavras do jovem Laerte, o filho sábio do conselheiro de Estado Polônio, a grande lição de que a vontade de um nobre — aproveito para expandir essa ideia a qualquer sujeito que detenha algum poder dentro do Estado,

[n]ão lhe pertence, mas à sua estirpe.
Ele não pode, qual os sem valia,
Escolher seu destino: dessa escolha
Dependem segurança e bem do Estado;
Assim, o seu desejo se submete
À voz e ao comando desse corpo,
Do qual ele é a cabeça¹⁹. (SHAKESPEARE, 2014, p. 38)

Dentro de sua demanda pela explicação da natureza do Mal e de sua origem, o regional rosiano paira além de uma alegoria de Brasil, pode (e deve) ser lido como um grande panorama ocidental produzido pelo melhor da literatura brasileira. É claro que, como o desconfiado do título de Roberto Schwarz, *A sereia e o desconfiado*, o estudioso de Guimarães Rosa não deve se deixar levar pelo canto harmonioso impresso nas declarações dos autores acerca de suas obras. Nesta relação coordenada entre os dois principais envolvidos pelo jogo ficcional: a literatura e o leitor. A primeira (“a sereia”) se desenha como algo fabuloso no qual os segredos se obnubilam; na outra parte desta ligação está o crítico — leitor especializado que, para a Estética da recepção jaussiana, é capaz de alargar os horizontes interpretativos da obra literária dentro da época em que este se insere — observador, de soslaio, dos encantos intencionalmente lançados pela primeira. A empresa a que se lança o crítico é, portanto, não se deixar envolver pela “Canção de Siruiz” entoada pela palavra literária para, assim, de maneira eficiente e imparcial, melhor adentrar na morfologia desta, compreendendo a sua essência. Todavia, esses registros são um começo para alguém

¹⁹ His greatness weigh'd, his will is not his own; /For he himself is subject to his birth: /He may not, as unvalu'd persons do, /Carve for himself; for on his choice depends /The safety and the health of the whole state; /And therefore must his choice be circumscrib'd /Unto the voice and yielding of that body /Whereof he is the head (SHAKESPEARE, 1987, p. 1132a-1132b).

que, na condição de aprendiz de Odisseu, sabe, que o caminho para Ítaca da compreensão estética perpassa pela fantasia da sereia lembrada pelo machadiano Schwarz.

Em raras conversas travadas com o autor de *Sagarana* — algo, aliás, tornado comum entre aqueles intelectuais que desfrutaram da palavra falada de Guimarães Rosa — Haroldo de Campos registrou mentalmente a impressão que o ficcionista mineiro guardava do rótulo de regionalista a ele imposto, o qual, como convém à natureza dessas etiquetas redutoras, não dava conta das demais dimensões inscritas em suas narrativas. Uma dessas a da mundialização imposta ao sertão pelo autor alargando os limites já imprecisos desse espaço.

Ah! Eu me divirto muito com isso, porque dizem “o Rosa ali, aquela paisagem, aquele crepúsculo mineiro”, e não é nada de crepúsculo mineiro, é um crepúsculo que vi na Holanda, misturei com algumas coisas de Minas, misturei tudo aquilo e fiz e joguei lá, e as pessoas dizem que só estou pintando uma cena de interior de Minas e estou é fazendo uma espécie de “omelete ecumênico”. (CAMPOS, 2011, p. 55)

Limitando-se à mera descrição, no escritor do século XIX, ou reinventando a cultura das regiões longínquas do sertão, como se vê em Guimarães Rosa, a matéria regional, em nossa produção literária, mostra, enfim, que sua força não está, necessariamente, nos temas por ela utilizados, mas no tratamento que estes recebem dos grandes mestres da palavra ficcional.

Passados quase setenta anos da publicação das obras do autor de *Grande sertão: veredas* e examinados inúmeros ensaios e centenas de estudos críticos sobre elas, tendo estes como objetivos compreender e ampliar o percurso interpretativo do universo rosiano, parece não restar quase nada de inovador para ser captado pelo nosso contemporâneo e tardio olhar. Dessa maneira, o ideal a ser atingido se dá pelo traçado, então, de um campo novo de visão que aponte para outras paragens de leitura e de entendimento da escrita de Guimarães Rosa. Este é, ao mesmo tempo, meu objetivo e minha neblina, imagem cara que persegue o relato retrospectivo de Riobaldo e é também o grande horizonte que se projeta a frente dos historiadores.

De acordo com uma das muitas contribuições fornecidas por Antonio Candido em seu ensaio “O homem dos avessos” e também em depoimentos mais recentes, no romance *Grande sertão: veredas* o espaço geográfico parece mais como símbolo do que como uma configuração do real. Isto, não obstante, a meu ver, pode dar-se por uma vocação de Guimarães Rosa em promover, ao longo de sua obra, um diálogo com o século XX, ou parte desse período, que o autor mineiro percebeu como momentos de natureza mutável.

Avesso à impressão das marcas históricas em suas páginas ficcionais, Guimarães Rosa constrói não raros fragmentos em *Grande sertão: veredas* em que deixa filtrar dados factuais que localizam — ainda que panoramicamente e em uma perda deliberada da cronologia — os acontecimentos de âmbito nacional e as repercussões ocidentais naquele espaço interiorano. É no parágrafo 194 desse romance, por exemplo, que o narrador, lançando mão de uma estudada modéstia, recua o relato autobiográfico para trazer à superfície de sua fala a história factual. Na verdade, ao se desculpar com o seu interlocutor — o qual metaforicamente pode ser visualizado como a representação do leitor rosiano, com quem o autor dialoga em sua escrita — pelo seu contar marcado pelo embaralhamento da memória, Riobaldo se aproveita para reverter o baralho narrativo passando a jogada de seu anacronismo para os domínios de Clio.

Dessa forma, aparecem elementos da história brasileira, tais como o confronto entre o governo do último presidente de nossa chamada República Velha Washington Luís (1869-1957) e o movimento tenentista encabeçado por Luís Carlos Prestes (1898-1990) — o grande ícone da esquerda no país e, de certa forma, introdutor do pensamento comunista ocidental nas fronteiras nacionais — cuja presença erige nas páginas do romance de Guimarães Rosa a grande alegoria do século passado, este tempo que sob muitos aspectos ainda interfere em nosso presente como uma história que pensamos estar apagada, mas que insiste em ressurgir como que guardada em uma espécie de cápsula temporal a ser descoberta por um transeunte da contemporaneidade.

Sobre esta metáfora acerca do “breve” século XX, registra o relato poético de Riobaldo, neste mesmo parágrafo, que os resquícios desse combate entre o Estado e as forças revolucionárias da Coluna Prestes emergem naturalmente, “muitos anos adiante”, quando “um roceiro vai lavrar um pau, encontra balas cravadas” (ROSA, 1956, p. 99). Isso vem ao encontro do que nos lembra a Estética da Recepção jaussiana acerca da diferença que separa o relato historiográfico da criação literária: a saber, a maneira como os efeitos de ambas operam sobre nós leitores-expectadores.

No que tange à História, pode-se afirmar que os efeitos produzidos pelo fato histórico pesam sobre nossas cabeças e ombros ainda que esses não tenham sido adquiridos pela nossa leitura dos acontecimentos, fazendo-nos, querendo ou não, ouvintes do canto de Clio como exemplifica o fragmento de *Grande sertão: veredas* acima apresentado. Assim, denota-se que a importância deste episódio histórico para a vida sertaneja não ficou presa tão somente ao período em que esse movimento político-militar atravessou o *hinterland* nacional no início da segunda metade do decênio de 1920.

Quanto à palavra literária, essa só revela sobre nós a sua pujança quando, diferente da matéria histórica, interagimos com os seus objetos estéticos, os quais podem reinterpretar os fatos como aquela marcha que também marca presença na produção literária do autor posterior ao *Grande sertão: veredas* como a narrativa “A simples e exata história do burrinho do comandante”, composição que abre a coletânea *Estas estórias*.

É do enlace nem sempre harmônico entre o fato e a ficção que emerge o relevante papel a ser exercido pelo observador histórico, sujeito responsável por compor a memória global e a posterior compreensão desta ao guardar as lembranças suas, como sentencia Riobaldo, “em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento” (ROSA, 1956, p. 99). Lembrando a metodologia da “micro-história”, percebe-se que cada sujeito individualmente é valioso na ação de construir os processos históricos, pois sem os guardados de seus escaninhos mentais — dentro dos quais os fatos reais vividos aglutinam o sentido que realmente tiveram às marcas emocionais que deixaram em seus participantes — nenhum assunto pode ser estudado, como lembra Hobsbawm nas páginas iniciais de *Rebeldes primitivos*, já que é “essencial certo contato, mesmo ligeiro, com pessoas e até mesmo com os lugares sobre os quais o historiador escreve se este quiser entender problemas que são muitíssimo improváveis de ocorrer (HOBSBAWM, 1970, p. 8) no interior de seus, algumas vezes, confortáveis espaços de trabalho.

Tanto na passagem em que relata a Coluna Prestes e seus resquícios na vida sertaneja, quanto na seguinte — quando Riobaldo recorda a carta de Nhorinhá e a escrita desta sendo apagada pela mão pulverizadora do tempo — configuram-se metáforas acerca da História que aproxima a palavra rosiana de Walter Benjamin, quando este filósofo marxista lembra na terceira tese de “Sobre o conceito de História” que

[o] cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos. Cada momento vivido transforma-se numa *citation à l'ordre du jour* (BENJAMIN, 1994, p. 223).

Nesta agenda de debates, Guimarães Rosa também inclui em *Ave, palavra* os acontecimentos que ajudaram a destruir a utópica Europa do longo século XIX com seus antigos legados iluministas em um naufrágio da civilidade e dos direitos humanos na virada dos tensos anos de 1930 para os de catástrofe total que foram os de 1940.

As narrativas de *Ave, palavra* que glosam sobre a realidade alemã no período mais tenebroso dessa nação que foi a eclosão da Segunda Guerra Mundial, se configuram em um conjunto de documentos importantes para o que se convencionou denominar a partir de 1989 de revisionismo histórico, fazendo do escritor mineiro um precursor dessa metodologia historiográfica cerca de três décadas antes de tal prática ser ao menos cogitada. Enveredando no caminho dessa técnica, o signo de perda se dá em Guimarães Rosa pela descrição poética de um momento em que as ações autocráticas deitaram nas trevas da violência e das práticas indescritíveis da barbárie os ideais luminosos acessos no século XIX, os valores humanos e a imagem da Alemanha, cuja beleza da arte, da língua filosófica e da cultura não puderam conter o gradual cosmopolitismo do terror no Continente europeu e no mundo, desfazendo qualquer previsão de que a nação de Goethe seria o espaço onde nasceria uma nova era de igualdade entre os homens. Em composições como “A velha” e “O mau humor de Wotan”, o escritor mineiro denota que o compromisso com o humano deve pairar acima de quaisquer ideologias políticas ou partidárias. Esta afirmação mostra que Guimarães Rosa estava comungando da mesma crença que os intelectuais nascidos em uma geração posterior a dele, como Hobsbawm e Antonio Candido, cultuando, ainda que não afirme explicitamente, um socialismo em seu sentido mais amplo.

Retirado a porção genuinamente ficcional, a transmutação do espaço sertanejo em simbólico pode (e deve) ser compreendido, primeiramente, como um ato de memória, a qual fixa da experiência mais os sentimentos do que a exatidão dos sítios verdadeiramente percorridos e em segundo lugar, como leitura empreendida pelo autor de *Sagarana*, atento leitor das mudanças ocorridas no século passado. Episódios presentes na economia de *Grande sertão: veredas* como, por exemplo, o do pacto demoníaco — em uma leitura como a minha que pretende propor uma aproximação quase siamesa da matéria estética com os estudos históricos, sem querer, contudo, negar as diferenças e desarmonias intrínsecas entre ambas — devem ser observados como sintomáticos da condição humana no desmoronamento da civilidade que se configurou o século passado, período no qual somos ou descendentes, ou herdeiros diretos (quando não as duas coisas simultaneamente) acostumando-nos cada vez mais ao desumano e ao barbarismo, os quais continuam operando e que, nas melhores das expectativas, continuarão entre nós por muito tempo ao longo deste século XXI.

Por mais que o *doublé* de diplomata e escritor tenha tentado inutilmente fugir do demônio da política, o que conseguiu em suas obras foi se enredar cada vez mais nas redes desse mal, pois ao tentar construir ficcionalmente uma terceira via para o homem entre as

forças opressoras do Bem e do Mal, o que sobressai de seu *hinterland* sem paredes ou limites bem delimitados — os quais, por um lado poderiam lhe oferecer o cômodo e a facilidade, como escritor, por meio de uma proteção estética herdada de uma tendência já consolidada (embora exaurida) na história literária brasileira — é a metáfora das experiências vivenciadas no epicentro da violência no irascível século XX por aqueles náufragos dos recentes desastres da humanidade, os mesmos que, uma vez mais, coube à palavra literária fazer emergir dos abissais oceanos do esquecimento, já que tanto para os jagunços do interior do país, quanto para judeus e outros perseguidos pelos sistemas autoritários do grande sertão que foi (e infelizmente ainda é) a violenta Europa, a invisibilidade é um dos membros de maior pujança das manifestações de violência e de barbárie.

Em um século no qual as fronteiras e limites são imprecisos, “é sempre perigoso usar termos geográficos no discurso histórico” (HOBSBAWM, 2013, p. 109) e também no literário, o sertão rosiano é, em sua multiplicidade nominalista, como a errônea e pejorativamente identificada região da Europa Central, na qual a mesma porção topográfica recebe tantos nomes, de acordo com a vontade e o número de grupos que se identificam historicamente com ela, em longa disputa por hegemonia.

4.

“ERA TARDE DEMAIS PARA TER MEDO”

Falar da Europa é aflitivo. Além do mais, ela nos deixa de consciência pesada: intelectuais, que fizemos por ela? Nada, ou quase nada. E ei-la diante de nós, massa de problemas espinhosos, sem solução verdadeira. Economia política, sociedade, cultura nada funciona ou se mexe de acordo com nossos desejos (BRAUDEL, 2002, p. 376).

Então, olhemos a história *como* história — homens situados em contextos reais (que eles não escolheram) e confrontados perante forças incontornáveis com uma urgência esmagadora de relações e deveres, dispondo, apenas, de uma oportunidade restrita para inserir sua própria ação — e não como um texto para fanfarronices do tipo *assim deveria ter sido*. (THOMPSON, 2012, p. 140).

Ainda que, como afirme Eric Hobsbawm nas páginas iniciais de sua autobiografia *Tempos interessantes*, todas as vidas privadas constituam “matéria-prima tanto para historiadores como para romancistas” (HOBSBAWM, 2002, p. 17), as experiências pessoais (e ou reelaboradas) deste historiador de Cambridge e de Guimarães Rosa no período em que se desenvolve a Segunda Guerra Total valem mais pelo que estas possuem de público e, portanto, escritas do que as páginas acerca dos momentos íntimos no seio familiar.

Contrariando a imagem real cultivada pela Alemanha como império do terror, a literatura de Guimarães Rosa se lançou em meio a uma revolução, integrando àquelas vozes submersas no naufrágio histórico da humanidade. No caso específico da escrita rosiana nas narrativas ambientadas em solo germânico sob domínio fascista, termina por concretizar mais uma aproximação desse ficcionista mineiro com o anseio de muitos historiadores europeus, dentre eles o francês Fernand Braudel, para quem a cultura “tão enaltecida e de que todos vivemos” (BRAUDEL, 2002, p. 337) é muito mais o Velho Continente do que as atrocidades e desmandos de ambíguos governantes, misto de autoridade hedionda e líder de grande apelo popular.

Nada nas produções estéticas de Guimarães Rosa é gratuito ou acessório como possa a princípio parecer ao leitor iniciante. Exemplos disso aparecem em *Corpo de baile* no título de “Cara-de-bronze” — a mais explícita referência do autor mineiro a obra de Thomas Mann, quase sempre esquecida pela recepção crítica em detrimento do tema fáustico — e o uso de dois sumários a comprovar uma genialidade inquieta que não se subjeta ao lugar comum das formas cristalizadas, sejam essas do idioma, seja a dos componentes que integram a estrutura

de um livro, tais como os paratextuais índice e prefácio o qual o autor elevou ao número de quatro em *Tutaméia*.

Em uma interpretação das ações em movimento na qual busca aproximar-se da existência factual, Guimarães Rosa transforma diversas das suas personagens em agentes, ou *dróntas* como define Aristóteles (384 a. C-322 a. C) em seu tratado *Poética* (cf. ARISTÓTELES, 1992, p. 25). Em outras palavras, personagens como Grivo, Pedro Orósio e Manuelzão, mas também *Frau Heelst*, *damme Verônika* e Hans-Heubel tornam-se menos autores de suas trajetórias e travessias individuais do que protagonistas de uma invenção antiga reclamada pelos gregos, o drama.

Aproximando de forma consciente história e literatura dentro de algumas composições enfiadas em *Ave, palavra*, João Guimarães Rosa produziu uma espécie de história imediata, haja vista que aglutinou em si mesmo os papéis de autor, de personagem e de historiador dos acontecimentos que descreveu nos “cronicontos” dessa obra os quais se voltaram para a realidade alemã entre o fim dos anos de 1930 e os primeiros da década de 1940, concretizando em sua escrita uma aproximação dos anseios de muitos historiadores europeus, como por exemplo, do mestre Fernand Braudel, o de tratar do passado para eles demasiadamente próximo, e, portanto, de difícil compreensão como foi a história do Velho Continente na primeira metade do século XX, época em que projetos e sonhos de jovens intelectuais ainda em formação e/ou personagens reais ou mesmo ficcionalizados foram adiados ou destruídos por ocasião do período que abrangeu três décadas.

Desta forma, continua atual a convicção elaborada por Schlegel (1772-1829) — lembrado por Gerd Bornheim (1929-2002) — e adotada pelos românticos oitocentistas de que o ideal revelado abstratamente pela filosofia (e gostaria de acrescentar neste debate a esperança dos historiadores sociais) é realizado pela arte literária que faz de Guimarães Rosa relevante tradutor da História contemporânea, representando esteticamente, com base em conhecimentos e memórias cultivadas em suas observações, o mundo e os indivíduos envolvidos em um período de guerras e de poucos e incertos intervalos de paz, cujas manifestações de violência e de barbárie lançaram o Ocidente numa acelerada transformação de difícil compreensão e que, inevitavelmente, precisa cruzar os caminhos da Guerra que, nas palavras de Hobsbawm, se constituiu na maior marca dos anos noventa, sem a qual

[n]ão há como compreender o Breve Século XX. [...] [Este século] viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calaram e as bombas não explodiam. Sua história e, mais especificamente, a história

de sua era inicial de colapso e catástrofe devem começar com a guerra mundial de 31 anos (HOBSBAWM, 1995, p. 30).

Demasiadamente atento aos movimentos históricos confusos que no século passado obrigaram as sociedades ocidentais a fazerem uso de aspectos como a ambiguidade, Guimarães Rosa propôs em algumas narrativas curtas de *Ave, palavra* um embaralhamento proposital de gêneros em prosa como a crônica e o conto. Assim, nessa fusão, surge os denominados “cronicontos” nos quais há um espelhamento estético, já na forma, dos dúbios torneios que marcaram as diversas divisões nacionais em confronto ao longo de quase oitenta anos no “breve” século XX de acordo com Hobsbawm em seu título mais conhecido no Brasil, *Era dos extremos* (1994). Nestas composições — como as demais produções deste ficcionista mineiro — lança-se um grande problema para a recepção crítica do autor que é a dificuldade em delimitá-las nas fronteiras bem marcadas das categorias narrativas de gênero. A questão, a princípio, pode parecer insignificante, mas, em essência, não o é, haja vista que o leitor — conceito mais lembrado na *Estética da Recepção* de Hans Robert Jauss — ao se debruçar diante de um texto seja este literário ou (inferência minha) de outra natureza como o histórico, o lê projetando sentidos previamente esperados dentro das tipologias textuais por intermédio dos conhecimentos de mundo apreendidos, nas palavras do autor de *Experiência estética e hermenêutica literária* (1992), este local de onde se lança o leitor é o seu “horizonte de expectativas”.

A confluência temporal que assistiu a queda do imperialismo colonial e a supremacia do Velho Continente no mundo, observou, aturdido e boquiaberto, a ascensão de regimes autoritários no leste europeu os quais promoveram o retorno da barbárie das profundezas, espalhando pelo globo terrestre o medo e a violência a níveis sem precedentes na História do hemisfério que desde 1914 não encontrou uma forma tranquila de manter a paz segundo apontou Hobsbawm em entrevistas, conferências, ensaios e livros em que tratou destas e outras contradições e ambiguidades extremadas responsáveis por forjar nosso breve século passado. Mesmo no século XXI, os totalitarismos, sobretudo a sua tez alemã no século XX, foram fenômenos tão incomuns na história da cultura ocidental que a *intelligentsia*, já com os pés no novo século, ainda não capacitou nenhum pensador acerca desse tema. Isto porque, segundo o filósofo Edgar Morin, “o totalitarismo não era previsível, não tinha sido voluntária e intencionalmente desejado, como acreditam aqueles que reduzem sempre a história a uma série de conspirações” (MORIN, 2009, p. 83).

Seguindo nesta vereda, a primeira parada em que se finca esta análise histórico-literária é a tentativa de expansão do ainda curto caminho interpretativo de *Ave, palavra* (1970), coletânea que encontrou trajetória inversamente oposta na fortuna crítica rosiana a qual se colocada ao lado do romance *Grande sertão: veredas* denota-se que, após mais de quatro décadas de sua edição *princeps*, ainda não obteve a atenção minuciosa dos leitores especializados de suas cinquenta e seis narrativas poliformes, algo atestado em consenso há muito tempo pelos estudiosos do autor de *Primeiras estórias*, dentre estes, Jaime Ginzburg em seu “Guimarães Rosa e o terror total” (2010).

No interior de algumas dessas composições de *Ave, palavra*, o autor propõe um meticuloso trabalho de confluência entre os gêneros literários que privilegiam o espaço da Alemanha pré-Segunda Guerra Mundial propriamente dita feito por Guimarães Rosa é outra mostra de que o autor mineiro, longe de querer negligenciar a importância dos fatos históricos recorre a expedientes já conhecidos na produção estética ocidental, a qual para enfrentar problemas semelhantes aos observados por Guimaraes Rosa no país sob domínio nazista, tais como a relação do Estado autocrático com os indivíduos por este governados, uma vez mais na produção rosiana a palavra sai em demanda pela investigação dos comportamentos humanos, dessa vez em ocasiões extremadas como as que foram vivenciadas no Ocidente, naquele que foi o Continente mais ambíguo do planeta, a velha Europa, berço e féretro onde se deitou ideais como a civilidade.

Como demonstram George Steiner e Edgar Morin, em momentos distintos em que se voltam para a mais dolorosa época da história europeia, a cultura humanista nada pode fazer diante do fascínio despertado pela violência e o conseqüentemente aumento da barbárie no século XX. Afirma Morin em páginas de seu ensaio “Pensar a barbárie no século XX”

O nazismo é um produto catastrófico da barbárie europeia, e tem a sua fonte justamente na nação mais culta da Europa. Os grandes poetas como Goethe, os grandes músicos como Beethoven, as tradições democráticas que existiam bem antes da Primeira Guerra Mundial não bastaram, portanto, para conter a barbárie (MORIN, 2009, p. 89).

Esse confronto entre a realidade política e o patrimônio cultural alemão se fazem presentes nos “cronicontos” encerrados em *Ave, palavra*. Acerca da crônica na produção de Guimarães Rosa recorta-se o depoimento do também cronista do periódico *Correio da Manhã* Antonio Callado sobre o autor de *Sagarana*. Callado inicia o seu testemunho para o

documentário *Os nomes de Rosa* com a breve constatação de que “[Guimarães] Rosa era intensamente autobiográfico” (CALLADO, 2011, p. 9) e de que, apesar de um grande domínio do conto, o autor de “Campo geral” não se movimentava muito bem nas páginas da crônica. “Quer dizer, não era o gênero dele, e não tinha muito a ver, mesmo assim era enfeitadinha, mas não é bom” (CALLADO, 2011, p. 13).

Opiniões à parte, essas produções encontram-se em um volume organizado postumamente pelo intelectual e amigo íntimo do autor, Paulo Rónai (1907-1992), juntamente com outra obra de Guimarães Rosa, *Estas Estórias*, o conteúdo de *Ave, palavra* não era totalmente desconhecido dos seus leitores, haja vista que uma porção destes já havia postos seus olhos sobre essas narrativas em periódicos como o *Correio da Manhã*, espaço onde o autor de *Tutaméia* (1967) as tinha trazido a lume no decurso dos anos de 1948 e 1967. Rompendo com a exclusiva ambientação sertaneja tão presentes em *Sagarana*, *Corpo de baile* e *Grande sertão: veredas*, esta coletânea reúne em suas 274 páginas o mergulho rosiano em outros rios literários, tais como oratórios, anotações feitas em visitas a zoológicos europeus — londrinos, parisienses e, predominantemente, os de Hamburgo — e fragmentos de diários.

Nestas duas últimas produções, o autor guarda impressões e metáforas das belezas que faziam da Alemanha entre o desfecho de 1938 e meados do ano seguinte, as vésperas dos tenebrosos combates que marcariam a primeira metade do século XX, se não um país agradável a um estrangeiro, ao menos ricamente interessante com seus castelos, seus templos, as suas pontes sobre o rio Elba, as paisagens de inverno que faziam da região saxônia um “dos lugares mais esplêndidos do Continente europeu” (ROSA, in GUIMARÃES, 2006, p. 158), como confidenciou o autor de *Tutaméia* em correspondência enviada a Vicente Guimarães datada de 3 de julho de 1939, a qual se encontra enfeixada no livro deste escritor intitulado singelamente de *Joãozito* (1972), nome com o qual este tio temporão se referia ao sobrinho cronologicamente tão próximo.

Sem dúvida, um conjunto de imagens muito mais cálidas em comparação com aquelas erigidas pela palavra rosiana em outra composição com forte tez autobiográfica, o “colombiano” conto “Páramo”. Nesta narrativa, a criação mais latino-americana de Guimarães Rosa, o *doublé* de ficcionista e diplomata se descreve preso a mais triste e solitária paisagem de todas as por ele conhecidas, a altíssima Bogotá. Obrigado pela função como secretário-geral da embaixada brasileira na IX Conferência Interamericana de 1942, Guimarães Rosa encontrava-se extremamente infeliz em “uma das capitais mais elevadas do mundo” (ROSA, 1969, p. 178), seja pela falta de afetivas notícias da esposa e demais

familiares, seja pelos sintomas do *soroche* andino que o acometeram violentamente, o autor de *Estas estórias* é levado a pensar insistentemente na morte, a qual diferente da representação vulgar da esquelética ceifeira, aparece não como mulher, mas como um homem que é captado pelos sentidos do narrador como o de um cadáver. Tal figura, ao longo da narrativa parece ter o papel de representar todas as contrariedades, angústias e enfermidades que Guimarães Rosa não conseguiu expressar em suas páginas.

João Guimarães Rosa, um homem alto, corpulento e cardíaco se configurava no grupo daqueles menos adaptados para uma experiência tão intensa quanto esta e, por isso, sofreu todos os tipos de sintomas provocados pelo chamado “mal das alturas” desde os físicos como a apnéia, a insônia, a dificuldade de respiração, o choro involuntário — que, em meio aos parágrafos do conto, revelam que o narrador chegou a uma atitude patética, a de integrar a cerimônia fúnebre de um jovem desconhecido só para poder carpir tranquilamente sem o incômodo dos olhares alheios — até os psicológicos como a solidão, a profunda tristeza e o ódio, talvez o sentimento mais destacado nesta narrativa. Novamente, escrevendo para seu tio-irmão Vicente Guimarães, o autor de *Tutaméia* revela a este seus incômodos a 2660 metros, lembrando-se de acrescentar ainda mais um, a da carestia que se observava nesta localidade, escreve o ficcionista em 21 de setembro de 1942: “A vida é que é cara, caríssima, pelo menos 6 vezes mais cara do que em Hamburgo” (ROSA, in GUIMARÃES, 2006, p. 162).

Fica evidente que a gélida Alemanha que se abriu para o cônsul-adjunto em 1938 foi bem mais aprazível do que a experiência latino-americana por este vivenciada, todavia, a imagem que se descortinava para Rosa foi diametralmente oposta ao de outros imigrantes tais como o adolescente e órfão Eric Hobsbawm e seus tios paternos cerca de oito anos antes — rememorada por este historiador no quarto capítulo de sua autobiografia *Tempos interessantes* —, quando estes chegavam a uma Berlim em erupção política e franco declínio econômico, fatores responsáveis por despertar os sentimentos de xenofobismo, anticomunismo e antissemitismo naquele povo pobre, conservador e que, progressivamente, passou a quase que só se interessar “por carros blindados e aviões de bombardeio” (ROSA, 2006, p. 153).

Dentro de seu universo diversificado, *Ave, palavra* enfeixa quatro narrativas que retratam o período entre os anos de 1938 e 1942, época em que Guimarães Rosa exerceu um papel dubiamente perigoso dentro do consulado de Hamburgo em prol da humanidade: a saber, o de driblar as exigentes normas antissemitas fixadas não somente pelo Brasil, tornado um regime igualmente ditatorial com a implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas (1882-1954) um ano antes, mas também em um concerto de quase todas as Embaixadas latino-

americanas por todo o Velho Continente. Este momento de profunda desumanidade é imposto no completo domínio da Alemanha pela figura onipresente de Adolf Hitler e o avanço do terror promovido pela sua postura de extrema direita, a qual lançaria o mundo na guerra total declarada por este país germânico às minorias e aos antigos inimigos não esquecidos de 1918, a Inglaterra, a França e a Rússia.

Na sequência imposta por Rónai — que se defende desta escolha afirmando no prefácio da primeira edição de *Ave, palavra* ter aplicado os mesmos métodos e critérios deixados pelo autor de “Campo Geral” em suas pastas de anotações para esta miscelânea — estas composições aparecem dispostas na seguinte ordem “O mau humor de Wotan”, que abre o volume, “A velha”, “A senhora dos segredos” e “Homem, intentada viagem”. Destas, somente as três primeiras são lembradas pela recepção crítica rosiana quando tratam do testemunho do autor sobre o gradual cosmopolitismo do terror nazista e da violência provocadas pelos regimes totalitários europeus (cf. GINZBURG, 2010).

Todavia, ao longo de minha pesquisa acerca das representações ocidentais do século XX e do destaque dado ao homem comum na produção de Guimarães Rosa, penso que o conto “Homem, inventada viagem” deva ser levado em consideração devido ao tema — infelizmente tão presente no século passado e no atual — dos refugiados e dos despatriados que, submersos pelos naufrágios da humanidade, são aqueles indivíduos que não sabem exatamente para onde ir. Coincidentemente esta personagem histórica termina por metaforizar a todos nós, sobreviventes das experiências do século XX, que — como mostram Hobsbawm e Guimarães Rosa no final de seus respectivos livros *Era dos extremos* e *Grande sertão: veredas* — caminhamos às cegas desconhecendo por completo o trajeto para onde vamos em nossa travessia.

Nessa narrativa de 1961 é estabelecida uma relação de parentesco com o conto “A terceira margem do rio” do livro *Primeiras estórias* vindo a lume cerca de um ano depois, apesar de se passar em espaços distantes como a Europa fascista no caso da 41ª. composição de *Ave, palavra* e, no sertão mineiro na segunda narrativa, em ambas surgem personagens que, por motivações ignotas, decidem recusar os portos e as margens. Em “Homem, intentada viagem”, o enredo trata de um certo José Osvaldo, indivíduo econômica de palavras, gestos e posses que evita, sempre que lhe é possível, retornar para o Brasil, preferindo em seu mistério existencial sempre rumar como um naufrago pelo Leste europeu em guerra e que, ao ver seu objetivo inúmeras vezes frustrado, opta por se lançar nas águas da Baía da Guanabara,

demandando para si uma “terceira margem”, uma saída contrária à odiosa pátria e à tão almejada Europa, costa jamais lhe permitida.

As três primeiras narrativas citadas acima — “O mau humor de Wotan”; “A velha” e “A senhora dos segredos” — extraindo-se, obviamente, a figura do narrador homodiegético, são todas encenadas por mulheres, a outra parte dos indivíduos comuns, os quais na interpretação de Eric Hobsbawm acerca do século XX foram, em verdade, os grandes protagonistas históricos dessa época e também as maiores vítimas deste período nebuloso. Apesar de o século passado ter acenado com a construção de uma longa avenida de conquistas para o sexo feminino, tais como a igualdade (até hoje parcial) de direitos com o sexo oposto, o acesso ao exercício profissional — que curiosamente se daria pelo ambíguo “esforço de guerra” (HOBSBAWM, 2000, p. 146) — e o avanço da cidadania pelo uso do voto, a autonomia, no entanto, não alcançou todas estas filhas de Eva ao redor do globo, o que levou o autor de *Sobre história* a diagnosticar em 1999 que “[u]ma emancipação maior das mulheres será uma das marcas do próximo século. [...] Desse ponto de vista, a emancipação feminina só deu o primeiro passo, pois ainda não afetou a maior parte da população mundial” (HOBSBAWM, 2000, p. 148).

Antes, portanto, do advento dos movimentos de luta pela igualdade e pelos direitos femininos, a produção literária de Guimarães Rosa traz as mulheres para o primeiro plano, como protagonistas de suas composições que glosam acerca da Alemanha em seus momentos prévios e dos combates propriamente ditos da Segunda Guerra tirando-as da marginalização a que estavam condicionadas ao redor do globo na primeira metade do século XX e, mais especificamente dentro do sistema autoritário alemão, o qual não queria o sexo feminino nem nas suas fileiras militares e nem tampouco na cabeça do Partido, atitude extrema que atendia à misoginia do *Führer*, característica difundida na biografia deste assinada por Ian Kershaw. Para Adolf Hitler, a única função cabível às mulheres sob o seu comando para além das domésticas era a espartana missão de gerar filhos fortes para compor o seu milenar *Terceiro Reich*. Diante das portas hermeticamente fechadas pelos filiados do Partido Nacional-Socialista, o qual não aceitava incorporação das mulheres nem as cogitava como possíveis nomes em candidaturas (cf. LOWER, 2014, p. 31) por que as conservadoras alemãs emprestaram seus pés à marcha hitlerista?

O caminho mais provável para a construção da resposta a essa questão foi encontrado pelo enveredamento de Wendy Lower, a qual aprofunda o exame dessa personagem histórica na Alemanha, nos depoimentos colhidos de alemãs contemporâneas a época da pujança do

nazismo reunidos em mais de duas décadas de pesquisa. Segundo a autora de *As mulheres do nazismo* (2013), estas mulheres estavam preocupadas com a própria família, maridos e filhos para os quais ansiavam por um futuro distante da “sub-humanidade” (LOWER, 2014, p. 32) a que se encontravam, a seu ver, os alemães depois da derrocada na Primeira Guerra e novamente condenados pelo violento tropeço do capitalista no crepúsculo do decênio de 1920, o qual tornou senão impossível, ao menos perigoso o viver na Alemanha nos anos caóticos anteriores à política bélica e antissemita de Hitler.

Para atender a uma necessidade de entendimento cronológico da História — e assim, parafraseando uma máxima da historiografia, acertar o relógio da ficção com a hora de todo mundo, — nesta Tese se perverte a ordem estabelecida por Rosa e, posteriormente, Rónai para os “cronicontos” de *Ave, palavra* e começa sua análise pelo exame de “A senhora dos segredos”, narrativa em que somos levados de automóvel²⁰ pelo cônsul Guimarães Rosa e sua então namorada “Ara”, apelido carinhoso de d. Aracy Moebius de Carvalho (1908-2011), até o distrito de Volkstorf, localizado a nordeste de Hamburgo, no primeiro semestre de 1939 devido a uma ocasião banal — como convém ao início de uma crônica propriamente dita —, levar três moças naturais de regiões ocupadas pelo regime nazista para consultar uma astróloga respeitada, *Frau Heelst*, a “senhora” do título, afamada por ser “horoscopista de Hitler” (ROSA, 1970, p. 210), então senhor da Alemanha.

Esta fama atribuída à personagem não deve ser vista como ridícula, uma vez que o próprio *Führer* escolheu para raízes da doutrina nazista o seu excessivo ocultismo e uma inventada tradição ancestral, o qual para deitar sobre si a imagem de um eleito, amalgamava postulados esotéricos, lendas medievais como *O Santo Graal*, a música de Wagner (1813-1883) e a mitologia nórdica — elemento lembrado por Guimarães Rosa, ao identificá-lo com o irascível deus Wotan em outra composição de *Ave, palavra*. Toda essa “ideologia” sem fundamento teórico ou histórico muito bem divulgada pelo talento de seu Ministro da Propaganda Paul Joseph Goebbels (1897-1945), que é mencionado nesta narrativa em uma das pouquíssimas concessões abertas pelo narrador à cronologia, em sua tentativa de manipular, pela informação e convencimento, as massas populares da Alemanha contra a Polônia por meio de uma acusação improvável de que em maio de 1938 esta nação estaria promovendo barbaridades contra os cidadãos germânicos na cidade de Danzig.

²⁰ Em correspondência datada de 3/6/1939, pouco menos de três meses antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, enviada ao tio Vicente Guimarães, o autor mineiro deixa vaziar a sua excitação pelo hábito adquirido na Europa de passear de automóvel pelas boas estradas que atravessam a Alemanha (Cf. GUIMARÃES, 2006, p. 157).

Apesar da ambientação do assunto ser o esoterismo, não obstante, o verdadeiro alvo da crítica rosiana ao *establishment* alemão recai sobre a tese de “pureza ariana” tão cara aos nacionais-socialistas que enxergavam na miscigenação uma decadência histórica dos povos e que, para a grandeza da nação alemã deveria ser evitada e extirpada, haja vista a necessidade do uso da mentira acerca da real naturalidade daquela tríade de visitantes tão singulares formada por Lene Speierova, Ulrike Wah e Grétel Amklee, o que atrapalhou significamente o exercício sério da astróloga (“Em concentração de matemático e não de vidente”), a qual, para surpresa do narrador, não fazia uso do expediente cabalístico tão comum nos rituais e roteiros previamente ensaiados, clichês esses usados em demasia pelos possíveis charlatões.

— Assim, minha filha, as indicações que me deu devem ter sido de algum modo inexatas. Nasceu mesmo às 6 da manhã, e em 1915?
Rápida, foi Ulrike Wah quem apontou o erro: Grétel não era de Erfurt, como desatentamente dissera, mas nascida em Dar-as-Salaam, na África Oriental, de onde teria vindo menina (ROSA, 1970, p. 211).

Tal comportamento dessas jovens sedentas por encontrar o amor conjugal não pareceu incomodar Rosa e as demais participantes deste encontro, no entanto entre duas destas moças, Lene (sudeta) e Ulrike (da região dos Balcãs), havia se desenhado um sentimento de “antipatia limpa, quase de tribo a tribo, inevitável, e que agora parecia afiar-se em pequenino ódio, dos mais hostis” (ROSA, 1970, p. 211) espelhando a crescente atmosfera beligerante que pairava sobre as cabeças europeias no final de 1930 entre as regiões e suas diversas etnias.

Contrariando simultaneamente a cegueira de uma parcela dos críticos que o viam como alienado em relação aos problemas sociais em suas páginas e a debilidade dos Aliados como a Inglaterra, a qual acreditou até o último instante nas intenções hitleristas de manter a paz conforme cada reivindicação territorial e militar sua fosse plenamente atendida, Guimarães Rosa, confiando na seriedade de *Frau Heelst*, procura a astróloga uma segunda vez para sugerir que ela investigue o destino no intuito de descobrir o que de macabro este reservava para o III *Reich* e para o restante do mundo.

Não obstante, ainda não era a hora do deus da balança revelar tudo o que sabia e escondia e assim, como o restante do povo alemão, o terceiro olho da horoscopista estava temporariamente fechado para a grande noite que toldaria o Velho e atribulado Continente. A brava *Frau Heelst* — talvez mais inclinada aos encantos de Afrodite, cujas filhas formavam a

sua carteira de clientes, — ignorava a pujança de Marte que até aquele momento nada lhe trazia financeiramente.

Uma tentativa de explicação da cegueira temporária dessa sacerdotisa que, pelo que descreve o narrador, não havia obnubilado os olhos estrangeiros e diplomáticos do cônsul, pode ser fornecida pelo exame dos fatos externos ao metafísico, esse tão mais próximo do cotidiano da personagem do que a realidade factual. A perplexidade que ocasionou na demora de ação por parte dos perseguidos pelo nazi-fascismo, principalmente os sionistas, em tomar as devidas providências — as quais representariam a diferença entre a sobrevivência ou, como ficou comprovado, a derrocada até o fundo do poço da barbárie — deve-se historicamente a surpresa destes ao se descobrirem, depois de anos de sua emancipação, como indivíduos, que, apesar de germânicos, nunca pertenceram àquela sociedade de fato e da qual acreditaram, com a pujança de seus corações, que faziam parte e, portanto, se encontravam devidamente integrados. De acordo com Eric Hobsbawm no ensaio “Os judeus e a Alemanha”:

Os judeus alemães queriam, apaixonadamente, ser alemães, embora, como observa agudamente Pulzer [Peter George Julius Pulzer, historiador vienense, autor de *Judeus e o Estado alemão: a história política de uma minoria: 1848-1933* (1993)], quisessem ser assimilados “não pela nação alemã, mas pela classe média alemã”. No entanto, a acusação mais comum contra a assimilação, o grande sonho de mobilidade social do século XIX, claramente não se aplicava a eles (HOBBSAWM, 2013, p. 105).

Estes *Deutsch Juden* deviam sentir-se — como o próprio Hobsbawm em sua infância vienense — observados não como membros de um grupo ligado por laços ancestrais de sangue, mas sim como sócios ilusória e temporariamente aceitos neste clube social que era a Alemanha onde nasceram e onde seus pais residiam. *Grosso modo*, tal comportamento guarda em si a essência daquilo que Marx denominou de alienação política no manuscrito de 1844 intitulado *A questão judaica*. Diferente de seus correspondentes religioso e proletário, esta forma de desapossamento humano não foi considerada uma perda de consciência dentro dos acontecimentos da Revolução Francesa, ao contrário, simbolizou um ganho de liberdade: a saber, a emancipação humana. E foi absorto nestas luzes fulgurantes de uma promessa de progresso decisivo, que os judeus germânicos, sem se deixar de ver como judeus, fecharam seus olhos para a realidade latente de antissemitismo que os envolvia nos baluartes do antigo império Habsburgo onde, apesar de certas liberdades, não conquistaram a emancipação política, a qual de fato nunca chegou para o povo sionista. Em outras palavras, os judeus

alemães (como os de quaisquer outras nacionalidades) não chegaram a compreender a relação inversamente proporcional que estabeleciam com o país em sua ânsia de integração, isto é, “quanto mais os judeus se parecem com os outros, mas eles se tornam uma ameaça que comporta tudo o que pode desintegrar uma nação” (MORIN, 2009, p. 96).

Nas páginas de sua autobiografia *Tempos interessantes*, Hobsbawm recorda que em sua infância e adolescência presenciou no interior de espaços públicos ações possivelmente consideradas como antissemitas. Estes, no entanto, não o afetando diretamente, pois o jovem Eric Hobsbawm gozava do *status* muito conveniente de cidadão britânico.

Todos os judeus de Viena sabiam, pelo menos desde a década de 1890, que todos viviam em um mundo de antissemitas e até mesmo de antissemitismo de rua, potencialmente perigoso. [...] Na década de 1920 havia ainda menos razão para otimismo. [...] Em resumo, não havia como esquecer o fato de ser judeu, ainda que eu não recorde nenhum exemplo pessoal de antissemitismo, **pois a nacionalidade inglesa me conferia, ao menos na escola, uma identidade que desviava a atenção. Ser inglês também provavelmente me imunizava, felizmente contra as tentações do nacionalismo judaico**, ainda que o sionismo entre os jovens centro-europeus em geral fosse acompanhado de opiniões socialistas moderadas ou revolucionárias [...] (HOBSBAWM, 2002, p. 38. Grifo meu).

Destarte, os judeus alemães e também os austríacos não se viam — como os *Ostjuden* originais de outras regiões situados mais a oeste — como estrangeiros²¹ e esse foi, enfim, o grande erro de cálculo que resultou no equívoco de previsão de *Frau Heelst* e de toda a humanidade que em dias atuais ainda se debruça em estudos e publicações desejosa de responder o porquê do ódio desmedido lançado contra um povo, o qual, em melhores dias de sua história demográfica, jamais ultrapassou 1% de toda a população mundial. Em outras palavras, estes sionistas, em especial “sentiam-se [demasiadamente] à vontade na Alemanha. Por essa razão sua tragédia foi dupla. Não só foram destruídos, como não previram seu fim” (HOBSBAWM, 2013, p. 106) se tornando historicamente também algozes de si mesmos.

Quando a grande noite de Hitler já podia ser vista pela astróloga e por toda a Europa era, como rememora Hobsbawm, “tarde demais para ter medo” (HOBSBAWM, 2002, p. 174)

²¹ No capítulo “Infância em Viena” de *Tempos interessantes*, Hobsbawm disserta sobre a própria família, a qual assim como os demais judeus austríacos da classe média na década de 1920, se encontravam tão incorporados e assimilados à cultura local da capital da Áustria que acreditavam completamente fazer parte de uma superioridade, ainda que esta estivesse longe de ser de ordem política. Esta falsa segurança, levava os judeus austríacos a olharem com desprezo para outras nacionalidades como inferiores e vulgares — entre estas os desconhecidos italianos e os tchecos — e outros judeus, os da Europa Oriental, “como se tratasse de outra espécie”. Continua o autor de *Sobre história*: “Lembro-me perfeitamente de haver perguntado a um parente mais velho, visivelmente embaraçado, se os judeus orientais tinham sobrenomes como os nossos, e que nomes seriam esses, pois obviamente eram muito diferentes de nós” (HOBSBAWM, 2002, p. 26).

e já não mais adiantava contar em 21 ou 22 de agosto de 1939 com o auxílio de seu conhecido cônsul brasileiro e de sua companheira Aracy, a qual — em sua função de encarregada do serviço de passaportes do consulado-geral de Hamburgo — assinalou, juntamente com o futuro marido Guimarães Rosa, o seu nome na história ao proteger dezenas de vidas, remediando, de alguma forma a desumanização e a profunda cegueira que, de acordo com Hobsbawm, “[n]inguém seria capaz de imaginar. Poucos conseguiram ao menos acreditar, quando os primeiros relatos confiáveis sobre o genocídio vazaram para o Ocidente em 1942. Não havia precedente na história humana” (HOBSBAWM, 2013, p. 106-107) como assegura esse historiador em uma de suas últimas produções.

Para uma leitura histórica como a forjada por Hobsbawm o erro de *Frau Heelst* não consiste em sua catastrófica previsão, expediente, até certo ponto, “desejável, possível e até necessário” (HOBSBAWM, 1998, p. 51) para atingir os escopos individuais, como o amor, e coletivos, como as mudanças sócio-políticas, segundo o autor em “A história e a previsão do futuro” — quarto ensaio da coletânea *Sobre história* —, mas na lógica e no método escolhidos pela cartomante como a leitura inexata dos astros em um céu nublado como estava o da nação alemã em 1939 para quaisquer tipos de interpretação, seja essa astrológica ou realizada por profissionais da historiografia.

Em relação aos domínios de Clio, comumente e em situações sazonais, “os seres humanos tendem a recorrer às previsões históricas para conhecerem aquilo que lhes permitirá alterar o futuro” (HOBSBAWM, 1998, p. 52) com base em um histórico de experiências semelhantes decorridas com certa periodicidade. Todavia, em episódios *sui generis* como os anos que compuseram a era das catástrofes todos os profissionais que se utilizam dessa ocupação oracular fracassam diante do trabalho. O mal supremo não se permite facilmente reconhecer.

A guerra começa em 1º. de setembro, cerca de doze dias após a desesperada ligação de *Frau Heelst* pedindo ajuda para emigrar para o Brasil, destruindo vidas e projetos de soldados e de civis como as personagens históricas ou fictícias conhecidas pelo universo rosiano. Dentre os diversos impactos político-sociais ocasionados por estes perigosos tempos e examinados pela historiografia de Hobsbawm estão os problemas da migração em massa, seja por motivos como a fuga de um genocídio ou devido a uma “faxina” étnica algo tornado relevante também na Europa e na África do ainda jovem século XXI. Em ambos, todavia, o resultado são consequências políticas graves no âmbito internacional, algumas das quais ainda provocando ecos altissonantes na atualidade, tais como a resistência das sociedades

economicamente desenvolvidas ao influxo destes êxodos populacionais, sobretudo, quando são compostos por integrantes miseráveis ou de diásporas que, sob muitos aspectos, o Velho Continente ajudou a fomentar.

A Europa no século XX, como agora, recebeu em suas veias um pouco do veneno corrosivo que outrora lançou ao redor do planeta desde o final do século XV quando os países atravessaram os oceanos em busca de erigir seus impérios coloniais levando para novas poções de terra a opressão e a violência de suas práticas mercantilistas guardadas no interior de seus corações conradianos. Esses Estados europeus eclodiram com a derrocada dos valores humanistas na segunda metade do século passado como consequência dos acontecimentos da hobsbawmiana Era da catástrofe (1914-1948).

O problema da migração como fenômeno social de massa se acentuou no século passado ganhando motivações oriundas do centenário formado pelos Oitocentos como o xenofobismo e, no caso específico dos judeus, o antissemitismo, o qual — diferente do que pode nos levar a pensar nosso *descontinuum* histórico — não foi uma invenção do “breve” século XX que, no entanto, o aperfeiçoou ao extremo, mas sim do século imediatamente anterior, tempo dentro do qual essa “ideologia de barbarismo irracionalista” (HOBSBAWM, 1995, p. 122) esconde suas mais profundas raízes. Uma vez que tanto lá como nas primeiras décadas do século da Guerra total

[o]s judeus estavam presentes em quase todo lugar e podiam simbolizar com facilidade tudo o que havia de mais odioso num mundo injusto, inclusive seu compromisso com as ideias do Iluminismo e da Revolução Francesa que os tinha emancipado e, ao fazê-lo, os havia tornado mais visíveis (HOBSBAWM, 1995, p. 123).

Não foi sem motivo, portanto, essa defesa dos valores iluministas do século XVIII feita pela memória dos judeus, os quais, com essa atitude, se fizeram próximos dos antifascistas da Europa. A noção de emancipação que inseriu a população hebraica no círculo burguês de que trata Hobsbawm é a promulgação do Édito de Tolerância (*Toleranzedikte*) que, a partir dos anos de 1781 e 1782, forneceu a autonomia judaica, permitindo aos sionistas maior participação em setores sociais e profissionais outrora negados como o intelectual no qual os judeus puderam exercer uma das modalidades do poder capitalista que é o conhecimento. No interior dessa máquina atuou, por exemplo, o mais importante nome dentre os pensadores semitas e modernos não judeus, Karl Marx. Praticamente esquecido como produto dessa etnia — inclusive nos trabalhos acadêmicos mais distantes e mais próximos

acerca da condição judaica no decurso do século passado — o que revela infelizmente mais um erro grave na trajetória desse povo. Mesmo correndo o risco de calcar o território indesejável dos sofrimentos de todo um povo, é sempre mister lembrar que — assim como os judeus não foram, e não devem tampouco serem vistos como, as únicas vítimas das atrocidades promovidas pela Alemanha nazista —, como o faz Eric Hobsbawm em páginas de seu derradeiro *Tempos fraturados*, o de “a maioria dos escritores que se dedicam à história judaica, eles mesmos predominantemente judeus, tendem a se concentrar no impacto do mundo exterior sobre seu povo, e não no impacto inverso (HOBSBAWM, 2013, p. 103).

Entre os anos finais da década de 1930, com a eclosão da Segunda Grande Guerra, os “emigrantes políticos ou não, oriundos da Alemanha hitlerista eram aceitos com relutância no Ocidente” (HOBSBAWM, 2011, p. 241) de acordo com Eric Hobsbawm nas páginas de sua coletânea *Como mudar o mundo*, na qual este historiador britânico examina a obra de sua maior referência teórica e os desdobramento dos postulados de Marx (nem sempre seguidos *pari passu* pelos seus intérpretes) entre marxistas e marxianos como Louis Althusser (1918-1990) e Antonio Gramsci (1891-1937).

Por um motivo ou outro, a questão de refugiados e de imigrantes políticos terminam por recair, quase sempre, primeiramente nas mãos diplomáticas dos embaixadores, alguns nem um pouco heroicos se aproveitando economicamente da situação de desespero do povo sionista, como o diretor de imigração cubano Manuel Benítez, responsável — como mostram historiadores e, atualmente, jornalistas dedicados a explorar a história recente — direto pelo episódio desumano ocorrido com o navio St. Louis — onde, ao retornar à Europa depois de serem extorquidos, dos 941 passageiros a bordo somente 25 desembarcaram na América Central, os demais voltaram ao coração da barbárie dentro do qual 668 pessoas desapareceram nas profundezas dos Tártaros alemães ajudando a compor os números estatísticos da maldade humana. Outros, como o ficcionaliza Guimarães Rosa e a sua segunda esposa Aracy, são lembrados por sua atuação em defesa do povo sionista nas páginas de *Anjos e safados no Holocausto* (2012) do pesquisador associado à USP Roberto Lopes.

Guimarães Rosa relembra em sua biografia um desses contatos com judeus em outro episódio comovente de sua experiência no consulado de Hamburgo — cidade portuária na qual chegou o escritor no mesmo ano em que ocorreria a deflagração do primeiro ato declarado da perseguição alemã aos judeus, a famigerada “Noite dos cristais” (*Reichskristallnacht*), — descrito, assim como outros acontecimentos de semelhante comoção para os judeus no enredo de “A velha”.

Nesta narrativa breve, o autor de *Primeiras estórias* se aproxima, por exemplo, de Shakespeare o qual, segundo indica Barbara Heliodora na nota prefatória inscrita na segunda edição da tragédia *Hamlet* (1601?), cuja tradução foi assinada a quatro mãos com a sua mãe Ana Amélia de Mendonça (1896-1971), o dramaturgo optou conscientemente em “abandonar a precisão histórica e, ao manipular e mesclar crônica e lenda, [concebendo] situações e personagens que viessem a ser veículos adequados para a aventura maior de sua capacidade criativa” (HELIODORA, 2014, p. 15).

Amalgamando, como nos demais “cronicontos” alemães a crônica histórica e o conto literário, o enredo de “A velha” nos mostra um Guimarães Rosa atarefado em mais um dia de exaustivo trabalho no consulado a muito invadido por judeus “famintos de partir, sofridos imenso, em desengano, público pranto e longo estremecer, quase cada rosto prometendo-se a coativa esperança final do suicídio” (ROSA, 1970, p. 108), tal como fez um desesperado Walter Benjamin, crivado de erros e equívocos históricos nos territórios da Espanha em 1940.

Em meio a balbúrdias como esta e que se tornaram cotidianos em diversos consulados e embaixadas latino-americanas, o narrador recebe o telefonema de Verônika Wetterhuse, uma idosa quase centenária que solicita a visita deste cônsul à sua casa. Depois de inúmeros adiamentos, o narrador decide ir ao encontro desta personagem que — diante de outras quatro idosas suas parentes, dentre estas a sua filha Angélica, — se despe de um segredo familiar, o seu adultério com um amigo brasileiro de seu marido, em um período de mansidão em que o casal Káspar Wetterhuse vivia em Petrópolis, no Rio de Janeiro.

Antes, no entanto, de entregar, como o narrador de “Páramo”, os “grandes crimes esquecidos, em cada um de nós, mais que milenarmente, em nosso cada um, passado sem tempo” (ROSA, 1969, p. 185), essa longeva senhora judia rememora o nome de seu falecido marido enfatizando o título que lhe precede o nome “**Dr.** Káspar Wetterhuse” (ROSA, 1970, p. 110. Grifo meu). Com base na história de outros imigrantes judeus que adentraram a América Latina — alguns devidamente ficcionalizados como o jovem louro e triste que atende ao cônsul brasileiro (Guimarães Rosa?) afetado pelo *soroche* andino (cf. ROSA, 1969, p. 182) — tomo a liberdade de inferir que a profissão do esposo de *Dame* Verônika foi a medicina, esta a grande exceção social concedida aos sionistas por meio da qual estes indivíduos podiam exercer livremente um papel intelectual para além das fronteiras pedagógicas da sinagoga²².

²² Sobre esta condição imposta à população judaica no seio das sociedades europeias, ler o ensaio “Os judeus e a Alemanha” (HOBSBAWM, 2013, p. 101-108) inscrito na obra póstuma *Tempos fraturados*, coletânea que reúne a produção histórica acerca da cultura erudita e de massa produzidas ao longo do século XX. Este ensaio,

Na esperança de salvar a teuto-judaica filha de um crime de ódio racial ou outra “hitlerocidade” (ROSA, 1970, p. 108) qualquer cometida contra uma “mischling, ‘mestiça do primeiro grau’, segundo o código hediondo” (ROSA, 1970, p. 110), como os campos de extermínio espalhados pela Polônia e por outros espaços do continente europeu e lembrados dolorosamente pela *Shoah*, esta senhora abre mão de seu pejo, revelando uma suposta transgressão conjugal.

Antes, no entanto, de voltar ao delito amoroso empreendido ou não por *Dame Verônika*, cuja revelação pode ser lida como um gesto desesperado capaz de ser a garantia de sobrevivência de sua filha, o leitor atento, com certeza, deve perder algum tempo de sua leitura deste “croniconto” absorto na expressão forjada por Guimarães Rosa fundido, com bem faz o idioma germânico, duas palavras independentes, no caso o sobrenome paterno do *Führer* nazista, “Hitler”, e o substantivo “atrocidades”, em um outro verbete, totalmente inédito. Mais do que acreditar, como profere Monteiro Lobato nas páginas de seu romance *O presidente negro*, em que “por mais rica que seja uma língua, a expressão humana tem sempre necessidade de palavras novas” (LOBATO, 2009, p. 179), o que fez Guimarães Rosa nesta narrativa foi menos uma vontade de criação vocabular do que uma tradução da essência daquela experiência que a cultura ocidental acostumada aos valores humanistas legados pelo século XIX não conseguiam encontrar forma para se expressar. De acordo com o exame arqueológico-cultural de George Steiner, o qual converge com a perplexidade demonstrada por Eric Hobsbawm em “Os judeus e a Alemanha”, “[q]uando os primeiros relatos dos campos de extermínio foram contrabandeados para fora da Polônia, muito pouca gente acreditou neles: tais coisas não podiam estar acontecendo na Europa civilizada, em meados do século XX” (STEINER, 1991, p. 78) como pensaram a intelectualidade europeia formada dentro do culto aos valores humanistas.

Em outras palavras, a elaboração de linguagem rosiana, essa acentuada nas obras-primas *Corpo de baile* e *Grande sertão: veredas* — como lembra Valéria de Marco nas páginas de “A literatura de testemunho e a violência” (2004) — é, no âmbito estético, a maneira do ficcionista interrogar-se acerca da “possibilidade de encontrar a frase justa e a imagem adequada, sobre o poder de expressão da palavra e os impasses de traduzir o vivido, de dizer o indizível” (MARCO, 2004, p. 57) de uma época em que a mão violenta do fascismo alemão o tornou sombriamente absoluto, tarefa artística realizada anteriormente em

especificamente, foi redigido em 1993 para ser uma resenha de dois livros históricos que glosavam sobre os judeus e sua relação com o país germânico: a saber, *Judeus e o Estado alemão: a história política de uma minoria: 1848-1933*, de Peter Pulzer e *Os judeus da Alemanha: um retrato histórico*, de Ruth Gay.

solo germânico por Karl Kraus em relação à corrupção da imprensa e da Primeira Guerra no princípio do declínio da humanidade observado no encerramento da década de 1910.

Desta forma, a expressão do mal é revestida de uma estética que não há na realidade, haja vista que os campos de concentração de prisioneiros do nazismo e as zonas de combates nas duas grandes guerras empreendidas no século XX podem ser comparados livremente com o Inferno dos maus, situado no coração do Tártaro, herança da mitologia clássica greco-romana, onde se observava o cometimento de “todos os gêneros de tortura” (COMMELIN, 1997, p. 184), alguns inimagináveis pelos limites da mente humana, mas possíveis de vir à tona pelo convívio frequente do indivíduo com a barbárie.

Como ninguém pôde perceber a expansão da violência contra os judeus, inclusive alguns e demais perseguidos pela intolerância do fascismo germânico, uma vez que, historicamente, o início do funcionamento dos campos de trabalho forçados na Alemanha se dá por volta de pouco menos de dois meses depois da ascensão de Adolf Hitler ao posto supremo de “Senhor da Alemanha” em 30 de janeiro de 1933 e, portanto, seis anos após os fatos narrados pela personagem rosiana de “A velha”?

Um princípio de resposta se revela no trabalho do maior biógrafo do *Führer*, depois de Joaquim Fest (1926-2006), o historiador britânico Ian Kershaw, o qual no volumoso e condensado *Hitler* (2008), relata que da “radicalização cumulativa” até o “cosmopolitismo do terror” envoltos no intervalo que cobre de agosto de 1934 até meados de fevereiro de 1938, os alemães comuns consideraram esse período como o dos “anos bons e normais” do Terceiro *Reich*. É recorrente na historiografia nazista atual um consenso de que o homem comum alemão não só apoiou o Regime sociopolítico do Partido nazista como ajudou, com atitudes, a consolidar este Estado de exceção. Isto significa afirmar que não só os alemães ligados diretamente ao nazismo como boa parte da classe média do país de Goethe encontravam-se felizes em trilhar pelo caminho político desenhado por Hitler o qual consciente da força desse apoio, preservou em sua ditadura o cidadão germânico que o retribuía com a construção de seu mito de herói nacional.

A aversão ao povo judeu também se espalhou pelas regiões periféricas do capitalismo, assim como a barbárie que também se originou “no coração das terras europeias” (STEINER, 1991, p. 73). Mesmo em realidades distantes do planeta como o sertão retratado na ficção de Afonso Arinos, o judeu é sempre associado historicamente a crimes financeiros como, por exemplo, o pecado capital da usura. Exemplificando essa informação, aparece, na novela do autor mineiro *Os jagunços*, a fala de João Joaquim, personagem que passa a perseguir

Antônio Conselheiro e seus jagunços em palavras e em gestos por conta de sua perda de algumas reses na travessia perigosa do São Francisco.

Dessa maneira, um episódio comum do cotidiano sertanejo, que é a perda de cabeças de gado na travessia de um rio — algo também mostrado por Guimarães Rosa em “O burrinho pedrês”, composição que abre *Sagarana* — se transmuta no motivo para que João Joaquim busque um ou mais culpados para seu infortúnio econômico chamando-os de “judeus do inferno” (ARINOS, 1985, p. 111) e sendo, em contrapartida, também lembrado de que esse episódio se deu em sua vida como uma demonstração da Providência punindo-o pela sua existência de nababo sertanejo, vivendo de forma reprovada “como um judeu” (ARINOS, 1985, p. 115) ou, o que é ainda pior para a mentalidade das massas sertanejas, como um pactário do Demônio, o que, ao menos, explicaria o talento desse boiadeiro de acumular dinheiro em um universo cercado pela miséria.

Voltando para o cenário europeu da década de 1930, é praticamente impossível saber quantos alemães sabiam realmente o que acontecia com os judeus e outros indivíduos considerados inimigos do sistema. E ainda mais difícil é levantar um censo sobre aqueles que realmente se importavam com os fados desses povos perseguidos. As causas desta negligência civil são diversas, indo desde o egoísmo individual até o medo coletivo de recriminações por parte das forças militares de Hitler.

Impossibilitado de comprovar esta possível nacionalidade germânico-brasileira, devido ao afastamento temporal do fato, o narrador fica diante de uma bifurcação moral, pois não sabe se acredita ou não na veracidade desta história que muito bem poderia ser um artifício engenhoso de uma mãe para salvaguardar sua filha. Assim, o diplomata nega — o pedido de visto sem o enorme “J”, carimbo obrigatório para judeus emigrarem da “grande fortaleza” Alemanha, — para a filha de *Dame Verônika*, atendendo as normas diplomáticas vigentes desde 1937 que igualavam em determinado ponto as trajetórias brasileiras e da Europa. Dentro do progressivo esfacelamento das sociedades europeias e na eminência dos acontecimentos que configuraram a Segunda Grande Guerra propriamente dita, o presidente Getúlio Vargas suspende as liberdades políticas no Brasil e instala um regime de inspiração fascista no país, o Estado Novo.

Todavia, essa é a resposta oficial e explícita não do escritor, mas do funcionário público do consulado brasileiro que a superfície da narrativa revela, porém, antes de concluída esta composição estética, é possível forjar um desfecho diferente para o caso. O desprendimento do cônsul-adjunto em ajudar os judeus que fugiam daquele espaço adverso às

suas existências não poderia ser revelado em 1961, ano em que esta narrativa foi publicada e Guimarães Rosa ainda era funcionário a serviço do Itamarati, desta maneira a real decisão do autor de *Primeiras estórias* deve ser compreendida por meio de sua habilidade artística com a palavra saudada deste o título desta obra. Se, de acordo com Antonio Candido, a crônica

[n]a sua despreensão, humaniza; e esta humanização lhe permite, como compensação sorrateira, recuperar com a outra mão uma certa profundidade de significado e um certo acabamento de forma, que de repente podem fazer dela uma inesperada embora discreta candidata à perfeição” (CANDIDO, 1979, p. 5).

E na porção de conto, que se mistura na estrutura desta narrativa, o ficcionista leva esta humanização às últimas consequências, só possível de ser percebida pelo jogo libertador da linguagem transformada em ação.

Um leitor com olhos de lince perceberá um dado curioso e, em se tratando de Guimarães Rosa, extremamente significativo, a mudança na grafia do nome das personagens femininas principais, de *Dame* Verônika e *Dame* Angélica para, gradualmente dona Verônica e dona Angélica. Estes abasileiramentos dos pronomes de tratamento e dos prenomes das personagens judias não são gratuitos e na produção rosiana tanto podem representar o desaparecimento do indivíduo — algo que se estabelece em “Homem, intentada viagem” —, quanto uma alteração de uma condição identitária ou personalidade. Assim, estas personagens puderam renascer guardadas todas as suas memórias e experiências testemunhadas durante o período em que o Ocidente estava em colapso. Não obstante, de acordo com Wolfgang Iser:

É provável que a intenção não se revele nem na psique, nem na consciência, mas que possa ser abordada apenas através das qualidades que se evidenciam na seletividade do texto face a seus sistemas contextuais. Não é possível o conhecimento da intenção autoral pelo que tenha inspirado ou pelo que tenha desejado. Ela se revela na decomposição dos sistemas com que o texto se articula, para que, neste processo, deles se desprenda. Por conseguinte, a intencionalidade do texto não se manifesta na consciência do autor, mas sim na decomposição dos campos de referência do texto (ISER, 2002, p. 963).

É preciso — como nos ensina Alfredo Bosi em seu ensaio “Narrativa e resistência” (1996) — recordar que o que se abre diante de nossos olhos é uma produção ficcional, portanto quem nela atua é o Guimarães Rosa fabulador, não o João Guimarães Rosa cônsul, homem de ação limitado ao cotidiano e às suas obrigações de funcionário público, amarrado nas malhas da obediência às ordens despóticas ou não de um governante que corporifica todo o Estado. Assim, levados pelo ensaio de Bosi, quarto texto enfeixado na coletânea *Literatura*

e resistência, não podemos esquecer que o espaço moral do artista é infinitamente maior do que aquele ocupado pelo indivíduo comum e real, o que os distingue não são em absoluto os valores, mas os modos de comunicá-los, haja vista que

o narrador trabalha a sua matéria de modo peculiar, o que lhe é garantido pelo exercício da fantasia, da memória, das potências expressivas e estilizadoras. Não são os valores em si que distinguem um narrador resistente e um militante da mesma ideologia. São os modos próprios de realizar esses valores (BOSI, 2002, p. 123).

A não obediência deste distanciamento — que existe de fato e para o qual o leitor contemporâneo deve sempre estar atento — entre o mundo real e o universo erigido pela ficção provoca danos interpretativos sérios tais como os apontados por Alfredo Bosi: a saber, 1) a condenação dos chamados “antivalores” (BOSI, 2002, p. 123) supostamente presente nas obras artísticas, observados pelo estrabismo ideológico de leitores fanáticos que gostariam de ver na obra uma posição político-ideológica adotada pelo autor, de preferência, uma postura que coadunasse com a assumida por quem recebe a obra estética (ou teórica) produzida. Este risco nos leva ao não menos danoso 2) “patrulhamento ideológico” exercido indistintamente tanto pela direita quanto pela esquerda política.

No que toca essa ditadura do pensamento que persiste, nem sempre às claras, há pelo menos sete décadas, se faz importante frisar que é ela a responsável, em parte, por instaurar julgamentos precipitados e, por conta disso, equivocados já em seu início. Atualizando os exemplos fornecidos pelo ensaio do autor de *Entre a literatura e a história* (2013), deixando a discussão mais próxima do tema desta Tese, temos a leitura realizada por uma parcela da recepção crítica rosiana que vê na (re)criação vocabular forjada pelo autor de *Sagarana* e na preferência deste em ambientar a maioria absoluta de suas composições na paisagem sertaneja como uma comprovação de sua alienação dos problemas sociais brasileiros e mundiais, os quais coincidem com a sua produção literária entre os anos de 1930 a 1960.

Diferente das narrativas examinadas anteriormente, em “O mau humor de Wotan”, Guimarães Rosa desloca seu foco das vítimas mais velhas para pessoas mais novas, contemporâneas daqueles indivíduos nascidos no chamado *baby boomers*, filhos estes da transitoriedade entre dois períodos de intenso conflito nos territórios do Velho Continente, herdeiros na Alemanha mais ligados ao revanchismo advindo das ideologias radicais do que do patrimônio iluminista e civilizatório do século XIX e da *Gilded Age* dos primeiros anos pós-Primeira Guerra Mundial.

Guimarães Rosa no início dessa composição apresenta uma Alemanha que — as vésperas dos grandes acontecimentos que eclodiriam em menos de um ano na maior catástrofe humana na história documentada — ainda apresenta aspectos românticos e elitistas em arte (Wagner e Strauss, compositores responsáveis por traduzir a alma germânica). Ao mencionar esses artistas e ambientar o começo da presente narrativa em uma paisagem bucólica de primavera, Guimarães Rosa desfaz a imagem que se consolidou no decurso do século XX sobre este país e seu povo, a de uma nação obcecada pela intolerância, pela xenofobia e a destruição dos valores humanistas herdados do século XIX.

Nesta narrativa, cujo título se refere ao responsável por conduzir o povo alemão e o mundo ao aniquilamento na década de 1940, o ditador Adolf Hitler assume uma das faces mais odiáveis do “Senhor da Guerra”, o do indomável. A metáfora para o *Führer* torna-se deveras apropriada haja vista que a semelhança de Hitler ao desejo tantálico de Odin nórdico pelo combate e por conquistas incessantes que o ligam simbolicamente a outro mito europeu, o arquétipo de Fausto, o qual aparece intrinsecamente ligado à literatura alemã que reinterpretou diversas vezes e em várias épocas esse mito como a buscar uma compreensão do fascínio pelo poder que leva o indivíduo, para alcançá-lo, fazer alianças com as forças maléficas. De Goethe a Thomas Mann — e para a compreensão do século passado mais o autor de *Morte em Veneza* (1912) — a temática da busca pelo poder absoluto em troca de períodos de violência extrema em que se apagam as possibilidades de amor e de mansidão.

Ao comparar o irascível “Senhor da Alemanha” no século XX ao deus da violência cega, Guimarães Rosa consegue estética e historicamente ser imensamente feliz, uma vez que ambas as figuras, factual e mitológica, em suas trajetórias só conseguem deixar abertas as trilhas da destruição de suas obras, são, portanto, ineficazes seu culto e a valorização de suas forças pelos seus devotos seguidores em nome de vitórias e de conquistas. A “inexorável lei da destruição” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001, p. 965) de que tratam Chevalier e Gheerbrant também os atinge, dissolvendo seus palácios de ambição.

Dessa forma, misturando em suas composições verdades factuais e literárias, o autor de *Tutaméia* termina por não se decidir pelos gêneros da crônica, presa à realidade histórica, e do conto, produção estética semelhante em seus aspectos, mas não na quantidade numérica desses ao romance, e, como tal, a elaboração textual — promovendo como denotam os estudos estético-recepcionais mais um problema rosiano para o leitor que é a ausência completa de separação entre os limites das modalidades literárias. Por isso, à guisa de aprendiz, elaborei o termo “croniconto” para denominar essa proposta de fusão composicional

dos gêneros literários em questão, nos quais, pelo uso do processo de aglutinação, as diferenças de natureza específicas de cada modalidade não se apagam. Ao contrário, estabelecem uma dialética, tão ao paladar marxista, de complementariedade de suas matérias.

No que toca os “cronicontos” alemães de Guimarães Rosa, o amálgama de gêneros literários presente em seus enredos deve ser visto menos como uma desobediência propositada do que um espelhamento do movimento histórico que se instaurou no mundo a partir dos primeiros sinais da eclosão da Segunda Guerra Mundial, o qual levou a humanidade ao embaralhamento de valores, sem saber, ao certo, por quais optar em sua travessia pela sobrevivência.

Guimarães Rosa inicia a parte de crônica do texto mostrando a personalidade de Hans-Helmut como o de um homem pacifista, religioso e amante da mansidão e das artes (vide o uso da palavra “retoque”). Contudo, a grande personagem deste “croniconto” rosiano e da história do século XX é a mulher e, portanto é a esta que a narrativa irá se voltar.

Sob muitos aspectos, o casal sobre o qual se dobra a primeira narrativa de *Ave, palavra*, nada tem dos homens e mulheres jovens da Alemanha, considerados pela historiografia contemporânea, como a escrita pela norte-americana Wendy Lower a qual em *As mulheres do nazismo* — título que revela a pouca criatividade da tradução brasileira para o original *Hitler's furies: German women in the nazi killing fields* —, uma geração perdida, uma juventude germânica historicamente “intransigente” (LOWER, 2014, p. 27).

Hans-Helmut Heubel e Márion Madsen são assim exemplos bem acabados de alemães liberais formados, sobretudo, nos dourados anos de 1920 em que as liberdades civis chegavam a uma expansão ainda não sentida por uma parcela da população germânica e europeia como um todo que se faria conhecer em suas reivindicações mais veementemente entre as décadas de 1960 e 1970 em um mundo sob uma nova configuração geopolítica, todavia, infelizmente não menos hostil. Esta camada então negligenciada era formada pelas mulheres, as quais inscritas no interior do “caos e da incerteza da modernidade e da democracia” (LOWER, 2014, p. 30) de Weimar, descortinavam diante dos olhos um horizonte deveras diferente para elas e suas pretensões políticas e econômicas. Segundo Wendy Lower em seu capítulo intitulado “A geração perdida de mulheres alemãs”:

Para as mulheres, a nova ordem — o primeiro experimento da Alemanha na democracia, modelado nos exemplos americano e inglês — trouxe a chance de mais liberdade e poder individual num Ocidente que se modernizava. As mulheres alemãs votaram pela primeira vez em janeiro de 1919 e conquistaram uma igualdade formal, pelo menos no papel, na Constituição

de Weimar. Foi uma mudança extraordinária, dado que até 1908 as alemães ficavam de fora das atividades políticas e, como sexo “inferior” na sociedade ocupavam posições subalternas, o que muitas delas consideravam natural (LOWER, 2014, p. 28).

“O mau humor de Wotan” é publicado primeiramente em periódico, no *Correio da Manhã* em 1948, é, portanto, anterior às explosões editoriais de *Corpo de baile* e de *Grande sertão: veredas*, ambas de 1956. Entre as produções de Guimarães Rosa que glosam sobre os acontecimentos que envolvem a Segunda Guerra Mundial, esse “croniconto” é o mais extenso e a únio que retrata o período propriamente dito dos conflitos bélicos ocorridos em território europeu por meio das experiências de pessoas comuns como o casal Hans-Helmut e Márion Heubel — amigos de Guimarães Rosa no período em que este atuava como cônsul na cidade de Hamburgo — os quais metonimizam todas as vidas alemãs devastadas pelo desejo obsessivo de Hitler em obter cada vez mais espaço vital para os interesses de seu *Reich*.

Sem negar os fatos históricos que permeiam toda a estrutura narrativa, o autor neste “croniconto” apresenta uma anti-imagem da Alemanha, ou pelo menos de um país não somente envolto em intolerância e em assuntos de guerra, haja vista que às portas dos grandes acontecimentos que eclodiram na declaração da Segunda Grande Guerra no crepúsculo da década de 1930 — e que começam a acinzentar a atmosfera das nações ocidentais e algumas conversas como ecos distantes de assuntos políticos cuja solução acreditava-se pacífica em curto espaço de tempo, como a tentativa do primeiro-ministro britânico Neville Chamberlain (1869-1940) de saciar o apetite de territórios do *Füehrer* negociando para este, com o prejuízo a ser pago por outras nações, a região dos Sudetos tchecoslovaca —, o país de Goethe em nada se parece com aquele que calcou os valores humanistas cultuados ao longo de todo o século XIX.

Este interesse hitlerista por esta região montanhosa da Tchecoslováquia combinado com a extremada cautela do chanceler britânico levaram a Inglaterra e a França — convencida pelos temores ingleses de lançar novamente o Continente europeu às malhas de Marte e de uma derrocada econômica definitiva — a assinar com Hitler o “Acordo de Munique”, episódio que dentre os pouquíssimos ensaios produzidos pela recepção crítica rosiana — como o de João Batista Santiago Sobrinho intitulado “O narrável da guerra e o inimigo objetivo, sob o céu de Hamburgo, em ‘O mau humor de Wotan’” (2009) — mencionam o nome de Eric Hobsbawm, mas mantendo como nos demais trabalhos sobre a obra de Guimarães Rosa, a produção historiográfica do autor de *Era dos extremos* não como possibilidade de confronto com a escrita do ficcionista mineiro, mas somente para pontuar ou

explicar brevemente um aspecto do século passado, ou como comprovação erudita dos ensaístas, apontando o conhecimento de que Hobsbawm demonstrou interesse por alguns temas presentes nos enredos forjados pelo do autor de *Grande sertão: veredas*.

Fazendo uso de uma leitura retrospectiva da História, o comportamento extremamente pacifista deste chanceler britânico garantiu o tempo necessário para que o grande inimigo da humanidade no século XX pudesse se organizar militarmente. Poucos observadores atentos dos fatos, como Winston Churchill (1874-1965) — estadista lembrado por seus discursos nas páginas de “O mau humor de Wotan”, e que substituiu Chamberlain no cargo de *premier* da ilha britânica, deixou manifestado seu profundo descontentamento com as posições tomadas pelo então primeiro-ministro inglês em suas famosas *Memórias da Segunda Guerra Mundial* (1959) — e Guimarães Rosa sentiram o perigoso caminho que a longa hesitação de Chamberlain erigia para todo o globo, culpando-o, por isso, pela escalada do terror fascista na primeira metade do século passado.

Considerado o líder daquilo que Churchill identificou como sendo o “cúmulo da credulidade” (CHURCHILL, 2012, p. 115), o excesso de cautela em arraigado sentimento pacifista de Neville Chamberlain fez com que a Inglaterra permitisse a Segunda Grande Guerra sendo vista pelos inimigos (e posteriormente também por alguns aliados) como “uma velha assustada e flácida que, na pior das hipóteses, apenas esbravejaria” (CHURCHILL, 2012, p. 121). Não obstante, se nos fosse permitido (o que não é o caso) lançar mão de uma abordagem *ucrônica* da História do século XX em que, utopicamente, imaginássemos um passado que não ocorreu, brincando, como aprendizes de feiticeiros inconsequentes, de refazer na história aquilo que seria preciso modificar ou alterar em seus “encadeamentos para que ela tivesse seguido outro caminho” (BRAUDEL, 2002, p. 334), tal como queria o filósofo Charles Renouvier (1815-1903), poderíamos ver com outros olhos a atitude moderada do então primeiro-ministro inglês diante da ambição mal disfarçada de Adolf Hitler.

Longe de querer assumir o papel de advogado de uma causa histórica de antemão perdida, observo em minha leitura deste período conflituoso em que nenhuma saída foi boa o bastante para salvar a humanidade e por isso mesmo, motivos não faltavam a Chamberlain para atender às exigências da Alemanha nazista, um lance e um custo realmente altíssimos como se comprovou em um iminente futuro, mas que, se tivesse dado certo como acreditou o primeiro-ministro a época, teria valido a pena e poupado milhões em dinheiro e vidas. As principais razões que conduziram os passos de Neville Chamberlain podem ser sintetizadas em três fatores: a saber, i) evitar a quaisquer custos um novo conflito bélico, pois em 1935 —

quando ainda era ministro da Fazenda, este político possuía o conhecimento interno das finanças da Grã-Bretanha, as quais não suportariam naquele momento uma nova incursão do país em uma custosa guerra; ii) proteger o oeste europeu, sem precisar se intrometer, de um possível avanço bolchevique — medo efetivamente maior do que o de um crescente espraiamento dos regimes fascistas no Continente. Para isso, Chamberlain disfarçou mal seus argumentos, conseguindo, no entanto (por um brevíssimo período, é verdade), o apoio de grandes grupos de intelectuais de Cambridge, os quais — puderam futuramente negar — concordavam com a postura de pacifismo extremo adotada pelo então Primeiro-ministro, lembrando a fragilidade das defesas britânicas frente às pressões feitas pelo chanceler alemão por novas concessões à Alemanha nazista, a qual rasgava progressivamente todos os tratados assinados pelo país no curto intervalo de uma década.

Talvez resida não em seu anseio pela paz o erro de Chamberlain, mas em sua defesa estapafúrdia de uma retórica indigesta de que a criação de um *Reich* nos territórios ambicionados por Hitler era um direito da Alemanha nação perseguida “injustamente” pelas rígidas cláusulas do Tratado de Versalhes, o qual humilhava os germânicos e iii) poder levar a Grã-Bretanha a se dedicar seu poder bélico exclusivamente à proteção de suas colônias nos territórios da África e da Ásia.

No entanto, na leitura materialista que teceu sobre a história contemporânea, Eric Hobsbawm jamais demonstrou conscientemente interesse pelo uso da especulação filosófica da *ucronia* nem como método nem tão pouco como jogo intelectual discursivo, integrando-se, com fez Guimarães Rosa, às fileiras opostas ao posicionamento inglês de apaziguamento com a Alemanha.

Ao lembrar os discursos radiofônicos de Winston Churchill em “O mau humor de Wotan”, Guimarães Rosa relembra mais um fato ocidental importante ocorrido no século passado, que foi a massificação da informação e da cultura por meios tecnológicos. Ao lado do cinema e do futebol, o terceiro maior veículo de massa na primeira metade dos anos do século XX foi o rádio. Essa tríade navegou na contracorrente dos fatos transcorridos na chamada Era da catástrofe.

Enquanto o primeiro exercia o seu fascínio — irmanando ricos urbanos e pobres moradores de regiões campesinas e provincianas, como pode ser observado no sensível filme de Giuseppe Tornatore *Cinema Paradiso* (1989) — transfigurando o mundo e a arte em um universo da imagem em movimento na tela grande, o futebol, jogo de origem inglesa “simples e elegante” (HOBSBAWM, 1995, p. 197) com as suas características e baixas exigências

financeiras, tornou-se o ópio das camadas populares de poder aquisitivo e cultural mais restritos. Em épocas como a atual em que enveredamos por uma nova “ditadura” ainda mais perigosa que é a das ideias com a supremacia dos discursos ditos “politicamente corretos”, essa afirmação acerca do apreço dos historicamente silenciados pelas práticas do esporte bretão corre o risco de ser acusada injustamente de elitista, o que está longe de ser verdade.

O interesse maior que desperta a interpretação da historiografia de Hobsbawm recai, ainda uma vez, na pujança popular de criar ou expandir tradições, haja vista que essa modalidade esportiva ao ser praticada comumente (e com maior frequência) por aqueles indivíduos mais pobres — os quais juntos compõem maior índice demográfico do planeta — foi transformado no instrumento produzido pela cultura imperialista que mais sucesso empreendeu entre os habitantes dos países economicamente subdesenvolvidos dentro dos quais se originaram as mais brilhantes e caras estrelas desse jogo e forma de lazer “genuinamente universal” (HOBSBAWM, 1995, p. 197). O futebol no século passado e ainda neste insípido XXI apresenta outro aspecto social que vale a pena expor brevemente, o de ser um caminho de mudança no estamento socioeconômico para o menino (e não para o seu oposto sexual) pobre de talento.

Como nos dias atuais, na primeira metade do século XX, a grande maioria da população pobre não possuía dinheiro ou vocação para a sétima arte ou para o *football*, daí o sucesso de um aparelho doméstico que, diverso dos dois veículos culturais anteriores, poderia ser possuído. O rádio tornou-se assim o responsável por uma mudança significativa na vida doméstica, como recorda Hobsbawm em capítulo dedicado à divulgação das artes no período entre-guerras de *Era dos extremos*, trazendo o mundo para o interior das salas-de-estar (cf. HOBSBAWM, 1995, p. 194) onde mulheres, sujeitos aprisionados pelas obrigações e afazeres do lar podiam se informar acompanhando os tortuosos caminhos políticos que desenhavam as pequenas ruas e as grandes avenidas por onde a humanidade passaria ao longo de todo o século XX e depois.

Não obstante, além da possibilidade de conexão com o que se passava na Europa, o rádio promoveu uma outra mais profunda alteração no cotidiano do Continente e das pessoas que — em plena época de Depressão social e econômica — puderam adquiri-lo, a qual “foi simultaneamente privatizar e estruturar a vida de acordo com um horário rigoroso, que daí em diante governou não apenas a esfera do trabalho, mas a do lazer” (HOBSBAWM, 1995, p. 195) segundo informou o autor de *A era do capital*. Dessa maneira, por intermédio do aparelho sonoro,

até o surgimento do vídeo e do videocassete, sua sucessora, a televisão — embora essencialmente centrado no indivíduo e na família, criou sua própria esfera pública. Pela primeira vez na história pessoas desconhecidas que se encontravam provavelmente sabiam o que cada uma tinha ouvido (ou, mais tarde, visto) na noite anterior: o grande jogo, o programa humorístico favorito, o discurso de Winston Churchill (HOBSBAWM, 1995, p. 195).

A mesma presença de Churchill ouvido nas rádios por Guimarães Rosa (e, curiosamente também pela entusiasmada mãe alemã de Márion Madsen) foi igualmente compartilhada na não tão distante Londres por Hobsbawm, contudo, diferente do cônsul brasileiro em Hamburgo. Por ser europeu (ou centro-europeu como mais o apreciava), Hobsbawm, de forma semelhante a personagem acima lembrada de “O mau humor de Wotan”, relata em *Tempos interessantes* que compactuou com a opinião do autor assumidamente anticomunista de *Memórias da Segunda Guerra Mundial* de que era preciso urgentemente uma atitude mais ofensiva por parte do governo real contra o responsável histórico da Segunda Grande Guerra, haja vista que, naquele momento, “a situação da Grã-Bretanha era desesperadora” (HOBSBAWM, 2002, p.184) ocasionada, na observação da época por uma grande parcela de britânicos menos como pacifista do que como “culpados’ que tinham levado [a ilha saxônica] àquela situação” (HOBSBAWM, 2002, p. 185).

Contrastando com esse *imbróglio* político, Guimarães Rosa inicia a narrativa de “O mau humor de Wotan”, ambientando suas principais personagens dentro de um cenário germânico ao mesmo tempo bucólico e cosmopolita descrito em meio às belezas da primavera com aspectos românticos que convidam jovens ao namoro e às audições dos melhores compositores alemães, que o autor de *Ave, palavra* (1970) nos torna espectadores da tragédia protagonizada por Márion e Hans-Helmut, seres inconveniente híbridos em desconcerto com uma nação que deflagrava, ao longo deste decênio, a apologia à pureza racial e a intolerância a tudo o que não fosse legitimamente alemão. Tanto Márion, cujos sonhos levavam-lhe a uma existência doméstica, quanto Hans-Helmut, de personalidade plácida, religiosa e amante da mansidão e das artes tem seus destinos arrastados para uma guerra da qual pouco sabiam ou mesmo poderiam relatar em suas experiências e que, gradualmente, alteraria aquele ambiente onírico retratado no início desse “croniconto” rosiano.

Envolvidos em sentimentos do amor este casal parece esquecer que, como lembra George Steiner em *O castelo do Barba Azul* (1991), “[o]s sonhos circunstanciais são a garantia de futuros pesadelos” (STEINER, 1991, p. 19), uma vez que esses se desenvolvem paralelamente ao crescimento do terror nazista pela Europa, revelando, ao mesmo tempo,

como um revolucionário e silencioso ato contra a vontade irascível de poder do *Führer*. Tendo Hans-Helmut Heubel e Márion Madsen, como relata o narrador, passado a sua lua-de-mel na capital da Bélgica, um dos países invadidos pelas tropas alemães menos de um ano depois, em maio de 1940, mostrando-se indiferentes, devido ao enleio amoroso, aos acontecimentos quase simultâneos ocorridos no restante do leste europeu, como a expansão do poder militar de Hitler, primeiramente em algumas cidades importantes da Polônia — país que receberia a maior parte dos campos de concentração nazista espalhados pela Europa — como a capital Varsóvia, devastada por ataques aéreos e bombardeios, em 29 de setembro de 1939, quando as tropas alemães a tomam no intuito de mitigar a sede incessante por espaços considerados vitais para Hitler no Leste europeu.

Paralelamente, nesse mesmo íterim contrastando com a felicidade conjugal do casal amigo de Guimarães Rosa, o historiador inglês ficava ainda mais só como relembrou nas páginas de *Tempos interessantes*, pois os poucos parentes do então jovem Hobsbawm, incluindo a sua irmã Nancy, emigraram para o Chile em busca de melhores condições econômicas. Dessa forma, durante todo o verão de 1939, Eric trabalhou na organização do Congresso da Rosselement Mondial des Étudiants (RME), o qual se encerrou dias antes da invasão polonesa pelas tropas de Hitler. Por conta disso, quando foi decretado oficialmente o início da Guerra, Hobsbawm se encontrava a caminho de Londres, vindo de carona de Paris, cidade onde ocorreu o evento socialista acima citado. Isto logo depois do autor de *Revolucionários* (1973) se integrar ao Clube Socialista da Universidade de Cambridge (CUSC). Momento importante para a Europa que reiniciava, com maior força, a sua caminhada para a catástrofe desde 1918. Como bolsista, Hobsbawm havia regressado da Argélia e da Tunísia com o intuito de levantar material para a sua pesquisa de doutorado sobre a África francesa, o tema era “O problema agrário na África Setentrional Francesa”. Tema que irmanado com muitos sonhos espalhados pela Europa jamais se concretizariam.

Coincidentemente, sendo também judeu como revela seu sobrenome de família Hobsbaum, trocado, assim como sua data de nascimento por um erro de cartório no Consulado Britânico na antiga possessão do império britânico de Alexandria, como lembra o próprio historiador nas páginas de “Abertura” de *Tempos interessantes* (cf. HOBSBAWM, 2002, p. 16) a sua produção historiográfica que se confunde, em diversos momentos, com os episódios que constituíram o século passado não deixa de ser uma escrita testemunhal. Não obstante, a sua condição ambivalente de “cidadão britânico de segunda geração”

(HOBSBAWM, 1998, p. 13) e centro-europeu, filho de pai inglês e mãe austríaca, Hobsbawm não pôde escrever nas páginas de suas memórias episódios de preconceito racial.

Por estar arraigado a alguns aspectos da crônica, o enredo dessa narrativa deixa vaziar algumas marcas temporais, como esta que marca o verão de 1938 (entre 21/06 a 29/09). Isto, deve-se dizer, é algo raro na escrita de Guimarães Rosa como podem lembrar seus leitores mais costumeiros. Pelas primeiras palavras já podemos observar que o narrador encontra-se em um tempo posterior aos fatos que serão descritos, em outras palavras, “O mau humor de Wotan” é narrado pela retrovisão de Guimarães Rosa, o qual, portanto, já conhece todo o desfecho infeliz das personagens, comportando-se, dessa forma, diferente, por exemplo, do confuso Rodrigo S. M., o qual se divide entre o ato de pensar e a factualidade de sentir ao compor a novela *A hora da estrela*, desconhecendo os acontecimentos do breve futuro de sua protagonista.

Todavia, por outro lado, como uma das características que compõe o gênero conto o qual — segundo vários teóricos da literatura — não se deve curvar diante da ditadura da realidade factual como a crônica que retira o seu nome justamente desse aspecto transitório que é o tempo histórico — Guimarães Rosa forja uma derivação imprópria com o intuito, talvez de tentar borrar as marcas temporais deixadas na narrativa, haja vista a informação da cedência britânica aos primeiros anseios territorialistas de Hitler. Entretanto, é importante frisar que, como se trata de um relato memorialístico, as lembranças individuais tendem a se ater a blocos de episódios históricos vividos. (Cf. HALBWACHS, 2003, p. 71-111). A expressão “primaverazmente” (ROSA, 1970, p. 3) é mais uma das criações rosianas a confirmar tristemente a passagem da nação alemã de uma atmosfera harmoniosa para a de centro nervoso da catástrofe no século passado, imagem histórica que — apesar de múltiplos esforços empreendidos pela sociedade germânica — ainda perdure na memória do Ocidente.

É relevante perceber que esta narrativa centra-se em homens e mulheres comuns do século XX, personagens deslocados do ambiente, haja vista que, em um primeiro momento, enquanto Márion exerce o papel esperado para as mulheres pelo Partido que é o da divulgação dos ideais nazistas, tentando, mais por inconsciente prudência do que por forte convicção, trazer Hans-Helmut para as frentes hitleristas, este, por seu lado “formara-se o menos belicoso dos homens, nada marcial, bem mesmo nem germânico, a não ser pelo estimar a ordem em trabalho contínuo, mais uma profundidade nebulosa no indagar a vida e o pausado método de existir” (ROSA, 1970, p. 3-4) como aparece descrito na narrativa.

No que toca a protagonista feminina desta composição enfeixada em *Ave, palavra*, ao invés de conduzir o marido ao pensamento nacionalista, ocorreu na verdade o contrário, com o esposo trazendo-a para seus ideais de vida carregados pelos sabores estéticos. Dessa maneira, Guimarães Rosa aproveita para, esteticamente, se rebelar contra o *establishment* nazista ao questionar Márion a respeito de sua vontade de ter um filho para agradar Hitler, o qual recebe de imediato a resposta: “O *Fuehrer* não encontra tempo para amar... O *Fuehrer* sagrou-se à política...” (ROSA, 1970, p. 3). Como no *Grande sertão: veredas*, a temática do amor e de suas imperativas vontades se constitui em um ato genuinamente revolucionário contra a tirania da guerra, haja vista que não podemos esquecer que a atitude de Márion Madsen é diametralmente oposta ao que impunha o fascismo alemão às mulheres germânicas.

Acerca desse momento de “O mau humor de Wotan” lembro que em seu *As mulheres do nazismo*, a historiadora Wendy Lower aborda que Hitler esperava das mulheres alemães um comportamento submisso e espartano, abrindo “mão do próprio corpo, agora colocado a serviço do Estado” (LOWER, 2014, p. 35) no intuito de dar à luz crianças arianas fortes e saudáveis.

Por sua vez o comportamento do marido dessa personagem rosiana não é tão pouco esperado pelo *status quo*, já em relação a que apresenta, dentre outros, um traço que distingue a natureza de Hans-Helmut da dos demais alemães que seguiam obedientes as determinações de Hitler, haja vista seus gostos que “tocavam-no subtilidades de latino: de preferência ao sólido, escolhia o leve e lépido, o bonito; aconselhava Márion a maquilar-se” (ROSA, 1970, p. 4), pois, para os partidários da nacional-democracia, o culto da vaidade e o uso de produtos cosméticos eram condenados como um comércio exclusivamente judeu, o qual propagava a “vulgarização da feminilidade alemã” (LOWER, 2014, p. 38) e degenerava a raça ariana, levando as mulheres à prostituição.

Como na estrutura da peça wagneriana *O anel dos Nibelungos* — composição em quatro atos preferida por Adolf Hitler e referência constante em “O mau humor de Wotan” — o confronto do amor e da liberdade contra o poder nazista aparece encenado pelo casal enquanto os grandes acontecimentos da Segunda Guerra vão sendo delineados pela pena espúria de Hitler e pela influência de seus planos que levam gerações para superar as próprias limitações sob a condução tirânica do ditador que, como Wotan na obra de Wagner, comandaria o povo em uma batalha escatológica nos confins da Crimeia.

Sob um ponto todas as produções historiográficas voltadas para o século XX convergem, a ideia de que Hitler foi o grande e inquestionável culpado pela eclosão dos

conflitos deflagrados entre os anos de 1930 e 1940. Além disso, a importância dessa personagem histórica é relevante para o entendimento do papel social do historiador entre nós, o qual deve estar atento para, sempre que for necessário, dismantelar mitologias e tradições inventadas pelo anseio de conquista e poder dos governantes ao redor do globo e percurso histórico.

Enquanto para a palavra literária de Guimarães Rosa a mitologia nórdica adotada por Hitler é utilizada como símbolo da ganância e da maldade inexplicável desse líder, no âmbito historiográfico essa demanda do *Führer* por uma ancestralidade guerreira para o povo germânico é, na verdade, uma forma de caracterizar a política desse chanceler cuja mão pesada caiu sobre os territórios estrangeiros, legitimando a falácia do direito alemão sobre a Europa. Ter um passado, como ensina Eric Hobsbawm em *Sobre história*, fornece “um passado de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito que comemorar” (HOBSBAWM, 1998, p. 17) tal como o vivenciado pelo povo alemão nos primeiros decênios do século passado.

Por isso foi, de certa forma, fácil, para Hitler trazer a nação germânica para o lado de seus espúrios ideais de grandeza e promessas de futuro para os descendentes do poderoso Odin. Assim, esse líder supremo lança mão em seu projeto de dominação territorial de mitos e tradições inventadas fraudando a história factual e colocando no lugar dessa outra “realidade” mais de acordo com os interesses de quem está à frente do Estado ou das políticas nacionalistas. Uma vez que “[m]ito e invenção são essenciais à política de identidade pela qual grupos de pessoas, ao se definirem [...] por etnia, religião ou fronteiras nacionais passado ou presentes, tentam encontrar alguma certeza em um mundo incerto e instável (HOBSBAWM, 1998, p. 19).

Mas nem todos os alemães se viram assim tão entusiasmados pelas invenções hitleristas. Hans-Helmut, por exemplo, apresenta uma essência híbrida, mesclando os valores germânicos acima apresentados e uma semelhança cultural e esportiva com os países românicos, os quais em um remoto passado seduziram povos como os Teutões e os Cimbros para regiões que na atualidade abarcam as fronteiras da França, os quais pelo visto não conseguiram apagar em seus descendentes os traços da barbárie e da violência, ambos guardados no coração de alguns indivíduos germânicos que, embora tenham tido o privilégio de conviver com manifestações da cultura artisticamente erudita, estas não puderam conter os ímpetos violentos que levaram os alemães a uma “pulsão à guerra” (STEINER, 1991, p. 35), esta capaz de, em uma pós-cultura, deslocar a paisagem europeia, trazendo o Inferno para a

superfície como anteriormente já haviam expressado os filósofos judeu-alemães da Escola de Frankfurt Max Horkheimer (1895-1973) e Theodor Adorno (1903-1969), em sua leitura pouco elogiosa do Iluminismo (cf. HORKHEIMER; ADORNO, 1996, p. 105).

Assim, o século XX e a barbárie humana desmentem a utopia iluminista de que a educação liberal humanizaria o indivíduo, uma vez que muitos ditadores como Adolf Hitler e seus súditos — formados no seio de um sistema cultural humanista — longe do que era esperado por aqueles herdeiros dos valores oitocentistas, não recuaram ou objetaram em suas consciências ao cometimento de tantas atrocidades.

Como denomina George Steiner nas páginas finais de seu “O grande *enuui*” a noção de que “as humanidades humanizam” (STEINER, 1991, p. 85) se fizeram não menos que uma falácia no século passado. Convocando uma vez mais Steiner,

[s]abemos que a excelência formal e a extensão quantitativa da educação não se relacionam necessariamente a um aumento da estabilidade social e da racionalidade política. [...] Percebemos agora que extremos de histeria coletiva e de selvageria podem coexistir com a conservação e, até mesmo, o maior desenvolvimento das instituições, burocracias, e códigos profissionais da alta cultura (STEINER, 1991, p. 87).

Ao resgatar esta informação histórica de que o Mal habita as esferas do Bem, Guimarães Rosa atesta a sua compreensão da problematização da maldade, revelando que essa força cresce coexistindo com a sua manifestação oposta, o bem, dentro do indivíduo seja esse residente dos espaços urbano ou sertanejos. Em outros termos, como assevera Riobaldo no *Grande sertão: veredas*, o homem existe em profunda travessia por entre essas forças antagônicas *ma non troppo*, haja vista que tanto no *hinterland* tropical quanto na Alemanha fascista as sociedades foram deitadas anacronicamente numa situação histórica anterior ao aprendizado iluminista na qual, segundo Horkheimer e Adorno nas páginas de “Conceito de Iluminismo”, “as potências boas e más, a salvação e a perdição, não estavam isoladas uma da outra sem ambiguidades” (HORKHEIMER; ADORNO, 1996, p. 105).

Lançando um olhar retrospectivo, como os de Hobsbawm e o narrador em *Grande sertão: veredas*, pode-se observar que a gradual investida de Hans-Helmut pela cultura mediterrânea e francesa metonimiza a crescente perda de *status* intelectual alemão nos anos da eclosão da Segunda Guerra Mundial e que só se espalharia ainda mais pelo Ocidente nos anos seguintes. O país de Thomas Mann e de Walter Benjamin perdeu espaço no meio científico e tecnológico e seu idioma deixou de ser importante suporte para o conhecimento acadêmico e relevante no âmbito das artes. Parte desse *Status* a Alemanha tenta reconquistar

no presente por meio de um *mea culpa* sério, com base me uma leitura dos trágicos fatos de sua história, ainda que por meio de uma crença abonadora da efetiva participação das massas populares alemães de que os anos do regime nazista constituíram, na verdade, menos um pacto dos alemães com doutrinas antissemitas e de intolerância de Adolf Hitler do que um triste e infeliz incidente na trajetória germânica no século XX. Todavia, a Alemanha é, na atualidade, — como recorda Ian Kershaw em entrevista concedida em 2009 para o jornalista Fernando Eichenberg e publicada na coletânea brasileira *Nazismo: as grandes reportagens* (2015) — a nação que mais se destaca na tentativa de compreender esse passado que já se quer lançado no abismo do esquecimento, enquanto outros países igualmente envolvidos diretamente nos funestos acontecimentos da primeira metade do século passado parecem orgulhar-se em varrer essas dolorosas memórias de seus quotidianos como poeira antiga e já compactada.

No mesmo tempo em que transcorre a escalada do cosmopolitismo do terror — atravessando os primeiros anos da década de 1940 com a rendição da Noruega e da França —, Hitler, no período denominado de falsa guerra, paira sobre as vontades do mundo e dos destinos dos homens, acastelado no extremo dos Alpes bávaros, como o deus nórdico do título, um amálgama do próprio Wotan que habitava o alto Asgard de onde observava em posição elevada a humanidade que comandava e do Messias bélico para seus soldados e para o povo de língua alemã e odioso na ópera de Wagner, seu compositor favorito, responsável por boa parte da “música alemã, a que faz sonhar” (FLAUBERT, 2007, p. 86) como recorda a personagem romântica Léon Dupuis no romance *Madame Bovary*.

Na parte “terrena” da narrativa Márion sonha com uma existência mansa e doméstica ao lado do marido. O desalento que atingirá essa personagem se origina não somente da perda de Hans-Helmut Heubel, mas do desaparecimento de todo um tempo em que junto do esposo poderiam ambos sonhar calmamente com o futuro. Porvir negro não só para eles, mas também para Verônika Wetterhuse, a qual precisa derrubar a árvore genealógica de sua filha recordando um passado remoto e sereno no Brasil, país para onde a cartomante de “A senhora dos segredos” pede desesperadamente para ir, em busca de diferentes augúrios daqueles que o destino lhe apresentava na Alemanha hitlerista.

Antes de adentrar nos territórios da melancolia, — tema apontado por Jaime Ginzburg como parte integrante das três narrativas que glosam sobre a guerra em *Ave, palavra*, — no que toca à personalidade de Hans-Helmut Heubel, ao que parece, não abarcava os combates e os aspectos sombrios destes em seu interior humanista em uma atitude de construção de uma

barreira interna contra a barbárie que, ao final, ou foi muito bem dissimulada, ou pouco sentida diretamente pela personagem. Entretanto, a parca experiência bélica de Heubel se apresenta de outra maneira, nos rastros que protestam dentro dele contra a guerra, o refinamento francês que se levanta esnobe contra a materialidade da opressão nazista é um exemplo disso.

Em sua primeira convocação militar, a sorte ainda brilhava para o jovem Sr. Heubel, inapto para os combates e para as trincheiras, exerceu tarefas nada bélicas como as “funções de chofer e datilógrafo” (ROSA, 1970, p. 5) semelhantes às experiências de Hitler na Primeira Grande Guerra, obrigações nas quais realmente pouco pode observar da violência e da brutalidade dos combates, como demonstra o repetido relato que faz quando é perguntado acerca das empresas bélicas as quais se lançou a Alemanha:

—“Da guerra, vi apenas cavalos e cachorros mortos, felizmente...”
Nunca o notara mais honesto, desvincado. Resumindo em nada sua experiência guerreira, negava a realidade da guerra, fiel ao sentir certo e à disciplina do pensamento (ROSA, 1970, p. 6).

Assim como Heubel, o historiador Eric Hobsbawm, um jovem estudante universitário, também se viu forçado a interromper o seu intervalo de aprendizado sobre a África do Norte — território e tema que tanto interessou o autor de *Nações e Nacionalismo desde 1780* (1991) quanto o principal nome do *Annales* Fernand Braudel, cujo primeiro artigo voltado para essa localidade vem à tona no final da década de 1920 — com a expansão da noite fascista pelos outrora céus claros da Europa, que entre as décadas de 1930 e 40 encobriam os horizontes mais próximos das até aquele momento distantes ilha britânica, Noruega e Dinamarca. Não obstante, no que toca o nome do autor de *Tempos interessantes*, a sua “experiência militar” deu-lhe a franca oportunidade de conviver *in loco* com o objeto de muitos dos seus estudos: a saber, o proletariado britânico que assiste fora dos muros elitistas de Cambridge, encontro que, remotamente, poderia ocorrer em situações de normalidade sociopolítica.

Este contato com as classes populares deu-se por conta da transferência de Hobsbawm para a 560.^a Companhia de Campo dos Engenheiros Reais, experiência ocorrida no decurso do outono de 1941, como revela o intelectual em sua autobiografia. Esta mudança de rumo em sua participação da Guerra, promoveu ao inadaptável Hobsbawm talvez o diferencial entre a morte do jovem estudante da matéria histórica e a longa existência que teve, atravessando os acontecimentos mais relevantes do século passado observados, algumas vezes, de perto em sua travessia por três Continentes.

Sozinho em um mundo que ruía, Hobsbawm, todavia não pôde se queixar de perdas consideráveis em seu universo de jovem já demasiadamente empobrecido. Ao contrário, foi nesse período que pode, inclusive maturar interesses *in loco* como a já lembrada situação dos trabalhadores ingleses pobres e, em seu período de “semidesligamento” militar na virada para a década de 1940, Hobsbawm ainda pôde se aprofundar por um tema de sua lavra de interesses pessoais, tais como os ritmos do *jazz* e do *blues*, na época e ainda nos dias de hoje são considerados elitistas apesar de suas origens remontarem aos guetos de maioria negra e historicamente empobrecida em decorrência da escravidão, condição básica presente nos lamentos que integram essas composições musicais. Essa conduta que seguiu trajetória menos belicosa do que intelectual foi favorecida pela possibilidade de Hobsbawm “o de onde quer que estivesse servindo, não tinha dificuldade em encontrar lugar para [sua] máquina de escrever e [seus] livros” (HOBSBAWM, 2002, p. 188). Talvez a grande e decisiva experiência de Hobsbawm com a guerra tenha sido mesmo a observação do sofrimento dos mutilados e dos mortos em um hospital militar para o qual ele foi destinado, haja vista que, em um lugar como aquele de desastre, no entanto, “o mais extraordinário naquele campo de sangue era que cada morte nos surpreendia. Era um lugar de esperança, mais do que de tragédia” (HOBSBAWM, 2002, p. 194).

Igualmente voltado para as questões de foro intelectual e estético, desprezando por completo a vida entre armas, Hans-Helmut Heubel não teria, a seu favor, a mesma boa estrela que iluminou o autor de *Como mudar o mundo*. Em sua imaturidade, essa personagem se faz criação outra criação da literatura, o igualmente europeu Fabrice Del Dongo, o soldado napoleônico de *La chartreuse de Parme* (1839), de Stendhal, andando pela guerra sem jamais compreender perfeitamente os episódios que seu idealismo cego, característica que parece faltar nessa personagem rosiana, ajudava a compor. Hans-Helmut em sua vida não teve como Hobsbawm e como Riobaldo os recursos tardios do tempo e da retrovisão para o entendimento de tudo aquilo que experimentava, apenas desejou sobreviver e, nesta tentativa, este último direito humano lhe foi negado.

Factuais ou fictícios, alguns dos muitos europeus arrolados pela Segunda Guerra Mundial como Hobsbawm, H. R. Jauss e Hans-Helmut Heubel foram, em verdade, “essencialmente civis de uniforme” (HOBSBAWM, 2002, p. 180). O histórico do primeiro alemão, aliás, causou profunda surpresa em diversos adeptos da Estética da recepção, a década de 1980, revelou ao mundo acadêmico que o autor de “O embaraço idealista: observações sobre a estética marxista” (1975) não havia sido convocado pelo exército de

Hitler, mas (aí reside o assombro geral de seus leitores) se alistado espontaneamente. Entretanto, sem ser responsável por quaisquer perdas humanas ou da civilidade, Jauss pode, ao ser absolvido, dedicar toda a sua carreira de crítico e de teórico à confecção de uma obra, sobretudo em seus últimos trabalhos na década de 1990, voltada para a ética, fazendo-nos recordar as palavras de Alfredo Bosi, quando esse professor nos conduz a deplorar sim, “as opções infelizes desses escritores, enquanto cidadãos, mas guardemos em face dos seus textos uma independência de vistas e uma largueza de julgamento que saiba enfrentar o árduo problema das relações entre [outras da] poesia e ideologia” (BOSI, 2002, p. 123).

O silenciamento acerca dos cruéis eventos por parte da personagem rosiana é o primeiro ponto inovador da leitura feita por Jaime Ginzburg para esta narrativa em seu ensaio intitulado “Guimarães Rosa e o terror total”, exame que na atualidade abre a coletânea *Literatura e guerra* (2010). Após se deter em um breve levantamento da recepção crítica das narrativas de *Ave, palavra* as quais o ensaísta considera — quanto à forma, “contos alemães” — apresentar resumidamente os enredos destes e apontar os principais eixos que ligam estas produções artísticas ao teor testemunhal, Ginzburg aproxima a negativa de Hans-Helmut da incapacidade de transmissão dos acontecimentos vivenciados em ambientes de catástrofe observados pelo marxista Walter Benjamin em um de seus escritos sobre a teoria da narração, intitulado “Experiência e pobreza” (1933).

Não obstante, Ginzburg ao declarar que “há uma forte afinidade entre a percepção de Benjamin e a caracterização do personagem de Guimarães Rosa” (GINZBURG, 2010, p. 22) pelo fato deste ser pintado com as tintas da “vulnerabilidade e fragilidade”, talvez pela necessidade em se fazer sucinto, este ensaísta apenas roça as peculiaridades mais internas da personalidade de Hans-Helmut Heubel, haja vista que a tese de Benjamin trata especificamente da pobreza de experiências trazidas no retorno dos soldados das trincheiras da Primeira Grande Guerra, tanto o local quanto os eventos descritos não podem remeter ao personagem de “O mau humor de Wotan”.

Mesmo que coubesse a Hans-Helmut tais considerações ainda é preciso levar em conta que a percepção do homem com algum talento da Primeira e da Segunda Guerra mudou consideravelmente, uma vez que, segundo George Steiner em “Uma temporada no inferno” (1971), “o que havia sido erro de cálculo e acidente incontrollável na Primeira Guerra Mundial tornou-se método na Segunda” (STEINER, 1991, p. 43), levando as pessoas no coração do Continente europeu e também em outros territórios onde dominam a violência e a barbárie, a

se acostumarem ao não aceitável como afirma Eric Hobsbawm em artigo intitulado “Manual da barbárie”.

Sob tais circunstâncias de desintegração social e política, devemos esperar, em todo caso, um declínio na civilidade e um crescimento na barbárie. Entretanto, o que torna as coisas piores, o que sem dúvida as tornará piores no futuro, é o constante dismantelamento das defesas que a civilização do Iluminismo havia erigido contra a barbárie [...] O pior é que passamos a nos habituar ao desumano. **Aprendemos a tolerar o intolerável** (HOBSBAWM, 1998, p. 279. Grifo meu).

Isto levaria Hans-Helmut a compartilhar com seus contemporâneos outro paradigma de pobreza mencionada por Benjamin, mas não levada em consideração por Ginzburg, a provocada pela barbárie. Não obstante, essa miséria em sua experiência da guerra contrasta com a abundância de requintes obtidos em sua passagem pelas fronteiras francesas dominadas no primeiro semestre de 1940.

Achava-se aboletado, cerca de Chantilly, em castelo, onde havia um parque ameno e infindáveis vinhos, adega soberana. Eram cartas vagarosas, graças, inclusive, **a crescente amor pela França**. Recomecei a aceitar sua tese: **Hans-Helmut não dava, no coração, mínimo pouso à guerra, e pois o destino fora da guerra o suspendia** (ROSA, 1970, p. 5. Grifo meu).

Em seu parco relato — ainda que reiterado por duas vezes —, de que o que viu da guerra havia sido somente “cavalos e cachorros mortos, felizmente” (ROSA, 1970, p. 5), Hans-Helmut aproxima-se, de um certo ponto, dos postulados benjaminianos acerca das experiências vivenciadas e trazidas em seu retorno das áreas de combate. Todavia, neste frágil narrador, tal como no romance alemão *Nada de novo no front* (1929), de Erich Maria Remarque (1898-1970), observa-se a clara diferenciação benjaminiana de “vivência” e “experiência”, que de acordo com Jaime Ginzburg em outro ensaio, o “Autoritarismo e literatura” (2000), “não há como assimilar uma experiência como essa sem sofrer seu impacto, e ter abaladas as bases de nosso pensamento” (GINZBURG, 2000, p. 46), o que, de certa forma, também está presente na narração de Riobaldo, explicando a impossibilidade de transmissão de sentido em meio ao “rumozinho forte das coisas, caminho do que houve e do que não houve. Às vezes não é fácil. Fé que não é” (ROSA, 1956, p. 175).

Com o respeito devido ao trabalho de Jaime Ginzburg, contudo, é preciso lembrar que estamos diante da produção de um autor que em diversas de suas narrativas, tais como os inscritos em *Tutaméia*, privilegiou o minimalismo deixando informações sutis como as raízes

das pedras que forneceram matéria para o laço que prende o gigantesco lobo da mitologia nórdica Fenrir. Por isso, ao tratar especificamente de “cachorros mortos”, a curta narração da personagem tenha tocado em uma das poucas feridas abertas na biografia de Hitler e, assim, permitido, pelo menos na palavra escrita, a Guimarães Rosa um delicado golpe naquele terrível sujeito histórico responsável, em grande parte, pelo retorno da barbárie ao século XX.

Em sua volumosa biografia do Senhor da Alemanha entre os anos de 1930 e meados de 1940, o historiador britânico Ian Kershaw no capítulo “Júbilo e amargura” capta um retrato de corpo inteiro do jovem Adolf Hitler, demasiadamente introspectivo em seu recente aniversário de 26 anos. O mensageiro Adolf era pouco afeito aos amigos e aos assuntos banais e, algumas vezes pueris, que envolvem vulgarmente as conversas dos rapazes. Em maio de 1915, Hitler só dedicava verdadeira afeição aos cachorros, animais com quem se deixou fotografar diversas vezes ao longo de sua vida. Nas palavras do autor de *Stalinismo e Nazismo: Ditaduras em Comparação* (1997),

[s]eu único afeto verdadeiro parece ter sido para com seu cão, Foxl, um terrier branco que se extraviara das linhas inimigas. Ensinou-lhe truques e deleitava-se ao ver como o animal estava ligado a ele e como ficava feliz ao vê-lo retornar de suas ocupações. Mais adiante na guerra, ficou consternado quando sua unidade teve de avançar e não conseguiu achar Foxl. “**O porco que o tirou de mim não sabe o que me fez**”, foi seu comentário, muitos anos depois. Não tinha o mesmo sentimento em relação aos milhares de seres humanos que viu serem massacrados a seu redor (KERSHAW, 2010, p. 90. Grifo meu).

Acerca da imagem dos equinos mortos — tornados na descrição da personagem alemã mera visão de máquinas de transporte inertes, perdas consideradas insignificantes na economia da guerra total — o que em *Ave, palavra* representa um silenciamento em relação às atrocidades de guerra, Guimarães Rosa transforma em ato de extrema crueldade nas páginas de *Grande sertão: veredas* quando, encurralados na Fazenda dos Tucanos, o bando capitaneado por Zé Bebelo só pode ouvir inutilmente os tiros dados pelos adversários *hermógenes* nos animais que se encontravam civilmente indefesos nos currais. Dentro da conduta sertaneja e jagunça, nesse momento Hermógenes e os seus subordinados cometem, depois do assassinato traiçoeiro do chefe Joca Ramiro, um segundo e ainda mais doloroso crime o de roubar a vida dos animais massacrados. Nas imagens fixadas na memória de Riobaldo,

[o] Fafafa chorava. João Vaqueiro chorava. Como a gente tôda tirava lágrimas. Não se podia ter mão naquela malvadez, não havia remédio. À

tala, êles, os hermógenes, matavam conforme queriam, a matança, por arruinar. Atiravam até no gado, alheio, nos bois e vacas, tão mansos, que, desde o comêço, tinham querido vir por se proteger mais perto da casa. Onde se via, os animais iam amontoando, mal morridos, os nossos cavalos! Agora começávamos a tremer. Onde olhar e ouvir a coisa inventada mais triste, e terrível — por no escasso do tempo não caber. A cêrca era alta, êles não tiveram fuga. Só um, um cavalão claro, que era o de Mão-de-Lixa e se chamava Safirento. Se aprumou, nas alças, ficou suspenso, cochilasse debruçado na régua — que nem que sendo pesado em balança, um ponto — as nádegas ancas mostrava para cá, grossas carnes; depois tombou para fora, se afundou para lá, nem a gente podia ver como terminava. A pura maldade! A gente jurava vinganças. E, aí, não se divulgava mais cavalo correndo, todos tinham sido distribuídos derrubados! (ROSA, 1956, p. 335-336).

Coincidentemente, ao reiterar o deslocamento desta personagem que se encolhe diante de temas que não se enveredam por assuntos de estética, Guimarães Rosa constrói com Hans-Helmut uma relação de afinidades, uma vez que o ficcionista mineiro em sua existência quase sempre se manteve refratário aos assuntos referentes à sua experiência alemã e ao seu contato *in loco* com o Nazismo.

Somente muitos anos depois que o autor de *Primeiras estórias* saiu dos territórios germânicos, a biografia de Guimarães Rosa permitiu aos estudiosos grande parte do material acerca do pensamento desse escritor brasileiro acerca de diversas questões, como o próprio Regime que imperava na Alemanha na época em que esse mineiro era cônsul na Europa. No decurso de 1966, por ocasião do congresso internacional do PEN Clube em Nova Iorque, Guimarães Rosa travou diálogo com o poeta Haroldo de Campos — o segundo brasileiro a se fazer presente no congresso nova-iorquino — só saindo de sua concha de timidez para tratar dos aspectos demoníacos em dois momentos importantes de sua vida: a saber, o primeiro, o seu embate com Satã no processo doloroso de composição de *Grande sertão: veredas*, quase como ele encenando uma personagem fáustico da literatura, e o segundo, ao expor sua experiência diplomática em terras germânicas de forma breve. De acordo com o poeta de *Galáxias* (1984), Guimarães Rosa “disse assim, de supetão: ‘o fascismo, você não sabe, mas é o demo. Eu sei porque estive lá e sei que é o demo, porque tive que lidar com os alemães para proteger refugiados judeus’ (CAMPOS, 2011, p. 47).

Decorrido muito tempo, assim como em sua trajetória pessoal, dentro de sua produção literária, Guimarães Rosa receberá do povo judeu a contrapartida deste seu gesto. Lembrando as páginas de “Páramo” é possível denotar quase despercebido uma figura judia emigrante para a América Latina, a do médico louro que atende este diplomata em seu estado de abatimento provocado pela altitude em que se encontrava. Do encontro travado com esta

figura sionista, o narrador nesse conto andino acabará sendo levado pela memória de volta para a Europa. Guimarães Rosa, em sua já extrema tristeza, afirmará, olhando para aquele médico seu superior em sofrimentos de além de estrangeiro, clandestino, o qual “[l]ongue, em sua pátria, era a guerra”, espaço onde homens, ironicamente arianos “como ele, se destruíam, de grande, frio modo, se matavam” (ROSA, 1969, p. 182) em realidade bem conhecida pelo autor.

Guiados pelos traiçoeiros fios das Nornas, o casal Heubel começa a ter a sua existência de beleza uma vez mais invadida, agora de forma mais enfática pelos conflitos crescentes na década de 1940. Uma vez mais o destino esconde para si tudo o que sabe, fazendo a inocente Márion conhecer Annelise — personagem que, na leitura em retrospecto do narrador acerca dos acontecimentos que envolveram o seu casal de amigos, será a responsável indireta por lançar esses cônjuges no epicentro da brutalidade e da violência.

Ao se questionar sobre a importância deste encontro para os fatos terríveis que viriam depois, Guimarães Rosa aproxima “O mau humor de Wotan” do enredo de seu único romance publicado na segunda metade da década posterior, pois coloca pergunta semelhante na fala de Riobaldo, quando este se questiona no intuito de entender o porquê de determinados acontecimentos e do atravessamento em sua vida da figura ambígua de Diadorim, por quem o protagonista acabou ingressando paulatinamente no universo da jagunçagem. Ambas as narrativas são tocadas pela dificuldade em entender o motivo pelo qual somos colocados diante de uma pessoa que esboçou outro rumo para as nossas vidas.

Guimarães Rosa faz-se um talentoso observador histórico ao retirar do papel secundário as pessoas comuns, cuja importância, na maioria das vezes sem perceber, ajudou a consolidar regimes políticos com forte tentação totalitária, como o de extrema direita alemã, sem nem mesmo precisarem se filiar ou seguir de perto as diretrizes do Partido Nacional Socialista, haja vista que, em cada bairro, o nazismo motivou os alemães a construir uma espécie de sociedade policial como se pode denotar em “O mau humor de Wotan” com a casa do casal K. e Annelise. Família que, nas poucas e lacônicas descrições que escapam ao enredo, é formada por entusiastas do Regime nazista, portanto, possuidores de uma personalidade muito divergente da de Hans-Helmut Heubel. Esses, diferente do casal de protagonistas, se comoviam e se regozijavam com as atrocidades cometidas pelas tropas alemães em seus “ataques relâmpagos” nas frentes leste e oeste da Europa.

No momento de nomear as suas personagens alemães, Guimarães Rosa deixa transparecer explicitamente sua memória literária, prestando homenagens a importantes

representantes da literatura de língua alemã como Schiller e o tcheco Franz Kafka, este igualmente lembrado por Hobsbawm em *Era dos extremos* devido a sua importância para a tradução da contemporaneidade, na qual obras como *O processo* (1915) e como *O castelo* (1922) desenvolveu um apego pelo absurdo que revela o estado extremo de incompreensão “da situação humana, individual e coletiva” (HOBSBAWM, 1995, p. 188). Nesses romances surgem protagonistas como, respectivamente, Josef K. e o agrimensor tão somente tão somente denominado K., ambos injustiçados e sumariamente condenados por crimes ou impossibilidades que, em suas consciências de homens comuns, sequer conhecem a prática ou a motivação e, quando buscam o Estado são enredados por seus tentáculos burocráticos dos quais não conseguem se desvencilhar, perecendo sem jamais alcançar ou abrir as portas do palácio dourado da Justiça.

Um de seus membros, o pai de Annelise e defensor do modelo ditatorial e belicoso de Hitler, configura-se na maldade em pessoa: o Dr. Schwartz — cujo sobrenome, sendo ficcional ou histórico, revela a natureza de sua alma negra e ilícita — é uma daquelas pessoas que por meio de denúncias e outras artimanhas ajudou deveras o processo de ascensão de regimes fascistas. De acordo com as descrições deste apresentadas ao narrador por Márion, Dr. Schw. é caracterizado como “um homem crasso, persuadido, sem grão de alma. Vivendo de cor os conceitos: glória, o que mal sei, mais-pátria e raça... os desses. Discursam, pisando na mão de uma criança...” (ROSA, 1970, p. 11). Essa odiosa personagem torna-se importante na economia de “O mau humor de Wotan” e na compreensão histórica da sociedade alemã nesse período pois se faz metonímia de todo o povo alemão, que no período, concordou e legitimou a política de Hitler. Lamentavelmente, estes indivíduos não puderam distanciar suas existências do regime como os de outros fascismos ocorridos no globo entre os anos de 1930 e 1940, uma vez que, como afirma Hobsbawm em *Era dos extremos*, “enquanto os italianos podiam deixar a memória de Mussolini para trás com a consciência limpa, os alemães que tinham apoiado seu governo até o fim, não podiam colocar distância entre eles próprios e a era nazista de 1939-45” (HOBSBAWM, 1995, p. 165).

Das cinco vezes em que esta personagem aparece no corpo da narrativa, em apenas uma seu nome aparece completo, como se, só no final, o narrador expusesse o mal por inteiro e não em sua forma fragmentada. De índole militar, esta personagem — junto com a filha Annelise e o genro, capitão K. — é um daqueles cidadãos que se orgulham em “trabalhar para o *Führer*”, denunciando e, lançando mão de outros expedientes, ajudando na consolidação do regime nazista.

Como Friedrich von Schiller (1759-1805) fez na peça teatral *Os bandoleiros*, Guimarães Rosa também lança mão do mesmo recurso literário, o de nomear algumas de suas criações de acordo com as características de suas “personalidades”. Assim, dr. Schwartz — que no idioma alemão significa o vocábulo “negro” — assemelha-se, em alguns aspectos, ao seu homônimo romântico criado pelo autor de *Guilherme Tell* (1802). Tomando a edição brasileira da obra de estreia de Schiller, traduzida em 2001 por Marcelo Backes, a personagem Schwartz aparece ao longo de exatas dezessete páginas, na grande maioria das vezes encenando um papel secundário na peça, como, por exemplo, executando, logicamente, o momento em que se apresenta ao bando a sugestão de Karl von Moor para a chefia dos proscritos e também quando identifica o corpo de Franz. Seja fazendo, como diz o jargão teatral, “escada” para os demais bandidos do bando, Schwartz é responsável por chamar os celerados, de forma irônica, à realidade ou comunicando aos outros as notícias devastadoras, nas quais os questionamentos que ajudam a desenvolver a ação e, estabelecendo a concepção negativa do mundo observada em *Os bandoleiros*.

Tal caracterização de brutalidade e crença nos ideais do Partido Nazista, fazem deste e também de seu genro e “amigo” de Hans-Helmut, Capitão K., homens de natureza muito distinta da do esposo de Márion, em tudo avesso às atrocidades provocadas pelo mal que já se espraiava nas frentes leste e oeste da Europa.

Em meio à crise econômica e ao sentimento de humilhação trazido pela derrota da Alemanha, grande parte da população, como os integrantes da classe média e os militares ressentidos, já estava disposta a aceitar as ideias de Hitler ou de qualquer outro líder populista de igual calibre. Adolf Hitler foi, inegavelmente, um ditador carismático e personagem histórico fascinante que desfrutou de enorme popularidade entre as camadas populares alemães, pelo menos até a batalha de Stalingrado, no inverno de 1942.

Durante bastante tempo, os alemães comuns estavam felizes com o *Führer*, inclusive vendo, contraditoriamente, a ditadura como desejável e legítima, graças a algumas ilusórias conquistas no plano socioeconômico atingidas por meio de obscuras atitudes como a expulsão dos judeus das repartições públicas, abrindo vagas de emprego para alemães e a não inclusão de desempregados germânicos nos levantamentos do Governo, alterando, dessa forma, os dados oficiais da economia do país que, juntamente com a eficiente perseguição dos excluídos do sistema promovendo no povo alemão a sensação de que Hitler domou a inflação, restaurou a ordem, fez o país crescer e nutrindo a esperança de que a Alemanha voltasse aos tempos gloriosos da época do império. Obviamente, dentre os milhões que votaram em Hitler — pois,

como mais uma personagem marcada pela ambiguidade histórica, o “senhor da Alemanha” implantou seu sistema autocrático por meio de todos os componentes da democracia — havia muitos, talvez a maioria, que não escolheram pelo pacote completo da ideologia nazista, que incluía itens como o antissemitismo, o expansionismo, a ideia de higiene racial e hostilidade à democracia e à cultura moderna.

Denunciado “anonimamente” aos comandos militares do “Senhor da Guerra” alemão Hans Heubel é designado para as trincheiras propriamente ditas, bem diferente do que anteriormente se deu em sua primeira convocação e condenado por sua anterior “ação indolente” a obedecer os dogmas do sistema nazistas para homens e mulheres: a saber, o de não tolerar a dissidência de seus postos, levando Hans a descobrir o que anos mais tarde saberia Guimarães Rosa em Bogotá, que “toda liberdade é fictícia, nenhuma escolha é permitida” (ROSA, 1969, p. 180).

A participação da população alemã na perseguição aos inimigos do sistema, germânicos ou não, é um tema que vem ganhando força na produção historiográfica recente sobre os estudos do nazismo e de suas mais remotas origens. No movimento nazista, as mulheres, orientadas pela propaganda nazista a se limitarem às fronteiras domésticas dos três Ks: *Kinder, Küche, Kirche* as quais “vivenciaram uma espécie de liberação na camaradagem” (LOWER, 2014, p. 37) dentro, no entanto, de suas restritas existências domésticas.

No interior desse espaço, a propósito, coube às mulheres alemãs o papel de agentes da divulgação no ambiente doméstico da doutrina nacional-socialista, trazendo os maridos, os filhos e demais parentes para o serviço do *Führer*. A atitude amedrontada de Márion não era sem motivo, portanto, haja vista que uma das práticas primordiais do fascismo alemão era tornar a população uma espécie de polícia de si mesma, investigando e, principalmente, denunciando ao martelo implacável do Regime, aqueles indivíduos, pregos que não se adequavam bem ao concerto no novo madeiramento social. Como sintetiza Wendy Lower,

Uma ditadura não requer uma grande força policial de serviço secreto quando os vizinhos se prestam a fazer o trabalho de vigilância, por medo, conformismo, fanatismo ou rancor. Os motivos pessoais e políticos eram bem definidos. Os membros mais vulneráveis da sociedade, os que vivem à margem, são dispensáveis (LOWER, 2014, p. 34).

Curiosamente, a cada encontro do casal Heubel com a família do capitão K., a situação militar de Hans-Helmut sofre uma mudança gradativa, arrastando-o para mais perto dos combates propriamente ditos, trocando a sua condição confortável de cego que não deseja ver,

por uma similar a do narrador de *Grande sertão: veredas*, o qual, envolto na guerra civil sertaneja, reflete a contradição que o invade. Diz Riobaldo que

[m]esmo com a minha vontade tôda de paz e descanso, eu estava trazido ali, no extrato, no meio daquela diversidade, despropósitos, com a morte da banda da mão esquerda e da banda da mão direita, com a morte nova em minha frente, eu senhor de certeza nenhuma (ROSA, 1956, p. 349).

Em sua essência e em sua origem mestiça — traços que na economia da narrativa podem constituir uma inferência em Márion de seu comportamento contrário ao do arianismo tal qual o das jovens de “A senhora dos segredos”, a protagonista de “O mau humor de Wotan” investe seu tempo em assuntos de amor e não nos de guerra. Estendendo a teoria poética de Fernando Pessoa (1888-1935) ao teatro, essa personagem entende que é preciso entreter a razão em momentos difíceis como estes dos primeiros anos da década de 1940. Ao longo desta narrativa, vê-se a tentativa revolucionária de Márion em resistir à feiura da guerra — introduzindo beleza e esperança em um ambiente que respira o hálito quente dos conflitos bélicos — só quebrada nas visitas a então amiga para quem a personagem implora constantemente para que consiga, com a influência do capitão K., o regresso de Hans-Helmut.

Não obstante, conservadores contumazes, em sua maioria, simpatizavam profundamente com os discursos demagógicos proferidos pelos regimes fascistas. Assim, no enredo de “O mau humor de Wotan”, tanto Annelise quanto o pai, Dr. Schw estavam integrados como os membros do Partido Nazista, naquela vontade de agradar o *Führer* e, acreditando que “nenhum serviço para o partido [nacional-socialista] era pequeno demais” (LOWER, 2014, p. 32), Annelise, fiel aos planos hitleristas, muda o seu comportamento fraternal com Márion, passando a desprezar a antiga amiga como alguém pouco patriótico, decretando, assim, o desfecho infeliz do casal.

Após o triste fim que enlaça o casal Helmut-Heubel, soa ainda mais aterradora as palavras de Hitler proferidas em 1934 em um comício na cidade de Nuremberg, as quais parecem antecipar o que as personagens de “O mau humor de Wotan” viriam vivenciar quase uma década depois. Como na vontade de um deus, as ordens do *Führer* caem sobre os alemães — favoráveis ou não às suas supremas aspirações — como leis sagradas e invioláveis. Em sua retórica marcial, disse Hitler de forma imperiosa que o “que o homem oferece em heroísmo no campo de batalha, a mulher iguala em constante perseverança e sacrifício, com dor e sofrimento constantes” (LOWER, 2014, p. 34), como lembra a historiadora em sua pesquisa sobre as mulheres alemãs do período.

No campo de batalha propriamente dito, os *blitz* sobre Londres de 7 de setembro de 1940 recebem de Guimarães Rosa um tratamento poético de símbolos, acima de tudo, desta nova Idade de Ferro representada por estes elementos, a qual, assim como na primeira Era, da escatologia greco-romana, mostrada por Pierre Commelin,

as injustiças, todos os crimes extravasaram de todas as partes. Os homens, os povos se armaram uns contra os outros; a maldade, a mentira, a perfídia, a traição, a libertinagem, a violência triunfaram descaradamente; a santa Pudicícia, a inviolável justiça, a Boa fé, vendo-se rejeitadas e desconhecidas na terra, fugiram para o céu. Começou então, para o homem, uma vida de provações e misérias (COMMELIN, 1997, p. 206).

Dentro da leitura histórica forjada por Hobsbawm em *Era dos extremos*, a força bruta, que envolve a imagem do martelo alemão é consequências das injustiças e desigualdades geradas no interior do próprio sistema capitalista, o qual não pode conter e nem mesmo prever as suas crises cíclicas. Infelizmente, é sabido que práticas irascíveis como os nacionalismos desabrocham suas flores negras em tempos de crise, deixando cair as suas pétalas de violência e intolerância sobre os civis, sobretudo as minorias étnicas, os responsabilizados de sempre pelas misérias sociais que os discursos escritos com a tinta do ressentimento da extrema direita prometem eliminar, mas que na verdade são os primeiros golpes lançados contra a passividade das democracias regentes das sociedades de mercado, as quais, como a Inglaterra sob o comando do extremamente cauteloso e pacifista Neville Chamberlain deixou que Hitler levasse às últimas consequências seu ímpeto insaciável pelo poder absoluto.

Mesmo sabendo de tudo isso e evidentemente apoiando uma ofensiva dos aliados contra às forças militares alemães e do Eixo, Guimarães Rosa não deixa de mostrar o reverso da medalha deste conflito bélico com a fala de um bom e correto alemão igualmente vítima da maldade nazista. Em conversa franca com Hans, o narrador ouve as lúgubres palavras da ambígua personagem: “Sul-americano, você deseja a vitória dos países conservadores. Mas, nós, alemães, mesmo padecendo o Nazismo, como podemos querer a derrota? Que fazer?” (ROSA, 1970, p. 7). Esta é a primeira vez na narrativa que a personagem afirma de peito aberto a sua real impressão acerca do Regime, mostrando com esta atitude que, ao não tratar da guerra em sua fala, não era ele um alienado político, só alguém que sabia o alto preço a ser pago para quem discorda do *establishment*. Todavia, como alemão, Hans reconhece o impasse em que se encontra sua nação e o seu povo entre o medo do nazismo e a fobia de uma derrota que levaria os alemães a um precipício econômico ainda mais abissal que aquele cavado pela Primeira Guerra Mundial. Esta dimensão pouco explorada da guerra, mostra Guimarães Rosa

focando sua humanidade no então inimigo histórico para além das trincheiras compreendendo as dicotomias sociopolíticas inconciliáveis em que se debatia a natureza interna de muitos bons alemães.

Importante é frisar a contradição entre esta personagem e os ideais nazistas. Hans-Helmut encontra-se deslocado dos novos ideais que imperam na Alemanha, não compartilhando em seu interior de homem *pacato* com as atitudes beligerantes do *status quo* atual em seu país propagandeadas por Goebbels, “o sinistro e astuto, que induzia a Alemanha, de fora a fundo, com a mesma inteligência miasmática, solta, inumana, com que Logge, o deus do fogo, instigava os senhores do Walhalla, no prólogo dos Nibelungen” (ROSA, 1970, p. 7).

Nesta *mélange* entre a história factual e a mitologia nórdica em que desliza a crônica para os domínios do conto e vice-versa, é explicitado uma vez mais a relação desarmoniosa na qual “a história, em rigor, deve ser contra a História” (ROSA, 1967, p. 3). A pujança deste Ministro da Propaganda é semelhante à do deus afeito à maldade que lança mão de seus talentos para promover intrigas e mentiras no prólogo *O anel dos Nibelungos*.

Seja na representação sertaneja elaborada por Guimarães Rosa, seja na história factual dos conflitos bélicos ocorridos na Europa interpretados pela historiografia de Hobsbawm em *Era dos extremos* — e ao longo de sua vasta carreira intelectual — o que não houve no século XX foram limites bem demarcados dentro das esferas morais com o progressivo avanço da violência e dos discursos de demonização dos inimigos, justificando-se assim todas as práticas desumanas cometidas como, por exemplo, o uso irrestrito da tortura. Essa conduta humanamente reprovável, no entanto também borrou as fronteiras territoriais espalhando-se por todo o globo, transformando os primeiros cinquenta anos do século XX em um período de guerra a ser travada em um grande espaço aberto pelo Velho Continente dentro da qual, episódios locais foram ampliados. Em outras palavras, a pujança de destruição da Segunda Guerra Mundial ampliou o conflito “ominoso de Marte” (ROSA, 1970, p. 213) pelo leste europeu como descreve poeticamente o autor de *Ave, palavra*.

A propósito, não são poucas as vezes em que Guimarães Rosa enfrenta o período sombrio da Alemanha em “O mau humor de Wotan” com a beleza estética de sua prosa, pois apesar dos horrores descritos, ou como diz o próprio Guimarães Rosa na narrativa “A velha”, das “hitlerocidades”, o autor insiste em enfrentá-los em sua literatura, trazendo, entre outros aspectos, a cultura clássica para falar do Mediterrâneo (Tálassa), em uma clara demonstração rosiana de não se deixar subjugar pelos mitos bélicos nórdicos, aliás, como denota de

passagem Hobsbawm no quarto capítulo intitulado “A queda do liberalismo” de seu *Era dos extremos* (cf. HOBSBAWM, 1995, p. 122), esse último termo etimologicamente nem abarcava os chamados arianos antes de Adolf Hitler adotá-lo de forma arbitrária com a evidente intenção de ciar por sua vontade uma origem mitológica e uma ascendência nobre as quais justificassem os projetos totalitários da supremacia germânica pelo mundo. Destarte, nenhuma linha da prosa rosiana deve ser negligenciada por quem queira interpretá-lo, haja vista que o autor de *Estas estórias* não lança, informações como a anterior de maneira gratuita. Ao mostrar esse paladar refinado pela cultura e pelos costumes latinos, irmanado ao de Hans-Heubel, Guimarães Rosa, de forma intrínseca, rebaixa os valores antropofóbicos do Senhor da Alemanha.

Depois de conquistar a Sérvia, a Grécia e a Romênia, as tropas de Hitler avançam em direção à Rússia. Como lembra Eric Hobsbawm em seu *Tempos interessantes*, essa estratégia militar se deu “[n]a verdade, como hoje sabemos, a impossibilidade de derrotar a Inglaterra no oeste o fez resolver voltar-se para o leste contra a União Soviética, e, ao fazê-lo, a vitória da Grã-Bretanha na guerra outra vez passou a ser possível” (HOBSBAWM, 2002, p. 186). Este foi o erro crasso e decisivo cometido pelo Senhor da Alemanha.

Para se ter uma vaga ideia do futuro breve, o inverno boreal ocorrido entre 21 de dezembro de 1939 a 20 de março de 1940 citado pelo narrador por Guimarães Rosa foi muito frio mesmo, haja vista que em Dresden, uma das cidades alemãs em que o inverno é mais rigoroso, há cerca de cinco décadas tem registrado, em média, temperaturas mínimas que não ultrapassam os - 20°, portanto, mais suportáveis do que as baixíssimas temperaturas encontradas nas regiões da URSS. Lembrando de que a história é (quase) sempre circunstancial nas páginas literárias, pode-se inferir que a literatura já estava antecipando a chegada de um dos principais inimigos enfrentados pelas tropas alemães e um dos responsáveis pela derrota destes em 1945, o frio extremo.

No entanto, não foi somente o inverno intenso sobre a geografia russa o único fator a decidir a sorte das tropas de Hitler em território soviético, mas também a determinação destes em traduzir todas as áreas de seu *modus operandi* em conduta de guerra e seu planejamento. Assim como nos embates econômicos como nos *fronts* da guerra propriamente dita para os bolcheviques “certas prioridades são aceitas como dadas [...], ou melhor, onde todos os outros objetivos são subordinados a um objetivo principal” (HOBSBAWM, 1992, p. 259), como expôs o historiador britânico em “Renascendo das cinzas”.

Rompendo com mais um pacto de não-agressão assinado em 28.08.1939, Hitler envia as suas forças de guerra para dentro dos domínios da Rússia naquele que é, ainda hoje, considerado o maior deslocamento militar da história, a operação “Barbarossa” (22.06.1941), momento em que o *Führer* decreta o crepúsculo alemão colocando a URSS definitivamente na Segunda Guerra Mundial. Todavia, como lembra Edgar Morin, em “setembro de 1941, bloqueado por um inverno precoce e extremamente rigoroso, o exército alemão não consegue penetrar em Moscou” (MORIN, 2009, p. 99). Pode-se dizer que assim como os jagunços de *Grande sertão: veredas*, os soldados germânicos haviam encontrado o seu inexpugnável Liso do Sussuarão o qual diferente do encontrado no *hinterland* brasileiro, feito de neve, gelo e temperaturas insuportáveis de - 40°. Lutando contra a natureza desconhecida e adversa das gélidas planícies russas, as tropas nazistas acostumadas aos ataques rápidos, romperam o *métron* que lhes era permitido encontrando a sua derrota antes de alcançar o seu alvo, a cidade de Stalingrado. É também nesta paisagem, a roda de 1943, que fenece Hans-Helmut entre os territórios mal delimitados da Rússia e da Bielorrússia e com ele o sonho do *Führer* de criar um império germânico em território soviético, alargando com essa quimera a sua ganância pelo leste europeu e por sua necessidade, exposta nas teses de *Minha luta (Mein Kampf)*, por espaço vital para o desenvolvimento da raça ariana.

Tomando as afirmações proferidas por Antonio Carlos Robert Moraes em “O sertão: um ‘outro’ geográfico” percebe-se no âmbito científico o quanto o Ocidente no século XX viabilizou uma experiência de *sertanização* do globo, pois se o que caracteriza o *hinterland* simbolicamente é a atração dos interesses “de agentes sociais que visam estabelecer novas formas de ocupação e exploração” (MORAES, 2002, p. 362), as concepções políticas adotadas pela Alemanha nazista, tais como a da conquista por “espaços vitais”, transformaram o Leste europeu em “espaço para a expansão” (MORAES, 2002, p. 362) fez com que os países ocupados pelas forças de Hitler se configurassem como uma grande topografia sertaneja, demonstrando nessa nova forma de colonização que “[n]a verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares” (MORAES, 2002, p. 361). Dessa maneira foi, por exemplo, que a obra de Guimarães Rosa — referência estética lembrada pelo geógrafo da USP — *Grande sertão: veredas* compreendeu o espaço sertanejo, menos como uma materialidade territorial presa ao interior do país do que como uma identidade simbólica de um lugar a ser conquistado e dominado ainda que pelas mãos desumanas da violência e da barbárie. Se o sertão é mesmo o mundo, a velha Europa passa a integrar também essa geografia selvagem no século passado.

Figura de alemães inaptos para a guerra e seus horrores como Hans-Helmut Heubel transbordam pelas páginas da ficção brasileira como é o caso do pouquíssimo lembrado Paul Schultz, o pai de uma das protagonistas do romance *As meninas* (1973) de Lygia Fagundes Telles. O pai da estudante de Ciências Sociais Lia de Melo Schultz, pelo pouco que é dito sobre ele, abandonou Berlim e o exército nazista depois de descobrir a verdadeira face do regime de Adolf Hitler e, gradualmente, afastando-se do *modus vivendi* germânico até o momento em que aporta no Brasil, fixando-se na capital baiana. Nas palavras de sua filha

[n]azista como poderia ter sido comunista, passional puro capaz de vibrar por uma farda, um hino. Um alemão bastante louco. Quando descobriu que não era aquilo que imaginara, correu tanto que veio parar em Salvador, sarava meu irmão! (TELLES, 1985, p. 219).

A descrição do desaparecimento de Hans-Helmut é demasiadamente breve desfazendo qualquer tentativa de tensão lírica, guardando mais da solidão do soldado morto do que da plasticidade que envolve outro militar igualmente falecido em combate, o anônimo jovem que vai sendo apresentado em detalhes ao longo do poema “O menino de sua mãe” escrito em 1926 por Fernando Pessoa. Em sua morte, Hans-Helmut simboliza o fatal aniquilamento da Alemanha ocorrido alguns meses depois, o segundo em um curto intervalo no século XX. Guimarães Rosa, que, em “O mau humor de Wotan”, abre espaço para tantos dados históricos que movimentaram os anos de conflitos provocados na Europa pela Alemanha não demonstra interesse pela narração do crepúsculo desta nação.

O final da narrativa comprova que Guimarães Rosa acredita no humano em sua dimensão individual, o que não se estende à política ou aos regimes totalitários do Leste e do Oeste do Velho Continente. Quase uma década antes das revelações que o socialismo real não espelhava os ideais de seus seguidores pelo mundo, Guimarães Rosa, lucidamente a frente de seu tempo — contrariando a visão de uma parcela mínima de sua crítica — mostrava que a autocracia soviética era, para o homem comum como Hans, tão somente um outro ângulo da corrompida suástica, haja vista que, assim como o Bem e o Mal no *Grande sertão: veredas*, o fascismo alemão e o socialismo real soviético são só na aparência forças apartadas.

É inevitável para quem se lança no estudo da cultura no século XX ou no da palavra literária não passar pelas sendas perigosas das catástrofes ocorridas na primeira metade do século passado, na tentativa, talvez de responder por que depois de um longo período em que se consolidaram paradigmas e valores humanistas, as sociedades ao longo do globo encontraram a ruína diante da vontade violenta de políticas fascistas, haja vista que “[a]o nos

inclinarmos com demasiada fixação sobre o horror, sentimo-nos estranhamente atraídos” (STEINER, 1991, p. 41) como assevera George Steiner.

De tudo o que ficou das catastróficas experiências do século passado, a pior é a constatação de que a lição histórica não foi ainda verdadeiramente aprendida por ninguém, pois continuaram a ocorrer muitos anos depois episódios de ódio e intolerância os quais não deveriam voltar a acontecer. Exemplo desse calcamento do passado recente e de suas dolorosas consequências foi vivenciado pelos alemães habitantes de outros países na Europa no pós-Segunda Guerra, esses também (se viram e ainda são) vítimas de processos de purificação étnica, mirando-se assim, no espelho usado para observar outras minorias como os judeus e os ciganos — grupo, que na comparação aos números de judeus mortos nos campos de concentração localizados principalmente na Polônia — aparecem quase como um pequeno apêndice na lista de vítimas de intolerância durante os períodos de maior brutalidade contra as minorias no território europeu. No caso específico, dos Sudetos pós-Segunda Guerra, a expulsão de civis alemães deste território tcheco pelos decretos do então presidente Edvard Beneš (1884-1948) devem ser lidos mais como uma resposta revanchista pelos acontecimentos decorridos entre 1938 — delicado episódio destacado por Guimarães Rosa no princípio de sua narrativa “O mau humor de Wotan” (cf. ROSA, 1970, p. 3) — e o ano seguinte do que como uma tentativa de “faxina étnica”.

Em 1997, o décimo e último presidente da Tchecoslováquia e primeiro Chefe de Estado da nova República Tcheca Václav Havel (1936-2011) — que liderou o país como Chefe de Estado, aos saltos, entre os anos de 1989 a 2003 — propôs o Tratado Teuto-Tcheco com a finalidade de acabar politicamente com as animosidades entre tchecos e alemães e restabelecer as relações entre os dois países inimigos desde o final da década de 1930. Homem das Letras e dos palcos teatrais, Havel foi responsável pelo fim de quatro décadas de autoritarismo comunista no país por meio de uma revolução pacífica e intelectual que ficou conhecida como “Revolução de Veludo” (1989), que durou exatos quarenta e dois dias. Como verdadeiro humanista defendeu a liberdade aos presos, sobretudo, os perseguidos historicamente pelo regime de Moscou.

Convencido do grande passo em direção a uma aproximação das nações tcheca e alemã, Roman Herzog (1934-2017) afirmou à imprensa internacional que “a declaração não deixa margem para se voltar ao passado, ela é um manifesto do futuro”. Não obstante, como convém quase sempre aos políticos, este presidente alemão, entre o início do segundo semestre de 1994 ao final do primeiro semestre de 1997, infelizmente errou em sua previsão

do futuro. O decreto pode ter posto fim institucionalmente as diferenças entre tchecos e germânicos, mas na consciência coletiva destes europeus os fantasmas do passado ainda assombram.

Assim em 2002, com medo de despertar o dragão da instabilidade política de seu sono leve, a comunidade política europeia tentou passar em brancas nuvens a declaração feita pelo atual presidente da República Tcheca o economista Miloš Zeman, na época primeiro-ministro do país, de que os alemães sudetos, ao apoiar o *Führer*, foram os grandes responsáveis pelo desmembramento do sempre instável solo tchecoslovaco.

Independente do tamanho tomado por essa declaração, que provocou um incidente diplomático com algumas autoridades públicas da Alemanha, e das tentativas de conter as repercussões das palavras de Zeman, o estrago já estava feito e sentido por aqueles que tinham uma compreensão histórica dos recentes fatos da contemporaneidade. Algumas autoridades do cenário político europeu tentaram atenuar as palavras de Miloš Zeman publicadas nas páginas da revista austríaca *Profil*, lançando mão do argumento de que este se encontrava emocionalmente desequilibrado devido à irascível campanha para o ingresso da República Tcheca na União Europeia, sonho que a antiga Tchécoslováquia, — este pedaço do manto roto do Império dos Habsburgos — já vinha alimentando há quase uma década. Desde as revoluções de 1989 quando, juntamente com as sofridas nações da Polônia e da Hungria, a Tchécoslováquia tentou, por um curto período, (re)criar um bloco com a cristalina intenção de apartar, dos países europeus desenvolvidos, os anteriormente irmãos socialistas entre as categorias econômicas de avançados e de atrasados. Este episódio é descrito por Eric Hobsbawm em “Destinos mitteleuropeus”, estudo de história europeia comparada enfeixado em *Tempos fraturados*.

Cinco anos é um tempo realmente muito exíguo para mitigar desgostos passados como mostrou a fala desastrosa (e sincera) de Miloš Zeman, a qual havia lembrado ao mundo que acordos políticos não apagam completamente as animosidades guardadas por anos de dissídios. Como nos lembra Edgar Morin em suas conferências inseridas em *Cultura e barbárie europeias*, tendências nacionalistas como a “xenofobia” e “o antijudaísmo persistem apesar da integração europeia” (MORIN, 2009, p. 32) como memórias ainda recentes no Velho Mundo. Ainda que tarde, o medo continua a assombrar os territórios europeus no novo século.

5.

“O SENHOR SABE O PERIGO QUE É VIVER?”

Cada criatura é um rascunho, a ser retocado sem cessar, até à hora da liberação pelo arcano, a além do Lethes, o rio sem memória. Porém, todo verdadeiro grande passo adiante, no crescimento do espírito, exige o baque inteiro do ser, o apalpar imenso de perigos, um falecer no meio das trevas; a passagem (ROSA, 1969, p. 177).

[...] O seu rosto é de fome;
Pobreza e opressão comem seus olhos;
Desprezo e mendicância é que o vestem;
As leis do mundo não lhe têm amor:
Nenhuma lei do mundo o fará rico;
Pois, pobre, quebre a lei [...] ²³ (SHAKESPEARE, 2016, p. 102).

A noção contraditória embutida na leitura de Eric Hobsbawm acerca do século XX é uma abordagem em si do processo dialético de Marx, haja vista que para o autor de *A ideologia alemã*, é impossível a compreensão histórica de especificidades de um sistema, sobretudo o capitalista, sem um exame aprofundado de suas contradições, ou teses para lembrar a formulação idealista de Hegel. Todavia, a dialética de Marx não se encerra em Hobsbawm apenas nesta interpretação que o historiador tece sobre o século passado, ocorre também em sua abordagem acerca dos bandidos rurais e a natureza de seu comportamento sedicioso na passagem do século XIX para o XX.

Cronologicamente, as raízes mais profundas do banditismo social, área de estudo da História Contemporânea e Comparada, fundada por Eric Hobsbawm, remontam a 1956 quando este intelectual ministrou três conferências na Universidade de Manchester que juntas formaram a estrutura dessa temática que se espalhou nos trabalhos de antropólogos, historiadores e estudiosos literários. O fato de este temário ter sido desenvolvido para uma apresentação pública — que depois se viu desdobrado em ensaios ainda hoje relevantes para a compreensão deste proscrito ambíguo na história das sociedades ocidentais —, lembra que esta prática de unir aula e produção ensaística era algo comum entre aqueles intelectuais formados dentro dos padrões humanistas das décadas de 1940 e 1950.

No Brasil, por exemplo, um dos grandes expoentes dessa *práxis* foi Antonio Candido, cuja produção de crítico literário foi muito mais intensa durante o período que coincidiu com

²³ [...] famine is in thy cheeks, /Need and oppression starveth in thine eyes, /Contempt and beggary hang upon thy back; /The world is not thy friend nor the world's law: /The world affords no law to make thee rich; /The be not poor, but break it, [...] (SHAKESPEARE, 1987, p. 855b).

a sua carreira no magistério superior²⁴ quando este produziu muitos de seus trabalhos, tornados posteriormente ensaios seminais para a compreensão da literatura brasileira produzida no século passado como, cabe bem recordar, o estudo intitulado “Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa”, seu exame acerca da presença deste bandido muito particular na tradição literária nacional desde a segunda metade do século XVIII até meados da década de 1950, escrito nascido do resultado de um curso ministrado pelo autor de *Formação da literatura brasileira* em 1966, como pode ser confirmado em nota publicada por esse professor nas páginas de sua coletânea *Vários escritos* (1970).

Coincidentemente ao longo do mesmo ano em que o historiador britânico lança as primeiras pedras basilares do banditismo social, vem a lume as obras de João Guimarães Rosa *Corpo de baile* e *Grande sertão: veredas*, detentoras da maior concentração da fortuna deste autor, conjunto que já foi submetido as mais variadas perspectivas de estudo, da estilística à semiologia. Este período também entrou para os Anais da história do século XX devido à ocorrência de grandes e significativas transformações no mundo ocidental em diversos segmentos como o político, o cultural e o estético. No domínio do primeiro, a grande marca foi a perda da inocência comunista em relação ao sistema soviético, fato relembado (e devidamente examinado) por Hobsbawm no capítulo intitulado “Stalin e depois” de sua autobiografia *Tempos interessantes* quando este historiador relata a sua primeira visita a sede hermética do bloco socialista, quase um ano antes da grande crise deflagrada no comunismo soviético. Todavia, ao adentrar no palácio das ilusões daqueles que sonhavam com a existência de um socialismo real e prático, o autor de *Revolucionários* experimenta o choque que em torno de dois anos depois impactaria a *intelligentsia* comunista na Europa e na América como um todo. Em retrospecto, o historiador formado em Cambridge relata a terrível “escuridão” a qual o povo russo era deixado pelo excessivo controle do Estado.

Causava impacto a falta de aspectos práticos numa sociedade em que o temor quase paranoico da espionagem transformava em segredo de Estado a informação necessária para a vida diária. Em suma, ao visitar a Rússia em 1954, muito pouco se podia aprender sobre o país que não fosse possível saber fora dele (HOBBSAWM, 2002, p. 224).

²⁴ Em “Os vários mundos de um humanista” — entrevista concedida em 1993 a Gilberto Velho e Yonne Leite para a revista científica *Ciência Hoje* — Antonio Candido afirma de maneira taxativa que a sua grande motivação para a produção de crítica literária foi o seu ofício de professor ao qual se aposentou em 1978. Mestre Candido se expressa, na ocasião sob estes termos: “O fato é que as aulas estimulavam os meus escritos, e quase todos os meus ensaios são sucedâneos de cursos e conferências. A partir do momento em que parei de ensinar, perdi muito do estímulo de escrever” (CANDIDO, 1993, p. 39).

Isto, aliado a outros fatores sócio-políticos traumáticos para a esquerda já pontuados no primeiro capítulo desta Tese, levou Eric Hobsbawm a afirmar, que depois de sua breve estada na capital da União Soviética, regressou “de Moscou sem haver mudado [de] opinião política, porém deprimido e sem desejo de voltar lá novamente” (HOBSBAWM, 2002, p. 225).

Ainda que *Tempos interessantes* — obra lançada no Brasil no mesmo ano de sua publicação original, o que parece atestar a importância dada no país para este historiador estrangeiro, o que confirmou a observação pouco lisonjeira de Tony Judt de que Eric Hobsbawm era praticamente idolatrado no Brasil, devido, talvez em parte, a sua inquebrantável fidelidade aos mandamentos do comunismo de Marx.

Sendo uma autobiografia, o que pode levar o leitor acostumado com este gênero narrativo a inferir que o autor/biografado mescla experiências pessoais de caráter privado e profissionais, portanto, públicas, este livro — como era de se esperar em se tratando de relatos de memória de alguém mais conhecido pela sua produção intelectual do que por “escândalos midiáticos”, esses fatos imprescindíveis para a existência das protagonistas desses espetáculos que são as chamadas celebridades, as grandes personalidades responsáveis por inspirar a opinião pública no século XXI — diz mais acerca das experiências de Hobsbawm como historiador e das pessoas que com ele conviveram no âmbito acadêmico ou político, mesmo que, em algumas passagens, este historiador necessite tocar em temas espinhosos de sua “memória desse ano traumático” (HOBSBAWM, 2002, p. 230), como a recordação das “intoleráveis tensões sob as quais vivemos mês após mês, os intermináveis momentos em que era preciso decidir sobre o que dizer e fazer, dos quais nossas vidas futuras pareciam depender” (HOBSBAWM, 2002, p. 231).

Este se configurou o ponto nevrálgico no qual a maior parte da crítica voltada ao trabalho de Hobsbawm, a sua possível “cegueira” acerca da história contemporânea soviética que no século XX — assim como em territórios do oeste do globo — condicionou a sua população a um “reino de terror em que qualquer crítica era uma ofensa contra o Estado. Centenas de milhares de pessoas foram exterminadas nos *gulags* e milhares morreram em consequência de políticas do Estado, o qual, sob o stalinismo, tornou-se um sistema para repressão e extermínio” (PINHEIRO, 1992, p. 192). Mas esta realidade não preencheu as páginas da historiografia do autor de *Era dos extremos* que acabou por se defender das acusações antissocialistas com argumentos de ordem metodológica, os quais não toldaram por

completo as suas posições ideológicas tardias e, aos olhos severos de seus opositores, ambíguas.

Hobsbawm parece experimentar a mesma dificuldade que atravessa o protagonista de *Grande sertão: veredas*, a dificuldade de narrar suas memórias e as sensações sofridas enquanto estas eram vivenciadas. No caso do autor de *Sobre história* suas dúvidas em permanecer ou não comunista são desenhadas “com o lápis cambiante da recordação” (SARAMAGO, 2013, p. 74), como quer José Saramago (1922-2010) outro convicto intelectual de esquerda, pois registram um período, para se dizer o mínimo, difícil, em uma época em que a tradição da Revolução de Outubro parecia desmoronar nos âmbitos do Parlamento britânico, da URSS e nos fervorosos corações dos outrora combativos militantes.

Perdida para sempre a utopia de vislumbrar a revolução nos espaços urbanos e industrializados, como, aliás, isto nunca chegou a se configurar como algo realmente possível, de acordo com este historiador em sua leitura retrospectiva do “socialismo real” em “Renascendo das cinzas”, Hobsbawm se volta para as regiões campesinas e rurais, primeiramente as italianas para onde sua emocional motivação ideológica e estética e o seu desejo de descobrir um novo berço para os ideais da Revolução de Outubro encontraram terrenos demasiadamente férteis.

Tanto na justificativa de se voltar para esse tema quanto na preferência de examiná-lo no interior da península itálica se devem, primeiramente, a esse fascínio que o percurso da esquerda no berço do Classicismo despertou no coração comunista de Hobsbawm. Em ambos, a resposta converge historicamente aos diálogos travados com o também professor e marxista histórico romano Ambrogio Donini (1901-1991) sobre os proscritos revolucionários da Toscana. Pode-se afirmar, assim, que esse docente piemontês, de certa forma, apresentou a Hobsbawm a gênese do tema que esse intelectual britânico desenvolveria na História Comparada entre os anos de 1950 e 1960, sem, contudo, abandoná-lo ao longo de sua obra.

Seja por modéstia, ou por coragem metodológica de reconhecer os limites de seu trabalho naquele momento, Hobsbawm sempre admitiu explicitamente, em notas prefatórias da edição de 1959 e nas escritas para tiragens posteriores, a incipiência da temática do banditismo social em *Rebeldes primitivos*. Em cotejo com o seu gêmeo temático *Bandidos*, a obra *Rebeldes primitivos (Primitive Rebels)* ainda era uma narrativa pouco rica de exemplos, devido às restrições ocasionadas pela observação da evolução deste apenas nas fronteiras do Continente europeu e, sobretudo, em um país paradoxal como a Itália, o qual de um lado se configurou historicamente em um espaço de trocas comerciais entre o Ocidente e o Oriente

possibilitando convivências harmônicas com estrangeiros²⁵ — algo não tão comum em outras nações centrais do Velho Continente onde o estranho é, na melhor das hipóteses, considerado como um inimigo. Por outro lado, o país de Giovanni Boccaccio (1313-1375) se mostrou, em sua trajetória, sobretudo nas localidades mais afastadas do fluxo de capital, demasiadamente provinciano e conservador lembrando, em alguns de seus aspectos socioculturais, regiões periféricas do capitalismo como, *verbi gratia*, o sertão nordestino representado pelos autores brasileiros entre a primeira e a segunda metade do século passado.

A meu ver, são essas contradições, aliás, que seduzem um seguidor contumaz de Marx como Eric Hobsbawm para o desenvolvimento do banditismo social neste cenário específico da Europa. É relevante frisar que o autor de *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844) não expressou claramente em favor de que o comunismo pudesse ser desenvolvido no coração de comunidades agrárias e ainda mais entronizado como sistema político por bandoleiros em sua maioria analfabetos. Contudo, o tema historiográfico de Hobsbawm amplia, a seu modo, os postulados de Marx partindo da base deixada por este teórico alemão como, por exemplo, a noção de que o surgimento dessas manifestações sociais são gestadas nas entranhas do sistema capitalista, o qual erige em sua história contraditória o gérmen de sua própria aniquilação a ser vislumbrada em catastróficas crises ocorridas em ciclos temporais mais ou menos longos como propôs o economista Nikolai Kondratiev. Em outras palavras, as desigualdades sociais da economia de mercado formam exército de inimigos desse sistema, os quais irão combatê-lo com as armas forjadas pelo próprio capitalista.

No entanto, os rebeldes primitivos examinados por Hobsbawm não parecem aptos para edificar “um mundo de igualdade” (HOBSBAWM, 1970, p. 39), haja vista o seu caráter reformador e o diagnóstico incontestável de que este paradigma de proscrito social só pode sobreviver em áreas atrasadas politicamente onde as instituições de bem-estar do Estado não funcionem efetivamente. É, portanto, pedir exageradamente que esse paradigma de réprobo social aja dentro da lógica peculiar de um revolucionário (ainda que às vezes o acaso e os concertos históricos o permitam) promovendo a materialização dos ideais iluministas, já que “a função prática do bandido é, na melhor das hipóteses, impor certos limites à opressão tradicional e à sociedade tradicional, à custa de ilegalidade, assassinato e extorsão”

²⁵ Este aspecto humanista de “tratar os estranhos como seres humanos” (HOBSBAWM, 2000, p. 153) que abre o capítulo intitulado Itália, querida Itália de sua longa entrevista proferida em italiano acerca de *O novo século* (2000), juntamente com o apreço aos movimentos de resistência de massa aos regimes totalitários, não cegou, todavia, a crítica desse historiador em relação aos sentimentos ítalos de vergonha econômica e de sua perda gradual de hegemonia cultural no globo a partir do século XIX que explicariam, em parte, a derrocada do humanismo nesse país traduzida no “apoio coletivo e maciço que os italianos deram a todas as tentativas de restauração das glórias perdidas do passado, o que foi tão típico do fascismo” (HOBSBAWM, 2000, p. 153).

(HOBSBAWM, 1970, p. 39). Todavia, ainda assim, o proscrito social se configura em um respiro breve de justiça, pouco, mas relevante para a edificação de uma época dourada e mítica na qual este marginal se estabelecer na cabeça de seus conterrâneos como um verdadeiro “amigo do povo”.

Como os proscritos camponeses e rurais são em sua natureza reformadores e não revolucionários propriamente ditos não se pode observar nestes o conflito social protagonizado por aquela face que, na concepção materialista de Marx, representa o pior lado do percurso histórico da humanidade: a saber, a luta de classes (*Klassenkampf*). Isto porque o bandido social não busca conscientemente sair de sua condição de dominado para adentrar em uma subversão que implodirá o *status quo*, destronando em sequência lógica as figuras dominantes e, posteriormente, tomando para si o controle absoluto de toda a sociedade.

Na primeira obra literária brasileira a tratar da figura do jagunço, o autor nos informa que

[a] psicologia das massas, é por assim dizer, mais animal do que humana. A massa é uma grande força mecânica, completamente inconsciente. Nela, a soma das inteligências é igual a zero, embora a soma das forças baste muitas vezes para escalar o céu. A força ativa da massa está na razão direta de sua inconsciência e da sua sujeição a uma vontade e a uma inteligência, que ficam fora dela e que a subjagam. O homem no meio da multidão, adere a ela, confunde-se com ela e transforma-se em número, em força, em pedra dos muros, ou em aríete para romper muros (ARINOS, 1985, p. 199).

Destarte, o bandido é, obrigatoriamente, um produto do cenário rural com suas marcas indeléveis de tradicionalismo conservador e de pré-capitalismo industrial. Isto significa dizer que, quando um destes sinais desaparece do ambiente onde se insere o proscrito social, seja com a aquisição de consciência política da população pobre — a mesma que elege o bandido social como herói invulnerável —, seja com a maciça intervenção do poder público o qual cumprindo os seus deveres com a população, o rebelde primitivo é substituído por outra manifestação mais civilizada ou, o que para ele pode ser pior, desaparece quase que por completo da realidade interiorana.

Apesar de as origens mais remotas do banditismo encontrarem-se, lendariamente ou não, em meados do século XII, foi no intervalo entre o desfecho do século XIX e o início do XX — para ser mais preciso no intervalo compreendido entre os anos de 1880 e início da década de 1920, compreendendo, portanto, o período efervescente das revoluções na porção oriental da Europa e o colapso desse Continente com a eclosão da Primeira Guerra Mundial

— que se configurou o mais importante período do banditismo social, a sua “era clássica” como denomina Eric Hobsbawm, haja vista que foi neste tempo “que as ondas do mundo dinâmico e moderno chegam às comunidades estáticas para destruí-las e transformá-las” (HOBSBAWM, 1970, p. 38). Ao seu modo, esta é também a grande preocupação registrada pela literatura voltada para o indivíduo residente nos rincões como é a estética regionalista tradicional de Valdomiro Silveira — escritor que, juntamente com Afonso Arinos, ao longo da historiografia literária brasileira sofreu injustamente com a comparação ao regional erigido por Guimarães Rosa — que a denuncia nas páginas de suas narrativas literárias do *modus vivendi* caipira em livros como *Os caboclos* e o desigual *Lereias*.

Não é à toa que, ao longo das páginas de *Rebeldes primitivos* e de *Bandidos*, Eric Hobsbawm utilize expressões como “proscritos” e “fora da lei” como sinônimos de bandidos. Esta situação marginal é compreendida dentro das concepções do *status quo*, para o qual o *outlaw* representa um abalo sísmico nas garantias e privilégios oligárquicos, a grande representação do capitalismo, historicamente constituídos nos campos e demais zonas rurais. Assim, o banditismo é, acima de tudo, um desafio político e social para o Estado e as classes e instituições que o legitimam.

Em sua etimologia o vocábulo “bandido”, por exemplo, é lembrada pelo autor de *Pessoas extraordinárias* (1998) em sua acepção de “banido” no idioma italiano — língua falada, juntamente com o alemão, com fluência por esse intelectual — sem a conotação usual de ladrão, ainda que, dependendo dos ritmos das necessidades de subsistência, alguns indivíduos tenham lançado mão das práticas de roubos. De acordo com Hobsbawm,

[d]e início os “bandidos” eram meramente membros de grupos armados que não pertenciam a nenhuma força regular. (O sentido moderno da palavra data de fins do século XV.) Já *bandoleros*, que é o nome que comumente se dá aos bandidos em castelhano, derivou do termo catalão que designava membros de grupos armados que participavam das agitações e dos conflitos civis que tomaram conta da Catalunha entre os séculos XV e XVII (HOBSBAWM, 2010, p. 26).

Assim, é em *Rebeldes primitivos* que aparece pela primeira vez, ao lado de depoimentos históricos de alguns bandoleiros surgidos no berço do Classicismo entre os séculos XIX e XX, a síntese e a sistematização daquilo que viria a ser este ramo de pesquisa historiográfica inaugurada quase de forma acidental por Hobsbawm, ao ser convidado para ministrar a tríade de conferências sobre o surgimento da tradição das rebeliões sociais

primitivas. Acerca de seu objeto de estudo, o autor de *A era das revoluções* define, em linhas gerais, ser o *banditismo social*,

um fenômeno universal e virtualmente imutável, é mais do que um protesto endêmico de camponeses contra a opressão e a pobreza: um grito de vingança contra o rico e os opressores, um vago sonho de poder impor-lhes um freio, justificar os erros individuais. Modesta é a ambição dele: um mundo tradicional em que os homens sejam tratados justamente e não um mundo novo e perfeito. Ele se torna mais epidêmico do que endêmico quando uma sociedade rural que não conhece outros meios de autodefesa se encontra em condições anormais de tensão e desmembramento. O banditismo social não tem quase organização e ideologia e não se adapta de forma alguma aos movimentos sociais modernos. Formas altamente desenvolvidas de banditismo que limitem uma guerra nacional de guerrilhas são raras e, em si mesmas, ineficientes (HOBSBAWM, 1970, p. 16. Grifo meu).

Como as práticas de indigência e de abandono por parte do Estado não terminam, a insatisfação gera na população um estado constante de violência contida como em uma bolha prestes a estourar. Em sociedades assim atrasadas politicamente o bandoleirismo encontra-se em sono leve, podendo — e certamente — despertando a qualquer sinal do retorno das condições favoráveis para o seu ressurgimento como a fome, as guerras e “as ondas do mundo dinâmico e moderno” (HOBSBAWM, 1970, p. 38) que, ao chegarem às comunidades tradicionais e estáticas, destroem ou transformam o *modus vivendi* e o *ethos* cultural destes grupos como exemplificam algumas narrativas literárias como as escritas por Valdomiro Silveira. Esse ficcionista, ainda que não trate do surgimento de bandos armados em suas composições, o primeiro regionalista de nossas Letras, em *Lereias* forja estórias que mostram como a intromissão dos costumes e valores dos grandes centros capitalistas destrói as relações e afetos da população interiorana.

As áreas onde o banditismo é endêmico são territórios nos quais a mão capitalista pesou sob os rebeldes e sob as populações igualmente pobres de forma mais repressiva e, historicamente, sem oferecer a contrapartida de cuidado e de proteção. Dessa maneira, o Estado se revelou ao mundo periférico do capitalismo por meio de seus organismos mais cruéis e injustos, os quais são “os soldados e policiais, prisões, cobradores de impostos, talvez funcionários públicos, diferenciação e exploração de classes pelos latifundiários, comerciantes e outros e, até mesmo, cidades” (HOBSBAWM, 1970, p. 14), como lista o autor de *Bandidos*.

É por intermédio desses inimigos comuns que o bandido campesino ou rural estabelece mais um elo de simpatia com as populações pobres locais, no caso os homens protegidos pelas leis e pelo sistema capitalista em geral, no caso são os advogados, os

religiosos indolentes, os negociantes, os agiotas e os estrangeiros, estes últimos responsáveis por trazer as modas e novidades de costumes que arruinarão a outrora pacata existência da comunidade.

Descrevendo as aventuras de alguns bandidos do sul da Itália, Hobsbawm recorda um aspecto até certo ponto repetitivo na existência de diversos *outlaws*, a enorme antipatia que sempre se colocou entre o bandido e o policial. Distante do mediterrâneo, Riobaldo fala de sua ira silenciosa, já idoso, por um delegado de nome Jazevedão, caracterizado pelo narrador de *Grande sertão: veredas* como homem bruto, cuja origem de sua maldade não é motivada e nem tão pouco fácil de compreender, que gostava de “quando prendia alguém, a primeira quieta coisa, que procedia era que vinha entrando, sem ter que dizer, fingia umas pressas, e ia pisava em cima dos pés descalços dos coitados. E que nessas ocasiões dava gargalhadas” (ROSA, 1956, p. 20).

Historicamente o Estado brasileiro reforçou na consciência nacional, e com maior pujança na mentalidade das populações rurais e marginalizadas, a aversão às instituições policiais e à ação desastrosa destas que — seja por meio da negligência, seja por intermédio da truculência — foram responsáveis pelo surgimento das ações irascíveis do continente de excluídos sociais. As turbas muito pobres na história brasileira sempre adentraram em alguma forma de conflito com os agentes da polícia, vide o caso dos habitantes do Arraial de Belo Monte descritos no regional *Os jagunços* em que “[t]oda a gente dali tinha quizília com os soldados da polícia, por que muitas vezes, quando saíam em pequenas partidas aos povoados mais próximos, tiveram lutas com eles” (ARINOS, 1985, p. 132).

Em uma outra narrativa de sua lavra, o curto “Joaquim Mironga”, narra-se outro episódio de violência policial contra os pobres sertanejos, os quais nessa narrativa terminam se irmanando aos integrantes do banditismo, apoiando esses últimos e o comportamento irascível contra esse inimigo de sua sociedade.

Faz-se mister ainda dizer que banditismo sempre exerceu bastante atrativo sobre a sensibilidade popular, vazando para as representações artísticas de Minas Gerais o que explica não apenas o seu papel como fonte inspiradora de *causos* e modas de viola, mas a relativa abundância da subliteratura a respeito (CANDIDO, 1970, p. 141). A primeira parte do ensaio “Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa” é, confessadamente, uma preparação ao exame que realmente interessava ao autor de *Literatura e sociedade* (1965): a saber, a criação do sertão e do jagunço mineiro no romance *Grande sertão: veredas*,

publicado exatamente uma década antes das aulas ministradas por mestre Candido que culminaram no presente ensaio.

Ao tratar propriamente da obra rosiana, Antonio Candido faz referência ao princípio que — segundo ele mesmo havia denotado primeiramente na crítica brasileira desde *O sertão e o mundo* (1957) — rege o universo sertanejo de Guimarães Rosa: a reversibilidade. No romance de Guimarães Rosa, “o jagunço oscila entre o cavaleiro e o bandido” (CANDIDO, 1970, p. 147). Além disso, o jagunço, de acordo com Antonio Candido, pode ainda ser “uma forma de estabelecer e fazer observar normas, o que torna o jagunço um tipo especial de homem violento e, por um lado, o afasta do bandido” (CANDIDO, 1970, p. 148).

É por essa situação que se os braços armados do Estado quiserem obter sucesso em suas entradas pelas regiões esquecidas pelo Estado se faz mister, que esses estabeleçam, ainda que contra a vontade, o diálogo com o banditismo local, uma vez que esse representa entre as massas uma energia política capaz de manter uma determinada ordem pública e comercial, facilmente quebrada com a chegada das autoridades, as quais com sua “força expedicionária armada, arrasará a economia da aldeia ainda mais que os bandidos” (HOBSBAWM, 2010, p. 119).

Um pouco abaixo da afirmação apresentada anteriormente pelo narrador da novela de Afonso Arinos, é confirmada essa necessidade dialogal entre o Estado e as forças políticas do “submundo” sob as mentes da população. No caso do líder Antonio Conselheiro o pedido de apoio político foi feito ao religioso por “mais de um governador [que] se dirigira ao Conselheiro, em muitas ocasiões, a fim de obterem seu auxílio para as eleições do município de Geremoabo e outros vizinhos, onde mais direta e mais funda fosse a influência do taumaturgo” (ARINOS, 1985, p. 132) católico e monarquista.

Mas não são só de policiais que se constitui o exército de inimigos dos jagunços, compõe esse enorme contingente também amigos e simpatizantes do Governo, haja vista que dos

graúdos das terras grandes, do Governo que eles consideravam a personificação da força e da riqueza, não conheciam o mínimo de benefício. As únicas vezes que entraram em contato com o Governo, foi por meio das balas e das baionetas da polícia. Desamparados nos seus sertões, eles sentiam, de vez em quando, a ação do Governo à passagem dos seus recrutadores, ou dos aliciadores de tropas. **Nas suas misérias nunca chegou lenitivo da parte do Poder** (ARINOS, 1985, p. 175-176. Grifo meu).

Essa passagem reveladora de uma concepção que ainda persiste de Estado injustamente repressivo e negligente com as precisões sociais dos mais pobres tanto informa socialmente o porquê dos sertanejos pobres se colocaram ao lado do missionário Antônio Conselheiro contra o Estado, quanto à motivação que empurrou jovens para o banditismo.

Não obstante, o banditismo europeu remonte ao século XII, tendo como marco inaugural a figura lendária de Robin Hood e, no Brasil, ao século XVIII — de acordo com os estudos historiográficos de Célia Nonata Silva e Renato Dias e no campo da Literatura Comparada, segundo Antonio Candido — o período mais propício para o desenvolvimento mais amplo deste modelo de protesto social foi mesmo a passagem do século XIX para o XX, época de revoluções que colocaram os espaços rurais e citadinos em maior contato, e o paradigma capitalista dissolveu o viver simples do homem do campo no Ocidente em troca de uma promessa de, como diria o compositor Caetano Veloso na canção de feição ecológica “Purificar o Subaé”, um “progresso vazio”, o qual, na verdade, só ampliou o já imenso abismo de desigualdade social.

É no seio desta contradição social campesina que surge a condição primordial para o aparecimento do bandido rural, o qual deve, segundo a proposta de Eric Hobsbawm, vir obrigatoriamente “dos pobres” (HOBSBAWM, 1970, p. 34), entre os quais, este marginalizado pelo poder público goza das distinções de honestidade e de heroísmo o que lhe lança para fora dos domínios do “submundo” vulgar, onde assistem, na mentalidade popular, dois outros paradigmas de fora-da-lei, o criminoso e o espúrio ladrão. Desta maneira, fica claro, que o sucesso deste proscrito depende de sua aceitação por parte da sociedade camponesa que, por conseguinte, espera deste e de seus semelhantes, atitudes como a correção dos erros e o desagravo às injustiças cometidos contra os mais necessitados. Assim, o bandido social promove, senão a revolução, ao menos, a reforma social do espaço no qual atua livremente.

Proteção das massas sociais e reparador de suas mazelas são aspectos considerados pela consciência coletiva das populações periféricas para elevarem o bandido à condição de “especial”, de mito heroico. Dessa maneira, o réprobo social constitui-se em parte integrante do *modus vivendi* das populações rurais. Como exemplo desta afirmação, aparece abrindo a quarta edição de *Bandidos*, o retrato de proscritos sociais revelados em segunda mão pelo historiador britânico, o da família etíope Mesargi, cujos irmãos à imagem dos rosianos Dagobé de *Primeiras estórias* fecundaram a imaginação popular. Contudo, no caso dos africanos liderados pelo progênito Weldegabriel, a marca mítica da violência os torna não

homens violentos, mas verdadeiros heróis comunitários, haja vista que “embora provavelmente não tenham matado mais de onze, a opinião local exagerou suas façanhas e lhes atribuiu as habituais qualidades heroicas e invulnerabilidade do bandido. Em torno deles formou-se o mito” (HOBSBAWM, 2010, p. 18).

É essa esfera, mais do que a existência factual e as consequências dos atos forjados pelos *outlaws*, que interessa ser ressaltada (ou deveria ser) no trabalho de um historiador voltado para as preocupações sociais e econômicas. Até porque, seguindo a vereda interpretativa do autor de *Tempos interessantes*, a condição de reformador da sociedade adotada inconscientemente pelos bandidos agrestes, ao contrário da essência dos revolucionários marxista-leninistas, só é relevante dentro do cenário muito particular onde esse sujeito atuou e é lembrado por gerações posteriores que o conheceram em sua dimensão ficcional, na qual a sua realidade existencial “pode ser secundária” (HOBSBAWM, 2010, p. 24) ou mesmo apagada pela memória daqueles narradores mais distantes no tempo e mais próximos do bandido retratado.

Para a expansão deste plano de pesquisa, Hobsbawm decide visitar, na condição de bolsista da Fundação Rockefeller nos primeiros anos da década de 1960, os territórios americanos de língua ibérica, espaço que, como praticante da metodologia da história analítica e das análises desta corrente sobre a formação das tradições populares, o fascinava grandemente neste período, pois “não havia intelectual na Europa ou nos Estados Unidos que não sucumbisse ao feitiço da América Latina, continente onde aparentemente borbulhava a lava das revoluções sociais” (HOBSBAWM, 2002. p. 396.) e que, para o autor de *Ecos da Marselhesa*, representava, de forma invariável, “um laboratório de mudança histórica, primordialmente diferente do que se poderia esperar, um continente feito para minar as verdades convencionais” (HOBSBAWM, 2002, p. 410).

Seja por interesses de cunho pessoal, seja por consequência de uma gama de acontecimentos históricos casuais como o ingresso na militância comunista, o autor de *Era dos extremos*, se liga (dentro do PC) ao grupo especificamente preocupado com o exame da história de países que vivenciaram a experiência colonial europeia, em síntese, os movimentos daquelas sociedades “não-brancas”, as quais a Europa intelectualizada desconhecia praticamente por completo, enquanto nós — latino-americanos e, economicamente, inscritos no famigerado Terceiro Mundo — já transitávamos bem pela cultura e pelas produções artísticas europeias desde, sobretudo, o “longo” século XIX. Tal constatação levou Hobsbawm ao duplo movimento para retirar os homens comuns latino-americanos de seu

estado de invisibilidade social. Primeiramente, como historiador que se afasta de seus pares acadêmicos ao realizar “esforços suficientes para compreender as pessoas que são diferentes deles” (HOBSBAWM, 1970, p. 13) e, depois, percebendo que em um êxodo por melhores condições de vida “[a]s pessoas que vinham para as cidades eram pelo menos visíveis nas ruas, [enquanto] as que ficavam no interior eram duplamente remotas em relação às classes médias” (HOBSBAWM, 2002, p. 404) urbanas.

Ao leitor cabe perguntar qual a relação entre um escritor originado na periferia latino-americana sem filiação ideológica confessada com a obra de um historiador europeu convicto seguidor de Marx? Quanto ao tema do banditismo social, originado pelo interesse de Eric Hobsbawm no desenvolvimento de certos levantes contra o modelo capitalista ocidental — é preciso recordar que o aspecto mais interessante aos olhos do professor do Birkbeck College nem é propriamente histórico, mas o estético, mais precisamente a representação mitológica desenvolvida pela escrita erudita ou popular oral da figura muito peculiar de um tipo de bandido que — por motivos de ordem pessoal ou coletivos — passa a desafiar as instituições do Estado, tomando pelo uso da força e da violência ou da barbárie (em alguns casos específicos) uma pequena porção daquilo que foi usurpado de toda a grande massa empobrecida.

Curiosamente, ao retratar as pessoas comuns envolvidas pela eclosão dos acontecimentos da Segunda Guerra no território alemão nos “cronicontos” de *Ave, palavra* e no humanitário prefácio *Pequena palavra*, Guimarães Rosa não aceita a imagem da Alemanha construída pelo nazismo para o país e, como diplomata e escritor, tenta, em seu ofício duplo, “remediar o que os políticos arruinaram” (ROSA, 1973, p. 334), erigindo um novo espelho para a *Deutschland* em que a mitologia nórdica, cuja essência beligerante tanto agradava a natureza militar do *Führer*, é substituída pelo universo mítico helênico como forma de resistência ao cosmopolitismo de terror que Hitler espalhava para a Europa.

Avesso aos preconceitos correntes entre os historiadores profissionais contra o uso da matéria literária para a interpretação dos fatos históricos, os quais o acusam de, em *Rebeldes primitivos* e em *Bandidos*, “utilizar como fonte, com pouco sentido crítico, a literatura e as lendas do banditismo” (HOBSBAWM, 2010, p. 212), Eric Hobsbawm responde a esta denúncia de anti-teórico nas páginas de “Marx e a História”— décimo primeiro ensaio inscrito na obra *Sobre história*, apoiado em seu método de leitura desta disciplina e na tradição, convencionalmente, denominada de marxista, que a ciência, toda ela, “é um diálogo entre diferentes opiniões baseadas em um método comum. Apenas deixa de ser ciência

quando não há método para decidir qual das opiniões em contenda está errada ou é menos frutífera. Infelizmente, esse costuma ser o caso na história (HOBSBAWM, 1998, p. 184).

Hobsbawm não é um historiador ortodoxo, haja vista a sua proximidade com a abordagem antropológica, também seguida pelo marxista clássico seu homônimo Eric Wolf, o qual em obras como *Europe and the Peoples without History* (1983), Hobsbawm viria a discordar devido ao mau uso do conceito de modo de produção ao qual, em relação à noção de sociedade, o autor de *A era das revoluções* se volta para o tema do banditismo como — apesar das evidentes diferenças entre as sociedades humanas e suas interações — um conjunto de processos que inconscientemente se ligam sem com isto neutralizar a diversidade da independência das culturas.

De outra maneira, na tentativa de abarcar uma totalidade do processo histórico, o que quer Hobsbawm, em trabalhos como *Rebeldes primitivos* e *Bandidos* busca uma questão inevitavelmente marxista da história: lançar em uma mesma avenida, a do desenvolvimento capitalista, “os dois ramos da história”, os quais são, de um lado, a história das classes proletárias da indústria urbana e, de outro, as sociedades periféricas “teoricamente tradicionais” (HOBSBAWM, 1998, p. 187) e camponesas, estas, por questões óbvias, adentram na história econômica do Ocidente com passos em outro ritmo. Não obstante, este descompasso entre estes dois ramos históricos, na abordagem de Eric Hobsbawm, não configura um binômio, mas sim uma evolução na qual estes “dois ramos da história não passam de um só” (HOBSBAWM, 1998, p. 187).

Lançando mão desta acepção de que o macrocosmo e microcosmo na história forjam uma única estrutura não é de se estranhar o fato deste historiador fazer uso de expressões estéticas como o lendário Robin Hood “que era e é, essencialmente, um camponês revoltado contra os latifundiários, os agiotas e outros representantes daquilo que Thomas More chamava de ‘conspiração do rico’”²⁶ (HOBSBAWM, 1970, p. 14) em *Rebeldes primitivos* e *Bandidos*.

²⁶ Localizo para o leitor, a título de curiosidade, a citação feita de memória pelo historiador. Privilegiando o contexto, transcrevo não somente a expressão tomada de empréstimo por Eric Hobsbawm, mas todo o fragmento no qual Thomas More (1478-1535) em sua *Utopia* (1516) condena as injustiças cometidas contra os trabalhadores pobres. Escreve o humanista na tradução de Anah de Melo Franco (2004): “Depois de consumir os melhores anos desses trabalhadores, quando já estão desgastados pelo tempo, pela doença e pelas privações, essa sociedade ingrata os descarta para morrerem na miséria, esquecendo todo o sofrimento e todos os serviços prestados. O que é pior, os ricos procuram constantemente extrair algo dos minguados ganhos desses trabalhadores, não apenas por meio de trapagens, mas por meio de impostos. É simplesmente injusto que as pessoas que merecem mais da sociedade recebam menos. Agora, todavia, foram ainda mais longe, distorcendo e enfraquecendo o direito, dando à extorsão uma base legal, dando à injustiça o título de “legal”. Quando repasso na memória as várias repúblicas que vicejam hoje em dia, que Deus me ajude, nada vejo senão **uma conspiração dos ricos** (*conspiratio diuitum*), que engordam seus negócios sob a capa e o nome da República. Eles imaginam e inventam todos os artifícios possíveis para conservar os bens que adquiriram por meios escusos e, depois, para oprimir o pobre, comprando seu esforço e seu trabalho a preço vil. E essas práticas tornam-se lei,

Não obstante, este historiador se fixa na construção mais vulgar, a de Robin Hood já como uma figura campesina. Na verdade um camponês condicionado. De acordo com a versão capa-e-espada de Alexandre Dumas em seu primeiro volume dedicado a esta lendária figura da tradição britânica intitulado “O príncipe dos ladrões”, o autor francês mostra que Robin Hood descende da nobreza e, para não ser perseguido pela ira da cobiça dos ilegítimos herdeiros de seu ignoto pai, é entregue aos cuidados de um casal de campônios, os quais prometem educá-lo em retidão. Tal qual Édipo, Páris e Odisseu, o jovem Robin torna-se uma vítima do Destino que empurra o herói para as bermas sociais, onde, no entanto, não cessam as perseguições dos organismos de repressão do *establishment* feudal, o qual, posteriormente, termina por assassinar o pai adotivo de Robin Hood, o guarda-florestal Gilbert Head.

É preciso compreender que na interpretação que Hobsbawm faz do pensamento de Marx acerca do desenvolvimento do capitalismo ocidental, todo este processo deve ser observado como um desenvolvimento de natureza mista nas inúmeras sociedades tocadas por este modelo econômico, isto significa dizer que “devemos considerar os diversos caminhos que levaram às confluências e encruzilhadas nas quais, em certa etapa do desenvolvimento, essas áreas se encontram” (HOBBSAWM, 1998, p. 181). Ao deitar seu olhar sobre a figura do bandido, o autor de *Tempos interessantes*, não somente analisa as contradições existentes por detrás destes indivíduos singulares, defensores de uma nova ordem social, localizados nas bermas da estrada que nos leva ao capitalismo moderno e urbano, mas examina concretamente — e isto está na essência do pensamento de Karl Marx — o fracasso histórico de alguns movimentos sociais *sui generis* diante do titã de bronze em que sempre o capitalismo se constituiu.

Ainda que os escritos de Marx — e, por conseguinte, as teorias desenvolvidas pelos marxistas vulgares ou históricos — não tenha se voltado para o leitor como agente imprescindível da interpretação, tal como propôs H. R. Jauss em sua *Estética da Recepção*, essa abordagem amplia um pouco mais o horizonte de expectativas da obra rosiana *Grande sertão: veredas*, pois assim como Hobsbawm, Riobaldo em seu relato memorialístico descreve um universo que foi engolido pelo capitalismo, o jaguncismo nordestino, o qual, para além das representações dos extremos vivenciados no hemisfério, por detrás das práticas de violência e — algumas vezes de barbárie — apresentam um conjunto de códigos e de condutas que ligam esta modalidade de banditismo social, ora aos cavaleiros das novelas

tão logo o rico, que tem voz nas instituições da república — da qual os pobres fazem parte — diz que elas devem ser observadas (MORE, 2004, p. 128-129. Grifo meu).

medievais, ora aos heróis que assistem na *psique* romântica dos oitocentos, os quais, aliás, foram responsáveis pela divulgação maciça do arquétipo robinwoodiano lembrado repetidas vezes pelo autor de *Pessoas extraordinárias* (1998): a saber, o modelo mítico e popular do bandido bom que promovia, a seu modo, uma redistribuição da justiça e do capital, tomando dos ricos para doar aos pobres e matando apenas com o propósito legítimo de se defender ou de se vingar.

Tal escolha não deve ser lida como uma tentativa de Hobsbawm, ao destacar o proscrito social, negar o elo histórico existente entre o crime cometido por vingança pessoal (ou mesmo passional) do expoliamento dos bens monetários do rico para que esses sejam devidamente distribuídos entre os pobres — os quais por fim e em muitos casos, eram legítimos donos de parte destes ganhos usurpados pelos nobres medievos ou pelos senhores de terras — todavia, a existência dessa ligação entre estes dos paradigmas de bandidos originados nos espaços agrários não se constitui em um potencial alvo a ser mirado pela seta metodológica do autor de *Como mudar o mundo* que prefere conscientemente voltar seus interesses para a figura icônica do bandido do tipo Robin Hood, observado em seu aspecto de

fenômeno universal, encontrado em todas as sociedades baseadas na agricultura (inclusive nas economias pastoris) e compostas principalmente de camponeses e trabalhadores sem terras, governados, oprimidos e explorados por alguém: por senhores, cidades, governos, advogados ou até mesmo bancos (HOBSBAWM, 2010, p. 39).

O que torna o tema do banditismo social um assunto de interesse global — e apresentando os mesmos aspectos externos observados nas páginas rosianas de *Grande sertão: veredas* — é a incontornável e estreita relação socioeconômica travada com o sistema capitalista, centro nervoso de onde parte e para onde converge todos os temas examinados pela produção historiográfica do autor de *Estratégias para uma Esquerda Racional* (1989). Segundo Eric Hobsbawm, o movimento desse fenômeno aparece ligado aos passos vacilantes dados pela sociedade de mercado, fazendo com que o banditismo cresça e tome “proporções epidêmicas em épocas de tensão e desagregação social” (HOBSBAWM, 2010, p. 95), ou — o que é bem pior — tenda a epidemia “em épocas de pauperismo ou de crise econômica” (HOBSBAWM, 2010, p. 42). Ambos os casos encontraram condições propícias nas primeiras décadas do século passado, adquirindo novas formas mais violentas como o terrorismo (apenas nas concepções idealistas dos extremistas islâmicos), alcançasse seu zênite.

Na maioria dos casos, o espraiamento dos movimentos de bandidos rurais e camponeses para fora de seus espaços locais são, via de regra, consequência de guerras — como as deflagradas em um curto período histórico no século XX — e demais catástrofes políticas que, combinadas ou não, faziam emergir a violência contida no interior desses indivíduos historicamente abandonados pelas ações do poder do Estado, refletindo, assim “a desagregação de toda uma sociedade, a ascensão de novas classes e o surgimento de novas estruturas sociais, a resistência de comunidades ou povos inteiros à destruição de suas maneiras de viver” (HOBSBAWM, 2010, p. 43) de acordo com a concepção do historiador britânico.

Para qualquer lado que se olhe, o inextrincável elo estabelecido com os ventos do paradigma capitalista constitui o ponto paradoxal na existência do banditismo social, haja vista que por mais que o bandido negue o convívio com a sociedade, preferindo em sua vida a situação de homem livre, gozada em sua condição de marginalizado. No entanto, devido à sua dependência econômica, esse indivíduo não alcança seu objetivo de manter-se totalmente fora das malhas sociais, uma vez que essas insistem (e, invariavelmente, conseguem) envolvê-lo, tornando o proscrito parte integrante e externa de seu tecido, ainda que as relações construídas com as malhas sejam igualmente marginais. Por exemplo, “[u]m bem-sucedido chefe de salteadores mantém contato estreito com o mercado e o universo econômico além de sua aldeia, pelo menos tanto quanto um pequeno proprietário de terras ou um próspero agricultor” (HOBSBAWM, 2010, p. 116) como bem recorda Eric Hobsbawm.

Nesta integração do bandido com a sociedade local, uma das práticas comerciais mais frequentes é a cultura bovina tornando parentes distantes os rebeldes primitivos balcânicos das personagens do universo rosiano. Lançando mão desses expedientes, o bandido pode transitar, simultaneamente, entre dois espaços sociais bem delimitados em seu convívio: a saber, o da pobreza (de onde emerge o bandido social) e o da riqueza.

Como em diversas partes periféricas do globo, o banditismo também teve o seu ápice entre os Oitocentos e a primeira metade do século XX no Brasil. Em uma de suas observações acerca do que se convencionou politicamente como a Região Nordeste do país, Hobsbawm salienta que lá “o banditismo entrou em sua fase epidêmica após 1870, atingindo o apogeu no primeiro terço do século XX, o fenômeno chegou ao fim em 1940 e desde então se extinguiu” (HOBSBAWM, 2010, p. 45), ou — em se tratando de relações humanas, territórios onde a exatidão absoluta não predomina — passou a subsistir de forma incipiente, distante, portanto,

das turbulências sociais que transfiguraram alguns celerados em figuras recortadas do álbum das lendas.

De qualquer maneira, pode-se observar que a realidade do banditismo social não protagonizava ou mesmo servia como um figurante de destaque na paisagem do interior brasileiro na virada dos anos de 1950 para os de 1960, esta a década na qual Antonio Candido ministra o curso sobre o cangaço transformado no ensaio lembrado acima.

Um ponto de atração entre Antonio Candido e Eric Hobsbawm, o conhecimento do banditismo social brasileiro por intermédio da (sub)literatura de cordel, obra de caráter popular, “representativo do que há de mais arcaico e tradicional na cultura brasileira” (SOUZA, 2002, p. 145), segundo as palavras de Eneida Maria de Souza em sua coletânea *Crítica cult.* Ao se enveredar por essa matéria ficcional e não por intermédio de documentos históricos oficiais em sua busca pela medievalização da *wilderness* nacional, Hobsbawm demonstra a sua reverência à fala dos “de baixo” no processo de reconstrução dos fatos históricos e de como esses operam no interior do *modus vivendi* das camadas populares mais pobres.

Longe de vislumbrar nessa modalidade de produção popular uma arte pitoresca, o que a faz ser vista com certo despeito pelos meios acadêmicos, o autor de *Pessoas extraordinárias* atribui um papel importante para o cordel, o de, em seu caráter fabular, revelar o instantâneo mitológico e de atração popular do bandido social brasileiro ao elencar um vasto conjunto de ações, praticamente, os mesmos atos que compõem o extenso relato de Riobaldo no romance *Grande sertão: veredas*, nas páginas do qual o narrador também

[r]egistra batalhas, ferimentos, ataques a cidades (ou contra o que passava por cidades no sertão brasileiro) sequestros, assaltos a ricos, combates com os soldados, aventuras com mulheres, episódios de fome e de sede (HOBSBAWM, 2010, p. 89).

No que se refere à realidade brasileira, o temário do cangaço (e do jaguncismo) nordestino ainda esperariam mais uma década para finalmente fazerem parte da agenda de debates deste profundo conhecedor da história do Ocidente. Em 1969, quase dois anos após a morte do ficcionista mineiro, o qual também estudou o movimento liderado por Lampião, mas em busca de interesses diversos do historiador britânico, Eric Hobsbawm publica *Bandidos*, único livro em que lança o seu arguto olhar sobre as mazelas socioculturais brasileiras em estudos que, até os dias atuais, nos auxiliam na interpretação das origens sociais dos crimes e

das crueldades deste modelo específico de bandido oriundo destes territórios esquecidos do mundo capitalista.

Enquanto em “O ladrão nobre” Hobsbawm examina a herança do mítico Robin Hood — figura culturalmente mais próxima desse historiador — no caráter de bandidos rurais da Europa e da Ásia, no capítulo imediatamente posterior intitulado “Os vingadores”, Hobsbawm se volta de maneira mais específica para a realidade deste movimento rebelde na América Latina, tomando como totem dos proscritos nesse Continente, a figura ambígua dos cangaceiros brasileiros capitaneados pelo seu representante mais conhecido, Lampião. Sob alguns poucos aspectos, esse cangaceiro, a seu modo, manteve uma aproximação com o ilustre *outlaw* bretão, sobretudo, em relação ao seu moderado apetite para o assassinato e para a violência, apesar de sua ação extremamente contraditória em um ambiente em que “sangue se paga com sangue” (HOBSBAWM, 2010, p. 86), onde práticas como a vingança e a retaliação, como nos lembra o exame do autor de *Bandidos*, são vistas como inseparáveis.

Personagens históricos como Lampião, na leitura marxista de Hobsbawm, nos fornecem uma espécie de síntese do processo cultural de sociedades como as do *hinterland* nacional, ermas dos centros urbanos e desenvolvidos e carentes dos deveres do poder público, obrigadas a pactuar com as manifestações de violência, de desordem social e de um

um mundo capitalista [que] penetrou neles vindo de fora, insidiosamente, pela atuação de forças econômicas que eles não compreendiam e que não podiam controlar, ou impudentemente pela conquista, revoluções e modificações fundamentais da lei cujas consequências eles não podiam compreender mesmo quando tinham ajudado a realizá-las (HOBSBAWM, 1970, p. 13).

Neste lúgubre espetáculo em que se caracterizou o século passado, coube à Europa o papel de principal tablado para a grande maioria das atrocidades cometidas contra os valores da humanidade, todavia a maldade já havia se espreado para territórios considerados economicamente periféricos, espaços onde os movimentos e as grandes catástrofes sociais, como as ocasionadas pelo período quase ininterrupto de quase três décadas de guerra, auxiliaram a construção de um exército de indivíduos excluídos de suas sociedades, estes — em alguns casos — vieram a formar um contingente de “rebeldes primitivos” que em sua resposta, justiceira, violenta e vingativa, passou a desafiar as ordens políticas e socioeconômicas destes rincões, os quais estes homens encontram-se historicamente à margem. São camponeses que, nas palavras de Eric Hobsbawm,

viveram, em geral, em sociedades nas quais veem a si próprios como um grupo coletivo separado e inferior ao grupo dos ricos e poderosos, embora seja frequente que, individualmente, seus membros dependam de um ou outro deles. O ressentimento está implícito nessa relação. (HOBSBAWM, 2010, p. 22.)

Uma vez mais, a análise de Hobsbawm, grande intérprete do “longevo” século XIX, revela que o fenômeno do banditismo social tem suas causas mais profundas naquele modelo democrático liberal, o qual, em suas inescapáveis crises cíclicas, produziu diversas mazelas sociais que, por muito pouco, quase levaram o Ocidente à derrocada quase total na primeira metade do século XX. Este desaparecimento do capitalismo só não ocorreu devido a uma das inúmeras contradições deste período, o auxílio dado pela URSS às nações liberais, o que, ao invés, de promover “a derrubada global do capitalismo”, fez “foi salvar seu antagonista, tanto na guerra quanto na paz” (HOBSBAWM, 1995, p. 17). Tão odiado pela direita política mundial, a presença do “socialismo real” foi responsável por mitigar uma parte da ganância dos ricos industriais que, pelo medo de uma eclosão de revoluções comunistas em grande escala, resolveram diminuir parte de seus orbitantes lucros, transferindo-os para a promoção de políticas de bem estar social para as camadas mais pobres. Isto levou, por exemplo, a uma aceleração “da modernização de países agrários” (HOBSBAWM, 1995, p. 18), os quais, ao invés de diminuir as desigualdades entre ricos e pobres no campo, produziu, ao contrário, um aumento considerável da distância em meio a estes opostos e um estado permanente de violência endêmica.

Como está relacionado diretamente aos movimentos de negligência do Estado de direito e o papel exercido por este de provedor de bem estar social que lhe é atribuição, o banditismo, todavia, tem o seu cordão umbilical ligado às ordens socioeconômicas e políticas vigentes, as quais deve, em sua existência, desafiar e sem as quais não pode emergir ou sobreviver. Foi o que aconteceu na passagem do século XIX para o XX quando houve uma gradativa repressão do Estado e seu poder absoluto sobre as massas populares

Na verdade, foi essa concentração de poder no moderno Estado territorial que acabou por eliminar o banditismo rural, endêmico ou epidêmico. No fim do século XX parece que esta situação talvez esteja para terminar, e as consequências dessa regressão do poder do Estado ainda não podem ser prevista (HOBSBAWM, 2010, p. 29).

Assim, os maiores momentos de eclosão do banditismo rural coincidem com os períodos de necessidades de sobrevivência dos habitantes das zonas agrícolas. Parafraseando

a letra da canção “Miséria” (1989), o medo da fome iguala os proscritos em diversas partes do globo determinando, como atesta Eric Hobsbawm, “estrutura básica do ritmo do banditismo” (HOBSBAWM, 2010, p. 24). Infelizmente, na atualidade, no entanto, não há só o declínio do poder onipresente do Estado, mas também o da figura mítica do bandido social, o qual surge confundido ora com a categoria do rapinante vulgar, ora com a imagem aterradora do terrorista atuante nos grandes centros cosmopolitas da Europa. A propósito, esse historiador esquiva-se, em seu banditismo social, do proscrito de origem urbana, menos em *Rebeldes primitivos* (no qual aborda com menos pujança a máfia italiana e a turba proletária inglesa).

O aspecto basilar para o rebelde seja considerado como um indivíduo inserido na categoria de *bandido social* por Hobsbawm é que este seja, antes de pobre, rural. Para os jovens igualmente desafortunados financeiramente nascidos sob as luzes urbanas e não envolvidos indiretamente por sua incidência, como são os primeiros, Hobsbawm desenvolveu outro paradigma de primitivo em *Rebeldes primitivos*, o de “turba urbana”, cuja nomenclatura, este historiador tomou de empréstimo de uma expressão inglesa (“*the mob*”) para enfatizar o aspecto de instabilidade que se denota nesta classe advinda de trabalhadores mal remunerados no período de pré-industrialização. Uma vez que, devido aos interesses desta Tese, não seja possível adentrar profundamente no exame deste correspondente cidadão do banditismo social, destaco, a título de comparação, a definição deste movimento de caráter reformista do homem pobre das áreas urbanas. Nas palavras do autor de *A era das revoluções*:

A turba pode ser definida como um movimento de todas as classes do homem pobre urbano para a obtenção de transformações econômicas ou políticas pela ação direta — isto é, através de tumultos e rebeliões — mas não se inspirava como se inspira em nenhuma ideologia específica ou que, se de todo não consegue encontrar expressão para as próprias aspirações manifesta-se em termos de tradicionalismo e conservadorismo (HOBSBAWM, 1970, p. 139).

Todavia, a origem do bandoleiro no seio das zonas agrícolas é uma característica dentre outras tantas que formam o perfil desse proscrito social inserido por Eric Hobsbawm como tema nos domínios da historiografia.

Guimarães Rosa, por sua vez, em *Grande sertão: veredas* (1956) construiu personagens sobreviventes desta brutalidade e dos desmandos advindos, de um modelo muito peculiar de “banditismo social”, o jaguncismo que instaurou na Região Nordeste²⁷ do país um

²⁷ Na intenção de evitar anacronismos, explico que o uso feito desta nomenclatura é intencional, correspondendo à sua forma mais vulgar, haja vista que historicamente esta porção brasileira detentora da maior quantidade de

acontecimento específico na passagem do século XIX para o XX, a eclosão dos primeiros Estados-paralelos de origem rural, dominados por controversos grupos sociais dos bandoleiros armados, os quais em sua “liberdade de movimentos” (HOBSBAWM, 2010, p. 16), segundo Hobsbawm,

[d]eixavam de ser vistos como simples bandidos e passavam a ser considerados bandidos “especiais” ou sociais. Por isso gozavam de proteção [...] à custa dos aldeões. [...]

À parte essa situação especial, o banditismo, como fenômeno social na [...] sua história, está relacionado à classe, à riqueza e ao poder nas sociedades camponesas. (HOBSBAWM, 2010, p. 17 e 23.)

No muro de fronteira que aparta a História da Literatura brotam, como se pode denotar, fissuras geradoras de aproximações entre a produção ficcional e a narrativa histórica, como se dá com *Bandidos* e *Grande sertão: veredas*, obras separadas por pouco mais de uma década, mas ligadas por sua pujança compreensiva do movimento do banditismo no século XX e, por que não afirmar, da trajetória humana em meio às desintegrações dos velhos valores e das relações sociais como profetizou Karl Marx (1818-1883). Utilizando-se dessas brechas neste denso romance, Guimarães Rosa aproxima-se dos métodos da pesquisa histórica, focando a sua escrita naqueles grandes personagens do século XX, “as pessoas comuns” como afirmou o convicto marxista Hobsbawm, ao tratar destes indivíduos que, em sua eterna mobilização²⁸, muda[ra]m consideravelmente o cenário deste breve século ao assumirem, inclusive papéis relevantes dentro da “administração da coisa pública”. (HOBSBAWM, 2000, p. 46).

federações do país é uma invenção sócio-política deveras recente. Destarte, no intervalo entre a passagem do século XIX até os anos de 1920 — períodos em que dominaram no sertão os paradigmas do banditismo social sertanejo, tais como o cangaço e o jaguncismo —, a concepção de Região Nordeste ainda não existia como a tomamos atualmente. Para aprofundamento deste temário, indico a leitura de *A invenção do nordeste e outras artes* (1999), de Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Neste trabalho originado de sua Tese de Doutorado, esse professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) assevera, com base em seus estudos da história e da literatura regionalista nordestina, que “o Nordeste não é um fato inerte na natureza. Não está dado desde sempre. Os recortes geográficos, as regiões são fatos humanos, são pedaços de história, magma de enfrentamentos que se cristalizaram, são ilusórios ancoradouros da lava de luta social que um dia veio à tona e correu sobre este território. O Nordeste é uma especialidade fundada historicamente, originada de uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 79).

²⁸ Fora da visão marxista de Hobsbawm, considero relevante também lembrar que, como numa espécie de epopeia contemporânea, a obra de Guimarães Rosa erige-se num palco aberto e em incessante movimento, rarefazendo episódios do cotidiano doméstico, em outras palavras, nega-se, quase sempre, a ambientação dos acontecimentos em cenas internas, tendo as personagens, jagunços ou não, um ímpeto pelo deslocamento, a saída em guerras e em viagens tal como bem compreendeu Benedito Nunes em *O dorso do tigre* (1969). Cito brevemente o ensaísta: “Existir e viajar se confundem. A existência de Riobaldo totaliza-se como viagem finda, que precisa ser relatada para que se perceba o seu sentido” (NUNES, 1969, p. 168).

Uma relação inversamente proporcional é a que se estabelece entre o historiador e o povo diante da materialidade de um fato. Enquanto para o primeiro, o distanciamento temporal apura o olhar deste para um acontecimento, o que o leva inevitavelmente a uma observação panorâmica e plena de determinada época e de seu ofício, o segundo é levado a operar um processo de enfraquecimento da substância factual, a qual é transformada, muitas das vezes, em imagem mítica diametralmente oposta a da figura histórica. De tal maneira que, “os homens identificáveis em torno dos quais se formaram esses mitos eram na vida real muito diferentes de sua imagem pública (inclusive muitos daqueles mencionados como ‘bandidos bons’) (HOBSBAWM, 2010, p. 11). É desta maneira, aliás, que a figura do bandido fixa-se na memória das grandes massas camponesas e nas páginas literárias, não como um ladrão comum, mas como um indivíduo ambíguo — o qual, por um lado, é apresentado como bandoleiro odioso arremessado para a exclusão social ao se tornar um proscrito do Estado por defender os valores e os costumes cristalizados no *ethos* cultural da comunidade onde reside, por outro, é nobre em seus atos outrora vis, elevado a símbolo de restaurador da honra e da justiça dos historicamente oprimidos.

Simultaneamente, o salteador, *verbi gratia* — por apresentar um conjunto de motivos nobres — ocupa uma posição ambígua. Enquanto reconhece que desceu às esferas infernais por ocasião das ações que cometeu ou pretende cometer, anseia por sua ascensão ao firmamento da consciência social que o envolverá com o manto brilhante da glória o qual as sociedades contemporâneas e futuras vestem aquelas a quem elegem como herói. No auge de sua atuação marginal, entre a condenação de sua alma ou a memória de sua figura, o proscrito social opta, em alguns casos sem hesitar, pela segunda. Ilustração disso ocorre na literatura com a peça *Os bandoleiros* (1781), de Friedrich von Schiller (1759-1805) quando ainda no primeiro ato, logo após Karl Moor ler o conteúdo mentiroso da carta de seu invejoso irmão Franz, os amigos de Karl debatem acerca da ideia de se formar um bando de salteadores. Plano elaborado por Spiegelberg, o qual — ao convencer mais um amigo para a sua causa, Roller, — tenta demovê-lo do pensamento cristão de condenação, argumentando que, se, por um lado, a alma de Roller salta, por vontade própria, para as mãos do diabo, o nome deste alcançará as estrelas. Citando Spiegelberg,

que importa, no mais, para onde a alma vai? Que importa se bandos de mensageiros galopando à vanguarda anunciarem nosso declínio, de modo que os satanazes se escovem de vontade a cada dia, arrancando as pestanas a ferrugem de mil anos e miríades de cabeças encouraçadas brotarem para fora

da garganta fumacenta de suas lareiras de enxofre apenas para ver a roupa que vestimos? Ora, camaradas! (*Levantando-se de um salto.*) De pé, camaradas! O que nesse mundo compensa esse êxtase de encantos? Vinde camaradas! (SCHILLER, 2011, p. 42).

Apesar da precedência do autor de *Guerra dos trinta anos* (1790) no tratamento da temática do *outlaw* nas páginas estéticas, a peça teatral *Os bandoleiros* não configura, de acordo com Eric Hobsbawm, um exemplo bem acabado de banditismo social. Explico, dentro da tipologia dos proscritos forjada pelo historiador britânico em *Rebeldes primitivos* e depois ampliada em *Bandidos*, o protagonista Karl Moor, diferente de alguns de seus companheiros de grupo, não é reconhecido como um genuíno bandido social, tendo em vista alguns aspectos como ter esse rebelde nascido no seio da nobreza, filho legítimo e reconhecido pelo pai, o conde Maximilian, nobre de uma região da Francônia.

Diferente do lendário Robin Hood mostrado em *O príncipe dos ladrões* (1872) — primeiro volume de *As aventuras de Robin Hood*, adaptação composta por Alexandre Dumas da história oral desse herói britânico medieval —, Karl Moor não desconhecia suas origens nobres e, portanto, não precisou ser criado por camponeses humildes²⁹. O que o lançou para a marginalidade já adulto foi “uma teia mágica de maldições” (SCHILLER, 2011, p. 21) tecidas por seu manipulador irmão Franziskus.

Trágico, como convém a um herdeiro do *Sturm um Drang* germânico, Karl Moor observa a possibilidade de se tornar um proscrito como uma resposta violenta à vontade falsificada de seu pai de não querer vê-lo novamente, longe, portanto, do anseio de um legítimo “bandido bom” de atender as suas necessidades de sobrevivência ou a fome erisictoniana de alimento e de justiça que deglutem os indivíduos mais pobres de seus

²⁹ Sob esse aspecto de disfarce, Riobaldo de *Grande sertão: veredas* estaria mais próximo de Robin Hood do que o sabido herdeiro de Moor. Na versão capa-e-espada de Dumas, Robin descobrirá que sua verdadeira identidade é a de conde de Huntingdon (cf. DUMAS, 2016, p. 64), assim como sobre a pobreza de Riobaldo se esconde a condição deste de herdeiro de grandes fazendas e a sua pretensa ignorância, o de um rico pensador. Isto corrobora com a afirmação de Italo Calvino quando este intelectual vê o herói como um nobre por mais que esteja encoberto por uma identidade de pobre, algo que, talvez explique a profunda identificação deste herói com as camadas populares menos abastadas no meio exato do ensaio “As Odisseias na *Odisseia*”, texto em que o autor de *Por que ler os clássicos* (1991) examina os diversos signos de modernidade impressos nesta epopeia homérica, Italo Calvino assevera em uma leitura comparatista — baseada, inclusive, nos conceitos junguianos — que, formando arquétipos, “[n]o inconsciente coletivo, o príncipe disfarçado de pobre é a prova de que cada pobre é na realidade um príncipe que sofreu uma usurpação e que deve reconquistar seu reino. Ulisses, Guerin Meschino ou Robin Hood, reis ou filhos de reis ou nobres cavaleiros caídos em desgraça, quando triunfarem sobre seus inimigos hão de restaurar uma sociedade dos justos em que será reconhecida sua verdadeira identidade” (CALVINO, 1993, p. 20-21).

concidadãos. Em outras palavras, a conduta que impera no jovem Moor tende mais para uma rebeldia juvenil, típica das criações românticas.

A proteção popular dada a este modelo de bandido, o que o torna de fato digno do adjetivo *social*. Este peso atribuído pelas massas que não somente escolhem o bandido e fornecem tudo aquilo que este necessita para a sua sobrevivência, como alimento, abrigo e proteção contra os inimigos — os quais são os mesmos das comunidades pobres — mas, o separam daquele considerado como criminoso vulgar é o aspecto mais salientado por Hobsbawm que para isto recorre a um argumento de ordem literária e não meramente histórico-factual: a saber, a face mitológica do bandoleiro construída pela tradição daqueles que, ou o conheceram, ou das gerações que o idolatram tempos depois da morte deste.

Para que isto aconteça, entretanto, é mister que “o bandido social incipiente seja visto pela população como ‘honesto’ ou não-criminoso porque se ele for considerado um criminoso contra as convenções locais não conseguirá gozar da proteção local na qual deve confiar inteiramente” (HOBBSAWM, 1970, p. 29), ficando dependente da própria sorte e à mercê das forças do Estado, para o qual o proscrito é evidentemente um bandido em sua pior acepção.

Há, portanto, um sentimento de fraternidade por parte da população local pelo bandido, desde que esse compartilhe de seus sofrimentos e de suas injustiças, odiando os mesmos inimigos, os organismos opressores e cruéis do Estado de direito. E estes sentimentos devem ser respeitados para que o bandido goze dos benefícios fornecidos para si pelos seus conterrâneos, uma vez que, apesar de livre, o proscrito social, quase sempre, decide residir em sua aldeia ou localidade de origem. Se isso não lhe for possível, ao menos habita iminente a este espaço, onde o fora da lei pode ser abastecido pelos seus maiores protetores sem que esse marginal precise lançar mão de um expediente que o faria cair em desgraça aos olhos de “sua gente”, o roubo, pois

[a] pior coisa que pode acontecer a um bandido é ver cortados seus contatos com as fontes de suprimento, porque então ele é simplesmente forçado a assaltar e a roubar, isto é, roubar o povo e assim transformar-se num criminoso que poderá ser denunciado (HOBBSAWM, 1970, p. 30).

A exemplificar esteticamente esses dois aspectos relevantes para a sobrevivência do banditismo, a assistência popular dada de bom grado ao réprobo e a espoliação, comparece o episódio em que o ardiloso “príncipe dos ladrões” enfrenta o latoeiro Wat de Crabstaff em *As aventuras de Robin Hood*. Essa personagem em sua extrema arrogância e cegueira descreve para um ignoto Robin os seus planos de espancar e prender o famoso salteador das florestas

de Sherwood em nome do inescrupuloso xerife de Nottingham sem imaginar que travava conversa com o próprio chefe dos proscritos, esse encoberto pelo disfarce do anonimato de sua pessoa, o qual tinha, como a maioria dos heróis medievais, o desconhecimento de seu semblante na mesma proporção em que sua lenda se expandia.

Robin Hood consegue driblá-lo contando com a ajuda dos comerciantes e dos proprietários de estalagens, haja vista que esses sabiam, defendendo seus ganhos econômicos, “muito bem em que lado do pão estava a manteiga, já que Robin e seu bando eram os melhores fregueses e pagavam suas despesas, em vez de escrevê-lo com giz atrás da porta” (PYLE, 2009, p. 41) e também, por se reconhecerem como os menos afortunados e, portanto, integrantes do mesmo lado social em que se encontram os bandidos, sujeitos empobrecidos pela exploração de tributos que os empurraram para a marginalidade social e para o interior da silvícola Sherwood.

Quanto à ideia de roubo, Robin Hood lança mão de um método mais rentável que consiste em uma espécie, na falta de uma expressão melhor, de “conduta coercitiva” de “seus convidados” transeuntes das sendas florestais a terem seus bolsos surrupiados, deslizando o herói da categoria hobsbawmiana de “bandido nobre” para adentrar brevemente o espaço do “expropriador”, o qual lança mão do roubo de “gordos abades e valetes importantes” (PYLE, 2009, p. 114) para, em geral, financiar as causas revolucionárias, que no caso específico do proscrito bretão servem tanto para a sobrevivência de seus seguidores e de seu povo — em qual rótulo se incluem aqueles moradores da orla de Sherwood que emprestam ao jovem salteador proteção e silêncio —, haja vista que, de acordo com o mito desse bandido representado nas páginas da literatura,

[a]pesar de Robin Hood e seus homens serem fora da lei, só roubam dos ricos, dos fortes e dos desonestos, enquanto não há uma pobre viúva ou um camponês com muitos filhos que viva perto de Sherwood e que não tenha farinha suficiente para o ano todo por intermédio dele (PYLE, 2009, p. 69),

quanto para alimentar a vingança dos homens pobres contra a opressão e as atitudes pusilânimes dos indivíduos das classes dominantes e dirigentes das instituições do Estado, metaforizados na personagem inescrupulosa do xerife, e aquelas que chancelam o governo, sobre essas últimas uma vez mais a acusação recai na Igreja Católica, em especial em seus membros sedentos por moeda vil e por poder, entre os quais as versões existentes de *As aventuras de Robin Hood* só poupam Tuck, o frei ébrio e bonachão que aceitou se integrar ao bando de homens alegres de Hood.

Vivendo perigosamente, enfrentando com valentia, audácia (e uma propensão invulgar para a sorte) seus adversários — os mesmos do povo que assegura em muitas situações o sucesso de suas empresas —, Robin Hood se constitui na *psique* das massas populares como um herói, entre outras características, tão somente por conseguir sobreviver em um mundo perfeitamente injusto. Isto se dá porque, segundo Hobsbawm,

pelos padrões dos pobres, dos oprimidos e dos ignorantes, cujos horizontes são limitados por seu bairro, ou no máximo por sua cidade, a mera capacidade do marginal para sobreviver diante das forças concentradas do ricos e de seus carcereiros e policiais já representa vitória suficiente (HOBBSAWM, 2010, p. 155).

Este aspecto vitorioso do proscrito diante das adversidades, algo não concedido às pessoas vistas como comuns, se assemelha de certa forma, à noção de invulnerabilidade contra os inimigos e os perseguidores do bandido social, característica essa feita marca dentro de um período pré-iluminista no qual também se encontram Hermógenes e Riobaldo no universo do *hinterland* ocidentalizado de *Grande sertão: veredas*, no qual o homem precisa contar com o auxílio de forças ocultas, enquanto o indivíduo moderno e urbano busca, pelas técnicas desenvolvidas pelo conhecimento, sair da representação abstrata e mítica para conquistar o poder de dominação sobre os elementos naturais e também sobre outros homens. Todavia, dentro de uma abordagem marxista, esse homem moderno, ao dominar os métodos e as técnicas do conhecimento sente-se um deus em sua nova dimensão de poder, mas sem o talento para lhe dar com as prováveis consequências de seu uso. Dessa forma, o que se percebe é que o homem se enreda ainda mais nas malhas da Natura quanto mais se move para deixar de ser cativo dessa.

Uma outra característica a ser lembrada na aproximação entre Robin Wood e o narrador do romance rosiano é o talento demonstrado por ambos no manejo de suas respectivas armas. No jagunço de Guimarães Rosa esse se mostra no tiro de arma de fogo enquanto no *outlaw* bretão esta habilidade se revela no manuseio do conjunto de arco e flecha. Por conta disso, esses proscritos ganham notoriedade entre os indivíduos locais, tendo, no caso de Robin Hood, a sua fama espalhada, chegando o seu nome nos sítios mais distantes antes de sua pessoa como convém à figura do herói medieval. Riobaldo, por seu turno, começa a construir o seu mito dentro do jaguncismo com a aquisição de seu primeiro apelido, o de Cerzidor — o qual curiosamente o liga à personagem factual de Lampião que, segundo informam dados de sua biografia, gostava da arte manual da costura, chegando, inclusive, a

confeccionar suas próprias roupas e adereços —, cunhado com base em sua proficiência em cozer seus tiros como pontos “costurados” um do lado dos outros, como relata Riobaldo em dois momentos distintos de sua trajetória.

E pois, conforme dizia, por meu tiro me respeitavam, quiseram pôr apelido em mim: primeiro, *Cerzidor*, depois *Tatarana*, lagarta-de-fogo. Mas firme não pegou. Em mim, apelido quase que não pegava. Será: eu nunca esbarro pelo quieto, num feitio? [...] Aí eu era Urutú-Branco: mas tinha de ser o cerzidor, Tatarana, o que em ponto melhor alvejava (ROSA, 1956, p. 162 e 568).

Atirar bem costurado é, ao longo de *Grande sertão: veredas*, o único talento manual demonstrado por Riobaldo, indivíduo mais inclinado às especulações filosóficas do que às funções imediatas do cotidiano para as quais a maioria dos bandidos se apresenta mais adaptada. Essa característica que beira a indolência no protagonista configura um ponto significativo no distanciamento da essência dessa personagem em relação aos demais jagunços. No percurso de sessenta anos de recepção crítica do romance de Guimarães Rosa muitos trabalhos examinaram o enveredamento do protagonista na marginalidade social, inclusive analisando a composição de seu nome, como a representação de sua incapacidade de tomar decisões acerca da própria vida, correndo baldio como um rio ao sabor das correntezas.

Uma tentativa de resposta começa a se desenhar quando pensamos nos grupos que compõem os exércitos do banditismo rural. Além do maior contingente, formado por jovens em situação econômica paupérrima — o que absolutamente não caracteriza Riobaldo na mocidade, o qual no momento em que ingressa no bando jagunço de Zé Bebelo gozava da proteção do então “padrinho” Selorico Mendes —, os bandos contavam com membros formados por rebeldes e homens à margem da sociedade e ainda um terceiro integrado por rebeldes individuais que em sua condição solitária “não estão dispostos a aceitar o papel social dócil e passivo do camponês submisso” (HOBSBAWM, 2010, p. 59). É neste último grupo que mais ou menos se encaixa o narrador de *Grande sertão: veredas*.

É por causa disso que a condição *sine qua non* para que o indivíduo se torne um bandido é de que ele seja solteiro e sem ligações aparentes de afeto ou de parentesco para que este possa se revoltar contra o aparelho governamental de forma mais livremente, como ocorre em algumas versões literárias do bandido social mais famoso da História ocidental.

Pedra basilar do temário do banditismo social originado pelo historiador Eric Hobsbawm — no qual esse proscrito é tomado como arquétipo do “bom bandido”, inscrevendo-se na História como mais uma das personagens de um daqueles livros da

biblioteca ideal de Calvino, os quais se encontram na estante dos “Temas já conhecidos (por você ou por todos)” (CALVINO, 1999, p. 14) — e concepção afluída no comportamento jagunço de Riobaldo no romance *Grande sertão*, a lenda mitológica do *outlaw* bretão Robin Hood recebeu diversas adaptações e releituras, não obstante para este estudo comparativo destaco duas das versões intituladas *As aventuras de Robin Hood* que, em minha particular observação, se complementam em suas semelhanças e oposições ao representar este símbolo da cultura popular, cujas raízes mais profundas o ligam a diversos fatos reais vislumbrados no interior do Velho Continente desde o século XII.

A primeira (e mais conhecida) é a do francês Alexandre Dumas (1802-1870), a qual vinda à luz, postumamente, em dois volumes entre os anos de 1872 e 1873 foi, como coube a quase totalidade dos movimentos estéticos europeus divulgados pela França — responsável por globalizar este mito, paradigma do bom bandido, no imaginário, sobretudo ocidental. A segunda transposição de Robin Hood a que me volto é a do escritor e ilustrador norte-americano Howard Pyle (1853-1911), outro grande adaptador das lendas heroicas medievais como a que fez da figura do Rei Artur e seus cavaleiros que o tornaram conhecido, inclusive no Brasil.

Uma das primeiras diferenças observadas entre estas adaptações desse mito é no tratamento da lenda. Enquanto Pyle se volta exclusivamente para os episódios da juventude do herói com esse já inserido no banditismo social, Alexandre Dumas, no primeiro volume intitulado *O príncipe dos ladrões*, busca revelar as mais remotas origens nobres e misteriosas de Robin Hood, cobrindo, assim, um período muito mais abrangente do que o mostrado por Howard Pyle e revelando a condição ambígua da personagem, o de um nobre travestido de camponês, condição necessária para, dentro de uma abordagem do seguidor de Marx, estabelecer o comportamento revolucionário do bandido, pois “[o]s criminosos vêm dos pobres [condição, aliás, incontornável para o reconhecimento desses como legítimos bandidos sociais] e são sentimentais em relação a certas coisas” (HOBSBAWM, 1970, p. 34) de acordo com Hobsbawm em sua concepção do banditismo social em *Rebeldes primitivos*.

Diferente da versão de Dumas, o Robin Hood de Pyle, apesar de um comportamento inegavelmente violento e esquentado, comete tão somente um assassinato e ainda assim de forma acidental, depois de se deixar levar pelas provocações de um grupo de guardas florestais acerca de seus talentos com o arco e flechas. Este incidente ganha, ao longo da obra, importância, pois serve como introdução do herói à marginalização social e motivo para que este resida na famigerada floresta de Sherwood, no interior da qual conhecerá seus demais

companheiros e as privações e humilhações a que são legados os pobres pelas mãos de déspotas como o xerife do povoado de Nottingham que os lançaram na miséria e na fome, seja por distorções legais, seja pelo aumento nos valores dos tributos cobrados.

Assim, ele veio a viver na floresta profunda, que seria seu lar nos muitos anos que viriam, para nunca mais compartilhar dias felizes com os rapazes e as moças da vila de Locksley; tornou-se um fora da lei, não apenas por ter matado um homem, mas também por ter abatido um cervo do rei, e duzentas libras foram oferecidas por sua cabeça (PYLE, 2009, p. 22)

Outro aspecto marcante da versão de Howard Pyle que o diferencia da produção de Alexandre Dumas é o caráter ridículo dado ao herói fornecendo teor cômico que se ausenta na versão capa-e-espada, estilo que consagrou a produção do autor de *O conde de Monte Cristo*. Nos diversos combates em que se deixa enredar — na maioria das vezes por motivos banais — pela sua arrogância juvenil, Robin Hood é sempre derrotado de forma vexatória. Todavia, depois de ser lançado nas águas de algum riacho e de ser espancado pelo adversário do momento até o ponto de pedir ajuda de seus companheiros de banditismo, Robin Hood sempre reconhece a superioridade e o valor de seus oponentes, ganhando a amizade destes, os quais em meio a gargalhadas, terminam por se juntar a sua causa social e o *modus vivendi* comunitário sob a liderança desse herói e de sua característica mais difundida entre os de seu bando, a alegria.

Há a diferenciação dos bandidos nobres em relação aos bandidos considerados maus, os quais não respeitam os bens dos mais pobres e, portanto, descritos como verdadeiros *outlaws* que “roubam e saqueiam os mateiros” e “matam viajantes indefesos” (DUMAS, 2016, p. 97). O que é Robin Hood não se assemelha, pois apesar de ter consciência de seu comportamento pouco ortodoxo e da imagem negativa que isso cria sobre ele, o herói reconhece a sua “tirania” com os membros das classes mais abastadas — os quais, na versão capa-e-espada de Alexandre Dumas se traduz nos ricos estrangeiros inimigos dos saxões e os membros corruptos da Igreja, considerados os verdadeiros ladrões — e a sua generosidade e simpatia pelos mais necessitados.

Uma das leis impostas por Robin Hood aos seus comandados, na versão de Dumas, era o de “se encontrar apenas vinte moedas de ouro, respeite a propriedade de nosso hóspede, se o montante for o dobro ou o triplo, pegue tudo” (DUMAS, 2016, p. 518). Essa troca de valores, no entanto, é responsável por fazer com que os moradores das localidades em torno da floresta Mansfield e Nottingham se tornem simpáticos ao bando de salteadores, defendendo-

os em diversas ocasiões em que esses réprobos se encontravam em perigo iminente, haja vista que esses indivíduos “gostavam de Robin Hood e lhes deviam muitos favores; jamais então os abandonariam sem socorro à mercê dos inimigos. [Abrindo] verdadeiro corredor para os alegres homens da floresta com carinhosas aclamações, fechando em seguida passagem (DUMAS, 2016, p. 551).

Como ficou confirmado, o autor de *Tempos interessantes* precisou de mais um decênio entre *Rebeldes primitivos* e *Bandidos* para revelar o seu retrato de corpo inteiro deste banido da sociedade, instantâneo que mostra as duas imagens públicas que espelham este paradigma de fora da lei, a real e a mítica do “bandido bom”, tomada de empréstimo do lendário Robin Hood, transformado em arquétipo da ideologia popular, aquilo que — de acordo com as palavras de Hobsbawm em *Bandidos* (HOBSBAWM, 1969, p. 67) — “todos os bandidos camponeses deviam ser”. Guimarães Rosa, por seu turno, representou nas páginas de suas obras, sobretudo em *Sagarana* — no conto “A hora e vez de Augusto Matraga — e em *Grande sertão: veredas*, utilizou-se do ato de narrar e da erudição de seu criador para forjar personagens que precisaram encontrar outras formas de sobreviver em meio ao morticínio e a aniquilação político-cultural de suas sociedades no breve século XX.

Se do ponto de vista financeiro, o jagunço — assim como os demais paradigmas que compõem o banditismo social — não ajuda a escrever longas laudas sobre a economia nas regiões periféricas, pela sua condição social pode-se observar como essa figura representa um elemento de abundante riqueza tanto para os estudos sociais e históricos, quanto para os estéticos. De acordo com Hobsbawm,

Isso porque o fato crucial na situação social do bandido é **sua ambiguidade**. Ele é um marginal e um rebelde; um homem pobre que se recusa a aceitar os papéis normais da pobreza, e que firma sua liberdade através dos únicos recursos ao alcance dos pobres — a força, a bravura, a astúcia e a determinação (HOBSBAWM, 2010, p. 117-118. Grifo meu).

Dentro de sua consagrada definição do século XX como uma “era dos extremos”, cunhada em sua obra homônima e livro mais difundido no Brasil do historiador, Hobsbawm mostra que a ambiguidade foi o grande signo do século passado, operando não somente nas relações políticas das duas grandes ideologias a sociedade de mercado e a de economia planificada, as quais se antagonizaram mutuamente por volta de cinco décadas, mas também como oposições no interior do próprio modelo capitalista que, a título de rememoração, gerou, em medida jamais observada anteriormente na História, bem-estar e desigualdade sociais em

proporção semelhante e nas atitudes e comportamentos das personagens históricas mais famosas de sua lavra de exames que inauguraram a metodologia da História Comparada, os bandidos sociais que, misturando em suas personalidades conotações de nobreza e de vilania, contribuíram para inscrever os seus espaços e a sua gente nos discursos históricos, os quais anteriormente viam a supremacia das classes abastadas e portadores de títulos nobiliárquicos nas suas narrativas.

Os leitores especializados perceberam na escrita de Guimarães Rosa uma mudança na direção do regionalismo literário — outrora uma tendência exausta e pouco produtiva —, agora portadora de sangue novo e de uma capacidade de inscrever na terra e no homem brasileiros as nuances de dramas vivenciados pelos indivíduos dos quatro cantos do mundo e representados nas páginas de Dostoievski (1821-1881), de Proust (1871-1922), de Thomas Mann (1875-1955), entre outros. Assim, o sertão rosiano atravessa vigorosamente o território agreste geograficamente demarcado, espalhando-se por uma *universalização* de uma topografia comum a todo o território ocidental, fazendo de *Grande sertão: veredas* uma metonímia de todo espaço marcado com o ferrete da violência social, esta capaz de, se tornada costume, produzir uma espécie de pacto entre homens e forças infernais, senhoras da barbárie.

Daí surge a noção de que personagens rosianos como o imortal Riobaldo é, assim tal e qual o espaço que o envolve, uma representação universal do homem (principalmente para o que quero afirmar nesta Tese) em sua caminhada incerta pelo Ocidente. Assim, levando em conta as considerações tecidas por um dos primeiros e mais lembrado intérprete de Guimarães Rosa,

todos nós *somos* Riobaldo, que transcende o cunho particular do documento para encarnar os problemas comuns da nossa humanidade, num sertão que é também o nosso espaço de vida. Se “o sertão é o mundo”, como diz ele a certa altura do livro, não é menos certo que o jagunço somos nós (CANDIDO, 1970, p. 151).

Riobaldo é um homem comum — personagem que persegue as páginas da literatura e da história desde o século XIX, e que, no entanto, foge da imagem esperada para um indivíduo caracterizado como tendo pouca instrução formal e ambientado em uma área periférica de um país, por sua vez, periférico do capitalismo — pois, segundo o moçambicano Mia Couto, escritor confessadamente influenciado pela criação vocabular e imagética de Guimarães Rosa, — ele se traveste em “uma espécie de contrabandista entre a cultura urbana e letrada e a cultura sertaneja e oral” (COUTO, 2011, p. 113). Em seu presente narrativo, é um velho barranqueiro que, por meio de um modelo socrático de narração, se lança num gosto

particular de “especular idéia” (ROSA, 1956, p. 11)³⁰ através de um diálogo com seu sempre oculto interlocutor, embaixador do mundo urbano e civilizado, a quem dirige humildemente seus questionamentos sem nunca esperar de respostas, mas sim a sua cumplicidade aos argumentos que disserta sobre os grandes temas que envolvem a trajetória humana tanto no ambiente telúrico quanto no plano metafísico.

Desmentindo a modéstia apresentada por essa personagem de que é um sertanejo pobre invejoso do conhecimento formal de seu ouvinte, Walnice Nogueira Galvão lembra — em seu *Riobaldo, o homem das metamorfoses* (2001) — que ele é, na verdade uma espécie de narrador diabólico sempre a nos seduzir, seus leitores e seus pactários, para que adentremos em suas veredas confiando em sua narrativa cambiante e cheia de artimanhas marcando, pela tradição oral, as realidades camponesas no país e no Ocidente, as quais permitem ainda poucas mudanças no *modus vivendi* de suas populações. Isto torna figuras como Riobaldo, apartados espacial e temporalmente, poucos “confiáveis” em suas práticas especulativas pelos agentes de poder de suas respectivas épocas.

Contudo, são estas personagens que, ao transitarem entre os domínios da cultura urbana letrada e da cultura campesina oral, nos contaminam com a doença do sonho, tal como expressa o ficcionista moçambicano Mia Couto, pois inserem, na História escrita, as vozes silenciadas das periferias ocidentais, indivíduos negligenciados pelas mentiras contadas durante a construção dos mitos nacionais de seus países.

No interior de uma leitura sociológica, o tempo em que se encontra o narrador de *Grande sertão: veredas* se faz propício para a sua atividade especulativa devido a uma peculiar condição sertaneja que o envolve, distinguindo-o dos demais habitantes do sertão e comprovando uma vez mais a impropriedade acusação atribuída a João Guimarães Rosa por alguns nomes da crítica literária, os quais insistiram em apontar a inverossimilhança deste protagonista no papel de um perfeito mediador de linguagens. O narrador de *Grande sertão: veredas* revela-se na figura de um velho fazendeiro abastado confirmada na narrativa pela expressão “barranqueiro”, a qual denota uma singular situação econômica favorável dessa personagem em relação aos demais sertanejos pobres ou ricos da região do São Francisco.

Por mais que não pareça, o autor ao forjar esse comportamento intelectualizado em sua principal personagem não deixa sequer um único resquício de alienação tanto em relação ao sertão real, quanto ao seu projeto de universalizar a região, pois, simultaneamente ela é única

³⁰ Em todas as citações da obra *Grande sertão: veredas* e também das demais narrativas do autor foram mantidas a grafia original presente nas edições *princeps*. No caso específico do romance a edição é a de 1956.

no espaço do *hinterland* brasileiro, equidistante dos indivíduos pobres do sertão haja vista que, diferente desses, não precisa mais lutar pela sobrevivência e pelo alimento saboroso e honesto, e também de muitos latifundiários que, em sua maioria, não possuem propriedades com barrancas e, portanto, com trânsito livre por terra e pelas águas do rio, em cujas margens Riobaldo se permite lançar em devaneios filosóficos e também linguísticos.

Simbolicamente essa transitividade espacial significa todos os caminhos bifurcados encontrados no relato memorialístico desse narrador urucuiano como o Bem e o Mal, o urbano e o rural, a região e o universal, a história e a ficção, a língua arcaica e a sua modalidade erudita. Não é sem razão, portanto que grande parte da recepção crítica de Guimarães Rosa quando se debruça especificamente em *Grande sertão: veredas* se volte ao exame da fala amalgamada do narrador Riobaldo, uma vez que nessa ocorre sempre o encontro dialógico de dois mundos distantes contrabandeados para a representação ficcional de um espaço periférico no coração da América Latina.

A pesquisa de ordem lexical em Guimarães Rosa efetua algo ambivalente na prosa regional desse ficcionista. Por um lado, ele se mantém, como lembra Luiz Costa Lima em “O conto na modernidade brasileira” (1982), “uma figura isolada” (LIMA, 1982, p. 201) no interior da tendência regionalista, pois adentra na mentalidade sertaneja sem se prender a uma visão hierarquizante conduzida pelo olhar do homem urbano e dito civilizado, mas sim lançando mão de uma dialética entre o universo rural e o citadino, na qual sobressai um confronto que põe em risco a supremacia da última. Isso leva ao outro ponto da criação rosiana, pois, ao se afastar do regionalismo propriamente dito, Guimarães Rosa se universaliza uma vez que, ao buscar essa união entre esses espaços, o autor de *Estas estórias* sem se ligar explicitamente a quaisquer teorias, recorda a preocupação de Marx, mostrada claramente no *Manifesto do Partido Comunista*, da necessidade de desfazer as distâncias entre o campo e a cidade.

Demasiadamente sábio, o protagonista rosiano rompe com a simplicidade da cultura rural que o cerca, filtrando no interior da cultura popular, a das classes dominantes como quer a proposta de *circularidade cultural* de Carlo Ginzburg — grande nome de outra metodologia histórica, a “Micro-história” italiana forjada, em grande parte, nas ruínas das crenças marxistas na virada da década de 1970 para os primeiros anos de 1980 — e atingindo, ao contrário do que ocorreu, na visão de Karl Marx, com grande parte das mentes brilhantes na Era do capitalismo moderno, as quais foram tornando-se progressivamente primitivas, o narrador do único romance rosiano sai de sua experiência de jagunço e das práticas de

violência desta modalidade de banditismo com o seu pensamento profundamente sofisticado por uma trajetória de vida que não se prendeu a nenhuma classe social, fornecendo-lhe, portanto, uma visão mais ampla capaz de melhor captar as dimensões mais internas de todas as camadas sociais e suas respectivas características e diferenças.

Por sua vez, Domenico Scandella (1532-1600?), vulgarmente conhecido como Menocchio — o moleiro italiano quinhentista do livro *O queijo e os vermes* —, assim como Riobaldo, também desenvolve o interesse particular da especulação na velhice, fase em que alcançou a sua estabilidade financeira como dono de moinho. Não obstante, Menocchio, por seu turno, apesar de aparentemente gozar da amizade e afeição de seus conterrâneos das regiões de Montereale e de Friuli, não encontra ouvintes solidários às suas inusitadas teorias escatológicas e contrárias ao *status quo* medieval. Seu mundo, como o de Riobaldo, é o mesmo no qual estão inscritas as

peças que não só não escrevem como não leem muitos livros — muitas vezes por que são analfabetas — que raramente são identificadas por outras pessoas pelos próprios nomes, exceto pelos próprios amigos e, em geral é pelo apelido, que normalmente articulam mal e, raramente, são compreendidas mesmo quando manifestam suas ideias. (HOBSBAWM, 1970, p. 13)

Ao dominarem razoavelmente as competências envolvidas nas práticas de leitura e de escrita tanto o narrador de *Grande sertão: veredas* como o protagonista da obra de “micro-história” se firmam como sujeitos especiais, destacados, portanto, intelectualmente da massa rude e provinciana de seus respectivos conterrâneos. No caso específico brasileiro, por exemplo, tanto o hábito da leitura, quanto a sua introdução em um sistema formal de educação escolar ainda que precário, irão constituir outro traço distintivo em sua trajetória no *ethos* jagunço, possibilitando ao protagonista do romance de Guimarães Rosa galgar — com o auxílio da sorte, a qual movimentava os dados favoravelmente a esta personagem na maioria das vezes — posições de destaque e de respeito no seio do banditismo social, inclusive o de chefe nos instantes mais difíceis da guerra civil sertaneja contra o bando capitaneado por Hermógenes e por Ricardão, a travessia do Liso do Sussuarão é um destes momentos.

É importante recordar, e Eric Hobsbawm nos permite isso nas páginas de sua obra póstuma *Tempos fraturados*, que o conhecimento das letras e dos cálculos matemáticos básicos não é descartado tal como moeda de baixo valor em cenários rústicos como o sertão real do norte de Minas Gerais ou o ficcionalizados pela escrita rosiana, pois, de acordo com Hobsbawm,

[o]s que determinavam a escrita [...] puderam se tornar o primeiro “clero”, classe de governantes sacerdotais. Até os séculos XIX e XX, o monopólio da capacidade de ler e escrever no mundo alfabetizado e a instrução necessária para dominá-la também implicavam um monopólio de poder (HOBSBAWM, 2013, p. 226-227).

sobretudo em meio a jovens pobres e sem perspectivas e líderes de bandoleiros, os quais ingressaram nas fileiras do banditismo rural por variados motivos, engrossando os contingentes rebeldes e os exércitos de excluídos sociais. A exemplificar essa motivação dos indivíduos para a marginalidade destacam-se; i) o de serem transformados em peões no jogo de causa e efeito dos movimentos sociais, tais como catástrofes políticas e eclosão de guerras; ii) a fome e a miséria extrema, as mais relevantes causas; iii) a sede de vingança de sangue; iv) ou, um pouco mais distante, a necessidade de assegurar seus bens e influências políticas locais.

Aparece dessa forma a primeira de muitas aproximações de Guimarães Rosa dos métodos da pesquisa histórica, como a formulada por Carlo Ginzburg, herdeiro de uma arraigada tradição materialista. Uma vez que, tal como na abordagem muito particular que este historiador realiza da micro-história, o autor de *Tutaméia* (1967) reduz a sua escala de observação, realizando uma espécie de análise microscópica da realidade, focando a sua escrita naqueles grandes personagens que ajudaram a compor a complexidade observada no século passado em algumas narrativas inscritas em *Ave, Palavra* (1970) e em *Grande sertão: veredas*.

Na compreensão dos horizontes de expectativas a que chegam estes personagens e de como concebem, dentro de seus limites interpretativos, as leituras e as experiências existenciais as quais têm acesso, dois aspectos são desenhados pelo estudioso de literatura. O primeiro tem a ver com os postulados teóricos da recepção formulados por Hans Robert Jauss em que estes leitores devem ser observados não como meros receptores da matéria artística, mas como “coautores” dos objetos artísticos a que ambos têm acesso, sejam esses o *Decamerão*, *Senclér das Ilhas* ou a *Bíblia*. Em segundo lugar, atenta-se para a circularidade cultural operada pela leitura em que se encontra o substrato capaz de levar estes personagens anômalos para os estudos seriais a uma mobilidade entre diferentes nichos sociais, organizando uma mudança significativa no percurso cultural, agora não mais da elite para as camadas populares, mas em rota contrária.

De acordo com uma publicação do ensaísta Eduardo Coutinho voltada para leitores iniciantes do romance rosiano — intitulada *Grande Sertão: Veredas. Travessas* (2013) —

Guimarães Rosa soube sintetizar em sua obra o misticismo típico de sua origem sertaneja com a instrução humanística ocidental, perfazendo, assim, o caminho entre a cultura oral e a herança intelectual do Hemisfério, promovendo um genuíno depoimento histórico de circularidade cultural

[h]omem do sertão brasileiro, região profundamente marcada pelo mistério e o desconhecido, mas ao mesmo tempo dotado de enorme erudição, proveniente de sua formação e vivência no seio da tradição ocidental, Guimarães Rosa rompe com a hierarquia frequentemente estabelecida entre o *logos* e o *mythos* (COUTINHO, 2013, p. 29).

Na definição deste percurso analítico, observa-se aspectos mais amplos inscritos na produção literária de Guimarães Rosa e na historiográfica, as quais ligadas, constituem laços de unidade para além das fronteiras espaciais e cronológicas, como os elementos históricos, culturais e socioeconômicos nos quais as personagens de ambas as narrativas anteriormente mostradas se inserem, tais como, as questões que envolvem a natureza do Bem e do Mal, como demonstra a leitura de *O queijo e os vermes* e *Grande sertão: veredas* não saíram da pauta de interesses do homem comum em sua tentativa de compreender a si mesmo e o mundo ao longo de quase cinco séculos. Na verdade, este problema intensificou-se no século XX nos anos imediatamente posteriores à eclosão da Segunda Guerra Mundial. A prova disso foi o retorno da figura do Diabo, metaforicamente, elevado ao posto de elemento essencial de nossas experiências de sobrevivência, de política e de moral.

Ao dialogar com a historiografia contemporânea, o sertão rosiano surge como uma metonímia do Ocidente ou vice-versa, isto porque neste espaço de *Grande sertão: veredas*, a geografia nordestina não se configura como ordem, sendo as experiências de violência e brutalidade as grandes e verdadeiras marcas do romance, tal como também foram as do Continente ao longo de sua História. Mesmo o pacto demoníaco feito pelo protagonista-narrador Riobaldo pode ser observado historicamente como o consórcio necessário que os indivíduos devem assinar para sobreviver em meio às desintegrações de suas sociedades.

Enveredando na complexidade do “labiríntico e infindável” (LOPES, 1970, p. 315). Sertão rosiano, deslinda-se a pluralidade de esquemas narrativos que se desdobram uns por cima dos outros, dentro dos quais o escritor mineiro elabora a sua paisagem narrativa erguida a partir do real e profundamente maculada pela nódoa negra de um anacronismo social tipicamente brasileiro, cuja corporificação se dá mais visivelmente nas regiões mais remotas e paupérrimas do Estado nacional, como o sertão agreste nordestino, contudo, sem esquecer que este fenômeno se espria, às vezes, com menor força pelo restante do país.

São nestes espaços de ninguém — regiões miseráveis onde perdurou, e talvez ainda perdura, a ilusão de nossa modernização já tardia no seu nascimento (decênio de 1950) e que, por fim, nunca chegou³¹ — que os movimentos desumanos e aniquiladores operam em toda a sua força. Seus afetados são indiscutivelmente os mais necessitados residentes dessas zonas à margem do capitalismo sul-americano, grandes reféns do poder paralelo personificado pelos coronéis, fazendeiros e suas milícias armadas, compostas por ferozes jagunços. É este o cenário propício no qual, na reflexão de Hobsbawm,

[A] crueldade implícita nas relações entre aqueles que se supõem “naturalmente” superiores e seus inferiores supostamente “naturais” apenas acelerou a barbarização latente em todo confronto entre Deus e o Diabo. Nessas escaramuças apocalípticas apenas um resultado é possível: vitória total ou derrota total. Não se pode conceber nada pior que o triunfo do Diabo. [...] Em semelhante luta, o fim necessariamente justificava *quaisquer* meios. **Se a única maneira de derrotar o Diabo era por meios diabólicos, era isso que tínhamos que fazer.** [...] Se o outro lado é diabólico, então, devemos supor que empregarão meios diabólicos, mesmo que no momento não estejam fazendo isso (HOBSBAWM, 1998, p. 273. Grifo meu).

Na leitura em que me lanço, há, portanto, uma reinterpretação do dado metafísico que passa a ser um símbolo histórico e literário do Ocidente, haja vista que um dos aspectos que compõem, na mentalidade popular, o caráter da figura lendária do bandido social é a sua invulnerabilidade mediante proteção de forças feéricas contra as violências provocadas pelos inimigos mortais.

Vistos pelas massas como seres dotados de poderes super-humanos e ardilosos contra os braços armados do Estado, o bandido social — em tríplice natureza de nobre, de vingador ou de justiceiro —, na maioria das vezes, só pode perecer nas mãos de outro(s) bandido(s) como ele, tal como ocorreu com o grande chefe e “príncipe” (ROSA, 1956, p. 18) Joca Ramiro em *Grande sertão: veredas*, os bandidos “bons” encontram o seu fim nas mãos de traidores. Esta morte constitui o sétimo critério estabelecido por Eric Hobsbawm em *Bandidos* para configuração do retrato de corpo inteiro do bandido tipicamente social, resumido em

³¹ Há dois momentos em *Grande sertão: veredas* que considero representativos dessa utopia de modernidade advinda com o progresso e do abandono governamental que empurram o sertanejo para uma existência de dificuldades. Cito-os:

“Daí, o senhor veja: tanto trabalho, ainda, por causa de uns metros de água mansinha, só por falta duma ponte. Ao que, mais, no carro-de-bois, levam muitos dias. para vencer o que em horas o senhor em seu jipe resolve. Até hoje é assim, por bôrco.” (ROSA, 1956, p. 102.)

“Seo Assis Wababa oxente se prazia, aquela noite, com o que o Vupes noticiava: que em breves tempos os trilhos do trem-de-ferro se armavam de chegar até lá, o Curralinho então se destinava ser lugar comercial de todo valor.” (ROSA, 1956, p. 124-125.)

“nove pontos”. Para o Mal ou para o combate deste, Guimarães Rosa em *Grande sertão: veredas* capacitou alguns de seus personagens em *Grande sertão: veredas* com o selo do pacto satânico, como convém historicamente aos celerados e aos demais indivíduos em espaços onde os pobres só podem contar com a ajuda das forças metafísicas em suas lutas pela sobrevivência. Dentro do universo rosiano, por exemplo, “[o] sertão é postulado como o espaço onde o homem se submete a provações que testam sua coragem, mas também onde Deus e o Diabo disputam a posse das almas” (GALVÃO, 2001, p. 245).

Tão antigo quanto o regionalismo, o tema demoníaco revela suas raízes mais profundas nos bestiários medievais e atravessa séculos até o seu apogeu, vivido, sobretudo, nas estéticas rebeldes do romantismo e do realismo europeu, os quais valorizaram — atendendo aos seus respectivos escopos artísticos — as figuras dos réprobos sociais e alguns marginalizados pinçados no universo dos homens comuns. Material para o embasamento do pacto demoníaco nestes períodos históricos é o que não faltou para estudiosos e escritores, entre os quais destaco o nome de Carlos Roberto Nogueira, que, em seu *O diabo no imaginário cristão* (1986)³², examina o percurso traçado pela maior representação do mal na história do Ocidente. “Fenômeno de caráter essencialmente histórico” (NOGUEIRA, 2002, p. 13), não é, portanto, sem razão que Hobsbawm o insere em seu exame das tradições imutáveis do banditismo rural, pois como nos recorda esse historiador europeu quase ao final do capítulo Quem são os bandidos? desde o quinhentismo, e especialmente nele, era praticamente impossível imaginar um ladrão (nobre ou comum) que não fosse pactário do Mal absoluto.

Ao decorrer dos séculos essa imagem só fez ganhar mais força naquilo que o autor de *Bandidos* denominou de “sistema dogmático dos ladrões” (HOBSBAWM, 2010, p. 62). Percorrendo dessa forma um caminho ascendente na cultura ocidental, a figura do Diabo transfigura-se em *topos* recorrente na literatura deste período conturbado ideologicamente que foi a passagem do século XVIII para o XIX. Representado oniricamente ou não, ganha o demônio *status* de protagonista-mor de algumas produções em prosa e em verso nas quais se eleva ao patamar de maior insurreto da História, sendo aclamado como primeiro grande romântico, em outras palavras, o Demo é a metáfora do indivíduo inconformado que declara

³² A inserção desta referência é devida à sugestão do professor Márcio Araújo de Melo, o qual também se debruçou sobre o tema do diabólico em sua Tese de doutoramento intitulada *As Faces e Facetas do Diabo na obra de João Guimarães Rosa* (2006) em que o autor destaca as configurações do demônio e do estabelecimento do pacto maléfico como agentes articuladores da matéria narrativa do romance *Grande sertão: veredas*. Aproveito o ensejo para deixar impresso meu agradecimento por sua leitura e suas contribuições, ambas feitas quando este trabalho acadêmico ainda era uma versão preliminar.

guerra às forças mais poderosas, tornando-se, ao longo deste combate perdido já em seu início, um deslocado social.

O Romantismo transformará Satã no símbolo do espírito livre, da vida alegre, não contra uma lei moral, mas segundo uma lei natural, contrária à aversão por este mundo pregada pela Igreja. Satanás significa liberdade, progresso, ciência e vida. Tornar-se-á moda a identificação com o Demônio, assim como procurar refletir no semblante o olhar, o riso, a zombaria impressas nas feições tradicionais do Diabo. O Lúcifer de Lord Byron é sumamente grandioso, encerrado em seu próprio mistério, filho da própria experiência e rebeldia. Amigo do homem e inimigo de Deus, que estabeleceu a ordem como um tirano, condenando ao sofrimento, à humilhação e à morte todos aqueles que tinham por única culpa o desejo de conhecer, Lúcifer está ao lado do homem, uma vez que, como o homem, ele é condenado ao sofrimento (NOGUEIRA, 2002, p. 104).

Este personagem será trazido à tona uma vez mais pela literatura contemporânea, todavia emergindo das páginas dos escritores numa simbologia deveras diferente. Nas páginas de *Grande sertão: veredas*, por exemplo, Guimarães Rosa sela o pacto feito por seu herói Riobaldo com Satã como uma alegoria de um consórcio necessário, pois sendo jagunço e sertanejo, o sujeito faz-se próximo do Mal, tornando-se um pouco pactário também já que “quem de si de ser jagunço se entrete, já é por alguma competência entrante do demônio” (ROSA, 1956, p. 11). Pensando na metáfora desta personagem de que “jagunço é o sertão” (ROSA, 1956, p. 307) e este espaço metaforiza todo o território brasileiro (e quiçá, o globo), lembro das palavras do ensaísta lusitano Óscar Lopes (1917-2013) que afirma ser

o pacto com o Diabo é concretamente inevitável, quer na vida individual, quer na política. O *Leit-Motiv* do romance pode com efeito formular-se abstractamente [*sic*] como segue: nós estamos todos sujeitos a um pacto diabólico, somos todos *pactários*, o drama do Fausto é inerente a todas as situações historicamente conhecidas dos homens. Somos uns doidos, um turbilhão de doidos em lutas de bandos, e *o Diabo na rua, no meio do redemoinho*, o Diabo que de resto não existe e todavia nos arma, porque ele afinal não passa da alienação, historicamente necessária, do homem ao homem (LOPES, 1970, p. 320. Grifo meu).

Uma vez que diante das diversas manifestações de crueldade quotidiana, a barbárie — como manifestação do maligno — passa de uma atitude de exceção para uma regra comum e total, como nos ensina Walter Benjamin em seus conceitos acerca da História³³. Coincidentemente, Eric Hobsbawm também precisou voltar seus interesses temáticos e

³³ “A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral”. Cf. BENJAMIM, 1994, p. 226.

metodológicos para a configuração do pacto demoníaco como aspecto de suma importância para o mapeamento dos grupos responsáveis pela composição dos bandidos.

Refletindo sobre a presença do demoníaco na produção literária de Guimarães Rosa, é que um leitor rosiano como Roberto Schwarz constrói a sua análise da *universalização* dos temas tratados pelo autor de *Grande sertão: veredas* confrontando este romance com o *Dr. Faustus* (1947) de Thomas Mann, em que o personagem Adrian Leverkühn (1885-1941) tem a sua existência lembrada pelo amigo Serenus Zeitblom, filósofo sexagenário que se autodenomina aprendiz do primeiro. Não é necessário perscrutar muito para se observar a maior semelhança entre os romances, uma vez que “nos dois casos trata-se de dramas fáusticos. O jagunço Riobaldo e o compositor Adrian Leverkühn têm, cada qual a seu modo, uma tarefa a cumprir, tarefa que está para além de sua capacidade” (SCHWARZ, 1981, p. 43).

Seja a jornada pelo Liso do Sussuarão em demanda pelos Judas, Ricardão e Hermógenes — este jagunço transfigurado em *nêmeses* tanto de Riobaldo e de Diadorim, quanto dos modelos capitalistas e urbanos —, no *hinterland* baiano, seja o desejo de compor uma grande obra musical em um período melancólico da cultura alemã, (o período da Segunda Guerra Mundial) o pacto com a entidade maldita se faz inevitável para os protagonistas que surgem menos reféns de suas obrigações do que da crueldade imposta pelas relações sociais da primeira metade do século XX.

Em todas essas produções e na compreensão do percurso histórico dessa explosão de terror da agência do Mal se dá sempre dentro de contextos socioculturais muito precisos, dentre os quais, para este trabalho dialético entre a literatura e a historiografia contemporânea, ganha destaque o dos movimentos de revolta em que civis e gente popular são oprimidos pelo Estado e pelas demais instituições que legitimam os poderes desse — como afirma o Prêmio Nobel de Língua Portuguesa, José Saramago, acerca de uma dessas em especial, a Igreja Católica, — responsável pela constante alienação de indivíduos pobres e educacionalmente menos favorecidos violentados pelo braço de

uma Igreja tão cúmplice como beneficiária do poder do Estado e dos terratenentes latifundistas, gente permanentemente vigiada pela polícia, gente, quantas e quantas vezes, vítima inocente das arbitrariedades de uma justiça falsa” (SARAMAGO, 2013, p. 77).

Passados tantos anos da libertação do homem pelos ideais iluministas, o século XX ainda presenciou a relação espúria estabelecida entre a esfera pública e a religiosa, o que nos leva a perguntar o porquê de o Estado defender os interesses da Igreja e é, por sua vez,

legitimado por essa instituição? De acordo com outro fervoroso marxista é “porque sentiram que seu *status* e poder estavam escapando de suas mãos e precisavam ser defendidos em algum momento” (THOMPSON, 2012, p. 160). Lembrando um episódio histórico que, de certa forma, dialoga com a oposição feita pelos bandidos à Igreja é o do medo que essa instituição demonstrou do espraiamento da revolução bolchevique — vislumbrando com os olhos da época, um levante em prol das camadas sociais mais pobres — levou os membros da Igreja Católica a apoiarem regimes fascistas e situações desastrosas como foram o implantado pelo *Nationalsozialismus* e o plebiscito ocorrido na região do Sarre em janeiro de 1935, quando essa instituição romana apoiou Adolf Hitler e o retorno dessa área ao comando da Alemanha. Dessa forma, como assevera E. P. Thompson em seu ensaio *Folclore, antropologia e história social*, “[a] religião e os imperativos morais permanecem inextrincavelmente imbricados com as necessidades econômicas” (THOMPSON, 2012, p. 257).

Não é à toa que — independente das origens e das motivações responsáveis por lançar jovens pobres das zonas rurais para os bandos armados formando o maior contingente dos exércitos de proscritos sociais, revolucionários ou não, — em sua leitura do banditismo social ao redor do globo, Hobsbawm denota que estes indivíduos, além dos aspectos inconformista e avesso a estranhos, quando precisam escolher uma proteção metafísica, “Tomam o lado do diabo e não o de Deus”³⁴ (HOBSBAWM, 2010, p. 62), como se esses homens quisessem conscientemente negar a ideia de alienação proposta por Karl Marx.

Dentro do conceito de alienação aparece, como muitos outros, diluído ao longo de vários escritos deixados por Marx como, por exemplo, em *Crítica hegeliana do direito* com a aceção clara de desapossamento de si. No início o pensador alemão enxergava essa perda da consciência individual na religião, devido à observação do indivíduo abrir mão de sua consciência em prol do conhecimento infinito de Deus (a chamada “consciência invertida”) passando a ser dominado por Ele, deixando o homem, assim, de ser dono de aspectos internos como a sua vontade própria e se reduzindo ao papel secundário de criatura no palco da vida. Por analogia, Marx adota essa interpretação à relação entre o proletário e a burguesia capitalista, deixando a definição de alienação o restrito espaço da religião para habitar o

³⁴ Apesar da recriminação feita por Hobsbawm ao drama de Schiller como exemplo de representação da figura do rebelde social, a peça *Os bandoleiros* atende a alguns poucos critérios estabelecidos na tipologia do banditismo, como, *verbi gratia*, a ideia de que o réprobo se coloca sob a regência do Diabo na tentativa de se evadir das alternativas que se desenham para ele e para o seu bando, tais como a prisão, a pobreza campesina, a mendicância urbana, a servidão e a humilhação nos espaços militares. A título de demonstração, segue o trecho inscrito na Cena II do Ato I quando o bandido ingênuo Roller aceita a oferta de Spiegelberg de participar da formação de uma horda de salteadores e, portanto, se integrar às legiões do mal. Diz o proscrito: “Pois bem, empenho minha alma ao diabo” (SCHILLER, 2011, p. 42).

campo material da política.

A figura do jagunço, como a do caipira registrado por Antonio Candido em *Os parceiros do Rio Bonito* (1964), é a de um indivíduo híbrido forjado dentro da progressiva regressão de sua condição civilizada e da proximidade com o primitivismo. Esta fusão justificaria, *verbi gratia*, a necessidade de pactos com as forças maléficas. Com esta leitura não pretendo descartar ou negar os caminhos interpretativos originados pela tradição espiritualista do romance *Grande sertão: veredas*, apenas procuro acrescentar uma tradução histórica, entendendo que, em sua tentativa de travar um pacto com o maléfico, Riobaldo assume metaforicamente para si e o seu sertão um capítulo da trajetória das diversas populações desamparadas do Ocidente. Dessa forma, compreendo que nem sempre esse contrato mágico demanda uma transcendência ou uma catarse, mas uma maneira mais intensa de se armar contra a realidade hostil.

Mesclando aspectos sociais e lendários, a representação do bandido erigida pelo imaginário popular surge cercada por uma aura mirífica. Vivo ou “encantado” como na expressão de Guimarães Rosa, o proscrito deve essa construção poética às pessoas simples do meio rural, as mesmas que terminam por acrescentar “a invulnerabilidade às várias outras heroicas e lendárias qualidades do bandido” (HOBSBAWM, 1970, p. 27). Esta crença das populações periféricas como a sertaneja foi estampada pelo ficcionista mineiro em seu romance quando Riobaldo a compartilha, acreditando que a força de Hermógenes advém do seu corpo fechado com o selo de um pacto demoníaco. Isto leva o narrador a aceitar que esse traidor é um sujeito invencível se não houver por parte de seus oponentes igual aliança com o mal absoluto, uma vez que para triunfar sobre alguém com estes poderes metafísicos, só mesmo se associando às forças de Satã, fazendo uso do Mal para, voltando-se contra esse, combatê-lo, como recorda sabiamente o ex-chefe jagunço quase ao final de sua longa narrativa, “[a] um mal, o mal” (ROSA, 1956, p. 550). Assim, tanto o maléfico quanto o Bem absoluto operam mentiras e inventam novas verdades em disfarces trocados amiúde, ambos vestindo as máscaras da ambiguidade, aspecto tão presente na construção narrativa rosiana e também nas relações políticas que constituíram o século XX.

Diferentemente do que ocorre no romance de Thomas Mann (assim como nos pactos estabelecidos pelas personagens das criações de Goethe, *Fausto I e II* e de Eça de Queirós, em *O Mandarim*), o contrato de Riobaldo com o demônio não se dá mediante a materialização factual deste — ou obedecendo a todo o ritual humano e mágico tipicamente romântico e burguês, ou quaisquer outros em que surja a figura do comerciante sedutor que negocia

sonhos e desejos mediante palavra assinada do comprador e posterior quitação da dívida contraída com a entrega de almas — mas, sobretudo, por uma nítida sensação de mudança sentida por aquele chefe-jagunço em sua personalidade, após o episódio vivido nas *Veredas Mortas*, instante revelador da verdadeira morada do Bem e do Mal: o coração humano.

Uma crença popular assegura que a maior artimanha do Inimigo é convencer-nos de que ele não existe. Não é de se estranhar, portanto, que em *Grande sertão: veredas* o Diabo aparece fora de todos os clichês utilizados nas frequentes descrições dos pactos selados com esta entidade. Desta forma, o que se estabelece com Riobaldo na lúgubre topografia das Veredas Mortas, o escuro coração do *hinterland* mostrado no romance, poderia ser um contrato cujo roteiro se instaura pela vontade unilateral de representação do pactário. No caso desse chefe jagunço, o que a personagem acredita é numa mudança de seu estado atual de valentia e coragem para executar tarefas das quais não se julga capaz de executar como triunfar, em sua condição jagunça, um legítimo representante daquilo que o banditismo sertanejo possui de mais acabado, o seu opositor Hermógenes Saranhó Rodrigue Felipes.

O pacto demoníaco liga as personagens rosianas, Riobaldo e Hermógenes, ao cenário mítico, este relevante não só para a tradição literária do globo, mas também para a compreensão do instantâneo historiográfico que Eric Hobsbawm revela do bandido campesino ocidental na passagem dos séculos. Este *tópos* aparece nos parágrafos finais de “Quem são os bandidos”, terceiro capítulo de *Bandidos* (cf. HOBSBAWM, 2010, p. 62).

Como se dá com o sertão rosiano, o Demo assume diversas formas e identidades, possibilitando então a confirmação do pacto, como mostrado acima, sem o *script* tipicamente romântico, cujas vestimentas de representação não parecem críveis ao protagonista do romance de Guimarães Rosa. Riobaldo então parece mais inclinado a aceitar a sociedade diabólica como algo posto internamente em sua natureza, no caso a coragem para livrar o sertão de seu semblante maléfico, a barbárie e a violência, ambas materializadas na figura do maior dos “judas”. Em sua negativa veemente da existência do Demo e, por conseguinte, da possibilidade de ter havido um pacto maléfico, Riobaldo tenta manter uma porta aberta para a lucidez.

O protagonista de *Grande sertão: veredas*, como bom sertanejo, sabe (ou suspeita) que “o diabo não existe, por isso ele é tão forte” (ROSA, 1973, p. 351) e, assim, é desnecessária toda aquela vestimenta e representações tão pouco críveis para Riobaldo, para o qual

Do Tristonho vir negociar nas trevas de encruzilhadas, na morte das horas,
soforma dalgum bicho de pêlo escuro, por entre chorinhos e estados

austeros, e daí erguido sujeito diante de homem, e se representando, canhim, beijado, manquinho, por cima dos pés de bode, balançando chapéu vermelho emplumado, medonho como exigia documento com sangue vivo assinado, e como se despedia, depois, no estrondo e forte enxôfre. Eu não acreditava, mesmo quando estremecia (ROSA, 1956, p. 404).

Havendo ou não, de fato, o pacto, o importante está no papel organizador do Diabo no interior do enredo de *Grande sertão: veredas*, capaz de gerar — a maneira das divindades greco-romanas — na vida dos mortais a vingança, a repressão, o ódio e, acima de todas estas, um estado superior de justiça. Eis o mundo demasiadamente misturado a que se refere Riobaldo (cf. ROSA, 1956, p. 220), lugar no qual ao invés das coisas apartarem-se, estas transitam incessantemente sem nunca se demarcarem em espaços definidos e imutáveis. Ao contrário, é de ambiguidades que se fazem o homem naquilo que o torna universal e o sertão de Guimarães Rosa — como nos movimentos históricos que obrigaram as sociedades ocidentais a se camuflarem em meio aos combates vividos no século XX e esteticamente mais distantes como na pesquisa sobre a natureza do mal empreendida por Shakespeare nos anos de 1600 em *Macbeth*³⁵ e no conjunto de sua tragédia madura — nascendo o Bem nos domínios do Mal e, o que é mais recorrente, o Mal aflorando nos campos do Bem, ou — a título de comparação — como ocorre em Franz Kafka (1883-1924), quase ao final da novela *Na colônia penal* (1914).

De maneira exaustiva utilizou-se o termo “kafkiano” com o objetivo de verbalizar os absurdos e os momentos de extremo sofrimento humano ocorridos no século passado. Entretanto, poucos leitores conseguiram compreender, sobre o peso do moderno, que assistia na escrita do autor, a necessidade de lembrar a natureza resistente do mal. Na narrativa curta mencionada acima, cujo enredo surrealista antecipou as máquinas mortíferas responsáveis por algumas das atrocidades cometidas contra a humanidade que os regimes totalitários causaram ao mundo —, quando o explorador estrangeiro alcança o túmulo do antigo comandante local e, finalmente, pode ler o epitáfio, nós, leitores e intérpretes da matéria literária, alcançamos a ironia presente revelada pelo narrador heterodiegético, nas palavras lapidares e reveladoras da atitude do Mal absoluto em mimetizar o seu oposto cósmico:

³⁵ A reversibilidade, aspecto tão presente em *Grande sertão: veredas* e demasiadamente apontado pelos ensaios de Antonio Candido sobre esse romance, aparece a miúdo nas peças de Shakespeare como em *Romeu e Julieta* e em *Macbeth*. Nesta última composição do bardo inglês, por exemplo, no desfecho da Cena I do Ato I, quando a tríade de bruxas professa em uníssono que “Fair is foul, and foul is fair” (SHAKESPEARE, 1987, 1100a.), algo, em tradução livre, semelhante à ideia de “Justo é falta e falta é justo”. Todavia, para a composição da necessidade do pacto satânico em Guimarães Rosa e nas sociedades rurais e urbanas na virada do século XIX para o XX mostradas na produção historiográfica de Hobsbawm, pareceu-me mais apropriada (e mais elegante) a solução encontrada pela tradutora Barbara Heliodora Carneiro para esta linha, vertida como “Bom é mau e mau é bom” (SHAKESPEARE, 2015, p. 19).

Aqui jaz o antigo comandante. [...] Existe uma profecia segundo a qual o comandante, depois de determinado número de anos, ressuscitará e chefiará seus adeptos para a reconquista da colônia. “*Acreditai e esperai!*” (KAFKA, 1998, p. 69. Grifo meu.).³⁶

Neste instante da escrita kafkiana forma-se a metáfora na qual as forças maléficas não desaparecem por completo, apenas descansam em seu repouso subterrâneo a espera de novas oportunidades fornecidas por aqueles seus históricos servos e pactários que lhe emprestam o coração como morada, os homens. Não sendo, portanto, extingüível, o Mal demanda, como ensina Riobaldo, os “crespos” humanos, razão pela qual o protagonista de *Grande sertão: veredas*, da maturidade em que se encontra no presente de seu relato, recorra a todos os paradigmas religiosos ao seu alcance. Esta atitude nada tem a ver com a busca de uma ascensão espiritual, tal como almeja Augusto Matraga no enredo da última narrativa de *Sagarana* (1946), mas para bloquear as saídas para o Demônio que nos habita, incansável em sua luta para romper as sempre tênues fibras da civilidade e da liberdade nos diversos espaços sociais.

Isso porque o século passado promoveu um aumento considerável da violência, fazendo o Inferno emergir de seu sono secular, ou de acordo com George Steiner

[p]ode ser que a transformação do Inferno em metáfora tenha deixado uma lacuna formidável nas coordenadas de que a mente ocidental dispõe para localização, para reconhecimento psicológico. Não ter nem Céu nem Inferno é ficar intoleravelmente carente e solitário em um mundo que se tornou plano. Dos dois, o Inferno demonstrou ser o mais fácil de recriar. (STEINER, 1991. p. 66.)

Diante de poucos dados cronológicos que escapam fortuitamente, do enredo de *Grande sertão: veredas*³⁷, Roberto Schwarz, numa interpretação arriscada, localiza o cenário ficcional do romance rosiano dentro do período de 1917, época em que se instaura, na

³⁶ “Hier ruht der alte Kommandant. [...] Es besteht eine Prophezeiung, dass der Kommandant nach einer bestimmten Anzahl von Jahren ausferstehen und aus diesem House seine Anhänger zur Wiedereroberung der Kolonie führen wird. Glauber und wartet!” (KAFKA, 1919, p. 36).

³⁷ É, no mínimo, intrigante como Guimarães Rosa constrói, em *Grande sertão: veredas*, um romance que triunfa esteticamente, apesar de abandonar um dos aspectos estruturantes deste gênero literário: o tempo. A negligência à descrição cronológica ocorre mesmo diante da exposição de fatos documentados, num atitude clara de manter o relato autobiográfico do protagonista *atemporal*, constituindo-se o tempo como fator não primordial das composições ficcionais produzidas no século XX. Como ilustração disto, cito o momento em que Riobaldo descobre as origens de Diadorim: “Este papel, que eu trouxe — batistério. Da matriz de Itacambira, onde tem tantos mortos enterrados. Lá ela foi levada à pia. Lá registrada, assim. Em um 11 de setembro da era de 1800 e tantos [grifo nosso]... O senhor lê. De *Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins* [...]” (ROSA, 1956. p. 590-591).

concepção de Eric Hobsbawm, a Era da Catástrofe, marcada por manifestações político-sociais ao redor do globo, compreendidas no período entre guerras, em que as “frágeis” democracias mundiais, “como mostra a experiência, requerem inimigos endemonizados” (HOBSBAWM, 1998, p. 272). Aqui se desenha o caminho que me leva a aproximar a produção de Hobsbawm e de Guimarães Rosa, a preocupação de ambos em destacar, em primeiro plano, o homem em detrimento dos acontecimentos históricos e dos espaços geográficos.

Supremo senhor das metamorfoses, o Diabo encarna na produção literária do Ocidente a materialização dos desejos impossíveis e necessários levando indivíduos inscritos em territórios em profunda crise social — como os espaços de *Grande sertão: veredas* e *Dr. Faustus* — ao contrato pactual com as esferas inferiores, metáforas, por assim dizer, da violência e da barbárie. As formas como se operam os contratos diabólicos distinguem-se, entre si, sobretudo pela natureza deste encontro, no qual o indivíduo busca pelas forças maléficas no intuito de realizar aventuras antes não possíveis pela sua condição paupérrima e/ou mortal, aprendendo, por fim, parafraseando Eric Hobsbawm, a se habituar ao que é desumano, tolerando o que não é tolerável, em outras palavras, promovendo a desintegração

do que poderíamos chamar de projeto do Iluminismo do século XVIII, a saber, o estabelecimento de um sistema *universal* de tais regras e normas de comportamento moral, corporificado nas instituições dos Estados e dedicado ao progresso racional da humanidade: à Vida, Liberdade e Busca da Felicidade, à Igualdade, Liberdade e Fraternidade ou seja lá o que for (HOBSBAWM, 1998, p. 269).

Sem a ínfima perspectiva de fuga do embate entre as forças metafísicas e factuais do Bem e do Mal, as personagens rosianas caminham, lançando-se em perigos e peripécias dignas dos grandes combates épicos quer da Antiguidade Clássica, quer das épocas das Cruzadas da Idade Média, tentando demandar Deus e a vida por meio de um jogo de enfrentamentos que possui tanto das manifestações anacrônicas de poder paralelo, quanto de experiências oriundas da insegurança — ainda hoje — sentidas nas grandes metrópoles e em pequenas cidades “onde o Estado passa por acentuado processo de desgaste” (HOBSBAWM, 2000, p. 23).

No mesmo ano marcado por transformações que reescreveram o mundo e as páginas das Letras brasileiras, outra obra produzida por um autor nordestino traz à ribalta dois expedientes responsáveis dentro da economia do romance *Grande sertão: veredas*: a saber, o tribunal e a presença do demoníaco. Em *Auto da Compadecida* (1956) — a mais famosa peça

teatral do dramaturgo paraibano Ariano Suassuna (1927-2014) — observa-se a presença desses dois temas, mas como é mais largamente percebido na tradição popular do Nordeste do país de forma diferente da abordagem de Riobaldo.

Fruto menos da criação individual do que da fidelidade retórica do autor de *Uma mulher vestida de sol* (1947) às narrativas medievais e renascentistas europeias, as quais estimularam as mentes do povo nordestino, o *Auto da Compadecida* veste tanto o tribunal como o Diabo com os tecidos da comédia mostrando-se como contraponto aos dramas de consciência e os conflitos latentes entre os valores arcaicos e patriarcais do *ethos* cultural sertanejo e os ideais de ordem e progresso do poder das regiões litorâneas.

As situações extremas por que passam as principais da peça são os mesmos que sufocam as populações destas áreas. De um lado, a exploração nas mãos dos representantes da autoridade local, os comerciantes, os ricos senhores de terra — extrato social representado no *Auto da Compadecida* pela figura arrogante do Major Antônio Noronha de Brito Moraes, símbolo da nobreza feudal a ostentar a própria árvore genealógica e a indolência que o seu *status* historicamente permite —, a Igreja e seus funcionários adutores dos poderosos, os quais contribuem para a manutenção do *establishment* em que os coronéis locais — autoridades constituídas a lâmina e fogo que impõem suas vontades sobre os mais necessitados.

Todavia, em suas condições simultânea de pobres e de indivíduos livres, personagens como João Grilo vencem suas demandas contra os monstros da exploração, da fome e da condenação com as armas do humor e da esperteza, os quais permitem, inclusive, ludibriar o próprio senhor do maléfico, aspecto popular inserido no erudito tema ocidental do fausto como me recordou Márcio Melo.

A possibilidade do Diabo poder ser comicamente enganado pelas artimanhas de uma personagem demasiadamente brasileira presente em nossa produção literária desde o advento do romantismo, o malandro³⁸, cujo comportamento arguto para aproveitar as oportunidades tanto pode abraçar o indivíduo urbano quanto os residentes de zonas mais periféricas e agrestes.

Coincidentemente, a primeira encenação de *Auto da Compadecida* é de 11 de setembro, data que se tornou recorrente nos calendários de atrocidades históricas e de dados

³⁸ Figura examinada detidamente por Antonio Candido em sua “A dialética da malandragem”, ensaio no qual o crítico acompanha a trajetória do protagonista Leonardo Pataca criação de Manuel Antonio de Almeida (1831-1861) para *Memórias de um Sargento de Milícias* (1854-55).

marcantes nas composições ficcionais como *Grande sertão: veredas* e na leitura que Jorge Amado fez da peça teatral *A visita da velha senhora (Der Besuch der alten Dame)* — obra também vinda a público em 1956 — de Friedrich Dürrenmatt (1921-1990), o romance *Tieta do agreste* (1977).

A relação dessa obra de Ariano Suassuna com o tema do banditismo social surge naquele que pode ser considerado como o Ato II de *Auto da Compadecida* lembrado por meio de uma quadra de cordel. O casal mais famoso do banditismo rural do país, Lampião e Maria Bonita, aparece na mensagem da composição popular como epígrafe dos acontecimentos futuros tais como o desaparecimento do cangaço com a morte daqueles líderes considerados pela crença da massa populacional nordestina como indestrutíveis, portadores da imortalidade advinda, segundo às superstições dos pobres, por intermédio do pacto maligno em que a alma do celerado é trocada em consórcio pelo fechamento do corpo desse proscrito social aos ferimentos de facas e de balas.

No enredo da peça de Suassuna é desenhado um réprobo pactário responsável pela condução de quase todas as personagens do *Auto* ao divino tribunal no qual essas, incluindo o próprio cangaceiro da região do Cariri paraibano. O famigerado Severino do Aracaju encontra a sua morte após desativar intencionalmente a sua proteção demoníaca quando acredita nas artimanhas de João Grilo.

Outra semelhança guardada entre o *Auto da Compadecida* e o romance *Grande sertão: veredas* é o grau de consciência que os proscritos apresentam da transitoriedade de seus ofícios marginais, profissões que os coloca sempre ao lado da morte, a qual, na maioria das vezes, condena o celerado rural a uma baixa expectativa de vida. Em meio à comicidade que marca a escrita teatral de Suassuna, o cangaceiro — após uma sequência de crimes cometidos — se pega refletindo acerca de uma utópica ascensão socioeconômica que o permitiria abandonar a vida de proscrito. Assim, se expressa Severino do Aracaju: “[E]u me aposentava. (*Sonhador*) Podia comprar uma terrinha e ia criar meus bodes. Umás quatro ou cinco cabeças de gado e podia-se viver em paz e morrer em paz, sem nunca mais ouvir falar no velho *papo-amarelo*” (SUASSUNA, 2016, p. 81).

A título de comparação, há um outro aspecto que aproxima o banditismo enfeixado no sertão de Guimarães Rosa daquele observado na cidade de Taperoá da peça de Ariano Suassuna é a crença de que o perigo se origina no seio daqueles indivíduos muito pobres, pois — tanto Severino do Aracaju quanto Riobaldo Tatarana, ao encontrar os catrumanos, concordam que —, são esses que não possuem nada de seu, mais facilmente podem se fazer

agentes do Mal³⁹. Como exemplo, têm-se a fala de Severino ao seu subordinado sobre o miserável João Grilo ao receber das mãos deste a “gaita mágica” que ressuscita os mortos, diz o chefe do cangaço: “Aponte o rifle para esse amarelo, **que é desse povo que eu tenho medo!**” (SUASSUNA, 2016, p. 91. Grifo meu).

Na revelação de que no final de sua jornada, o narrador Riobaldo incapaz de comprovar a existência ou não do Diabo e de seu eterno opositor, atinge a síntese de seu processo dialético, a descoberta de que o que pode ser atestado é a travessia do homem, o qual tomba, ora para os lados do bem, ora para os domínios do nefasto, o protagonista de *Grande sertão: veredas* alcança, enfim, a coragem cobrada em sua juventude por Diadorim e capaz de fazê-lo sabedor de sua imortalidade, como em uma composição guardada em minha memória afetiva, “O homem velho” — coincidentemente enfeixada no mesmo álbum *Velô* (1984) em que Caetano Veloso⁴⁰ celebra a língua portuguesa, afirmando entre outras coisas o seu apreço pela prosa ficcional de Guimarães Rosa.

Para além do cômico e do trágico responsáveis por pastorear a travessia humana de indivíduos rurais e urbanos, a leitura proposta pelo ficcionista mineiro compreende a existência como um movimento metalinguístico no qual o aprendizado da vida se dobra tautologicamente na experiência mesma do viver. Esta concepção da existência alcançará o seu ápice na obra derradeira de Guimarães Rosa, *Tutaméia*. Esta coletânea, a propósito, recebeu atencioso exame por parte da pena de Benedito Nunes, o maior intelectual paraense cunhado no século XX, encerrando em *O dorso do tigre* o ciclo de ensaios dedicados ao autor de *Grande sertão: veredas*.

O retorno do banditismo social sertanejo mantém uma semelhança com o retorno de uma hegemonia germânica no continente europeu, ambas são possibilidades sociais e

³⁹ Pertencentes à miséria completa “com os poderes da pobreza inteira” (ROSA, 1956. p. 382.), os catrumanos assustam Riobaldo que assevera ao seu interlocutor de que “homem que não possui nenhum poder nenhum, dinheiro nenhum, o senhor tenha todo medo! O que mais digo: convém nunca a gente entrar no meio de pessoas muito diferentes da gente” (ROSA, 1956. p. 383).

⁴⁰ Entre os momentos em que redigia essa Tese e aqueles em que buscava descanso das obrigações a que essa dissertação impunha-me, pude ler (com prazer estético renovado) o livro de Caetano, *Verdade tropical* (1997), o qual — coincidentemente em 2017 também comemora aniversário. Ao longo dessa terceira edição ampliada e revista por conta dos 20 anos de sua primeira publicação, *Verdade tropical* destaca, em seu universo de referências, por três vezes o nome de Eric Hobsbawm no intuito de auxiliar a composição do painel pessoal do compositor baiano acerca do *breve século XX* e dos aspectos culturais que Caetano Veloso ajudou a forjar no país. Essa lembrança por parte de Caetano do autor de *Era dos extremos* me havia escapado completamente na leitura da edição *princeps* quando esse músico e letrista em seus parágrafos longos à Proust esboça aspectos cruciais do cotidiano das gerações (que como a dele) formadas entre as décadas de 1950 e 1960, sobretudo os impactos catastróficos na política advindos com os milagres econômicos, com as mudanças comportamentais sob a influência cultural hegemônica norte-americana no globo e a importância de movimentos musicais e esportivos brasileiros os quais levaram o mundo a olhar atentamente para o país: a saber, a Bossa-nova e o futebol (Cf. VELOSO, 2017, p. 300, 483 e 484).

culturalmente pouco prováveis, ainda que heranças de ódio e de violência endêmica estejam com as suas chamas bruxuleando nas zonas onde no passado (recente) ocorriam com mais frequência, usando, é claro, novas máscaras, negando, dessa forma as pretensas ilusões pacifistas no mundo, sobretudo quando se trata da realidade social brasileira.

A exemplificar a situação nacional, recentemente, no primeiro turno — e decisivas para cidades pequenas — nas eleições municipais do início de outubro de 2016 houve destaque por meio da imprensa de um acontecimento que nunca saiu de moda na política brasileira, os atentados de caráter político com vítimas fatais e ataques localizados ao redor do Rio de Janeiro atribuídos a uma categoria de turba que vem ganhando gradualmente mais força neste Estado, os grupos de milicianos formados, em sua maioria, por policiais (e ex-policiais) que, conhecendo os meandros incompetentes e profundamente corrompidos do aparelho público de segurança, adquirem a grande parcela de seu financiamento com o tráfico de entorpecentes e de armas, com a extorsão da população civil (pobres moradores e comerciantes locais) e com a prestação de serviços obscuros para políticos corruptos. Em territórios onde o Estado parece mais distante da população como na capital do Maranhão, os alvos foram os transportes coletivos e escolas e uma agência bancária, os dois primeiros usados preferencialmente pelas classes mais pobres, foram completamente incendiados em uma dezena de ataques contabilizados e divulgados pela Secretária de Segurança Pública do Estado. Se as práticas políticas e os seus usuários diretos continuam os mesmos no interior do país, as formas de manutenção do poder “legitimamente democrático” e as manifestações de violência que chancelam este também se mostram, por fim, demasiadamente semelhantes aos do início do século passado. Assim, pode-se denotar que práticas de violências extremas como o terrorismo, por exemplo, tem sua origem não em momentos atuais da história como pensa o senso comum.

Em épocas remotas, como na qual teria vivido e cometido suas aventuras Robin Hood, a lista de possíveis adversários dos bandidos não incluía jamais a figura do soberano, como denota Eric Hobsbawm, “considerado muito distante e responsável pela justiça” (HOBSBAWM, 1970, p. 36) e que, depois de não conseguir vencer o proscrito social e descobrir as reais e justas intenções deste, chama o bandido para junto de si. Todavia, esta união com o monarca representa o maior e mais devastador inimigo no caminho do proscrito significando o começo do declínio do bandido social como se pode observar nas diversas versões existentes de *As aventuras de Robin Hood*. Este, ao ser transformado em cavaleiro da coroa, perde gradativamente toda a sua alegria e agilidade. Em outras palavras, servir

legalmente ao rei é o último disfarce que o Estado despe em sua tarefa de aniquilamento do banditismo social provocando em Robin Hood e nos seus seguidores o raiar do crepúsculo dessas lendárias personagens marginais e de seus valores de honra, fraternidade, amizade e lealdade praticados com os mais pobres e economicamente mais necessitados.

Apesar de uma bela adaptação do mito de Robin Hood feita por Alexandre Dumas em suas *As aventuras de Robin Hood* esta não registra o desfecho do banditismo com a ascensão social de seus membros com bem faz a versão de Howard Pyle. Em ambas, no entanto, a inclusão do bandido à sociedade é pintada como algo que deteriora a coragem e a ousadia que marcam a trajetória do bandido em uma mostra de sua crise existencial, haja vista que a medida em que sua vida vai enriquecendo, acompanhando a evolução das sociedades capitalistas, Robin Hood começa a perder as suas virtudes heroicas ficando menos solar dentro de um cotidiano enfadonho e triste, símbolos da vida urbana a qual tanto ele quanto seus homens buscavam evitar. Tempos assim, como o dos alteadores alegres de Sherwood e do jaguncismo sertanejo, estavam com os dias contados, pois como afirma sabiamente Riobaldo, talentoso narrador e perito inconsciente (?) das abordagens historiográficas, “cidade acaba com o sertão” (ROSA, 1956, p. 167), mas contraditoriamente, não com as práticas de violência que caracterizam este espaço. Dessa maneira, o banditismo clássico pode ser dissolvido, já o sertão mundializa os seus aspectos bárbaros.

Na resolução de conflitos raramente tem-se um desfecho em que grupos conquistam seus objetivos centrais. Com o tempo, e por ocasião da morte de seus grandes líderes, o banditismo tende ao desaparecimento. E não somente isso, com o desenvolvimento econômico o espaço vital e a importância de representatividade do bandido nas áreas rurais sofrem de asfixia. A proximidade estabelecida entre os habitantes do interior e o bandido social difere esse último dos outros paradigmas de réprobos igualmente originados em grupos de indivíduos que agem nos domínios do submundo, uma vez que sobre os primeiros recai a imagem de um herói popular, pois este representa o exemplo do triunfo contra as circunstâncias sociais impostas ao homem comum.

De todos os bandidos, só os de origem campesina ou rural ganham o reconhecimento popular por meio de expressões artísticas que alimentem a lenda em torno de seus feitos como as baladas e as anedotas no caso específico dos proscritos sociais europeus e na literatura de cordel produzida no Brasil. Como na mentalidade de muitos nordestinos pobres em relação a Lampião, “a lembrança dos bandidos-heróis, pois para aqueles os ‘anos dos bandidos’

constituíram uma das poucas partes vivas e reais da história, porque, diferentemente dos reis e das guerras, eles pertenciam ao povo” (HOBSBAWM, 1970, p. 35).

Todavia, a proteção dada pelas populações locais aos réprobos sociais serve unicamente para o bandido nobre autóctone, o proscrito estrangeiro é também considerado (e tratado) como um marginal comum pelas massas como aparece ilustrado no conto minimalista “Barra da Vaca”, quinta narrativa de *Tutaméia*, na qual o medo e o julgamento preconcebidos da aldeia que serve de título para essa composição de Guimarães Rosa levam os moradores a desterrar o personagem, um famigerado jagunço que estaria possivelmente armando em silêncio uma invasão à pacífica localidade, camuflando-se — como acredita a *doxa* dos residentes de Barra da Vaca — em um disfarce de triste e circunspecto cidadão.

Contradizendo o conjunto de juízos elaborados pelo pensamento local, nada na economia da narrativa leva a confirmação de que o taciturno Jeremoavo era realmente, para o bem e para o mal, um jagunço, mas somente o fato desse ser um indivíduo externo já lhe serviu de prova condenatória incontestada, subsídio mais do que necessário para a sua pena de condução compulsória para fora da cidade, a qual será posteriormente cercada contra uma possível tentativa de retorno (a qual não acontecerá) da exilada personagem.

Por conta desse aspecto é que o banditismo aparece ligado intrinsecamente ao grau de instrução da população local, só podendo essa manifestação rebelde sobreviver em áreas em que predominam o atraso político e intelectual de seus habitantes. Pode-se assim sintetizar o banditismo social como obrigatoriamente um protesto inscrito no interior do cenário rural, tradicional, patriarcal, pré-capitalista e pré-político. Quando um desses aspectos desaparecem — seja devido a aquisição de consciência da população pobre, seja pela participação efetiva do Estado cumprindo os seus deveres sociais —, o bandido social desaparece ou é substituído por um novo paradigma de defensor das massas.

O surgimento ou o desaparecimento do banditismo social deve seus movimentos ao regime político-econômico que domina a região onde esses réprobos atuam. Em outras palavras, o passo dado pelo Estado em favor ou na direção contrária da população mais pobre desencadeará ou não a eclosão da violência contida (leia-se endêmica) desses homens, os quais só são ouvidos pelos barulhos produzidos por suas ações incivilizadas. Exemplar é a figura de Damázio das Siqueiras, o “Famigerado” de *Primeiras estórias*.

Uma tentativa de resposta à pergunta que incomoda o jagunço Damázio, responsável por lançá-lo em um espaço equidistante entre os proscritos reais e os originados pela criação literária, pode ser desenhada com base em um diálogo da história do país nas primeiras

décadas do século XX com uma leitura cativa do enredo da narrativa de “Famigerado”. Após o impacto provocado com a chegada em sua casa de um chefe jagunço acompanhado de uma tríade de testemunhas, estas trazidas para aquela localidade sertaneja menos por vontade própria do que pela imposição do famoso celerado, o narrador do conto — uma espécie de farmacêutico pelo que se pode inferir das raras informações dadas amiúde por Guimarães Rosa em suas composições.

Rompendo o seu laconismo, a personagem Damázio, dos Siqueiras, revela ao narrador o motivo que o levou a atravessar o *hinterland* em busca de um significado, a palavra que lhe foi atribuída por “um moço do Governo” (ROSA, 1962, p. 11), o qual, em sua inconveniência, parece brincar com a própria vida direcionando para si a mira desse chefe jagunço, sendo o responsável pela atribuição do predicativo de “famigerado”, expressão que intitula o conto, ao celerado social, provocando mais que sua fúria, a grande dúvida que o tira do prumo e lhe lança em campo aberto. Ao atravessar o nono parágrafo desta composição rosiana, o leitor, com base em seu conhecimento sobre o banditismo social brasileiro, deve se perguntar o porquê do jagunço não ter cometido uma atrocidade como é esperado deste tipo de celerado, e assassinado aquele rapaz considerado “esmiolado” (ROSA, 1962, p. 11) pela personagem e por muitos sertanejos devido a sua impensada atitude?

A resposta se desenha nas poucas pistas que localizam o momento histórico em que se passa a narrativa “Famigerado” deixadas pelo autor de *Tutaméia*, nestas pode-se inscrever o insólito acontecimento do enredo dentro do intervalo compreendido entre o final da década de 1920 e o início dos anos de 30, período marcado por acontecimentos que inauguraram um processo de civilização do *hinterland* brasileiro. Tal período pode ser comprovado pelas páginas de algumas obras literárias e pelas de depoimentos pessoais que dão conta do desaparecimento desta modalidade de banditismo social que caracterizou a violência nesta poção do Brasil.

Nascido no crepúsculo dos anos de 1910, o ensaísta Antonio Candido atravessava a infância em Minas Gerais no mesmo período em que se ambienta o enredo do primeiro romance de Jorge Amado escrito fora dos padrões e dogmas do “socialismo real” moscovita. Lá, o futuro autor de *Formação da literatura brasileira* (1959) pode testemunhar a existência de alguns jagunços que ainda apresentavam a sua pujança no sudoeste do Estado mineiro. Tais informações foram deitadas por Candido nas últimas páginas de seu ensaio intitulado *Jagunços mineiros* de Cláudio a Guimarães Rosa, inscrito em sua coletânea *Vários escritos* (1970).

ainda vi pelo menos um bando de jagunços passar sob o comando desempenhado de um coronel facínora, chefe de uma vila próxima, mandante de infinitas mortes, dono de uma fazenda fortificada e cheia de subterrâneos, cujo nome é hoje motivo de lendas. [...] Mas ainda vi jagunços de renome, empreiteiros de morte ou simples valentões guarda--costas, nas suas bestas arreadas, na flama dos seus pelegos de cor, dos seus bastos prateados e dos seus dentes de ouro. E que, no entanto, sorriam com bondade aos meninos [...] (CANDIDO, 1970, p. 159)

Assim como na teoria, no seio das sociedades não se pode passar a vida inteira em protesto ou em guerra declarada ao *status quo*. É necessária a aceitação de alguns padrões e normas ditas civilizadas ainda que de forma dissimulada (como a daquele velho jagunço em *Grande sertão: veredas* que afirma a permanência nele de um desejo de sangrar outros homens) por parte do bandido livre ou do indivíduo comum no afã de conquistar determinadas formas de benefício ou conforto no jogo capitalista das localidades sob a influência das sociedades de mercado ou como denominou Thompson em *Folclore, antropologia e história social* (1977) de “relações produtivas particulares” (THOMPSON, 2012, p. 262).

Dentro de uma proposta de aproximação do relato literário com os pressupostos históricos, Riobaldo roça em sua narrativa algumas metodologias dessa ciência humana, como, por exemplo, a noção de “homem-história” formulada por Pierre Nora, na qual o sujeito se configura, ele também, como um *lugar de memória* no qual guarda, em seu relato biográfico não o passado total de sua comunidade de origem, mas seus fragmentos, seus restos, suas ruínas.

A expressão “bandidos jagunços” (ROSA, 1956, p. 547-548), presente no relato memorialístico de Riobaldo, abarca o senso comum acerca do banditismo, pois, sendo este e seus homens também jagunços, o narrador identifica aqueles indivíduos como portadores da exceção. Dessa maneira, o protagonista de *Grande sertão: veredas*, em sua contínua narração se deixa afastar da definição lobatiana de inocente, uma vez que — distante do que propõe o professor Benson de *O presidente negro* — esse ex-jagunço não apresenta o comportamento de um indivíduo “de educação mediana e pouco penetrado nos segredos da natureza.” (LOBATO, 2009, p. 37), como, em geral, ocorre com os homens comuns, marcados como todos os demais pelos acontecimentos históricos, mas sem condições intelectuais de promover uma reflexão sobre essas experiências decorridas.

6.

“QUEM MOÍ NO ASP’RO NÃO FANTASÊIA”?

Com efeito, muitos dos maiores movimentos populares dos séculos XIX e XX só podem ser entendidos como uma demanda dos explorados por uma humanidade (seja seus direitos em lei, como homens e mulheres “livres”, como cidadãos, seja seus direitos de voto e de associação, ou seus direitos à independência nacional, seja ainda sua condição e autoestima no trabalho) que perpassa os limites de qualquer definição econômica menos abrangente. (THOMPSON, 2012, p. 258)

Os pobres seres que inconscientemente nela funcionam como atores, confinados a um campo visual muito restrito, nada viram, nem nada podiam prever da tela heroica que os cenógrafos de história iriam compor sobre o tema. (LOBATO, 2009, p. 59)

Enveredando-me e aos meus compreensíveis leitores pelo estudo de como a história universal adentra na particular na obra rosiana, não deixo de compartilhar da observação feita por Jaime Ginzburg — o qual tomou como ponto de partida a *Teoria estética* de Theodor Adorno e na concepção deste de *historiografia inconsciente* — de que, segundo o autor de “Guimarães Rosa e o terror total” (2010) “a experiência histórica está presente nas obras, mas não de modo que os conteúdos sejam expostos de forma direta na superfície” (GINZBURG, 2010, p. 17.). Desta forma, percebe-se no ficcionista mineiro, uma fina estratégia dialética sempre negada, é verdade, entre a história e a literatura inscrevendo discretamente algumas passagens importantes do século XX nas páginas de seu remoto sertão.

Como na revolução vermelha de Mao Zedong (1893-1976), Guimarães Rosa também compõe o seu universo com indivíduos considerados pelas elites como “elementos desqualificados” (HOBSBAWM, 2010, p. 139) formando seu contingente de soldados daqueles mesmos grupos que Paulo Sérgio Pinheiro, citado anteriormente, aponta como o exército de excluídos em períodos de exceção. Encabeçando a lista de peões desse xadrez oriental aparecem alguns dos indivíduos que o autor de *Corpo de baile* atribuiu destaque e valores sociais e míticos, são, como mostra Hobsbawm em “Os bandidos e a revolução” — oitavo capítulo de *Bandidos* —, proscritos, mendigos e prostitutas, e acrescentando outras personagens históricas, mulheres travestidas em cavaleiros a “dançar nas páginas e em enredos da lavra desse autor mineiro.

No plano historiográfico, é dentro do breve capítulo “Bandido como símbolo” que Eric Hobsbawm assume, de forma explícita, a importância do objeto estético para a sobrevivência da figura factual do bandoleiro para além do tempo cronológico no qual essa

modalidade de proscrito real aparece cativo, já que “quase nenhum dos grandes bandidos da história sobrevive ao traslado da sociedade agrária para a sociedade industrial” (HOBSBAWM, 2010, p. 170), como expõe o autor de *Rebeldes primitivos*.

Tanto Guimarães Rosa quanto Eric Hobsbawm ao abordarem em suas produções o vigoroso tema do banditismo, cada qual dentro de seus respectivos limites de atuação, demonstram ter “o passado como parte de seu presente permanente. Em vastas extensões do globo todas as pessoas de determinada idade, independente de origens e histórias pessoais, passaram pelas mesmas experiências centrais. Foram experiências que nos marcaram a todos, em certa medida da mesma forma” (HOBSBAWM, 1995, p. 14), como afirma o historiador examinado ao longo desta Tese em sua descrição histórica sobre o século passado.

Sobreviventes de práticas e de condutas sociopolíticas que construíram o mundo contemporâneo, Hobsbawm e Guimarães Rosa transpõem para o interior de suas escritas algumas dessas importantes experiências que pavimentaram ou destruíram caminhos na vida de milhares de pessoas em volta do Hemisfério. Exemplos dessa ressonância da história ocidental tratados pela historiografia do autor de *Era dos extremos* abundam em *Grande sertão: veredas* como o de um grande fenômeno observado no século passado que foi a emancipação feminina, em cujo processo legou às mulheres, entre outras conquistas, a luta pela igualdade deste gênero ao acesso do exercício profissional. Um dos grandes intérpretes do século XX, Eric Hobsbawm em entrevistas e em alguns dos ensaios escritos em sua longa carreira sempre destacou que no banquete dos homens comuns em que se configurou o século passado, a mulher ocupou vigorosamente a cabeceira. Esta metáfora torna-se verdade em grande parte da ficção brasileira contemporânea na qual a mulher ocupa o papel principal.

Livres, em grande parte, da necessidade de procriar estas novas mulheres foram incentivadas ao ingresso no mercado de trabalho no século XX, segundo Hobsbawm, pela indústria de guerra. No entanto, esta transformação de perfil social lançou novas águas no moinho de problemas do sexo feminino, haja vista que

[s]e a emancipação significava emergir da esfera privada e frequentemente separada da família, da casa e das relações pessoais às quais as mulheres haviam sido tão longamente confinadas — poderiam elas, e como poderiam, reter a parte da feminilidade que não eram simplesmente papéis a elas impostos pelos homens num mundo feito para os homens? Em outras palavras, como poderiam as mulheres competir [...] numa esfera pública formada por um sexo diversamente definido e em termos a ele adequados? (HOBSBAWM, 2011, p. 339.).

É a partir de 1875, com a “transição demográfica”, que as mulheres iniciam uma mudança em sua condição no mundo economicamente desenvolvido. Já em apenas cinco anos, a emancipação feminina se deu, quase que totalmente, na classe média dos países capitalistas do Primeiro Mundo e somente nesses países uma vez que nas sociedades rurais e camponesas, esse sexo precisou aguardar mais tempo para destruir os entraves históricos das sociedades arcaicas e seus valores patriarcais. Uma vez que “[n]a condição da grande maioria das mulheres do mundo, das que viviam na Ásia, África, América Latina e nas sociedades camponesas do sul e do leste europeu, mesmo na maioria das sociedades agrícolas, não havia nenhuma mudança” (HOBSBAWM, 2011, p. 302) de acordo com Hobsbawm no capítulo intitulado “A nova mulher” de *A era dos impérios*.

No desfecho do século XIX, a protoindústria vai transformando-se em uma atividade mal remunerada para as mulheres. Essas, ainda estavam excluídas da economia e também da política. As novas tecnologias do período ampliaram o ingresso do público feminino no mercado de trabalho formal. O magistério tornou-se uma ocupação profissional subalterna e predominantemente feminina. Assim, como se fizeram público-alvo da literatura na primeira metade do século XIX, as mulheres foram também principal freguês do mercado capitalista nas últimas décadas do mesmo século XIX. A expansão da educação formal e secundária para as meninas foi a segunda maior mudança para o *status* social das mulheres.

Outro aspecto sociocultural, e historicamente até impensável, que se desenhou nesse período foi o de mulheres poderem frequentar espaços públicos sem necessariamente a companhia masculina, algo observado mesmo em uma Europa em anos de pleno conflito bélico como exemplifica a narrativa de Guimarães Rosa “O mau humor de Wotan” quase em seu desfecho quando as personagens de Márion e de sua mãe vão ao teatro numa derradeira tentativa rosiana de introduzir a beleza em uma Alemanha que se deixa envolver pelos olores da guerra e das promessas de futuras conquistas. Em situações históricas pontuais como a das primeiras décadas do século passado ainda não é forte o discurso em prol dos direitos femininos, haja vista que, nesse período, grandes mulheres não se envolveram completamente na causa feminista, apesar de muito contribuir para a emancipação do segundo sexo.

Lembrado por Hobsbawm como uma “Era dos extremos”, o breve século XX produziu diversas contradições mesmo em seus instantes mais catastróficos como as duas grandes guerras, pois, ao mesmo tempo em que o avanço tecnológico lançava os homens para os campos de batalha de conflitos que foram tornando-se progressivamente globais, as necessidades de produção da indústria bélica do Velho Continente, por outro lado, permitia,

pela primeira vez na história do Hemisfério, o ingresso maciço das mulheres no então mercado hermético de trabalho para elas. Foi essa, sem dúvida, uma revolução inesperada ocorrida no período entre guerras possibilitando às mulheres a sua saída do estreito espaço doméstico devido à expansão de bens de consumo responsáveis por dinamizar as atividades da dona de casa, sobretudo as esposas das classes médias e média baixa urbana.

Entretanto, essas mudanças sociais do sexo feminino não aconteceram com a mesma velocidade nas áreas periféricas e, sobretudo, nas zonas rurais ou campesinas. Se nessas realidades que, como afirma categoricamente, o micro-historiador Carlo Ginzburg em *O queijo e os vermes*, as sociedades arcaicas são mais imunes às mudanças socioculturais, muito mais conservadores se mostram os bandos de *outlaws* no interior dos quais predomina os valores guerreiros e exclusividades do mito masculino, cabendo muitos poucos espaços para a atuação feminina como os papéis de amante, de colaboradora e, o mais raro, de proscrita propriamente dita.

Apesar de acreditar que a mulher foi a grande personagem histórica na virada do século XIX para o XX, Hobsbawm não deixa de salientar que, no imaginário aventureiro, o protagonista do mito heroico é o homem adulto. É possível observar isto nas páginas de *Rebeldes primitivos*, de *Bandidos* e no engenhoso ensaio “O caubói americano: um mito internacional?” (2013) no interior do qual, esse historiador britânico desmonta a imagem destes cavaleiros pobres como embaixadores culturais estadunidenses legítimos e populares, mostrando que a tradição dos EUA consumida pela mundo é na verdade uma criação não popular, mas transmitida as massas pela indústria do entretenimento, revelando que o mito tradicional desses cavaleiros das zonas periféricas da grande economia capitalista não possui ligação alguma com a realidade vivida por esses indivíduos marginalizados das selvagens topografias dos Estados Unidos no século XIX.

Envolto em seus interesses que rompem as fronteiras herméticas, nas quais boa parte dos historiadores profissionais se encastela, não permitindo o ingresso de outros estudiosos nos territórios temáticos considerados seus, Hobsbawm se despede da vida deixando impresso uma coleção de vinte e dois ensaios que englobam áreas como os destinos dos intelectuais e de suas produções na contemporaneidade até a construção artificial de um mito norte-americano exportado com enorme êxito para o restante do mundo. Grande estudioso das tradições populares, o autor em *Tempos fraturados* se volta para a figura do *cowboy* originado como um ícone da cultura dos Estados Unidos, quando o seu representante real, assim como muitos paradigmas do banditismo social, era o produto de um grupo social economicamente

pobre e marginalizado das zonas rurais, o qual teve uma existência breve dentro do intervalo de vinte anos no decurso do século XIX.

Como se constroem mitos em torno de uma figura rural empobrecida, fazendo desta um símbolo nacional e heroico? Esta tradição elegeu uma espécie de pastor em detrimento de outras tantas formas análogas espalhadas no mundo como, por exemplo, os vaqueiros oriundos da poção nordeste do território brasileiro. O ponto de partida do ensaio “O caubói norte-americano: um mito internacional?” reside no fato de que este paradigma estadunidense tenha ganhado um destaque superior em relação aos outros modelos de tropeiros com os quais o *cowboy* estabelece semelhanças. Isto ocorre devido menos pela participação deste sujeito caracterizado por seu ofício de transportar o gado das fazendas para o mercado consumidor do que pelo *status* gozado pelos EUA graças a sua hegemonia nos âmbitos econômicos, políticos e culturais, estas por conta de sua forte e maciça presença na indústria do entretenimento, compondo a maior parte da produção cinematográfica assistida no Ocidente.

Tal representação ainda se mostra tão vigorosa nos dias atuais que, aproveitando a deixa hobsbawmiana, gostaria de lembrar de algumas leituras feitas desse “mito” rural na cultura chamada *pop* responsáveis por deturpar um pouco mais esta população, cujo mito, nas palavras do autor de *Era dos extremos*, “oferece muita margem para variações” (HOBSBAWM, 2013, p. 316). Algumas dessas leituras são, na absoluta falta de expressão melhor, extremamente hilárias tais como as observadas no intervalo entre os anos finais da década de 1990 e os primeiros do novo milênio quando surgiram novas formas estereotipadas e desconectadas completamente dos espaços rurais onde o genuíno *cowboy* apareceu. Essas novas figuras são, nos EUA, os *cowboys* e, sua correspondente nos âmbitos do sexo oposto e do ficcional, pois na realidade histórica não existiram, *cowgirls* que desfilam ambos um vestuário estereotipado em *boites*, danceterias e clubes noturnos em geral — popularizados, sobretudo, pelo ícone da chamada *popmusic* mundial Madonna — e, no Brasil, pelos reféns das influências e modas estrangeiras chamados pelo pejorativo epíteto de “sertanejos de boutique”. Em todos os casos apresentados, no entanto permanece uma máxima, já retratada pelo historiador inglês em suas análises do banditismo social, a de que o “mito é essencialmente macho.” (HOBSBAWM, 2013, p. 311).

Por conta desta condição secundária da mulher dentro dos grupos de celerados sociais, Hobsbawm — passados trinta anos da publicação de *Bandidos*, na quarta edição da obra (2000) — não conseguiu informações que preenchessem uma dezena de páginas acerca da relevância dessas personagens no interior dessa tradição, cabendo “Às mulheres e o

banditismo” a função de primeiro apêndice desta obra de História Comparada, o qual se mostra ainda mais exíguo em confronto com “A tradição do bandido”, segundo suplemento acrescido nesta edição pelo historiador inglês preenchendo quase vinte páginas em sua tradução brasileira.

Nos poucos papéis sociais destinados às mulheres no exame do autor de *Tempos fraturados*, o primeiro é o de amante, função que atende — em sociedades patriarcais, e, portanto, machistas, — as necessidades individuais e fisiológicas do homem e, em escala mais ampla, a confirmação diante dos demais membros do bando de sua virilidade. Em *Grande sertão: veredas*, na tríade de relações amorosas que compõe os caminhos do coração de Riobaldo, esta função é exercida pela prostituta Nhorinhá, personagem que, ao representar a dimensão erótica do amor, recebeu o olhar da recepção crítica rosiana desde seus primeiros intérpretes até os mais recentes, cobrindo uma lavra de trabalhos nos quais se destacam, primeiramente o de Benedito Nunes e, mais perto no tempo, o de Luiz Roncari.

O fato das amantes serem, *grosso modo*, “objetos sexuais”, todavia não as coloca em posição de vítimas sem defesa em casos em que as relações sexuais não foram explicitamente consentidas, haja vista que dentro do código criminal do Estado paralelo formado pelos proscritos sociais quase sempre a violência cometida contra as mulheres é um delito a ser julgado por uma espécie de tribunal marcial dentro dos bandos. Diferente dos limitados exemplos apresentados em *Rebeldes primitivos*, em *Bandidos*, Hobsbawm expande o mostruário, recorrendo aos paradigmas de fora da lei latino-americanos, como os cangaceiros do Brasil e lembrando o maior símbolo destes, Lampião.

No que trata especificamente acerca das práticas de violência contra a mulher, o líder do cangaço mantinha uma postura ambígua, isto é, de um lado, impunha uma regra clara para a conduta de seus subordinados: a saber, a de não violar mulheres, por outro lado, no entanto, esta máxima tornava-se facultativa em casos considerados extraordinários tais como, apresenta Eric Hobsbawm, “castigo”⁴¹ ou “vingança” e, em outros nos quais a mulher era atingida no intuito de acertar um alvo mais amplo, o desejo brutal “de aterrorizar” (HOBSBAWM, 2000, p. 173) toda a população de uma determinada localidade. Seja como

⁴¹ Aproveito para lembrar que no regionalismo de outro ficcionista mineiro, Afonso Arinos, os jagunços punem violentamente mulheres acusadas de crimes de ordem moral, tais como o de não prantear por um longo tempo os companheiros mortos em defesa de Canudos. “Reprodução moderna da legislação espartana” (ARINOS, 1985, p. 212) — como condena o narrador — essas execuções penais em praça pública servem, por um lado para atender aos anseios maliciosos do povo como é demonstrado na economia da novela *Os jagunços* em que aparecem os extremos da personalidade ambígua de Sá Chica do Rosário, responsável pela denúncia de três jovens para serem castigadas pelos jagunços, quanto para revelar os abusos cometidos por alguns membros do banditismo social, quando esses indivíduos alcançam o gozo de alguma natureza de poder.

for, a atitude cruel que se voltava ou não contra as filhas de Eva era uma ação destinada ao coletivo, ganhando popularidade quando dependiam da convivência e do apoio das massas empobrecidas, ou lançando nestas o medo e o pavor extremo que, em última instância, era favorável ao *outlaw* e ao mito que o vestia de indivíduo perigoso e destemido.

Fora os favores sexuais e as conotações sociais a estes atribuídos, ter uma amante regular era a possibilidade destes proscritos terem, ainda que por brevíssimos momentos, algo parecido com um lar e o aconchego doméstico dos afetos amorosos em seus quotidianos marcados pelo signo da irregularidade provocada pelas longas campanhas e expedições perigosas. Isto, diferente do que possa parecer, não significava coisa de pouca monta, haja vista a impossibilidade característica da “profissão” que impedia ao bandido manter relações familiares, as quais o fariam relutar diante dessa nova vida e das missões a ela imputadas, e ao mesmo tempo, a sua ligação familiar quando havia tinha que ser suficientemente forte para que, uma vez empreendida essa nova atividade profissional, servisse para proteger ou favorecer seu grupo familiar. Ainda que passe de maneira quase subterrânea nas páginas de *Grande sertão: veredas*, comportamentos como estes aproximam homens como Riobaldo e o cruel Hermógenes, este, em particular — como se denota nos momentos que enlaçam a batalha final do Tamanduá-tão — possui uma companheira nos confins da Bahia, a qual visita ainda que não de maneira frequente.

Incomuns foram os casos na literatura e na história do banditismo social em que foi permitido às figuras femininas acompanhar seus namorados, companheiros ou cônjuges nas empresas as quais os celerados se lançaram. Uma vez mais, a *wilderness* brasileira revelou sua primazia em relação a uma certa expansão das liberdades das mulheres no interior dos bandos, fato que não escapou aos olhos argutos de nosso sempre lembrado historiador cultural. Em seu exame comparatista das manifestações do banditismo ocorridas no globo, Hobsbawm assevera que

não são desconhecidos casos em que mulheres acompanham a vida errante dos [seus] homens, ainda que provavelmente, sejam raros os bandos que permitem essa prática de maneira sistemática. **A mulher de Lampião parece ter sido o único caso conhecido no Nordeste brasileiro** (HOBSBAWM, 2000, p. 173-174. Grifo meu).

Por mais significativo que tenha se tornado na memória popular a figura mitológica de Maria Bonita⁴² (1911-1938), é preciso relativizar a sua figura, uma vez que sua presença no

⁴² Em sua palestra “Maria Bonita: mulher e o nome”, realizada na cidade de Recife em 26/03/2014, o historiador Frederico Pernambucano de Mello afirma que este epíteto pelo qual a jovem Maria Gomes Oliveira ficou

bando, assim como a das demais mulheres semelhantes a ela, contou menos para as aventuras destes bandoleiros do *hinterland* do que efetivamente para a felicidade conjugal destas com a possibilidade de minar as infidelidades sexuais de seus companheiros, “já que a presença delas poderia inibir suas aventuras amorosas casuais” (HOBSBAWM, 2000, p. 174) retirando destes homens irascíveis as ocasiões oportunas para seus delitos de amor, pois se encontravam, na proximidade das companheiras, presos às cadeias do respeito à sua parceira mais regular na vida e no sentimento.

Ainda que detentora de grande importância dentro do cenário do cangaço nordestino, a figura ímpar de Maria Bonita não lançou a mulher para a linha de frente dos grupos de bandidos que conquistaram fama no imaginário popular. Neste ponto foi outra companheira de bandoleiro que galgou alguns mais degraus para a causa feminina. Hobsbawm lembra o nome de Sérgia Ribeiro da Silva (1915-1994), a Dadá, — a parceira de Cristino Gomes da Silva Cleto (1907-1940), mais conhecido por seus apelidos de guerra Corisco e Diabo Louro — a quem o historiador entrega credenciais de bravura que a fariam capacitada para, inclusive, o comando de homens armados.

Se em meu exame da literatura produzida por Guimarães Rosa me utilizo da matéria histórica, a disciplina histórica faz uso do acervo literário no intuito de compor o retrato desta personagem do nordeste brasileiro, quando Eric Hobsbawm a põe ao lado da fascinante *lady Macbeth* — criação shakespeariana superestimada por grande parcela dos leitores do Bardo, os quais a vem mais importante do que realmente é para a economia da tragédia — ao celebrar seus talentos para momentos difíceis em que é preciso amordaçar o coração e os sentimentos, estes tradicionalmente mais exacerbados nas mulheres e historicamente observados como características inferiores a serem evitadas nos homens.

Mesmo assim, já enfrentando vários obstáculos frente ao seu ingresso — e depois deste conseguido — até esse momento persistia uma muralha a mais a ser derrubada pelas mulheres, sendo que tal obstáculo nada tinha a ver com a sexualidade ou possíveis condições de fragilidade a elas atribuídas, mas sim ao sexo oposto e às “necessidades” desses. Por mais

conhecida no país e no restante do mundo não passa na verdade de uma tradição inventada por jornalistas cariocas em 1937, sendo, portanto, mais uma criação urbana em torno do mito da companheira de Lampião que nada tem a ver com a figura real e histórica da “Rainha do cangaço”, esta sim uma dentre tantas alcunhas que Maria Bonita recebeu de seus contemporâneos no meio rural em que habitou. Sobre as origens desta revelação, o autor de *Guerreiros do sol: violência e banditismo no nordeste do Brasil* (1985), em depoimento a Fellipe Torres, jornalista da edição online do *Diário de Pernambuco* (23/03/2014), diz: “Fiz essa descoberta por acaso, em 1983. Foi uma surpresa ver que esse nome de guerra não nasce no Sertão, mas no meio urbano do Rio de Janeiro, em 1937, por meio de uma ‘conspiração’ de jornalistas. E toma conta do Brasil repentinamente, caracterizando verdadeiro fenômeno de massa”.

insignificante que seja, uma disputa entre dois bandidos pelos favores de uma mulher pode colocar todo o bando em ruína. Em outras palavras, como denota Eric Hobsbawm, “[n]ada é mais deletério para a solidariedade de um grupo do que a rivalidade sexual” (HOBSBAWM, 2000, p. 174) de seus proscritos.

O papel de amantes desempenhado pelas mulheres dentro dos bandos só não foi mais secundário do que o de colaboradoras, função que se caracteriza sobriamente pela manutenção de um canal de comunicação entre o insulamento de seus companheiros com todo o mundo exterior de onde os bandidos machos precisavam de suprimentos e contatos para as suas longas e extenuantes jornadas. É claro que sem este trabalho de “logística” feminina a sobrevivência do bando seria, em muitos casos, diminuída. Todavia, por outro lado, essas atividades praticadas por mulheres não as legou, por exemplo, o nome na história ou na literatura em que glosam o banditismo social, ou mesmo resolveu suas necessidades dentro de um mundo arcaico onde a mulher sofre modos muito peculiares de violência como o defloramento sexual. Este crime, aliás, ao lado dos assassinatos de maridos e de outros parentes, foram, segundo o levantamento histórico promovido por Hobsbawm, os mais decisivos fatores que lançaram definitivamente as mulheres nas malhas do banditismo rural, no interior do qual um número infinitamente inferior de indivíduos femininos se destacou.

Por tudo isso, as mulheres que se travestiam de homens então se levantaram em uma dupla revolução: a saber, a primeira contra o seu papel historicamente secundário e, posteriormente, a favor da possibilidade de participar frontalmente dos combates de sangue “riscando” lâminas e manejando armas de fogo, tendo, como recorda Eric Hobsbawm em “As mulheres e o banditismo”, só o sexo a distingui-las “dos outros bandidos” (HOBSBAWM, 2000, p. 175). Para o alcance desse escopo, no entanto, estes mitos femininos sempre se caracterizaram com vestimentas masculinas, talvez no intuito de serem finalmente vistas como seres fortes.

Como resposta para esta questão, a escrita do autor de *Sagarana* formula a construção de um universo sertanejo em permanente conflito onde surge, por exemplo, a figura ambígua e brava de Diadorim (ou sua identidade jagunça masculina Reinaldo), mestre de Riobaldo — garimpando com este as belezas da natureza — e partícipe das revoluções sociais em pé de igualdade com os demais jagunços, seja em campo de batalha, ou em duelos em defesa de sua moral ofendida. Tal personagem desmente a construção cultural do Ocidente de uma fragilidade feminina, haja vista que essa “jagunça” se filiaria, pelos domínios literários, ao mito das “donzelas guerreiras” e, pelos do banditismo aos bandos *haiduks* — cujo significado

de “condutor de gado” se origina de uma expressão húngara, segundo afirma Hobsbawm em *Tempos fraturados*. Entre esses camponeses quinhentistas, em sua maioria do sudeste europeu, empurrados para o banditismo armado — as “moças se portavam como homens, vestindo roupas masculinas e lutando como homens” (HOBSBAWM, 2010, p. 108) e que, em uma dimensão ideológico-social, equivaleria ao sexo feminino, à tão sonhada liberdade do sistema de opressão gozada pelo banido originalmente masculino.

Coincidentemente na mesma década em que traz ao público *Grande sertão: veredas*, Guimarães Rosa adentra simultaneamente no estudo da Hungria e na crítica literária ao assinar o prefácio “Pequena palavra” da *Antologia do conto húngaro* (1958) organizada pelo também húngaro Paulo Rónai. Essa investida rosiana deve ser lida como uma peça a mais na história humanitária desse ficcionista brasileiro uma vez que ao escrever não somente sobre as narrativas enfeixadas na coletânea, Guimarães Rosa também se debruça sobre os costumes do povo húngaro, a beleza e força de suas mulheres, o paladar apurado de sua gastronomia e a riqueza e multiplicidade de seu musical idioma.

Ao abordar em “Pequena palavra” o gênero conto, Guimarães Rosa deixa evidente a motivação que o levou a cultivar em sua produção estética essa modalidade como aquela em que mais deixou fluir a sua escrita e pela qual bem mais soube transpor a força de sua literatura. Sobre esse gênero, o autor de “Desenredo” define que esse é um “dos mais próprios para pôr à vista e em perspectiva as características de uma ambivalência humana e a compleição anímica de um povo” (ROSA, 1958, p. XXV) mantido vivo em sua memória cultural, graças às atitudes como as de Guimarães Rosa que trouxeram a tona um país cujos grandes escritores foram massacrados pela barbárie de regimes totalitários no século XX.

Guimarães Rosa, ao descrever em “Pequena palavra” a situação topográfica de Budapeste, dá a capital húngara um aspecto semelhante ao observado na natureza de suas personagens: a saber, a ambiguidade. Esta, para residentes do oeste e do centro-leste europeu como os alemães, significa considerar a cidade como sendo Oriente, ainda que essa *urbes* esteja politicamente incrustada no Ocidente. Considerando que essa “Pequena palavra” foi escrita no início do segundo semestre de 1956, é possível denotar nesta apresentação da Hungria uma recorrência imagética já utilizada pelo autor em *Grande sertão: veredas*, a da figura do masculino dentro do feminino — iconicamente representada por Diadorim — para compor a oposição do Ocidente (masculino, urbano) e do Oriente (feminino, doméstico e hospitaleiro) que se encontra em Budapeste. Cidade “‘Rainha do Danúbio’, sobre as duas margens, dividida, dupla, una, *Buda + Pest*” (ROSA, 1958, p. XIX).

Abrindo um pouco mais o leque das representações da realidade que faz a ficção, pode-se afirmar que a encenação ambígua de Diadorim vai além das mulheres que se destacaram no interior dos bandos de proscritos sociais que se organizaram na virada do século XIX para os primeiros decênios do século posterior, mas como uma pulverização dos domínios binários que ocorreram na cultura ocidental no século passado. Tanto na cultura do mundo contemporâneo, como na construção que Riobaldo tece em seu *Grande sertão* “homens e mulheres estão não apenas manobrando no terreno neutro da indistinção, mas também intercambiando papéis — no vestir-se, no pensar, com relação a funções econômicas e eróticas que antes estavam separadas” (STEINER, 1991, p. 93) entre os sexos.

É preciso lembrar que Diadorim, exemplo invulgar entre os diversos grupos de bandidos estudados pelo professor do Birkbeck College, ainda descende de uma longa tradição oriunda da porção central do país, um grupo de outras mulheres excepcionais da crônica mineira, revelando, assim que, nas palavras de Afonso Ávila, “em *Grande sertão: veredas*, não são pouco os tipos colhidos ao vivo, as histórias correntes na sua região que [Guimarães Rosa] transpõe para o domínio da arte” (ÁVILA, 2001, p. 97.).

Se conhecesse os hábitos e crenças dos sertanejos, ninguém taxaria de inverossímil a moça Diadorim, disfarçada toda uma vida em homem. Entre eles é comum cumprirem-se as promessas mais absurdas aos seus santos, por exemplo a de se criar uma menina como menino. Por outro lado, a crônica de Minas é pródiga em mulheres excepcionais, matriarcas ou viragos como Dona Joaquina do Pompeu na colônia, atuante até hoje em nossa vida pública através de seus descendentes, Ana Felipa de Santa Quitéria, que na revolução liberal de 1842 marchou sobre Sabará à frente de setecentos homens, ou, mais recentemente, a famosa Tiburtina de Montes Claros, que sublevou o norte do estado por ocasião da Aliança Liberal (ÁVILA, 2001, p. 97.).

Sobre a real identidade desta figura recai muito do interesse acerca do romance rosiano, uma vez que a ambiguidade de seu ser a faz movimentar-se incessantemente entre os polos masculino e feminino, sem jamais fixar-se dentro de um deles, exemplificando a afirmação da crítica freudiana, de que os espaços dos gêneros são *locais vazios* e, portanto, passíveis de preenchimento. Diadorim/Reinaldo transita entre com grande facilidade esses dois hemisférios trajando com maestria a fantasia mantenedora de sua condição bivalente, o próprio nome. Diadorim, como ressaltou Antonio Candido em “Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa” — ensaio originado de um curso ministrado por este professor no início da segunda metade da década de 1960 no qual este intelectual divide sua observação deste fenômeno social tão relevante para a literatura brasileira entre os territórios da história e os da

estética —, é um nome sob a égide da ambiguidade vivenciada pela personagem, “é a mulher-homem”:

cujo nome se forma ele próprio por um deslizamento imperceptível e reversível entre masculino e feminino, justificado pelos hábitos fonéticos do homem rural (que pronuncia: Deodoro ↔ Diadoro ↔ Diadorinho ↔ Diadorim ↔ Diadorinha ↔ (Deodorina) ↔ Diadora ↔ Deodora) (CANDIDO, 1970, p. 170).

Essa donzela-jagunço a movimentar-se entre a rudeza masculina e feroz, inata do bandido social, e a delicadeza própria da mulher para deslindar a beleza própria da Natureza, promove o surgimento de uma espécie de androginia sertaneja, portando em si mesmo(a) o bem da ternura e o signo da barbárie vivenciada entre os bandos de celerados e, simultaneamente, desenvolvendo nos homens a educação sentimental e poética, mostrando, quando esse assunto ainda nem estava inscrito na pauta da agenda do dia dos movimentos de igualdade entre os sexos que o exato ponto de partida para a compreensão do sexo feminino é o entendimento da mulher não como ser incompreensível, mas tão somente como diferente.

O tablado do século XX viu então o surgimento de uma nova personagem em seu cotidiano, a qual passou de uma posição secundária para a de protagonista, a mulher que, no entanto também se mostrou vítima dos valores tradicionalistas de um patriarcado em zonas periféricas e das opressões políticas e ideológicas impostas por sistemas autoritários e/ou ditatoriais, aspectos que, evidentemente, foram mais sentidos nos grandes centros devido a um estado mais desenvolvido de conscientização do contexto sócio-político por parte dos indivíduos residente dos espaços urbanos.

Lembrando o trabalho de Walnice Nogueira Galvão intitulado “Diadorim e os mitos do feminino em Guimarães Rosa” (1981), percebe-se que a personagem de *Grande sertão: veredas* destoa dos vários paradigmas femininos impostos pelas tradições patriarcais e literárias brasileiras e no conjunto da ficção rosiana. Diadorim não é uma “hetaira” como as prostitutas que *dansam* no sertão de Guimarães Rosa, não se assemelha às velhas matronas conselheiras do Amor (exemplo maior visto em dona Rosalina de *Corpo de baile*) ou detentoras do poder econômico local, não é uma talentosa contadora de histórias ou bruxa de pujanças mágicas.

Somente nesse trabalho de 1981, mais precisamente no décimo sexto parágrafo é que Walnice Nogueira Galvão, depois de muito se aproximar da atmosfera temática em que se encontra o *banditismo social* hobsbawmiano em trabalhos como *As formas do falso*, menciona

explicitamente — ainda que em um breve período — o nome do historiador britânico ao lembrar o capítulo que Eric Hobsbawm dedicou às mulheres dentro do banditismo rural, retomando, inclusive algumas das figuras cangaceiras observadas pelo intelectual britânico.

Apenas um papel cabe a Diadorim, segundo a autora de *Saco de gatos*, o de “donzela-guerreira” Tampouco o comportamento de Diadorim é algo inédito na história do banditismo social ao redor do mundo, haja vista que algumas mulheres, travestidas ou não, tornavam-se proscritas levando adiante tradições familiares marginais seculares, executando vinganças e assaltos no lugar de parentes do sexo masculino afastados da vida criminosa por conta de, ou estarem presos ou mortos. De qualquer forma, na ausência dos varões cabia às mulheres seguir em frente com “as vocações criminosas”, que de acordo com Hobsbawm “eram frequentemente hereditárias” (HOBSBAWM, 2010, p. 63).

No interior de uma leitura histórica, o *princípio de reversibilidade* forjado pelo nosso maior crítico Antonio Candido, juntamente com a sua concepção de superação do aspecto pitoresco do regionalismo atingida por Guimarães Rosa, é a grande contribuição dada por este crítico à interpretação das obras rosianas, constituindo uma impagável e incontornável dívida acumulada pela recepção crítica ao longo dos últimos setenta anos como o autor de *Vários escritos* (1970). No intervalo de 2006-7, enquanto redigia a minha Dissertação de Mestrado acerca da importância dos trabalhos de Antonio Candido para a fomentação das interpretações posteriormente tecidas do universo ficcional do autor de *Grande sertão: veredas* não me atentei para o fato de que, em uma abordagem histórica, este princípio deixa de ser meramente ficcional, pois incorpora a face real do Ocidente, haja vista que torneios ambíguos foram traçados pelos dois lados que construíram a Segunda Guerra. E mesmo o grande mal de Hitler acabou agregando divisões nacionais como o bloco imperialista europeu e a União Soviética que talvez, em condições diferentes das que se apresentaram nos primeiros cinco decênios do século XX, jamais se unissem em combate.

A recepção crítica — contemporânea de mestre Candido e a posterior a ele — encontrou dificuldades para compreender *Grande sertão: veredas* e, por extensão, a personagem Diadorim dentro do espaço sertanejo apresentado. Alguns poucos nomes da crítica brasileira enxergaram inverossimilhanças no Sertão ficcional rosiano, posto em confronto com o horizonte sertanejo factual, pretendendo denunciar, assim, a existência, em Guimarães Rosa, de uma região mirífica divergente em tudo do espaço documental, ponto de partida para a criação do autor. Diadorim, portanto, seria, como muito do que há nas narrativas rosianas, apenas um símbolo.

Na inovação proposta por Guimarães Rosa para o regionalismo estético brasileiro, esta personagem — neblina que impede o narrador de *Grande sertão: veredas* de ver e compreender claramente o passado e os rumos por ele tomados — não seria, portanto, vinda de Deus, de Sua luminosidade solar incrustada na primeira sílaba do nome jagunço Diadorim, mas da obnubilação do Mal presente nas letras que o enceram, lembrando a escuridão do fim. Apesar de este bandido mascarado pela androgenia ensinar o jovem e inexperiente Riobaldo a reconhecer e apreciar a beleza da Natureza, como fez na história do cangaço Maria Bonita com Lampião, Diadorim não é Beatriz a conduzir o protagonista do romance rosiano pelas veredas celestiais. Ao contrário, é pela mão dele que Riobaldo adentra os caminhos *de profundis* da marginalização social e da violência, signos comumente atribuídos ao maligno.

É no desaparecimento desse disfarce, quando Diadorim já morta e com o seu “corpo cosido de facadas é retirado das roupas de jagunço para ser submetido às cerimônias do funeral” (GALVÃO, 1981, p. 42) é que se descobre a sua ligação, não mais com as personagens históricas como os *haiduks* húngaros, mas com as grandes criações literárias universais, sendo Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins — a face real dessa composição rosiana por debaixo das máscaras de Reinaldo e de Diadorim — também uma pactária, como Riobaldo e Hermógenes, das forças infernais.

Quando o narrador de *Grande sertão: veredas* rememora, muitas décadas depois, que o fado dessa personagem foi o de nascer “para o dever de guerrear e nunca ter medo, e mais para muito amar, sem gozo de amor” (ROSA, 1956, p. 591), nesse trecho o percurso da existência de Diadorim lembra a ideia do pacto demoníaco visto nas obras europeias como, por exemplo, o *Doutor Fausto* de Mann em que, metaforicamente, a sociedade alemã abdica do calor das relações afetivas em prol da conquista de uma grandeza. O pacto demoníaco é mais que uma escolha para as sociedades que anseiam sobreviver no temeroso século XX é uma necessidade imperiosa em que todas as atitudes humanas estão envolvidas. É como afirma Riobaldo ao seu interlocutor no instante em que retoma o relato de sua passagem pelo jaguncismo, “[d]igo ao senhor: tudo é pacto” (ROSA, 1956, p. 308).

Em todas essas páginas estéticas, lê-se que o Diabo empresta dons como a bravura e a inquebrantável coragem, mas, como preço ao pactário, o impossibilita arder no fogo dos sentimentos transcendentais como o amor, sentimento que nas interpretações de Benedito Nunes (*O dorso do tigre*) e em Walnice Nogueira Galvão (“Diadorim e os mitos do feminino em Guimarães Rosa”) convergem para uma compreensão na qual se delineia os caminhos de

ascese. Todavia, em uma leitura da trajetória político-econômica das classes sociais, a impossibilidade do enlace afetivo entre as personagens do romance de Guimarães Rosa se dá para o atendimento de uma determinação capitalista e de ascensão social do narrador das páginas de *Grande sertão: veredas*.

Como nos ensina Thompson, o movimento econômico está envolto o tempo todo na história dos fenômenos sociais conferindo conflitos e desequilíbrios. O termo econômico não se refere unicamente ao valor monetário, mas abarca também as etapas e tarefas intelectuais e culturais. Dentro da evolução capitalista, perdurou a noção de que as “relações sociais econômicas” (THOMPSON, 2012, p. 164) estão, ou deveriam estar, apartadas das relações ditas “não econômicas”. Dessa maneira, sentimentos, afetos e demonstrações de ternura seriam vistas como cartas retiradas do jogo capitalista no qual a única moeda válida é o dinheiro. Mas então por que Riobaldo consegue casar-se com a sua prometida Otacília?

A resposta está nos motivos anteriormente apresentados que configuram o processo de ascensão social de Riobaldo que compreende os papéis de “bandido bom” e o de rico e respeitável fazendeiro com direito ao “dote” representado na figura da fazenda Santa Catarina, o prêmio que o próprio narrador havia duvidado merecer (cf. ROSA, 1956, p. 158). Depois, porque na mudança de planos do Estado para civilizar o sertão, recusam os valores que compõem a personalidade de Diadorim tais como “tenacidade, bravura, o uso de armas, a prontidão para infligir ou suportar sofrimentos, indisciplinas e uma forte dose de barbarismo” (HOBSBAWM, 2013, p. 315), além de uma inaptidão histórica de Diadorim para os espaços restritos da casa não encontram mais espaço dentro de uma “tendência inata do capitalismo a reduzir todas as relações humanas às definições econômicas” (THOMPSON, 2012, p. 167).

Tal como ocorre na resolução de conflitos raramente tem um desfecho em que grupos conquistem seus objetivos centrais, Diadorim não pode socialmente ascender como Riobaldo, a não ser nos espaços profundos da memória afetiva desse protagonista o qual se faz uma raríssima exceção que valida a regra dolorosa de que nem sempre as histórias contadas pelo século XX têm um final feliz que é a de Riobaldo ter se tornado “membro respeitado da comunidade depois de abandonar o banditismo” (HOBSBAWM, 2010, p. 19), algo semelhante ao ocorrido com o proscrito etíope Weldegabriel Mesargi lembrado em sua saga nas primeiras páginas de *Bandidos*.

Como em um jogo de xadrez a céu aberto, a dama disfarçada opera um movimento espetacular que, simultaneamente, salva o rei e promove o encurralamento do adversário no penúltimo lance da partida. Não obstante, esse gesto da rainha-guerreiro contra Hermógenes

gera o sacrifício dessa personagem, enquanto permite a vitória ao “rei” Riobaldo, chefe Urutu-Branco e dos demais peões de seu bando.

Na inovadora escrita de Guimarães Rosa tudo é muito fluente, habitando as coisas, simultaneamente, transitando entre o real e o fantasioso, o universo rosiano delimita-se dentro das fronteiras do é-e-do-não-é, numa mistura de documental e de pura magia da invenção. Entretanto, se quisermos mapear Diadorim pelos horizontes denotativos, provando a existência de mulheres lindas que assumem para si o papel de jagunço justiceiro, pode-se ouvir as palavras de um outro mineiro, o crítico Afonso Ávila. Em seu despretenso texto “*Grande sertão: autenticidade e invenção*”, Ávila atesta a falta de preparo da crítica literária, à época da publicação, para o recebimento “desse romance alentado, difícil e desconcertante para as acanhadas dimensões da nossa literatura” (ÁVILA, 2001, p. 95). Nas palavras do autor de *Catas de Aluvião* (2001), “[o]s críticos não se haviam refeito das desordenadas impressões causadas pelo ensaio de linguagem que foi *Corpo de Baile* e ei-los frente outra vez ao mesmo Guimarães Rosa, já agora falando com desenvoltura a língua viva que recriou para a ficção” (ÁVILA, 2001, p. 95).

Em uma escrita que levou ao extremo os postulados desenvolvidos pelo movimento modernista da década de 1920, de inovar a arte literária através da recriação da palavra, algo já atingido pela poesia um decênio depois, a prosa de Guimarães Rosa atinge o píncaro de maturidade a que a estética de Mário de Andrade e Oswald de Andrade poderia alcançar em seus combates “contra a vigilância gramatical, contra o controle normativo do idioma, que recalcou as possibilidades literárias da língua inculta e do nível de sua expressão oral” (NUNES, 1982, p. 48-9). No âmbito dos estudos de História Comparada hobsbawmiana por sua vez, fora Riobaldo, nenhum dos demais jagunços de *Grande sertão: veredas* se assemelha ao paradigma robinhoodiano, todavia isto não afasta personagens ambíguos como Diadorim e Zé Bebelo das classificações forjadas por Hobsbawm ao longo de *Bandidos*, entrando esses nas fendas da tipologia do autor de *Rebeldes primitivos* por dois caminhos: o dos vingadores e, mais distante, o dos *haiduks* húngaros.

Além disto, em outro momento do romance pode-se constatar a crítica aos modelos liberais levantada pelos celerados indômitos Hermógenes e Ricardão, os quais integrariam na tipologia do *banditismo social* de Eric Hobsbawm, ora o papel de vingadores, ora, na maioria do tempo o de “bandidos maus”, o primeiro sendo sempre lembrado pelo narrador em suas atitudes cruéis, essas traduzidas pelo pouco comedimento da natureza sádica e violenta de Hermógenes, sobretudo, quando na memória do protagonista de *Grande sertão: veredas*, essa

personagem é cotejada em suas práticas às utilizadas pelos grandes e magnânimos chefes como Medeiro Vaz e Zé Bebelo. No confronto dessas duas naturezas distintas de bandidos são erigidos vários paralelos entre os jagunços rosianos e as polaridades ideológicas originadas no século XX. Uns a fazerem a defesa das práticas capitalistas e liberais e outros, tomando o partido de uma continuidade agrária arcaica a implantar uma barreira (ou cortina?) de ferro contra as mudanças advindas da modernidade, desejando — ainda que hipocritamente — o domínio da terra nas mãos dos indivíduos rurais resguardando, é claro, pelos códigos e interesses pessoais do jaguncismo.

Figuras demasiadamente antagônicas ao paradigma ideal do bom bandido e, portanto, identificáveis mais facilmente por aquilo que nesses é ausência de aspectos oriundos desse modelo de nobre proscrito, Ricardão, mas principalmente Hermógenes, comportam-se, em alguma medida, dentro daquilo que é esperado para esses indivíduos, haja vista que “[f]oram ajustados a um tipo de vida mais primitivo e para eles constituiu uma tragédia ter o novo mundo que propriamente não compreendiam lançado todos eles num futuro em que pretendiam competir com sonhos e com violências” (HOBSBAWM, 1970, p. 137) como compreende Eric Hobsbawm em página de seu *Rebeldes primitivos*.

Em ambientes como as sociedades rurais, por exemplo, onde os indivíduos são, historicamente, mais resistentes às alterações de seu *modus vivendi*, estes partidários convictos das práticas de violência e de desordem do jaguncismo se ligam a um passado o qual no caso desses é aquele ao qual Hobsbawm denomina de “setor inflexível” (HOBSBAWM, 1998, p. 23), isto é, Hermógenes e Ricardão compõe uma comunidade humana que — embora se confirme como uma característica presente no interior do Brasil, não é exclusividade do território nacional — se voltam quase que totalmente para as tradições, os costumes e os elementos sociais como a sabedoria dos mais velhos, aceitando poucas influências modernas em suas práticas culturais e, ainda assim, com muitas restrições no intuito de não perturbar “o padrão fixado pelo passado” (HOBSBAWM, 1998, p. 23) como define Eric Hobsbawm nas páginas de seu “O sentido do passado”.

A postura adotada por essas personagens rosianas se assemelha às de criações ficcionais como Americão Barbosa em *Chapadão do Bugre* (1966), de Mário Palmério (1916-1996) é de outro coronel famoso das Letras brasileiras forjado por Jorge Amado, o octogenário Ramiro Bastos de *Gabriela, cravo e canela*. Parafraçando Antonio Candido em “Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa”, ambos, em suas avançadas idades, aparecem imbuídos da ideia que o mandonismo hereditário de suas respectivas famílias

construíram as cidades nordestinas e por isso esses senhores da terra adquiriram o direito de imperar despoticamente sobre as regiões e também sobre os destinos políticos e sociais que envolvem os indivíduos mais pobres, o lado sempre mais frágil da história.

Essas personagens literárias constroem seu poder no transcurso de suas vidas por intermédio de expedientes muitas vezes ilegais, mas que, no entanto, lhe fornecem, no plano financeiro, a prosperidade, e, no político-social, o respeito devotado das massas populares as quais, em sua alienação, chancelam-nos como líderes úteis e legítimos. Outra personagem de *Chapadão do Bugre* — que em sua brutalidade desmedida age um pouco como o *judas* Hermógenes em *Grande sertão: veredas* — é o oficial Eucaristo Rosa, o qual — ao expor o seu

espírito bronco, trata-se de mostrar quem pode mais: mas como a justificativa dos seus atos é a infração do adversário, ele mistura selvageria e senso de justiça, com um fervor que o poderá levar a desobedecer aos superiores civis. Ao agir deste modo, quem sabe adota a única forma possível de opor a ordem pública à ordem privada, na dialética espúria da vida sertaneja (CANDIDO, 1970, p. 145).

Na defesa de seus valores tradicionais, os violentos Hermógenes e Ricardão se vingam, à traição, de seu chefe Joca Ramiro, o qual, em sua morte, protagoniza um dos desfechos mais vulgares entre os bandidos como atesta Hobsbawm, embora com esta prática, “quase todo bandido, individualmente, será derrotado, [todavia] o banditismo permaneça endêmico” (HOBSBAWM, 1970, p. 26), revelando, dessa maneira o abismo existente na evolução histórica dos diversos modelos de sociedades contemporâneas, umas, como as áreas tecnológicas, de maneira gradual foram responsáveis pela substituição da tradição pela inovação nos grandes centros urbanos, o campo e as zonas rurais, por outro lado, girando fora da orla direta da industrialização desenvolveram processo histórico diferente com as práticas mais vis de violência permanecendo em seu cotidiano.

O leitor mais atento de *Grande sertão: veredas* deve se recordar que essa é a primeira consequência do julgamento de Zé Bebelo, ponto que divide o enredo memorialístico do romance. A morte de Joca Ramiro — o qual sendo o pai de Diadorim — será o evento responsável por levar o amigo de Riobaldo e o próprio narrador até as bermas do sertão em busca de vingança, motivação legítima na concepção popular do bom bandido, contra aquela dupla de criminosos traiçoeiros. Por mais que Diadorim cresça nesse momento específico da narrativa em diante se ligando a outras personagens da literatura ocidental também cobradoras de uma vindita paterna como os jovens Orestes e Hamlet, esta criação de Guimarães Rosa, em

muitos aspectos supera os paradigmas históricos apresentados por Hobsbawm em *Bandidos*, uma vez que transparece na lembrança mais remota de Riobaldo o fato de que Diadorim sempre esteve ligada aquele *ethos* jagunço e, desde criança, travestida de forma masculina a comprovar que a prática do disfarce em sexo oposto fez parte de seu cotidiano de revolucionária silenciosa. Negando os papéis sociais secundários destinados às mulheres rurais, Diadorim, ou Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins, perpetrou, em sua existência, um desafio tornado metáfora para todas as mulheres rurais ou urbanas, o de ser vistas por si e pelos outros indivíduos como sujeitos resistentes calcando em seus interiores o medo e a covardia.

Defendendo os interesses dos proprietários de terra acossados pelas tropas do Governo, as quais nestes locais representam uma regressão do comércio e da economia, ou por desconhecer o ofício jurídico, Ricardão e Hermógenes — indivíduos que, apesar da existência jagunça, são apresentados em *Grande sertão: veredas* como homens ricos e influentes, “sendo, portanto, uma força política” (HOBSBAWM, 2010, p. 119) — cometem o crime letal contra seu chefe após o mesmo impor um tribunal, aos moldes do poder judiciário do Estado de direito, e absolver Zé Bebelo, para a ira desses jagunços outrora perseguidos pelos soldados deste comandante, da acusação que paira sobre ele, a de querer descaracterizar o Sertão, com um “desnortear, desencaminhar os sertanejos de seu costume velho de lei” (ROSA, 1956, p. 258) trazendo para este espaço a ordem dos Estados democráticos por meio da extinção das revoltas rebeldes como a jagunçagem.

Assim como Hermógenes simula sua pobreza e sua contenção de fúria, esta personagem reconhece que ser jagunço é um ofício para o qual deve o “profissional” vestir-se a caráter, disfarçando a maldade — uma vez que esse algoz de Riobaldo ignora sua natureza, pois **“vivia dizendo que não era mau”** (ROSA, 1956, p. 170. Grifo meu) — para poder originar o pavor nos corações de inimigos e da população civil sertaneja e nem é ela mesma quem deixa isso claro ao leitor. Por mais que não simpatize com a natureza e os procedimentos desse jagunço — o qual desperta o ódio e os ímpetos assassinos do protagonista registrados em diversos momentos do relato memorialístico desse ao seu interlocutor — Riobaldo compreende a necessidade dessa personagem maligna, e de outros jagunços do bando — como o do bom Sô Candelário —, de mascarar verdadeiras essências humanas para melhor transpor os obstáculos do porvir e executar as tarefas esperadas para essa modalidade de banditismo social, pois, segundo o próprio narrador, **“[s]er ruim, sempre, às vezes é custoso, carece de perversos exercícios de experiência”** (ROSA, 1956, p. 170. Grifo meu). Há uma

outra passagem no romance *Grande sertão: veredas* em que o *judas* demonstra a radicalização desse disfarce de perversidade na tentativa de instituir no corpo uma escrita maléfica que possa ser lida por quaisquer sertanejos, ampliando, em última instância, a fama desse chefe e de seus comandados. Esse momento se dá quando Hermógenes instrui os seus homens a afiar os dentes para que pareçam mais ferozes e animais. Mesmo depois de muito tempo decorrido dessa observação, o narrador ainda mostra seus sentimentos de perplexidade e de asco por essa representação forjada pelos *hermógenes*, ao relatar que esses homens bravos

queriam completo ser jagunços, por alcanço, gala mestra; conforme o que avistei, seguinte. Pois não era que, num canto, estavam uns, permanecidos todos se ocupando num manejo caprichoso, e isto que êles executavam: que estavam desbastando os dentes dêles mesmos, aperfeiçoando os dentes em pontas! Se me entende? Senhor ver, essa atarefação, o tratar, dava alôjo e aprêso, dava até aflição em aflito, abobante. Os que lavravam dêsse jeito: o Jesualdo — mocinho novo, com sua simpatia —, o Araruta e o Nestor; os que ensinavam a êles eram o Simião e o Acauã. Assim um uso correntio, apontar os dentes de diante, a poder de gume de ferramenta, por amor de remedar o aguçoso de dentes de peixe feroz do rio de São Francisco — piranha redoleira, a cabeça-de-burro. Nem o senhor não pense que para êsse gasto tinham instrumentos próprios, alguma liminha, ou ferro lixador. Não: aí era à faca. O Jesualdo mesmo se fazia, fazia aquilo sentado num calcanhar. Aviava de encalçar o corte da faca nas beiras do dente, rela releixo, e batia no cabo da faca, com uma pedra, medidas pancadas. Sem espêlho, sem ver; ao tanto, que era uma faca de cabo de niquelado. Ah, no abre-bôca, comum que babando, às vêzes sangue babava. Ao mais gemêsse, repuxando a cara, pelo que verdadeiro muito doía. Aguentava. Assim esquentasse demais; para refrescar, então êle bochechava a breve, com um caneco de água com pinga. Os outros dois, também (ROSA, 1956, p. 164. Grifo meu).

É interessante observar como a construção ficcional de Guimarães Rosa reelabora o conflito latente entre as experiências anacrônicas da tradição local e os usos modernos da contemporaneidade urbana, através das contradições e ambiguidades humanas transpostas, pela palavra literária, para as esferas sociais. O procedimento adotado por este chefe jagunço não se constitui numa regra inscrita no código dos malfeitores sertanejos, apesar de estar longe de ser inverossímil como atesta Hobsbawm em *Bandidos*. Na leitura do historiador acerca deste paradigma de *outlaw* — meio ladrões, meio heróis — originados em zonas periféricas do capitalismo moderno, eram estes, muitas vezes, “mencionados como ‘bandidos bons’” (HOBSBAWM, 2010, p. 11), o que parece corroborar com o relato de Riobaldo ao identificar que, entre os jagunços com os quais conviveu quase todos tombaram para o banditismo por motivações nobres (ou até mesmo vulgares), sendo o único indivíduo vil em

sua essência, o cruel Hermógenes, era o guerreiro mais facilmente encaixável na tipologia hobsbawmiana dentro do universo dos vingadores, os quais pouco afeitos à moderação da violência, são mais acostumados a modelos sociais “em que sangue se paga com sangue” (HOBSBAWM, 2010, p. 86).

Mesmo em ambientes nos quais é costumeiramente esperado o uso da força e da violência extrema, atitudes de crueldade e traição são vistos, mesmo no coração do banditismo social, como práticas intoleráveis e imorais que, por se afastarem demasiadamente dos padrões e normas seguidas pelos proscritos em seus códigos de conduta, terminam por apartar esses indivíduos cruéis do denominado banditismo típico. Por essa vereda, pode-se compreender o porquê de, na memória do protagonista de *Grande sertão: veredas*, no momento em que ele recorda de seus ex-companheiros de jaguncismo, só o Hermógenes é descrito como um bandido sem nobreza ou honra, caracterizado apenas em sua violência endêmica e animalesca de “tigre, e assim” (ROSA, 1956, p. 19). Apesar dessa atribuição felídea, esse nêmesis dos bons bandidos não pode ser comparado com a figura do onceiro de “Meu tio, o Iauaretê”, que, em sua transmutação em onça, encarna uma condição primordial da evolução do espírito das civilizações ameríndias, o do jaguar.

Na verdade, a caracterização pouco favorável de Riobaldo a Hermógenes encerra, simultaneamente, uma visão espiritual em que se nota que o Mal não precisa ter uma origem justificada, “o Hermógenes era fel dormido, flagelo com frieza” (ROSA, 1956, p. 170). Assim, o indivíduo pode já nascer, sem uma explicação racional, marcado pelo signo maléfico. Por outro lado, a descrição do narrador rosiano exemplifica a afirmação do historiador inglês de que, apesar da violência ser um traço inerente ao banditismo, a ferocidade “excessiva e a crueldade são fenômenos que só coincidem com o banditismo em certos pontos” (HOBSBAWM, 2010, p. 91) o que torna ilegítima aos olhos de Riobaldo — e, com certeza, dos demais “bons bandidos” que com ele atravessaram o sertão — o comportamento e as práticas de Hermógenes.

Uma grande diferença estabelecida entre os bandidos que compõem os bandos rivais em *Grande sertão: veredas* é a proximidade ou não do modelo iluminista herdado da cultura oitocentista europeia. Enquanto Riobaldo aparece, em muitos momentos, dentro da concepção iluminista, tentando, como nos jagunços euclidianos de *Os sertões*, dominar mediante o pacto demoníaco as forças da natureza para vencer os inimigos, Hermógenes está ainda arraigado em um modelo social pré-iluminista. Neste ponto é que reside, de acordo com a leitura de Horkheimer e Adorno proposta em “Conceito de Iluminismo” (1969), a intersecção de uma

época mítica como a crença da invulnerabilidade mediante o satânico pacto e a sua configuração ao restrito espaço da literatura.

Se essa personagem fosse caracterizada como pobre sertanejo, o que não é o caso, a sua violência e crueldade poderia ser atenuada sob o argumento (ainda que falacioso, real) de que, em sua condição economicamente paupérrima, esses expedientes são “os de eficiência mais visível” (HOBSBAWM, 2010, p. 92) contra as desigualdades que ela e sua gente passam. Todavia, o que alimenta a brutalidade de Hermógenes não é uma preocupação coletiva ou mesmo uma consciência de rebeldia, mas somente seu senso de justiça pessoal que, em sua ânsia de vingar seu orgulho de guerreiro ferido, centrado na destruição. Em outras palavras, os escopos nem sempre explícitos nas atitudes de criminosos como o *judas* Hermógenes se nutrem da vontade de ver “tudo pegando fogo”. Desta maneira, Guimarães Rosa forja um réprobo sem par na história do banditismo mundial, o qual escapa às tentativas de classificação feitas pela historiografia comparada de Eric Hobsbawm.

Uma exceção clara a este paradigma dentro do romance *Grande sertão: veredas* é Zé Bebelo, o qual, em sua avançada consciência política, demonstra uma modificação no caráter esperado do bandido social vulgar e, em sua absoluta maioria, iletrado, condição intelectual limitadora, pois o lança menos para a grande revolução camponesa do que para as classificações de justiceiro e reformador. Como expõe o historiador britânico, “é mais provável que o banditismo participe de revoluções camponesas como um aspecto de uma mobilização múltipla, e com consciência de ser um aspecto secundário delas, salvo no sentido de proporcionar combatentes e líderes” (HOBSBAWM, 2010, p. 133).

Como apóstata do jaguncismo, Zé Bebelo, a semelhança do movimento tenentista da primeira metade do século XX na história brasileira e o ideal de “soldado cidadão”, o qual pregava reformas políticas e sociais é outra personagem contraditória a deitar disfarces sociais no enredo de *Grande sertão: veredas*. Assim como Zé Bebelo, percorrendo cerca de 25000 Km, a Coluna Prestes (1925-1927) enfrentou as tropas regulares do Exército ao lado das forças policiais de vários Estados, além das hostes de jagunços, estimulados por promessas oficiais de anistia. No período o Governo estava nas mãos de Arthur Bernardes (1922-1926), época em que vigorava ainda a 1ª. República a qual durou de 1889 a 1930. Ainda que seja um reformador, um bandido como Zé Bebelo sonha com os ideais iluministas tomando conta de sua realidade, uma vez que mesmo entre “aqueles que aceitam a exploração, a opressão e a submissão como norma da vida humana sonham com um mundo totalmente *novo*, livre do mal” (HOBSBAWM, 2010, p. 48).

Em um plano ocidental, Zé Bebelo também se irmana à figura histórica de um guerrilheiro cubano qualquer em meados do século XX que alcançou o poder, passando por dois processos, os quais divergem da natureza reformadora dos bandidos sociais retratados por Eric Hobsbawm. O primeiro é o amadurecimento histórico que habita no interior desse sertanejo e o segundo passo desse desenvolvimento histórico é o ressurgimento do homem como *homem político* (FERNANDES, 1979, p. 82), expressão claramente tomada de empréstimo de Florestan Fernandes (1920-1995) e seu *Da guerrilha ao socialismo* (1979). Dessa maneira, esse chefe jagunço em sua trajetória irá vivenciar a maior contradição imposta ao bandido moderno que é o de deixar de ser bandido para realmente se tornar um bandido social.

Noutras palavras, o desfecho de Zé Bebelo é um outro paradoxo no percurso do bandido social moderno que, segundo Eric Hobsbawm, consiste nesse proscrito deixar esta categoria para ser, nos termos utilizados pelo historiador britânico “paladino do próprio povo” (HOBSBAWM, 1970, p. 42). Primeiramente, ao tentar transpor para o âmbito da realidade histórica o seu sonho interno de destruir a jagunçagem por meio do progresso civilizatório do sertão, para esse intuito, esse proscrito lança mão de seu disfarce social de jagunço. Depois, ao se tornar deputado, aceito pelas instituições políticas do Estado como sempre ambicionou José Rebêlo Adro Antunes — nome civil desse ex-chefe jagunço — enquanto se eleva em sua trajetória política, no entanto, “morre” como bandido social, isto é, como representante do povo pobre das zonas rurais, transformando-se em um sujeito comum aos olhos das massas populares sertanejas o que é exemplificado em seu encontro com Riobaldo muito tempo depois dos combates travados por esses no norte de Minas Gerais.

Zé Bebelo, ao buscar defender em seu discurso o povo mediante práticas legais, termina, em verdade, alijado por essa mesma população das canções e estórias sobre aqueles heróis que, como ele outrora havia sido, expulsaram — por meio de palavras e invulgares representações do *establishment*, lembre-se dos tribunais jagunços — do sertão, o medo, a covardia e a iniquidade, ainda que por um breve tempo. Ao tentar promover uma transição da sociedade sertaneja arcaica e jagunça para uma de contornos modernos onde imperam as leis e a ordem do Estado de direito, o chefe Zé Bebelo apresenta um comportamento liberal. Não obstante, longe de ser um revolucionário propriamente dito, Riobaldo alcança, sem planejar, o mesmo fim idealizado literalmente por Bebelo e dentro da factualidade histórica por Pancho Vila que foi o de libertar os espaços rurais, tais como o sertão da desordem política e da violência do jaguncismo projetado nesse espaço periférico da influência capitalista, “uma

sociedade livre em que todos fossem irmãos, mas a perspectiva mais óbvia para um revolucionário-bandido bem sucedido era tornar-se um proprietário de terras” (HOBSBAWM, 2010, p. 141), como se deu no desenlace do protagonista do romance rosiano ao desposar a jovem e bela Otacília, símbolo do amor celestial na leitura literária-filosófica empreendida por Benedito Nunes em seu “O amor na obra de Guimarães Rosa”.

Pode-se entender no enfrentamento entre Zé Bebelo e o “tigre” Hermógenes a oposição responsável pelos processos de qualificação e de identificação do grande *hinterland*. Pactário das práticas indóceis representativas de um espaço e de uma cultura arcaicas, o segundo proscrito citado eleva à última potência o comportamento refratário às mudanças advindas da modernidade trazidas pelas localidades não sertanejas onde os procedimentos positivistas de “ordem” e de “progresso” fornecem ao Estado a supremacia sobre as vontades individuais das pessoas deveras afastadas dos códigos locais e das autárquicas formas de poder as quais caracterizam o norte de Minas Gerais.

Em posição oposta, o chefe Zé Bebelo — ao ser frontalmente acusado de querer desconfigurar o genuíno *ethos* cultural sertanejo em sua perigosa tentativa de “desnortear” o sertão brasileiro dos hábitos antigos — introduz a fomentação de uma sociedade positiva nesse espaço geográfico em confronto com o universo violento observado no interior do país. É desse roçar de opostos agressivamente dialéticos que emerge o sertão em seus aspectos culturais. Como assevera Antonio Carlos Moraes,

[e]m suma, o sertão para ser identificado demanda o levantamento de seu oposto: o não-sertão, visto como o lugar que possui as características de positividade ali inexistentes. Vale salientar que é sempre a partir dessa posição oposta que o sertão é qualificado enquanto tal. Isto é, o lugar a partir do qual se qualifica uma localidade como o sertão está sempre localizado no campo contraposto (MORAES, 2002, p. 363).

Dessa maneira como uma espécie de colonizador europeu liberal, esse chefe jagunço compreende em seu íntimo democrático que o sertão é, acima de tudo, uma situação topográfica e cultural a ser superada na história brasileira e também global por meio da intervenção efetiva do Estado e com a extinção completa dos poderes paralelos como os do banditismo considerados como signos de atraso econômico.

Enquanto em seus “cronicontos” enfeixados em *Ave, palavra* Guimarães Rosa “sertanizou” a Europa, nas páginas de *Grande sertão: veredas* o autor promove a ocidentalização do sertão mineiro, pois sem dúvida, o olhar lançado por Zé Bebelo para o *hinterland* não é o de um autóctone, mas o do estrangeiro colonizador e cobiçoso pela

dominação do território agreste e remoto a ser realizada ou pelas vias econômicas — como faz, na novela conradiana *O coração das trevas*, o imperialismo britânico nas profundezas da África — ou pelas vias políticas como opera os integrantes do chamado “Estado Novo” brasileiro. Independente do lado escolhido, o que propõe em última instância esse líder político rosiano mal disfarçado de jagunço é a integração do sertão mineiro ao macroprojeto capitalista ocidental, no qual esse espaço geográfico nacional executasse o mesmo papel destinado às demais periferias globais do capital: a saber, o de depositários do patrimônio natural à disposição das grandes sociedades de mercado, de geração de riquezas e de consumo.

Próximo talvez do que Hobsbawm espera do bandido social, a determinação deste em produzir focos de revolução contra o *establishment* local, o líder sertanejo José Rebelo Adro Antunes, no momento divisor de águas para os bandos jagunços da obra, encontra-se réu por vontade própria dentro da mesma prática por ele adotada no Sertão mineiro, com o objetivo de instaurar a civilidade legal neste espaço dominado pela desordem: o expediente jurídico.

A constituição do tribunal, elemento institucional do Estado de direito, entretanto, neste momento aparece a serviço do outro chefe jagunço, Joca Ramiro, e simboliza os valores da tradicional vida sertaneja, contrários aos exercícios da modernidade, embate ético já muito conhecido, por exemplo, em países do leste da Europa e na Índia britânica da segunda metade do século XIX, como aponta Hobsbawm no capítulo “A economia e a política do banditismo” (Cf. p. 113-128). Esse expediente característico do Estado de direito — passagem sempre retomada pela leitura trapezoidal do rosiano Luiz Roncari — é, dentro dos padrões e dos códigos de conduta dos celerados rurais, uma espécie de ritual às avessas, o qual é conscientemente percebido pelos demais chefes supremos do jaguncismo — como, *verbi gratia*, Sô Candelário — que afirmaram a importância desse acontecimento de natureza insólita capaz de romper com a experiência temporal do fato, assinalando os nomes desses proscritos pelo porvir mais imediato dos cadernos de periódicos e mais distante pela imposição imortal das páginas literárias a serem lidas, recordadas e recontadas pelos leitores populares, já que “[t]odo o mundo vai falar nisso, por muitos anos, louvando a honra da gente, por muitas partes e lugares. Hão de botar verso em feira, assunto de sair até divulgado em jornal de cidade...” (ROSA, 1956, p. 272), trazendo assim o sertão para a ribalta dos grandes acontecimentos ocorridos no percurso cronológico do século XX.

Entretanto, esse moderado chefe jagunço revela um profundo desconhecimento da noção de ambiguidade inerente na divulgação e no posterior descobrimento exterior do sertão

e de seu *modus vivendi*, paradoxo similar vivenciado por Zé Bebelo em sua passagem de bandido social a agente político do Estado. Em ambos os casos, ao se tornar amplamente conhecido o banditismo ingressa os domínios do mito e, em consequência, deixa de existir — assim como ocorre com o próprio sertão — enquanto realidade social. Não há dessa forma, portanto, possibilidade de harmonização entre o *hinterland* (e suas antigas práticas de violência) e a ferocidade civilizatória da modernidade, mostrando com isso que o sertão, se quiser permanecer sertão, deve obrigatoriamente continuar em sua situação topográfica social de “lugar isolado e distante” (MORAES, 2002, p. 364) como afirma Antonio Carlos Moraes.

A ideia da localização sertaneja como sendo a dos espaços “fora do circuito de trânsito” (MORAES, 2002, p. 365) cobre vastos parágrafos de “O sertão: um ‘outro’ geográfico”, e também das lembranças de Riobaldo no *Grande sertão: veredas*, pois de acordo com o narrador, “[l]ugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrôcho de autoridade” (ROSA, 1956, p. 9).

No sempre contraditório sertão, a sentença favorável a Zé Bebelo ao invés de promover a paz, desencadeia novos e mais animalescos combates inaugurando a segunda parte do romance *Grande sertão: veredas* que será a grande guerra entre os bandos desarticulando os grupos, transformando em adversários mortais antigos aliados no banditismo e, em um futuro iminente, promovendo alianças entre outros *outlaws* outrora inimigos. Neste jogo intrincado de política que espelha em uma escala menor a ambiguidade das relações de poder entre as noções ocidentais entre a era da catástrofe e o período da Guerra Fria, outro tema começa a se desenvolver em *Grande sertão: veredas*, o da vingança e o de sua legitimidade.

Noutras palavras, a duplicidade rosiana mostra-se também neste personagem que idealizou o fim do jaguncismo, no intuito de levar os lemas positivistas ao sertão onde a lei imperativa é (ainda na atualidade) a da violência, fazendo uso desta mesma prática da região e também, por outro lado, empregou o tribunal, nos períodos em que foi chefe jagunço, para punir os defensores das instituições públicas constituídas como o bandido Angiolillo, mencionado por Hobsbawm em *Rebeldes primitivos*, o qual, assim, como fez Zé Bebelo no caso dos parricidas Freitas da região da Água-Alimpada, “fazia instalar um tribunal, ouvia os litigantes, pronunciava sentenças e preenchia todas as obrigações de um magistrado” (HOBSBAWM, 1970, p. 34-5).

Talvez pareça nova nas páginas da literatura e nas culturas periféricas brasileiras a ideia de um tribunal bandido com o mesmo *script* do utilizado no Estado de direito. Todavia, n' *As aventuras de Robin Hood* vertida por Alexandre Dumas, esse expediente já aparece no episódio em que o chefe do bando de proscritos de Sherwood confronta o odioso bispo de Hereford, o qual, em sua arrogância é convocado por Robin a participar de seu cômico “tribunal de justiça”, cuja sentença estava antes mesmo do julgamento do eclesiástico, já é sabiamente conhecida, a cobrança de taxas para o provimento do habitantes daquela floresta herdeira da estética setecentista onde as riquezas provinham de uma eternização da primavera existente.

Acredito que Eric Hobsbawm não tenha lido *Grande sertão: veredas*, pois se o tivesse feito, observaria toda a sua tipologia do banditismo rural — que inclui de indivíduos jovens e rebeldes a fidalgos camponeses empobrecidos — exibida na seção “Quem são os bandidos?” (p. 53-65) presente nas páginas do romance rosiano ainda que de maneira amalgamada. Misturando, como é o ponto nevrálgico do romance, as diversas classificações hobsbawminas em seu relato, Riobaldo faz girar a roda da experiência dialética da histórica em sua relação com o seu interlocutor, uma vez que “[s]ão necessárias duas pessoas para aprender as lições da história ou de qualquer outra coisa: uma para dar a informação e outra para ouvir (HOBSBAWM, 1998, p. 39) como ensina o historiador britânico. É a essa personagem oculta e intelectualizada — que bem poderia ser representada pelo autor, por um atento estudioso de literatura brasileira ou para um historiador estrangeiro interessado no movimento de bandoleiros residentes no coração da América Latina como Hobsbawm — que o protagonista de Guimarães Rosa apresenta seus ex-companheiros de jornada socialmente marginal

Êsses homens! Todos puxavam o mundo para si, para o concertar consertado. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo. Montante, o mais supro, mais sério — foi Medeiro Vaz. Que um homem antigo... Seu Joãozinho Bem-Bem, o mais bravo de todos, ninguém nunca pôde decifrar como êle por dentro consistia. Joca Ramiro — grande homem príncipe! — era político. Zé-Bebelo quis ser político, mas teve e não teve sorte: rapôsa que demorou. Sô Candelário se endiabrou, por pensar que estava com doença má. Titão Passos era o pelo preço de amigos: só por via dêles, de suas mesmas amizades, foi que tão alto se ajaguncou. Antônio Dó — severo bandido. Mas por metade; grande maior metade que seja. Andalécio, no fundo, um bom homem-de-bem, estouvado raivoso em sua tôda justiça. Ricardão, mesmo, queria era ser rico em paz: para isso guerreava. Só o Hermógenes foi que nasceu formado tigre, e assassim. E o “Urutú-Branco”? Ah, não me fale. Ah, êsse, tristonho levado, que foi — que era um pobre menino do destino... (ROSA, 1956, p. 18-19)

Os laços que envolvem os integrantes de um bando são simples e muito específicos. De acordo com Hobsbawm, essa “seita” é formada essencialmente por “uma união voluntária de homens que se apartavam de sua própria família, ela constituía automaticamente uma unidade social anormal” (HOBSBAWM, 2010, p. 106). Dessa forma, livres de obrigações familiares e conjugais esses proscritos mantinham simbolicamente amizade com os próprios instrumentos de guerra. A metáfora dessa afeição dos bandidos com as armas — em *Grande sertão: veredas*, por exemplo, — se traduz na fala do protagonista Riobaldo quando este relata ao interlocutor citadino o modelo de relação estabelecida dentre os demais jagunços.

Que eu não entendia de amizades, no sistema de jagunços. Amigo era o braço, e o aço!
Amigo? Aí foi isso que eu entendi? Ah, não; amigo, para mim, é diferente. Não é um ajuste de um dar serviço ao outro, e receber, e saírem por êste mundo, barganhando ajudas, ainda que sendo com o fazer a injustiça aos demais (ROSA, 1956, p. 179).

Mesmo sem ser um marxista declarado, Guimarães Rosa pensa o jaguncismo mineiro próximo, por exemplo, da visão orgânica de classe. Tal como procede E. P. Thompson, o autor foge de uma classificação hermética e precisa, mostrando que os bandos de celerados em narrativas como “A hora e vez de Augusto Matraga”, mas principalmente, no *Grande sertão: veredas* são formados por grupos de pessoas diferentes entre si e buscando objetivos deveras distintos, os quais, todavia, terminam por compartilhar as mesmas categorias sociais, com outros indivíduos que sem motivos pessoais ou de identidade com as experiências sociais e o sistema de valores do banditismo rural se encontram no interior do grupo.

De acordo com Edward Palmer Thompson, a noção de classe se opõe ao de outros marxistas — os quais a identificam por meio das diferenças socioeconômicas entre dois estratos sociais — observando-a de dentro por meio dos movimentos culturais coletivos e individuais, o que aproxima sua análise da proposta pela sociologia. Assim, “[c]lasse é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes” (THOMPSON, 2012, p. 165) como, por exemplo, entre os bandidos e os abastados fazendeiros.

Em artigo intitulado “A história vista de baixo” (1966) — incluído na edição brasileira de *As peculiaridades dos ingleses* — esse historiador britânico retrata o desenvolvimento da história da gente comum no interior dos espaços de debates da Grã-Bretanha. Thompson inicia seu ensaio enfatizando a dificuldade de acervo bibliográfico na Inglaterra no princípio

da década de 1966 acerca da chamada “história operária”. Isto se torna não menos que irônico haja vista que a Grã-Bretanha foi o berço da revolução proletária no Ocidente. Todavia, e contra todos os prognósticos, cresceu nessa década o interesse pela história das classes trabalhadoras e dos movimentos sindicais entre os pesquisadores britânicos tendo para isso a contribuição de Eric Hobsbawm, cujos trabalhos “Trade union historiography” [Historiografia sindical] e *Os trabalhadores* foram rememorados por Thompson. Em ambos, o enfoque é voltado para a história dos operários ingleses na passagem da segunda metade do século XIX, momento histórico de predileção para os estudiosos ingleses e marxistas, até a eclosão, no século XX, da Primeira Guerra Mundial.

Tal interesse pelos temas de classe e a consciência ou não dessa por seus membros sempre colocou Hobsbawm e Thompson muito próximos, o que evidentemente foi apontado pela historiografia produzida em diversas partes do globo, incluindo o Brasil. Em artigo que compõe a Introdução da mais recente edição brasileira da coletânea thompsoniana *As peculiaridades dos ingleses*, o professor Sergio Silva assevera que no trabalho dos dois historiadores britânicos, a consciência de classe (demonstrada pelo protagonista Riobaldo) “é aquela que a classe efetivamente produziu, no processo (histórico) de seu autoconhecimento, reconhecimento e construção, e não aquela que deduzimos do modo de produção” (SILVA in: THOMPSON, 2012, p. 66).

Alguns dos primeiros marxistas britânicos — ironizados pela pena crítica de E. P. Thompson — defenderam uma consciência social para a classe de trabalhadores rurais e industriais na passagem do século XVIII para o XIX, afirmando um sentido determinista de que tudo o que estes indivíduos fizeram foi permeado pela vontade de suas intenções e escolhas. Distante da concepção shopenhaueriana do mundo, o cosmos deste proletariado, assim como o do então jagunço Riobaldo, não foi governado pela vontade, pois o resultado alcançado foi deveras oposto ao que ansiavam os indivíduos.

Como exemplo disso no *Grande sertão: veredas*, o narrador não se deixou guiar — se é que em algum momento de sua trajetória, ele esteve realmente no comando de sua existência — por sua própria vida, foi mais um títere nas mãos do Destino tal como compreendeu Antonio Candido expressou no documentário *Os nomes do Rosa* mostrado no terceiro capítulo desta Tese.

Por fim,

[c]lasse, na tradição marxista, é (ou deve ser) uma categoria histórica descritiva de pessoas em uma relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se

separam, unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista. Nesse sentido, classe é uma formação tão “econômica” quanto “cultural” é impossível favorecer um aspecto em detrimento do outro, atribuindo-se uma prioridade teórica (THOMPSON, 2012, p. 260).

Outro aspecto que caracteriza a endemia do banditismo social é em sua essência reformadora de seu *ethos* cultural à aversão ao invasor estrangeiro de uma nova sociedade, desnordeando a localidade em que está inscrito o bandido. No caso específico do romance *Grande sertão: veredas* este paradigma estranho aos olhos primitivos de alguns jagunços como Hermógenes é o Estado e a noção de civilidade deste advinda das capitais litorâneas do Brasil.

Na verdade, a acusação de Hermógenes contra Zé Bebelo proferida no inédito tribunal jagunço é tão somente uma desculpa deste “bandido mau” pela derrota anteriormente imposta por aquele chefe em sua ânsia de implodir o jaguncismo mineiro. Não obstante, Hermógenes — juntamente com Ricardão — apesar de não serem em síntese reformistas, compactuam com um aspecto de um certo paradigma de bandido social: a saber, o desejo de uma rixa de sangue, a qual na economia da obra rosiana sairá do controle de Hermógenes, produzindo, como assevera Hobsbawm em sua Introdução de *Rebeldes primitivos*, “uma multiplicidade de rixas singularmente sangrentas e de criminosos desesperados em que se nota o aparecimento da luta de classes” (HOBSBAWM, 1970, p. 15), a qual em *Grande sertão: veredas* significa dizer, a guerra civil sertaneja dos bandidos com motivações nobres (Riobaldo, Diadorim) contra os criminosos traiçoeiros.

Uma vez mais, o sertão rosiano escancara as suas portas confundindo intencionalmente suas fronteiras com as do hemisfério, fazendo Diadorim parente distante de Orestes e do príncipe Hamlet na árdua tarefa de vingar o traiçoeiro assassinato de sua figura paterna. A vingança, tema popular nas tragédias clássicas e nas “formas dramáticas da época” (HELIODORA, 2014, p. 9) em que Shakespeare produzia suas peças é, na concepção do historiador Hobsbawm, o principal pórtico para o ingresso definitivo de jovens arruinados no banditismo. Isto se dá nos terrenos muito próprios da análise histórica e da matéria literária, pois em ambas a vingança constitui-se em um sistema “que prevalece em todas as sociedades onde não existe uma estrutura de estado que estabeleça uma justiça pública, responsável pelo julgamento e punição de todo crime” (HELIODORA, 2014, p. 15) tal como assegura a maior referência do bardo inglês no Brasil.

Ao inserir o tema do tribunal, o autor de *Corpo de Baile* — em seu trânsito livre entre as inovações modernistas e a captura da tradição do regionalismo literário ou da ficção ocidental — promove uma releitura da herança estética dos helenos, aproximando-se das peças de Ésquilo (525 a.C – 456 a. C), nas quais se desenvolvem os ideais e as concepções de justiça e de direito, por meio do julgamento que culmina sempre pela sentença favorável ao culpado, tal com se dá com a personagem Zé Bebelo e, na Antiguidade, com o jovem Orestes, único varão da relação do átrida Agamêmnon e de Clitemnestra e também herói da trilogia *Orestéia*.

Neste momento divisor do enredo, *Grande sertão: veredas* aproxima-se ao da obra esquiliana, principalmente da peça *Eumênides*, cuja primeira encenação se dá em Atenas, à roda de 458 a. C. Esta tragédia, em seu terceiro episódio, relata a perseguição ao príncipe de Argos e Micenas empreendida pelas Erínias ou Fúrias depois do retorno deste, já adulto, a esta cidade onde no Templo de Apolo comete o duplo assassinato de Egisto, lugar-tenente de Agamêmnon, e de sua mãe no intuito de honrar a memória de seu pai. Mais pelo matricídio do que pela vingança cometida contra o amante da mãe, Orestes é perseguido pelas ministras da vingança dos deuses. Tal acossamento só termina quando Palas institui o tribunal no Areópago da cidade a ela consagrada, objetivando julgar o crime de sangue cometido contra a adúltera Clitemnestra e, destarte, decidir doravante qual o direito mais valioso para avaliar a conduta deste príncipe contra o *genos*, se o patriarcal, tradição dos deuses antigos, defendido por Electra, sacerdotisa e irmã do herói, o Coro e Apolo, ou o matriarcal e seu laço sagrado defendido furiosamente pelas Erínias.

Em uma das primeiras representações da emanção do poder jurídico na história da literatura ocidental, Ésquilo decreta, pela voz da deusa Atena, a complexidade envolvida no delito do irmão da sacerdotisa Ifigênia, causa do ódio assassino de Clitemnestra pelo marido.

Tal é a situação: é difícil para mim acolher
ou despedir sem mover cólera.
Já que a coisa atingiu este ponto
escolho no país juízes de homicídio
irrepreensíveis reverentes ao instituto
juramentado que instituo para sempre.
Vós, convocai testemunhas e indícios,
Instrumentos auxiliares da justiça.
Selectos os melhores de meus cidadãos
terei a decisão verdadeira desta causa,
sem que injustos violem juramentos. (ÉSKUÍLO, 2004, p. 109, vv.480-489)

Frutos da tradição oral, as variações poéticas em torno das origens dessas divindades

infernais — seja em Ésquilo, seja na *Theogonía* de Hesíodo (750 a. C?-650 a. C?) — coincidem em um ponto comum que é a profunda ligação que Tisífone, Megera e Alecto estabelecem com os signos telúricos e sanguinários, os quais só podem ser saciados quando os escopos demandados por essas residentes do Érebo, a região inferior mais próxima dos territórios mortais, forem atendidos, a saber, “a manutenção da ordem e da harmonia da família” (COMMELIN, 1997, p. 198) que por último levaria, segundo Pierre Commelin (1837-1926) nas páginas de sua *Mitologia grega e romana* (1997), ao restabelecimento de um mundo moral.

Desta maneira, o temário do tribunal, presidido e sentenciado por Atena, encerra a trilogia protagonizada por Orestes, obedecendo, em sua conclusão, à definição de trágico formulada por G. W. F. Hegel, em cuja natureza se percebe a resolução e a superação total do conflito motivador da quebra do estado de harmonia outrora existente, ainda que — como se verifica no desfecho da *Orestéia* — não se suceda o necessário aniquilamento do herói, ao contrário do que é visualizado em diversas outras tragédias gregas, *verbi gratia*, *Antígona* de Sófocles (496 a. C-406 a. C).

Nesta tragédia assumidamente a preferida de Hegel, como bem afirmou o próprio filósofo em suas aulas acerca da estética do belo, há inegavelmente a participação das divindades no fado da personagem-título por conta da anterior e ainda vigente maldição que recai sobre a dinastia dos labdácidas, mas na peça protagonizada pela filha de Édipo e de Jocasta, diferente da de Orestes em que ocorre uma teomorfização dos habitantes do Olimpo e das divindades que assistem nas profundezas do Tártaro, o papel desempenhado pelos deuses é mais indireto como observa nosso maior especialista Junito de Souza Brandão (1924-1995) em *Teatro grego: tragédia e comédia* (1984), estes atuam tão somente “sob a forma oracular e por meio de adivinhos” (BRANDÃO, 2011, p. 50) deixando o conflito entre o direito atemporal da consciência individual, defendido por Antígona, e a legislação do Estado totalitário, nas mãos de seu tio materno Creonte, que se instaura despoticamente “senhor absoluto dos cidadãos, tendo sobre eles direito de vida e morte” (BRANDÃO, 2011, p. 65) atropelando valores antigos e imutáveis.

Voltando à obra do autor de *Os sete contra Tebas*, Orestes, o vingador supremo dos princípios da religião patriarcal é absolvido passando da condição de perseguido pelos tormentos das Erínias para a de sujeito protegido por essas divindades, agora sob nova missão e, portanto, novo nome, transmutadas em Eumênides, denominação que intitula a última parte da trilogia esquiliana.

Por seu turno, em *Grande sertão: veredas*, entretanto, a criação do tribunal para julgar o crime de Zé Bebelo, assassino do *modus vivendi* sertanejo, longe da que ocorre na trilogia esquiliana, não tem, a princípio, o efeito de reequilibrar as forças metafísicas. Se lermos o romance rosiano como uma espécie de epopeia brasileira, tal qual nos incitam as interpretações de Schwarz e Óscar Lopes em *A sereia e o desconfiado* e *Ler e depois*, respectivamente, percebe-se que é a partir deste episódio que os fatos e as peripécias guerreiras na vida jagunça de Riobaldo e dos demais membros do grupo começam, iniciando a extensão mais bem organizada pelo relato memorialístico do personagem-narrador.

Não obstante, para além desta leitura estética, há a histórica que assume a responsabilidade de contextualizar socialmente a disputa estabelecida entre os homens que compõem o bando de Joca Ramiro e Zé Bebelo — conflito análogo a tantos outros ocorridos na Europa campesina ou nas pradarias da América do Sul — como sendo uma luta de classes representadas, de um lado, pelos que defendem o progresso e as reformas político-sociais e, por outro, por aqueles retrógrados e tradicionalistas que não aceitam, por menor que seja, qualquer raio de mudança no cotidiano local. Assim, “o trágico elemento dessa luta era claramente visível: pois o progresso da civilização implicava a destruição de valores reconhecidos como nobres, heroicos e admiráveis, mas historicamente condenados à ruína”. (HOBSBAWM, 2013, p. 314), como assegura Hobsbawm nas páginas de seu derradeiro livro *Tempos fraturados*, no qual esse historiador — misturando elementos históricos e antropológicos em seus exames acerca das artes, da cultura e da sociedade — ainda buscava responder à questão que pontuou grande parte de sua produção acadêmica e historiográfica: a saber, como se originam e se desenvolvem as tradições dos mitos heroicos sociais.

É, aliás, nesta macro-narrativa propriamente que se darão os acontecimentos mais aguardados, talvez, pelo elíptico interlocutor e pelos leitores de Guimarães Rosa, a participação efetiva de Riobaldo no cotidiano do banditismo social, o seu provável preito às forças demoníacas e a vazão maior do sentimento amoroso entre o protagonista e o também ambíguo Diadorim, movimento pelo qual se estabelece mais vigorosamente o segundo eixo estruturante desta ficção — de acordo com Roberto Schwarz que, em 1960, lançou sua leitura acerca do experimento estético rosiano no breve *Grande sertão: a fala* —, o lírico.

Numa existência como a de Riobaldo Tatarana, guiada pela vontade do acaso e dos avessos, o futuro não pode mesmo revelar tudo aquilo que sabe. Mesmo não ocorrido em sua totalidade; haja vista que ao invés da pena letal Joca Ramiro sentencia o condenado a um auto-exílio pelas regiões de Goiás; o perdão dado ao “des-norteador” Zé Bebelo provoca a

mudança de maior dimensão dentro do bando jagunço, instaurando o grande *leit motiv*, condutor das tragédias e das guerras travadas entre os personagens que, anteriormente unidos sob a mesma legenda, a partir de então passam a se reordenar em grupos contrários.

Outro aspecto examinado por Eric Hobsbawm e presente na narração de *Grande sertão: veredas* são as relações sociais estabelecidas entre os jagunços e as populações locais abastadas ou, principalmente, miseráveis. Como afirma o autor de *Rebeldes primitivos*, “[t]odos têm de viver em bons termos com bandidos poderosos” (HOBSBAWM, 2010, p. 120), por isso, no sertão rosiano, também são os jagunços que cobram pedágios e dívidas, atividade usual conforme relata Riobaldo ao seu eclipsado interlocutor.

É mister lembrar que este protagonista autodiegético, tal qual um historiador mais experiente, constrói a sua narrativa em retrospecto, isto é, distante no tempo e dos grilhões que trazem cativo o jagunço. O Riobaldo que narra os episódios de *Grande sertão: veredas* encontra-se já na outra margem de seu conhecimento no banditismo social, é um rico fazendeiro, portanto regresso à sociedade, membro respeitado de reputação reconquistada por um duplo trajeto, o da herança paterna e o da restauração da moralidade que, no papel de líder de um bando jagunço, foi responsável por instaurar, concretizando por acaso o ideal do outrora chefe de bando Zé Bebelo. Trabalhos críticos mais recentes, como o de Roniere Meneses, que abordam a construção de um quadro da realidade nacional por meio de um passeio pelo conjunto da obra do escritor, ressaltam esta possibilidade de alpinismo da então rígida pirâmide social, para alguns que conseguem destacar-se em meio à multidão. Afirma o autor de *O traço, a letra e a bossa* (2011)

A possibilidade de mudança de posição na ordem social constitui uma das formas reais de acalmar a insegurança e a insatisfação coletivas, embora nunca se torne um modo de partilhar melhor as benesses econômicas, culturais e políticas entre o todo da população (MENESES, 2011, p. 185).

Como um palimpsesto social, Riobaldo reescreve incessantemente a sua trajetória partindo de mísero sertanejo das margens do São Francisco, passando pelos estágios de afilhado de rico fazendeiro, de auxiliar e professor de chefe jagunço, soldado e comandante de bandidos rurais a respeitado proprietário de terras à beira do rio o protagonista configura-se em exemplo bem acabado da mobilização intensa da sociedade a qual Antonio Candido afirma, em páginas dedicadas a Florestan Fernandes, ser capaz de corrigir “a cada instante as tendências autocráticas da burocracia” e permitir “forjar a democracia socialista em toda a sua força de participação coletiva” (CANDIDO, 2001, p. 23).

Entretanto, voltemos ao relato das cobranças monetárias impostas à população civil que, em situações de exceção como é o caso do sertão, de um lado aparece oprimida tanto pelo abandono e pela repressão das instituições do Estado, quanto pelos bandos armados aos quais “[n]inguém jamais se recusa a lhes dar seja o que for” (HOBSBAWM, 2010, p. 113).

Normal, quando a gente encontrava alguma boiada tangida, êle [Zé Bebelo] cobrava só imposto de uma ou duas rêsas, para o nosso sustento nos dias. Autorizava que era preciso se respeitar o trabalho dos outros, e entusiasmar o afinco e a ordem, no meio do triste sertão. (ROSA, 1956, p. 77)

Como em muitos exemplos do banditismo elencados por Hobsbawm, os jagunços rosianos não se mantêm quase totalmente externos à malha social, a qual insiste em vê-los como elementos de fora da estrutura local. A economia que sustenta os bandos advém, sobretudo, de uma espécie de tributação de gado, cultura feita traço definidor do espaço regional, segundo nos informa Walnice Galvão em *As formas do falso*, observação que, desatentamente, pode configurar-se como óbvia entre os leitores iniciados nos estudos sociológicos, mas ao ser confrontada com a sua representação literária, transposta em *Grande sertão: veredas*, acaba por se revelar o maior índice de unidade do *ethos* cultural do sertão histórico e de sua versão ficcional.

Uma vasta gama de informações acerca da cultura bovina e da gente que lida com esta diretamente em seu cotidiano, foi devidamente transposta para as anotações das cadernetas que Guimarães Rosa carregou consigo durante as expedições realizadas sertão mineiro adentro, onde o autor de *Tutaméia* pôde exercer uma das suas múltiplas aptidões, a de naturalista, etnógrafo das belezas deslindadas por ele nos espaços do interior do país, imprimindo em papéis de registrar as inúmeras manifestações culturais presentes no solo sertanejo, inclusive a dos imigrantes, feitos comerciantes dentro da realidade periféricas do Brasil.

Nas já mencionadas cadernetas encontra-se a matéria de que se originaram as duas maiores obras-primas rosianas, *Corpo de Baile* e o romance *Grande sertão: veredas*, vindas a público com a estrondosa recepção em 1956. Das 160 páginas que compõem as *Boiadas*, emerge um universo que pulsa num ritmo próprio, ao sabor das experiências vaqueiras de indivíduos comuns. Além destas práticas, recaem aos jagunços em muitos casos, a proteção armada a poderosos fazendeiros, a execução de sentenças de morte em tribunais, instaurados por estes mesmos indivíduos, para julgar crimes contra as ações desvirtuadoras do *modus vivendi* sertanejo, com se dá no episódio, anteriormente citado, dos parricidas de Rudugério

de Freitas.

Demos julgamento. Ao que, fosse Medeiro Vaz, enviava imediato os dois para tão razoável forca. Mas porém, o chefe nosso, naquele tempo, já era — o senhor saiba —: Zé Bebelo!
[...] Zé Bebelo decretou. — “O pai não queria matar? Pois então, morreu — dá na mesma. Absolvo! Tenho a honra de resumir circunstância desta decisão, sem admitir apelo nem revogo, legal e lealdado, conformemente!...”
Aí mais Zé Bebelo disse, como apreciava: — “Perdoar é sempre o justo e certo...” (ROSA, 1956, p. 76-77).

Em seu comportamento “justiceiro”, este nobre chefe termina por exemplificar o caráter reformador do bandido social, haja vista que em sua sentença Zé Bebelo não promove uma revolução nos costumes, mas sim um grau de controle sobre os erros cometidos pelos indivíduos, tal como se pode observar na realidade factual. O relato de Riobaldo comprova, portanto, que é impossível a dissolução total da injustiça nas sociedades. Todavia, isso não significa dizer que essa prática não possa ser, ao menos, mitigada pela ação ocasional do bandido social no papel de remediador de conflitos.

Como afirma Eric Hobsbawm, o réprobo deita no quotidiano do *hinterland* “um critério mais amplo de relações justas e equitativas entre os homens em geral, em particular entre ricos e pobres, os fortes e os fracos” (HOBSBAWM, 2010, p. 46). Com base no enredo desse episódio do romance rosiano, o que opera essa personagem consiste em um escopo demasiadamente modesto: a saber, não é a promoção do fim da violência e da barbárie — algo realmente revolucionário —, mas o ingresso dessas para os limites do coletivamente aceitável, em outras palavras, o que quer esse justiceiro popular é “estabelecer ou restabelecer é a justiça ou ‘os velhos costumes’, ou seja, atitudes corretas em uma sociedade de opressão” (HOBSBAWM, 2010, p. 82) tal como afirmou o autor de *Revolucionários*.

Nas memórias emergidas pela sua narração, Riobaldo mostra que, no intuito de punir o furto praticado por um de seus filhos, o irascível pai Rudugério de Freitas obriga outro seu descendente a matar o criminoso ladrão. Pensando, talvez que a mesma ordem poderia voltar-se contra ele um dia, esse filho promovido a algoz une-se ao irmão sentenciado para, ironicamente, cumprir a tarefa mortífera dada, só que contra o mandante, o próprio pai.

Como mistura é o ponto nevrálgico dos jagunços de *Grande sertão: veredas*, há na conduta de “promotores de justiça” como Zé Bebelo não somente semelhanças com o sistema de valores dos fora-da-lei brasileiros, mas também com o aparelho judicial de *outlaws* de paragens estrangeiras tais como os do *western* norte-americano muito divulgado pelo Ocidente graças ao poder midiático de Hollywood, o grande centro de alegria cinematográfica

do mundo. Nessas películas é frequente observar o uso comedido da violência para pôr termo aos excessos cometidos pelo governo (ou outras esferas públicas ou privadas) contra a massa populacional, conhecido — segundo Hobsbawm — como “lei de Folville” (cf. HOBBSAWM, 2010, p. 181), título que relembra a história de uma família nobre que ganhou notoriedade devido ao hábito de corrigir pela prática da violência outras injustiças.

Na concepção de um bandido letrado e conhecedor de seus deveres morais e sociais como Zé Bebelo, o parricídio executado pelos irmãos está longe de ser algo tolerável, no entanto se torna justificado pelos seus atenuantes, haja vista que, desde as leis não escritas na Antiguidade, os crimes consanguíneos são considerados de extrema gravidade. Assim como não é permitido aos filhos executarem os pais, igualmente não é tradicionalmente aceito como justo a figura paterna sujar, ainda que indiretamente, as mãos com o sangue de seus descendentes e nem obrigar para esse fim que os filhos cometam fratricídio.

Em situações dessa natureza — nas quais quase instantaneamente somos levados a lembrar de personagens clássicas como Laio e Édipo, Orestes e Clitemnestra — encontra-se a sociedade em desequilíbrio, carente do auxílio das mãos de bronze do Destino como nas tragédias gregas. Dentro das sociedades rurais esquecidas historicamente pelo poder público, cabe ao proscrito (poeticamente) este papel de trágico trazendo a comunidade não a uma situação de progresso, mas tão somente de normalidade vivida anteriormente ao fato. Se o pai queria assassinar o filho, esse trouxe a “indesejada das gentes” (BANDEIRA, 1996, p. 307) para sua cada e, conseqüentemente, para o seu fado.

A sentença proferida pelo grande homem príncipe não pretende assim — como em diversos outros julgamentos promovidos pelo banditismo no mundo — mitigar a opressão e as práticas de violência como se espera, por exemplo, em uma revolução, todavia constrói uma rota paliativa. Em outras palavras, uma vez que os dominadores continuarão a tombar a sua mão forte contra os oprimidos, esse caminho alternativo lança sobre as massas populares algum laivo de justiça, haja vista que os proscritos sócias nessa situação de instauradores da justiça social não se furtam de sua obrigação de empurrar essa tirania para o interior dos domínios do socialmente tolerável.

Destarte, o bandido promove simultaneamente a justiça aos moldes do Estado e um espécie de *robinwoodismo* de forma esporádica⁴³ tal como nos é mostrado no excerto acima.

⁴³ Quando as práticas reformadoras de justiça ou de algum retorno de bem-estar social às massas são realizadas pelo bandido camponês ou rural com periodicidade, este passa a exercer o que Eric Hobsbawm convencionou chamar de “*robinwoodismo* sistemático”, o que, sem sombra de dúvida, garantia ao proscrito social cair nas graças da população local, a qual o promovia ao posto de herói ou verdadeiro “amigo do povo”. Apesar de não serem tão frequentes quanto aqueles que praticavam a versão mais fortuita do *robinwoodismo*, houve nomes que

Neste ponto específico, esse chefe jagunço do romance de Guimarães Rosa e assemelha ao lendário fora da lei italiano Angelo Duca (1734-1784), mais conhecido pelo apelido de Angiolillo, o qual recebeu exame por parte de Benedetto Croce (1866-1952) em “Angiolillo, capo di banditti” [Angiolillo, chefe de bandidos]. Tanto a análise do autor de *Materialismo Histórico e economia marxista* (1900) quanto esse bandido napolitano são lembrados por Hobsbawm nas páginas de *Rebeldes primitivos* que descreve a conduta de Angiolillo como

excepcional na procura sistemática de uma justiça mais ampla do que a que era obtida por presentes casuais ou intervenções individuais. “Quando ele entrava numa aldeia”, conta-se, “fazia instalar um tribunal, ouvia os litigantes, pronunciava sentenças e preenchia todas as obrigações de um magistrado.” Diz-se até que ele processou criminosos comuns. [...] Em outras palavras, agia como um Governo paralelo no interesse dos camponeses (HOBSBAWM, 1970, p. 34-35).

Enquanto no decurso do século XX denota-se a gradual derrocada do Estado, em *Grande sertão: veredas*, a personagem Zé Bebelo anseia por instaurar, de dentro do banditismo, as práticas de ordem e de justiça legais no interior do incivilizado sertão nordestino. Historicamente, a atitude deste apóstata do jaguncismo não se constitui em um fato isolado, haja vista que muitos proscritos sociais iniciaram sua carreira na marginalidade, como José Rebêlo Adro Antunes, imbuídos de motivações “quase-políticas” (HOBSBAWM, 1970, p. 33) segundo a afirmação de Hobsbawm em *Rebeldes primitivos*.

Dentro deste território peculiar e de difícil delimitação, inclusive para os estudos geográficos, ocorre toda a ordem de mobilidades que, impulsionadas pelas manifestações de violência, negligência e legitimação do Poder institucionalizado, lançam os sertanejos pobres na condição de indefinidos sociais, errantes, cuja vida tanto pode fazer tombar para uma espécie de servidão “quase” escravagista, quanto para o banditismo social, incorporado, principalmente, pela figura dubiamente social do jagunço. Criação social invulgar, este personagem cunhado nas periféricas regiões centrais do país também surge marcado pelo ferrete da indefinição. Em outras palavras, tanto pode se caracterizar o jagunço como um maléfico inútil, ou como um sujeito utilizado pela força do poder local, ascendendo

se destacaram por essa conduta, como, por exemplo, Gaetano Varderelli, da Apúlia — região que constitui o “salto” da bota italiana —, conhecido das autoridades locais nas primeiras décadas do século XIX por distribuir alimento aos mais pobres e ameaçar prefeitos e fazendeiros que não permitissem aos necessitados a coleta de sobras do plantio e das reses que não foram comercializadas. Nas páginas de *Rebeldes primitivos*, Hobsbawm sintetiza a existência deste fora da lei expondo que Varderelli “foi perdoado pelo rei e depois traído e morto pelo mesmo em 1818, distribuía constantemente parte do que pilhava entre os pobres, dava sal gratuitamente e mandava os meirinhos oferecer pão aos trabalhadores do Estado, sob pena de massacre, e exigia da burguesia latifundiária local que deixasse os pobres respigarem em suas terras” (HOBSBAWM, 1970, p. 34).

socialmente à condição de capanga, braço armado em defesa dos interesses econômicos e políticos dos senhores da região.

É interessante como numa estética, como o regionalismo, há muito tempo presente nas Literaturas da América Latina, esta figura emblemática do banditismo social tenha passado calada até a sua representação numa obra de Afonso Arinos. Este ficcionista mineiro, em *Os Jagunços*, é o primeiro autor a alçar este indivíduo à categoria de protagonista literário sem, contudo, revelar a sua natureza fragmentada. Em todas as páginas da segunda parte desse romance, momento em que efetivamente a expressão nordestina é repetidamente colocada, o autor de *Pelo sertão* só a utiliza com um fim, o de caracterizar os fanáticos seguidores do missionário monarquista Antônio Conselheiro, em uma clara demonstração de que entre nós o fenômeno do banditismo social andou de mãos dadas com as práticas de milenarismo. Como meu provável leitor acostumado aos jogos interdisciplinares e aos torneios comparativos deve já ter imaginado, essa ligação entre violência e religião constitui um outro ponto de contato entre a ficção e a historiografia hobsbawmiana e esse meu interlocutor não está errado, uma vez que no final do capítulo de *Bandidos*, ao definir os aspectos envolvidos na configuração do movimento histórico dos proscritos sociais no Brasil, Eric Hobsbawm assevera que no “sertão do Nordeste brasileiro, região clássica dos cangaceiros”, igualmente também aflorou os “*beatos*, os líderes messiânicos rurais” (HOBSBAWM, 2010, p. 49) com o predomínio dos últimos na consciência geral das massas populares como as formas mais eficazes de prover reformas e revoluções no quotidiano das comunidades periféricas.

Não obstante, é dentro de um dos espaços para-textuais do livro *Os Jagunços* que Arinos retrata esta figura histórica em sua essência multiforme. De acordo com um dos nossos primeiros regionalistas,

[j]agunço é um regionalismo nordestino que entra em curso geral na língua portuguesa no Brasil em fins de século XIX, significando *valentão*, *guarda-costas de fazendeiro* ou de *senhor de engenho*. O *Jagunço* é, portanto, um tabaréu, isto é, um habitante de vilas e de cidades. Seu vestuário é feito de coró curtido, de alpercatas sólidas e um chapéu de abas largas. Afeiçoado aos arriscados lances da vida pastoril, caminha zombando das intempéries e dos obstáculos das estradas. É um guerrilheiro astuto, audacioso e valente, quase uma réplica do *iluminado* da Idade Média: o mesmo desprezo pela própria vida, a mesma indiferença diante da morte, o mesmo heroísmo mórbido e inconsciente de hipnotizado (ARINOS, 1985, 1ª dobra)

Percebe-se, portanto, a multiplicidade de papéis que este modelo de celerado pode encenar dentro do espaço sertanejo, demonstrando-se assim que pela mobilidade da ordem e da desordem que organizam as relações sociais, conferindo a si um *status* que por fim é

legitimado historicamente pelo Estado de direito. Como atesta Walnice Nogueira Galvão, no princípio de seu *As formas do falso* “o exercício privado e organizado da violência é, ao longo da história brasileira, uma instituição e não uma exceção” (GALVÃO, 1972, p. 21).

A figura do fora da lei em sua diversidade de nuances, seja como braço armado de fazendeiros, seja com indivíduo violento e sem mando, só podem ocorrer devido às relações dialéticas de exploração socioeconômicas existentes no Brasil como um todo, mas muito mais vívidas nestas zonas, como o Sertão mineiro, periféricas.

Para ser verdadeiramente considerado um bandido social, portanto, o indivíduo deve, obrigatoriamente, estar à margem da lei e do Estado, fazendo com que seja diretamente proporcional a relação estabelecida entre os camponeses e o bandido social. Em outras palavras, quanto mais próximo dos ideais do homem rural estiver ligado o réprobo, mais perigosa é a sua figura para a consolidação do poder de fato do Estado sobre aquela área e seus habitantes.

Alguns aspectos na origem dos jagunços descritos por Arinos se assemelham aos da tipologia do banditismo social forjado por Eric Hobsbawm, a saber as perseguições políticas sofridas e o cometimento ou fuga de uma *vendeta* que o arraste para a marginalização social como acontece com a personagem Vila Nova, o comerciante da “cidade santa” de Afonso Arinos.

Estas personagens históricas, apesar de intitularem a novela mais conhecida de Afonso Arinos só aparecem, e ainda assim como secundários, na segunda parte da obra no momento em que o Arraial de Belo Monte já foi erigido. Curiosamente, a primeira vez que este adjetivo aparece nas páginas literárias não é ainda com a concepção de bandido, como lhe foi atribuído ao longo das décadas posteriores, mas na representação pura e simples de seguidores leais aquele missionário que os havia dado alguma condição de dignidade para enfrentar sua pobreza histórica, Antônio Conselheiro.

O principal com relação aos bandidos sociais é que são proscritos rurais que o senhor e o Estado encaram como criminosos, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, que os considera heróis, campeões, vingadores, pessoas que lutam por justiça, talvez até mesmo vistos como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e sustentados (HOBSBAWM, 2010, p. 36).

Compreendendo o banditismo como mais um produto da desigualdade social promovida pelo sistema capitalista, Hobsbawm examina esse fenômeno como, por um lado, a existência da liberdade de movimentos para aqueles indivíduos que se encontram aprisionados

nos elos das cadeias dos grandes proprietários de terras, ou por outro, como uma “ocupação” para a população rural excedente composta, sobretudo por jovens sem perspectivas em um futuro iminente.

Desdobramentos se fazem a palavra-chave da análise dos elementos constitutivos de *Grande sertão: veredas* que, como no imaginário coletivo, representa o jagunço como um ser em constante trânsito entre as identidades de celerado e de — segundo Walnice Galvão, em uma leitura do bandido nordestino que se assemelha e dialoga implicitamente com a forjada pela historiografia de Eric Hobsbawm⁴⁴ a cerca de quatro anos antes —, um “Robin Hood caboclo” (GALVÃO, 1972, p. 18), devido às situações limites vivenciadas por indivíduos como Lampião e Pancho Vila.

Aparentemente, o jagunço não é um criminoso vulgar. As noções de honra e de vingança, bem como o cunho coletivo de sua atuação, estão inextricavelmente ligadas à sua figura. O jagunço não é um assassino: ele é um soldado numa guerra. [...]. É possível, e fácil, ver no jagunço uma força do mal, um delinquente aquém dos requisitos de humanidade. Também é possível, e sedutor, ver nele um herói, um revolucionário, um Robin Hood caboclo. O problema é que essas duas visões são contraditórias e erigem-se em impasse (GALVÃO, 1972, p. 18).

Seja pelo uso de travestidos disfarces como os utilizados por Diadorim, pela encenação da maldade de Hermógenes e de seu bando ou no uso do jaguncismo como braço armado para implodi-lo estabelecendo no *hinterland* brasileiro os lemas positivistas do Estado como faz Zé Bebelo, as contribuições do banditismo se mostram demasiadamente ligadas às práticas de ambiguidade, essas presentes tanto na origem dessas personagens de *Grande sertão: veredas* quanto na participação histórica de bandidos semelhantes aos forjados pela ficção rosiana.

Em épocas de guerras e de poderes paralelos como o jaguncismo, em que “viver é negócio muito perigoso” (ROSA, 1956, p. 12.), a palavra literária e o ofício de historiador são de suma importância não só como testemunho das práticas de desumanidade dos regimes políticos ditatoriais, mas como agentes de militância contra o barbarismo e de recriação de ideais e de belezas outrora lançadas à margem do cotidiano da humanidade. Todavia, a

⁴⁴ Somente em 1981, mais precisamente no décimo sexto parágrafo de Diadorim e os mitos do feminino em Guimarães Rosa — ensaio enfeixado na coletânea *Gatos de outro saco* (1981) — é que Walnice Nogueira Galvão, depois de muito se aproximar dos temas tratados pelo *banditismo social* hobsbawmiano em trabalhos como *As formas do falso*, menciona explicitamente — ainda que em um breve período e de forma pontual sem estabelecer comparações entre Hobsbawm e o autor de *Grande sertão: veredas* — o nome do historiador britânico.

literatura pela sua natureza específica não se contenta só com os elementos postos pela ciência e acaba por buscar o “não-contável” da História, isto é, a porção de utopia que anima nacionalidades e que não é percebida pelos profissionais desta segunda, uma vez que, nas palavras do historiador italiano Carlo Ginzburg, ao repensar metodologicamente o próprio ofício, afirma corajosamente que a “relação direta com a realidade, só pode se dar (ainda que não necessariamente) no terreno da ficção: ao historiador, que só dispõe de rastros, de documentos, a ele é por definição vedado” (GINZBURG, 2006, p. 271).

Esta proximidade com o real estabelecida pela matéria literária pode ser construída pela linguagem presente na ficção de escritores contemporâneos, ou para lançar mão de uma definição de George Steiner — cuja substância contraria os postulados mais profundos da Estética da Recepção jaussiana — cabe à linguagem (e também é ela própria) “o mistério que define o homem, de que nela a identidade e a presença histórica do homem estão implícitas de modo singular” (STEINER, 1988, p. 16), sendo, por fim, última (e talvez única) forma de resistência humana diante das manifestações de violência e barbárie que reduziram significativamente a civilidade no século XX.

Assim como na produção estética, a história não fornece lições puras para responder às manifestações de violência. Mas oferece pistas de que sociedades e indivíduos são colocados em perigo. Em outras palavras, os movimentos ocorridos no século passado como sua compreensão são obras ainda inéditas para a maioria de nós e continuaram ainda por um tempo de duração impossível de prever como estranhos aos olhos de pesquisadores e principalmente, aos olhos dos homens comuns, personagens, como Riobaldo Tatarana, levados pelas águas do desconhecido equívoco.

7.
CONCLUSÃO
OU
O VELHO TEMPO NOS PERSEGUE

— Mas isso não interessa — aventei levianamente. — O passado é velho conhecido nosso.

— Engano. É tão desconhecido como o futuro e o presente. (LOBATO, 2009, p. 58)

No Brasil, como em toda parte, está em jogo a história mundial contemporânea e ela pode ser lida na história do Brasil, bem como a história do Brasil só pode ser lida através da história mundial. Essa é uma exigência abstrata da dialética, mas que está começando a se tornar uma presença efetiva na vida intelectual brasileira. Creio que isto é recente e está, provavelmente, ligado à uma integração mais viva e mais importante do Brasil no capitalismo internacional (SCHWARZ, 1979, p. 111-112).

Simultaneamente no centenário de nascimento de Eric John Hobsbawm e do meio século do “encantamento” de João Guimarães Rosa, este trabalho erigiu-se de uma pesquisa bibliográfica da produção desses dois intelectuais, com base no referencial teórico da Literatura Comparada que, a título de exemplo, trouxe para a agenda dos debates acadêmicos o conceito de interdisciplinaridade desenvolvido no crepúsculo dos anos de 1960 e que, até os dias atuais, vem se fazendo a ponte por onde a metodologia comparatista pôde transitar em diálogos com áreas distintas, tais como a História, desfazendo (em parte) a separação secular entre a arte e a ciência em setores culturais distintos e não intercambiáveis.

No intuito de atingir este fim, a Tese e, portanto, o Doutorado que agora se concluem perfazem os passos ensinados pelo agora saudoso Antonio Candido para o correto trabalho crítico-científico. Em poucas palavras que conferem ao “Posfácio” assinado por ele em *Desconversa* (1998), de Walnice Galvão, menos uma apresentação do que uma das aulas, as quais o tornaram referência para os estudos literários e comparatistas no Brasil, o autor de *Literatura e sociedade* (1965) elencou o número de sete passos obrigatórios para o intérprete da matéria ficcional — que expandi para abarcar o entendimento da historiografia — são estes: o levantamento das obras do autor examinado; a demonstração por meio de trechos escolhidos; o estudo do gênero; a análise temática; a investigação sobre a linguagem do autor; a comparação e a interpretação.

O ponto de partida para a construção do presente trabalho iniciado no primeiro semestre de 2013 com o meu ingresso na linha de pesquisa de Estudos Literários do Programa

de Pós-Graduação em Letras foi o interesse que sempre acompanhou a já gigantesca e, todavia, não uniforme recepção crítica de Guimarães Rosa — vide a diferença numérica de estudos que se voltam para o *Grande sertão: veredas* e *Corpo de baile*, obras responsáveis pela condução dos leitores pelo universo ficcional anterior e posteriormente forjado pelo autor de *Sagarana*, e aqueles poucos que glosam sobre as narrativas de suas obras póstumas *Estas estórias* e *Ave, palavra* —, a saber, o desejo de ampliar continuamente a discussão em torno de sua escrita.

Há mais de setenta anos, a obra rosiana se constituiu num complexo projeto literário que desafiou, e ainda hoje continua a desafiar, os pesquisadores dos Estudos Literários e mostra a cada investida no texto, uma nova faceta presente na produção desse ficcionista mineiro. Com uma das maiores bibliografias críticas da história literária brasileira, as narrativas deste escritor já foram submetidas as mais variadas perspectivas de estudo. Considerando o aspecto quantitativo, o titânico acervo bibliográfico produzido sobre Guimarães Rosa comprova a metáfora de que esse autor, ainda é uma esfinge a lançar perguntas aos seus leitores.

Como a resposta de um Édipo sem a menor pretensão de ser definitiva em sua interpretação, esta produção acadêmica buscou repensar o desenvolvimento das sociedades no decurso do século XX e a sua respectiva reelaboração nos domínios estéticos sem, contudo, deixar de reconhecer a importância dos fatos e as fronteiras existentes entre a narrativa história e a produção literária, relativizadas ao ponto quase de ruptura tanto pela meta-história norte-americana e pelos recentes Estudos Culturais, os quais se revelam aguerridos combatentes no enfrentamento de noções caras à história dos exames literários, como as de dependência cultural e cânone.

Para alcançar este objetivo, procurei traçar diálogos entre a Literatura e algumas correntes dos estudos históricos forjadas na contemporaneidade e que ganharam vigor no pós-Segunda Guerra — tais como a história social e alguns de seus desdobramentos praticados na convencionalmente denominada “Escola inglesa do marxismo” nos anos de 1950 e 1960 —, as quais, em suas abordagens culturais, defendem de maneira vigorosa a investigação do fato real, sem, no entanto, menosprezar o valor do objeto literário como fonte importante para a compreensão (de alguns de seus intérpretes) das tradições sociais que se formaram não só na Velha Europa, mas também nos territórios mais afastados do capitalismo contemporâneo, os quais, todavia, não deixaram de ser afetados pelas conseqüentes crises e injustiças deste paradigma econômico apesar da distância em que se encontravam das grandes metrópoles.

Seguindo naturalmente um caminho similar ao aberto por definitivos intérpretes rosianos, dentre os quais destaquei Antonio Candido e Benedito Nunes para os quais a Literatura e a sociedade, no primeiro, e a arte literária em relação coordenada com a Filosofia, para os exames do segundo, se interpenetram mutuamente. Ainda que demarcando meu mirante de pesquisa no objeto literário, voltei o meu interesse pelas representações do século XX estabelecendo, na medida do possível, uma conversa harmônica entre a disciplina da História e a matéria estética por meio das perspectivas e memórias de Hobsbawm — um dos poucos intelectuais britânicos que pôde gozar do prazer de, junto ao seu colega E. P. Thompson, ser um dos historiadores europeus mais conhecidos fora de seu Continente — e de Guimarães Rosa — por seu turno, o maior nome da literatura brasileira no século XX. Assim, adentrando os tortuosos caminhos em cujas margens estão espreitando-me essas duas modalidades do conhecimento humano, desenhou-se o tema da presente Tese.

A sua maneira, cada um desses intérpretes em seus respectivos campos de ação, souberam se fazer “observadores-participantes”, como quer a Antropologia Social inglesa rememorada à miúdo pelo autor de *Era dos extremos*, do século passado. Seja dentro dos limites da imaginação literária, seja na realidade objetiva e nem sempre tranquila dos fatos da pesquisa histórica, Guimarães Rosa e Eric Hobsbawm propuseram as suas leituras testemunhais de uma Era que ambos conheceram bem como narradores e como sobreviventes, a da catástrofe correspondente à primeira metade do breve século XX.

Contudo, cronologicamente, o período mais importante na produção intelectual de ambos é, sem dúvida, o início da segunda metade da década de 1950, época em que veio a público as mais significativas produções rosianas, *Corpo de baile* e o romance *Grande sertão: veredas* e também se encontra a pedra inaugural de novos caminhos metodológicos tanto para a pesquisa literária quanto para a escrita historiográfica que continuaram a se expandir até os anos de 1980. Estes combatendo o franco declínio do interesse global pela Literatura e pela narrativa da História, ocorrido após os terríveis desfechos da Segunda Guerra e as denúncias das atrocidades cometidas pela autocracia de Josef Stalin contra civis e também intelectuais soviéticos não somente na Rússia, mas também em países satélites. Essa conduta de violência estatal mostrou-se totalmente divergente do que se pregava no âmbito teórico e ideológico para o “socialismo real”, o qual, em sua dura materialidade, contradizia os ideais humanistas de toda uma geração de comunistas assumidos ou não no oeste europeu (e em outros territórios do planeta) que neste instante, viam, pela primeira vez, perplexos a verdade que

surgia através dos primeiros buracos no tecido da outrora inexpugnável Cortina de Ferro da antiga União Soviética.

Enquanto para boa parte da *intelligentsia* ocidental esta descoberta em 1956 tenha sido um golpe quase fulminante em suas ilusões humanistas, Eric Hobsbawm não viu abaladas as crenças e convicções de seu coração devoto de Karl Marx, recebendo com esta atitude a sua condenação em artigos de colegas da historiografia e por periódicos dos defensores da sociedade de mercado espalhados pelo mundo. Entretanto, a sua permanência no antigo Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB) até a completa extinção desde em meados do decênio de 1990, não significou dizer que politicamente Hobsbawm continuou internamente o mesmo. Diferente de outros colegas comunistas, o historiador nestes tempos fraturados, tão somente modifica, um ano depois, a direção de parte de seu trabalho historiográfico, e por meio deste amplia o horizonte que o autor de *Manifesto do Partido Comunista* — sua maior referência teórica —, em sua produção, não pode abarcar como, por exemplo, um paradigma revolucionário que, se não propõe a mudança da sociedade, ao menos pressionou os senhores do capital local a promover algumas reformas que geraram bem-estar na população mais pobre e desesperada e que, por isso mesmo, pode reivindicar de forma mais violenta, fornecendo às elites uma pequena porção de perdas financeiras e de barbáries fornecidas pelas classes dominantes, pelas instituições como a Igreja e pelo Estado historicamente para essas camadas de marginalizados sociais.

Adaptando, como queria o pensador de Trier, os ideais comunistas às diferenças sociais das localidades periféricas examinadas, Hobsbawm, rompendo com a exclusividade dos temas de interesse da sociedade inglesa, produziu estudos que inauguraram uma nova temática no campo da historiografia no mesmo ano do duplo aparecimento das grandes produções de Guimarães Rosa, o qual, regendo a sua produção estética dentro daquela tensão sempre fecunda que se estabelece entre a criação e a incorporação da tradição, foi o nome de sua geração literária que melhor soube organizar as representações artísticas do mundo e do homem contemporâneo envolto em um período de práticas intoleráveis tais como as manifestações de violência e de barbárie que reduziram a civilidade no globo.

O autor mineiro, anteriormente ao aparecimento de *Grande sertão*, trazia a lume “cronicontos”, isto é, narrativas curtas em que se amalgamam elementos da crônica e da preocupação desta em registrar a tempo e a hora um testemunho dos acontecimentos históricos e do conto com o seu *status* de ficção no qual a escrita rosiana pode escrever uma transformação do real no qual o humano possa ser protegido a despeito do que ocorria na

triste facticidade que abraçava a Europa. Esta mistura de gêneros estéticos inscritos na coletânea *Ave, palavra* — um obstáculo que se coloca diante do leitor e das teorias que o tomam como ponto nevrálgico — são vistos nesta Tese menos como uma desobediência proposital às estruturas formais destas modalidades literárias do que um espelhamento do movimento histórico instaurado no mundo a partir dos primeiros sinais da eclosão da Segunda Guerra Mundial, conflito responsável pelo embaralhamento e a ambiguidade das relações entre o capitalismo e o socialismo, as duas ideologias dominantes do período, as quais, apesar das frias hostilidades e frontais diferenças, se auxiliaram mutuamente em seus momentos mais difíceis ao longo do século XX, neutralizando por períodos bem marcados as suas inúmeras diferenças práticas e conceituais.

Passadas quase oito décadas dos acontecimentos representados nas narrativas enfeixadas em *Ave, palavra*, muito dos episódios da cosmopolita eclosão do terror hitlerista pincelados por Guimarães Rosa se apagam no contato de leitores recém-apresentados com o autor de “O mau humor de Wotan” devido a dois fatos relevantes. O primeiro, de ordem histórica, é o nosso ingresso em uma “Era do esquecimento” em que o triste intervalo entre os anos de 1930 e 1940 tornou-se peça de museu no qual até apreendemos seu signo, mas silenciámos, em contrapartida, a importância dos sentimentos e das perdas que compuseram o século em que nos originamos, não percebendo que muitas das práticas de violência profissional que nos acometem na atualidade foram gestadas naqueles lúgubres anos. O segundo fator, de caráter mais estético, a afastar o leitor dessas composições rosianas é ainda a pouca atenção dada os “cronicontos” alemães pela história recepcional do autor de *Sagarana* as quais, talvez por não tratar do espaço predileto do autor mineiro, o sertão, não receberam ainda a devida interpretação por parte de seus especialistas que, ao longo de anos, concentraram sua atenção sobre obras como *Corpo de baile* e *Grande sertão: veredas*. Daí a necessidade de promover no corpo desta Tese uma leitura dialética na qual a produção historiográfica de um dos mais notáveis intérpretes do século XX pode lançar luz sobre algumas passagens obscuras da história ocidental contemporânea retratada por Guimarães Rosa e tema ainda muito difícil de ser abordado para uma boa parcela de intelectuais e profissionais da historiografia.

Enquanto nos “cronicontos” alemães de *Ave, palavra*, Guimarães Rosa tenta não se render à História poetizando episódios catastróficos como a deflagração da Segunda Guerra Mundial, a perseguição de judeus e o declínio alemão e do mundo ocidental em um confronto que foi transformado em uma guerra de extensão global, na economia de *Grande sertão:*

veredas, o escritor estabelece uma proximidade entre as trajetórias de seus jagunços e os paradigmas forjados na tipologia do banditismo de Hobsbawm, tais como a diferenciação entre proscritos considerados nobres e os maus pelas populações locais; as motivações famélicas e de sangue que empurram homens e mulheres para a condição de marginalidade.

Hobsbawm, por sua vez, não se constrangeu em lançar mão da produção estética para tecer a sua compreensão global do fenômeno do banditismo na cultura das massas populares rurais, aceitando que as genuínas representações do proscrito social apareciam melhor estruturadas nas páginas literárias do que nas laudas dos documentos oficiais, esses “adulterados” para compor a visão dos opressores e não dos oprimidos acerca daqueles réprobos.

Seguindo as tradições herdadas de suas respectivas áreas de atuação, Eric Hobsbawm e Guimarães Rosa estudam os produtos do mal, tentando responder à questão que cabe aos intelectuais, a de transmissão da cultura — ainda que essa foi tão pouco eficiente na tarefa de conter os arroubos inumanos, como lembrou melancolicamente George Steiner em seu *O castelo do Barba Azul* — porque sem ela, o homem comum e as suas tradições e experiências pessoais seriam destinadas ao grande abismo do esquecimento que, em sua fome erisictoniana, não para de expandir as suas bermas.

Tendo o intuito maior de alargar o horizonte de expectativas da recepção crítica rosiana, o presente trabalho utilizou-se do método comparatista e de uma investigação interdisciplinar para propor uma leitura dialética em que, na busca por uma “totalidade progressiva” como ensina Hans Robert Jauss, em produções como *Pour une herméneutique littéraire* e *Caminhos da compreensão*, nas quais o sentido da obra estética pode ser dado (e deve ser procurado) no exterior das páginas literárias o que forneceria ao leitor de literatura e, gostaria de acrescentar também ao leitor de história, novas perspectivas em relação ao texto ficcional, levando a produção historiográfica de Hobsbawm a expandir o universo interpretativo de *Grande sertão: veredas* ambientada no *hinterland* brasileiro, enquanto o ficcionista mineiro espraia o tema do banditismo social hobsbawmiano ao inserir a figura do jagunço, indivíduo não catalogado pelo historiador britânico.

Gostaria de recordar que na história da recepção crítica rosiana, um número reduzido de trabalhos glosaram sobre estes incontestáveis signos sombrios da contemporaneidade ocidental e desses, poucos lembraram o nome do historiador britânico e quando o fizeram foi repetindo um comportamento que, infelizmente, vem tornando-se recorrente na escrita daqueles estudos de literatura, o de mencioná-lo em seus ensaios de uma maneira pontual,

destacando Hobsbawm, na maioria das vezes, apenas para ilustrar as complexidades do “breve” novecentos com o epíteto forjado pelo autor de *A invenção das tradições*. Portanto, nenhum destes exames sobre as obras do autor de *Primeiras histórias* promoveu, como na presente Tese, um estudo realmente comparatista entre as obras de Guimarães Rosa e Hobsbawm. Em outras palavras, a leitura dialética que proponho da Alemanha nazista e do sertão brasileiro, ambos representados ficcionalmente na produção rosiana, é, em suma, uma elegia ocidental pelas ilusões políticas, ideológicas e afetivas perdidas para a grande desilusão que o século passado nos legou, como conclui Riobaldo já descrente do Bem e do Mal reconhecendo, por fim, o possível triunfo do individualismo capitalista de que o que “[e]xiste é homem humano [em sua eterna] travessia” (ROSA, 1956, p. 594), tateando, qual um cego, o caminho obscuro para um futuro não muito feliz como sentença Hobsbawm no último parágrafo de *Era dos extremos* (1994), sua grande tradução do conflituoso e de difícil entendimento do que foi este tempo de mãos cerradas.

Em uma Era de catástrofes — como bem definiu Hobsbawm ao longo de sua obra mais divulgada no Brasil, *Era dos extremos: o breve século XX* (1994) —, a literatura também foi marcada pelo conflito de forças e valores antagônicos emergidos desta época em que o pacto selado entre os indivíduos ocidentais e a escrita histórica e/ou estética trouxeram — seja para responder às questões metafísicas de um ex-jagunço, em *Grande sertão: veredas*, seja para sobreviver ao Mal supremo, nos contos de *Ave, palavra*, — à superfície as vozes enoitecidas e caladas das periferias do capitalismo.

Tomando como empréstimo uma metáfora para o século XX, esta seria a da neblina — a mesma que persegue a memória afetiva do já idoso Riobaldo em seu relato retrospectivo composto nas páginas de *Grande sertão: veredas* — que vem infelizmente se tornando mais densa de maneira preocupante nesta nova Era em que vivemos entre os signos sombrios do esquecimento e da banalização da maldade aprendidas, sobretudo pelas práticas de violência, as quais formaram um exército de excluídos e de trabalhadores aptos nas técnicas de crueldade e de barbárie que fizeram da desumanidade uma carreira profissional.

Como, ao que a contemporaneidade tem nos mostrado em noticiários de TV e nas mídias digitais, não nos atentamos para as lições advindas com as consequências históricas dos naufrágios da humanidade no século passado, nos confortando com a falsa sensação de que esses episódios infernais estejam já soterrados pela passagem dos anos e observando passivamente a repetição quotidiana dos mesmos erros cometidos. Tal qual Teodora, a penúltima cidade imaginária descrita por Marco Polo em *As cidades invisíveis* de Italo

Calvino, monstros e pesadelos olvidados estão despertando de um não longo letargo. Compondo esta fauna maligna estão o nacionalismo etnorracista nas grandes potências capitalistas; o recrudescimento da extrema direita e sua apologia contra as minorias sociais e o silencioso retorno do nazismo — este, já há alguns anos, abraçando indivíduos jovens e sem perspectivas de emprego nas cíclicas crises do capital globalizado, tais como os xenófobos *skinheads*, seguindo autômatos uma nova *Mein Kampf*, representada pelos pressupostos pseudocientificistas do chamado revisionismo histórico.

Se no cenário em que esta Tese é lida sopram ventos uivantes parecidos aos que varreram a civilidade nas primeiras décadas do século passado, se faz mister revitalizar antigos oponentes da extrema direita no mundo, tais como a leitura socialista de Marx, um arcabouço teórico em permanente estado de maturação como quer o sociólogo Göran Therborn em *Do marxismo ao pós-marxismo*, e uma intelectualidade de esquerda forte para combater e explicar este tempo e os novos, ambos igualmente nebulosos. Esta posição política e ideológica conta agora com as suas devidas e não menos dolorosas decepções com o socialismo real, o qual efetivamente terminou em 1989 nos países de economia planificada, regime deturpado gradualmente até a exaustão por meio de práticas inegáveis de despotismo e violenta centralização do governo encastelado em Moscou sobre o conglomerado de países que compunham o bloco soviético. Esta, ao que parece, é uma daquelas informações de difícil compreensão para alguns pensadores da tradicional economia de mercado.

Assim, o ato de narrar — derradeiro recurso de sobrevivência no violento *hinterland* rosiano — mostra-se relevante tradução artística de um pacto estabelecido entre os fios literários e os factuais na trama da compreensão da História recente em que o desmoronamento de impérios e ilusões ocidentais refletiram em países como o Brasil, que vivenciou a experiência do Regime colonial, numa necessária afeição, também, das questões metafísicas com o objetivo de enfrentar a loucura que assola qualquer indivíduo na contemporaneidade, as práticas intoleráveis de épocas, como estas, de difícil compreensão, períodos de profunda escuridão enfrentados pelas páginas de Hobsbawm e de Guimarães Rosa, que desfazem imagens errôneas que muitas vezes construímos nesta nação latino-americana, a de um país que em sua História contemporânea se fez amistoso e pacífico, quando, na verdade, este acompanhou a beligerância e a violência que contaminava diversas nações e territórios da Terra desde a década de 1930.

REFERÊNCIAS

1. De Eric Hobsbawm

1. HOBBSAWM, Eric John. Adeus a tudo aquilo [1990]. In: BLACKBURN, Robin (org.). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Trad. Susan Semler. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 93-106.
2. _____. *A era dos impérios, 1875-1914*. 13. ed. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 584 p.
3. _____. After the Cold War — Eric Hobsbawm remembers Tony Judt. *London Review of Books*, Londres, n. 8, v. 34, p. 14, 26/04/2012.
4. _____. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 316 p.
5. _____. A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick (org.). *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 18-33. [354 p.]
6. _____. *Bandidos*. 4. ed. Trad. Donaldson Magalhães Garschagen. São Paulo: Paz e Terra, 2010. 280 p. il.
7. _____. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011*. Trad. Donaldson Magalhães Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 424 p.
8. _____. *Ecos da Marselhesa: Dois séculos reveem a Revolução Francesa*. Trad. Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 160 p.
9. _____. *Era dos extremos: o breve século XX*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 336 p.
10. _____. *Estratégias para uma esquerda racional: escritos políticos 1977-1988*. Trad. Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 284 p.
11. _____. *Globalização, democracia e terrorismo*. Trad. José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 182 p.
12. _____. *Marxismo e história social*. Trad. Diego Sandoval Espinosa (et alii). México: Universidad Autónoma de Puebla, 1983. 160 p.
13. _____. O mais importante historiador marxista faz um balanço das ilusões perdidas: Entrevista concedida a Geneton Moraes Neto. In: MORAES NETO, Geneton. *Dossiê Moscou: um repórter brasileiro acompanha, em Moscou, o desfecho da mais fascinante reviravolta política do século XX: o dia que começou a busca por uma nova utopia*. São Paulo: Geração Editorial, 2004. p. 120-129.
14. _____. *O novo século: entrevista a Antonio Polito*. Trad. Claudio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 200 p.
15. _____. *Rebeldes primitivos: Estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Tradução de Nice Rissone. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. 244 p.
16. _____. Renascendo das cinzas. In: BLACKBURN, Robin (org.). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Trad. Susan Semler. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 255-270.
17. _____. *Revolucionários*. 2. ed. Trad. João Carlos Victor Garcia e Adelângela Saggioro Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 280 p.
18. _____. *Sobre história*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 336 p.
19. _____. Social Bandits: Reply. *Comparative Studies in Society and History*, v. 14, n. 4, September 1972, p. 503-505.

20. _____. *Tempos fraturados*. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 360 p.
21. _____. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. Trad. S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 486 p.
22. _____. *Viva la revolución: a era das utopias na América Latina*. Org. Leslie Bethell. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 560 p.

2. Sobre Eric Hobsbawm

23. ARAÚJO, Ruy Belém de. Eric Hobsbawm — As lições do Tempo. *Revista da Fapese*, v.4, n. 1, p. 5-14, jan.-jun. 2008.
24. BLOK, Anton. The Peasant and the Brigand: Social Banditry Reconsidered. *Comparative Studies in Society and History*, v. 14, n. 4, p. 494-503, September 1972.
25. GARCIA, Marco Aurélio. Hobsbawm, historiador do marxismo. *História Social*. Campinas, n. 4/5, p. 65-70, 1997/1998.
26. HALL, Michael. Obra fascinante, mas perigosa. *História Social*. Campinas, n. 4/5, p. 71-73, 1997/1998.
27. JUDT, Tony. Eric Hobsbawm e o romance do comunismo. In: *Reflexões sobre um século esquecido (1901-2000)*. Trad. Celso Nogueira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. p. 137-150. [504 p.]
28. KAYE, Harvey J. Eric Hobsbawm: trabalhadores, camponeses e historia mundial. In: *Los historiadores marxistas británicos: um análisis introductorio*. Edición y presentación a cargo de Julián Casanova. Zaragoza: Universidad, Prensas Universitarias, 1989. p. 121-151.
29. LÔBO, Isamar Gonçalves. *O tempo presente na obra de Eric Hobsbawm*. Recife, 2003. 172 p. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco.
30. LOPES, José Sergio Leite. Trabalhadores e camponeses na era de Hobsbawm. *História Social*. Campinas, n. 4/5, p. 53-64, 1997/1998.
31. PRYCE-JONES, David. Hobsbawm e o preço da utopia. Trad. Cristian Clemente. *Dicta & Contradicta*. Disponível em: www.dicta.com.br. Acesso em: 18/12/2012.
32. SEVCENKO, Nicolau. Construindo princípios. *História Social*. Campinas, n. 4/5, p. 47-52, 1997/1998.

3. De Guimarães Rosa

33. ROSA, João Guimarães. *Antes das primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. 96 p.
34. _____. *Ave, palavra*; nota introdutória de Paulo Rónai. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1970. 274 p.
35. _____. *Contos — edição didática organizada por Heitor Megale e Marilena Matsuoka*. São Paulo: Nacional, 1978. 139 p.
36. _____. *Corpo de baile: sete novelas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956. 2 v.
37. _____. *Correspondência com seu tradutor alemão Curt Meyer-Clason*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. 447 p.
38. _____. *Correspondência com seu tradutor italiano Edoardo Bizzarri*. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2003. 207 p.
39. _____. *Estas estórias*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969. 236 p.
40. _____. *Ficção Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. 2 v.
41. _____. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956. 594 p.

42. _____. Pequena palavra. In: RÓNAI, Paulo (org.). *Antologia do conto húngaro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957. p. XI-XXVIII.
43. _____. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1962. 176 p.
44. _____. *Rosiana: uma coleção de conceitos, máximas e bocados de João Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1983. 94 p. [Exemplar n. 9979]
45. _____. *Sagarana*. 6. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1964. 365 p.
46. _____. *Tutaméia: terceiras estórias*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967. 192 p.

4. Sobre Guimarães Rosa

47. ANTONIO, Luciano. Do julgamento de Orestes para o tribunal do sertão: relações entre *Eumênides*, *Ésquilo* e o *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa. *Miscelânea — Revista de Pós-Graduação em Letras*. Assis, v. 5, p. 10-19, dez. 2008/maio 2009.
48. ARAÚJO, Heloísa Vilhena de. *Guimarães Rosa: diplomata*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 234 p.
49. ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. “Sertão: mar e rios de histórias”. In: *O guardador de segredos: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 113-129. [280 p.]
50. _____. O mundo misturado: romance e experiência em Guimarães Rosa. In: PIZARRO, Ana. *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1995. v. 3, p. 447-477.
51. ÁVILA, Afonso. *Grande Sertão: autenticidade e invenção*. In: *Catas de Aluvião: do pensar e do ser de Minas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2001. p. 95-98. [304 p.]
52. BENEDETTI, Nildo Máximo. *Sagarana: O Brasil de Guimarães Rosa*. São Paulo: Hedra, 2010. 372 p.
53. BRASIL, Assis. *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Simões, 1969. 148 p.
54. CALLADO, Antonio. In: *Depoimentos sobre João Guimarães Rosa e sua obra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 7-16.
55. CAMPOS, Haroldo de. In: *Depoimentos sobre João Guimarães Rosa e sua obra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 41-69.
56. CANDIDO, Antonio. In: *Depoimentos sobre João Guimarães Rosa e sua obra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 17-29.
57. _____. Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa. In: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1970. p. 133-160.]
58. _____. *Literatura e sociedade* [1965]. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1976. 193 p.
59. _____. Literatura e subdesenvolvimento. In: MORENO, César Fernández (coord.). *América Latina em sua literatura*. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 343-362.
60. _____. No Grande sertão. In: *Textos de intervenção; seleção, apresentação e notas de Vinicius de Dantas*. São Paulo: Duas Cidades / Ed. 34, 2002. p. 190-192. [392 p.]
61. _____. Notas de crítica literária — *Sagarana*. In: *Textos de intervenção; seleção, apresentação e notas de Vinicius de Dantas*. São Paulo: Duas Cidades / Ed. 34, 2002. p. 183-189.
62. _____. O Homem dos Avessos. In: *Tese e antítese*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1978. p. 119-139.
63. _____. O sertão e o mundo. In: *Diálogo*. São Paulo, n. 8, p. 5-18, nov. 1957.
64. _____. *Sagarana*. In: COUTINHO, Eduardo Faria (org.). *Guimarães Rosa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 245.
65. COUTINHO, Eduardo Faria. *Grande sertão: veredas. Travessias*. São Paulo: É Realizações, 2013. 136 p.

66. COUTO, Mia. Encontros e encantos — Guimarães Rosa. In: *E se Obama fosse africano? E outras intervenções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 107-119.
67. COVIZZI, Lenira Marques. *O insólito em Guimarães Rosa e Borges*. São Paulo: Ática, 1978. 160 p.
68. DA MATTA, Roberto. Augusto Matraga e a hora da renúncia. In: *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 303-334.
69. DUARTE, Lélia Parreira (org.). *Veredas de Rosa*. Belo Horizonte: PUC/CESPUC, 2000. 765 p.
70. _____. *Veredas de Rosa II*. Belo Horizonte: PUC/CESPUC, 2003. 872 p.
71. _____. ALVES, Maria Theresa Abelha (orgs.). *Outras margens: estudos da obra de Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Autêntica/Ed. PUC-Minas, 2001. 367 p.
72. GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso*. São Paulo: Perspectiva, 1972. 135 p.
73. _____. Diadorim e os mitos do feminino em Guimarães Rosa. In: *Gatos de outro saco*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 39-51.
74. _____. *Desconversa: ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998. 264 p.
75. _____. *Guimarães Rosa*. São Paulo: Publifolha, 2000. 80 p.
76. _____. *Guimarães Rosa*. La magie du verbe. In: CARELLI, Mario; GALVÃO, W. N. *Le Roman brésilien*. Paris: PUF, 1995. p. 97-115. [168 p.]
77. _____. *Mínima mímica: ensaios sobre Guimarães Rosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 352 p.
78. _____. O humor de Guimarães Rosa. *Língua Portuguesa*. São Paulo, n. 24, 2007. p. 40-42.
79. _____. Riobaldo de muitas faces. *Discutindo literatura: especial Guimarães Rosa* São Paulo, n. 4, 2008. p. 24-26.
80. _____. Riobaldo, o homem das metamorfoses. In: MOTA, Lourenço Dantas; ABDALA JÚNIOR, Benjamin (orgs.). *Personæ: grandes personagens da literatura brasileira*. São Paulo: SENAC, 2001. p. 237-264.
81. GINZBURG, Jaime. Guimarães Rosa e o terror total. In: CORNELSEN, Elcio; BURNS, Tom (Orgs.). *Literatura e guerra*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, p. 17-27.
82. GUIMARÃES, Vicente. *Joãozinho: a infância de Guimarães Rosa*. 2. ed. São Paulo: Panda Books, 2006. 183 p.
83. HOLANDA, Sílvio. O sertão é dentro da gente. *Asas da Palavra*. Belém, v. 6, n.13, p.75-77, 2002.
84. _____. Três leituras de Sagarana. *Moara*. Belém, n. 2, p. 53-64, 1995.
85. JACOBSEN, Adriana; VILELA, Soraia. Guimarães Rosa na Alemanha. In: *CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA*. Guimarães Rosa. São Paulo, ns. 20-21, p. 1-8, dez. 2006. [Encarte anexo].
86. LIMA, Luiz Costa. O conto na modernidade brasileira. In: PROENÇA FILHO, Domício (org.). *Livro do Seminário de Literatura Brasileira*. São Paulo: LR, 1982. p. 173-218. [302 p.]
87. _____. O sertão e o mundo: termos da vida. In: *Por que literatura*. Petrópolis: Vozes, 1969. p. 71-97. [128 p.]
88. LINS, Álvaro. Uma grande estreia. In: *Os mortos de sobrecasaca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. p. 258-264.
89. LOPES, Óscar. *Ler e depois*. 3. ed. Porto: Inova, 1970. v. 1, p. 313-365.
90. LORENZ, Günter W. *Diálogo com a América Latina*. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Ed. Pedagógica Universitária, 1973. p. 318-355.
91. MACHADO, Ana Maria. *O recado do nome: leitura de Guimarães Rosa à luz do nome de seus personagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 192 p.
92. MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira (1933-1960)*. São Paulo: Cultrix,

1978. v. 7, 697 p.
93. _____. Um novo Valdomiro Silveira. In: *Pontos de vista: crítica literária*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. v. 2. p. 171-182.
94. MENEZES, Roniere. *O traço, a letra e a bossa: literatura e diplomacia em Cabral, Rosa e Vinicius*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. 320 p.
95. MOUTINHO, José Geraldo Nogueira. *A fonte e a forma*. Rio de Janeiro: Imago, 1977. 136 p.
96. NUNES, Benedito. A matéria vertente. In: — et al. *Seminário de ficção mineira II*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1983. p. 9-39.
97. _____. De Sagarana a Grande Sertão: Veredas. In: *Crivo de papel*. São Paulo, Ática; Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional; Mogi das Cruzes, Universidade de Mogi das Cruzes, 1998. p. 247-262.
98. _____. Guimarães Rosa em novembro. *Minas Gerais*. Suplemento Literário, Belo Horizonte, v. 3, n. 117, p.1-2, 23 nov. 1968.
99. _____. Literatura e Filosofia. *Cadernos da PUC*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 9-24, 1976.
100. _____. *O dorso do tigre*. São Paulo: Perspectiva, 1969. 278 p.
101. _____. O mito em *Grande sertão: veredas*. *Moara*. Belém, n. 14, p. 9-19, jul./dez. 2000.
102. _____. Prefácio. In: ALBERGARIA, Consuelo. *Bruxo da linguagem no Grande Sertão: leitura dos elementos esotéricos na obra de Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977. p. 13-15.
103. _____. Primeira notícia sobre “Grande Sertão: Veredas”. *Jornal do Brasil*, 10 de fevereiro de 1957.
104. _____. Reflexões sobre o moderno romance brasileiro. In: PROENÇA FILHO, Domício (org.). *Livro do Seminário de Literatura Brasileira*. São Paulo: LR, 1982. p. 43-69. [302 p.]
105. OLIVEIRA, Clenir Bellezi de. O menino de lá. *Discutindo literatura*. São Paulo. n. 13, 2007. p. 34-43.
106. PIGNATARI, Décio. In: *Depoimentos sobre João Guimarães Rosa e sua obra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 31-39.
107. PROENÇA, M. Cavalcanti. *Augusto dos Anjos e outros ensaios*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. 241 p.
108. ROCHA, Paulo Mendes da. In: *Depoimentos sobre João Guimarães Rosa e sua obra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 71-81.
109. RIBEIRO, Renato Janine. Augusto Matraga, a salvação pelo porrete. In: MOTA, Lourenço Dantas; ABDALA JÚNIOR, Benjamin (orgs.). *Personæ: grandes personagens da literatura brasileira*. São Paulo: SENAC, 2001. p. 195-208. [328 p.]
110. RÓNAI, Paulo. *Encontros com o Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1958. 256 p.
111. RONCARI, Luiz. *O cão do sertão*. São Paulo: UNESP, 2007. 301 p.
112. _____. *O Brasil de Rosa*. São Paulo: UNESP, 2004. 352 p.
113. _____. O tribunal do sertão: “Os chefes”. *Teresa — Revista de literatura brasileira*. São Paulo, n. 2, p. 216-248, 2001.
114. ROSA, Vilma Guimarães. *Relembraimentos: João Guimarães Rosa, meu pai*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. 457 p.
115. ROSENFELD, Kathrin Holtermayr. *Os descaminhos do demo: tradição e ruptura em Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Imago, 1993. 217 p.
116. SANTIAGO, Silviano. *Genealogia da ferocidade: ensaio*. Recife: Cepe, 2017. 117 p.
117. SANTIAGO SOBRINHO, João Batista. O narrável da guerra e o inimigo objetivo, sob o céu de Hamburgo, em “O mau humor de Wotan”, de João Guimarães Rosa. *Revista*

Investigações, Recife, n.1, p.133-150, jan. 2009.

118. SANTOS, Paulo de Tarso. *O diálogo no Grande sertão: veredas: Guimarães Rosa e Riobaldo*. São Paulo: Hucitec, 1978. 48 p.

119. SARAIVA, Arnaldo. Guimarães Rosa. In: *Conversas com escritores brasileiros*. Porto: Congresso Portugal-Brasil, 2000. p. 27-32.

120. SCHWARZ, Roberto. *A sereia e o desconfiado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. 188 p.

121. TEIXEIRA, Everton Luís Farias. *Intérpretes do mundo-sertão: literatura e sociedade na recepção crítica de Grande sertão: veredas*. Curitiba: CRV, 2011. 132 p.

122. VÁRIOS. Dossiê Guimarães Rosa. *Entre livros*. São Paulo, n. 9, p. 28-47, 2006.

123. _____. *CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA*. Guimarães Rosa. São Paulo, ns. 20-21, p. 1-344, dez. 2006.

124. _____. *Em memória de João Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1968. 255 p.

5. Estudos literários

125. ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Eudoro de Sousa. São Paulo: Ars Poética. 1992. 151 p.

126. ARRIGUCCI JR. Davi. “Fragmentos sobre a crônica”. In: *Boletim bibliográfico*. Biblioteca Mário de Andrade. São Paulo; v. 46, p. 43-53, jan-dez. 1985.

127. ATHAYDE, Tristão de. *Teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livro Técnico e Científico, 1980. 594 p.

128. BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 300 p.

129. BRANDÃO, Junito de Souza. *Teatro grego: tragédia e comédia*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 152 p.

130. BRUNEL, Pierre; PICHOS, Claude; ROUSSEAU, André-Michel. *Que é Literatura Comparada?*. Trad. Célia Berrettini. São Paulo: Perspectiva, 1995. 170 p.

131. CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. Trad. Nelson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 280 p.

132. CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades/ Ed. 34, 2002. p. 77-92 [392 p.]

133. _____. A vida ao rés-do-chão. In: ANDRADE, Carlos Drummond de [et alii]. *Para gostar de ler*. São Paulo: Ática, 1979. p. 4-13.

134. _____. *Literatura e sociedade*. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1976. 193 p.

135. _____. *O discurso e a cidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/São Paulo: Duas Cidades, 2004. 288 p.

136. _____. Prefácio. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. *Desconversa: ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998. p. 9-14.

137. _____. Uma palavra instável. In: *Vários escritos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/São Paulo: Duas Cidades, 2004, p. 215-225.

138. _____. *Vários escritos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/São Paulo: Duas Cidades, 2004. 272 p.

139. COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Trad. Cleonice Mourão. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 303 p.

140. CARVALHAL, Tânia Franco. Encontros na travessia. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Porto Alegre, n.7, p. 169-182.

141. _____. Intertextualidade: a migração de um conceito. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 9, p. 125-136, jun. 2006.

142. _____. Literatura Comparada: a estratégia interdisciplinar. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Niterói, v. 1, p. 9-21, 1991.
143. _____. (org.). *Literatura Comparada no mundo: questões e métodos*. Porto Alegre: L&PM/VITAE/AILC, 1997. 288 p.
144. _____. *Literatura Comparada*. São Paulo: Ática, 1986. 88 p.
145. COUTINHO, Eduardo Faria; CARVALHAL, Tânia Franco (org.). *Literatura Comparada: textos fundadores*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2011. 384 p.
146. _____. Literatura comparada e interdisciplinaridade. In: OURIQUE, João Pereira; CUNHA, João Manuel dos Santos; NEUMANN, Gerson Roberto (Orgs.). *Literatura: crítica comparada*. Pelotas: PREC/UFPEL, 2011. p. 21-30. [254 p.]
147. DINIZ, Dilma Castelo Branco; COELHO, Haydée Ribeiro. Regionalismo. In: FIGUEIREDO, Eurídice (org.). *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: UFJF, 2005. p. 415-433. [490 p.].
148. FIGURELLI, Roberto. Hans Robert Jauss e a estética da recepção. *Letras*. Curitiba, n. 37, p. 265-285, 1988.
149. GADAMER, Hans-George. *Verdade e Método*. Trad. Flávio Paulo Meurer. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 631 p.
150. ISER, Wolfgang. *O ato da leitura*. Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo: Ed. 34, 1996-9. 2 v.
151. _____. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 2. p. 955-987.
152. JAUSS, Hans Robert. *Caminos de la comprensión*. Trad. Nuria Sara Miras Boronat. Madri: Machado, 2012. 410 p.
153. _____. *História literária como desafio à ciência literária*. Trad. Ferreira de Brito. Vila Nova de Gaia: José Soares Martins, 1974. 123 p.
154. LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 440 p.
155. _____. (org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 2 v. 1050 p.
156. _____. Resposta de LCL ao debate em torno do livro *Sociedade e discurso ficcional*. In: SIMPÓSIO DE LITERATURA COMPARADA, 2, Belo Horizonte, 1985. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 1987. v. 1, p. 484-492.
157. _____. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 435 p.
158. _____. *A literatura e o leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 216 p.
159. _____. Por que a literatura?. *Por que literatura*. Petrópolis: Vozes, 1969. p. 9-48.
160. LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica* Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades / Ed. 34, 2000. 240 p.
161. _____. *Marxismo e teoria da literatura*. 2. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 296 p.
162. MORETTI, Franco (org.). *A cultura do romance*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2009. 1120 p. il.
163. NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada*. São Paulo: Edusp, 1997. 300 p.
164. OURIQUE, João Pereira; CUNHA, João Manuel dos Santos; NEUMANN, Gerson Roberto (Orgs.). *Literatura: crítica comparada*. Pelotas: PREC/UFPEL, 2011. 254 p.
165. RICŒUR, Paul. *O conflito das interpretações*. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1978. 420 p.
166. SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 184 p.

167. SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo. Perspectivas da Literatura Comparada no Brasil. In: CARVALHAL, Tania Franco (org.). *Literatura comparada no mundo: questões e métodos*. Porto Alegre: L&PM/VITAE/AILC, 1997. p. 39-52.
168. STEINER, George. *Linguagem e silêncio*. Trad. Gilda Stuart e Felipe Rajabally. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 366 p.
169. SOUZA, Eneida Maria de. *Crítica cult*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 169 p.
170. TADIÉ, Jean-Yves. *A crítica literária no século XX*. Trad. Wilma Freitas Ronald de Carvalho. Bertrand. 1987. 337 p.
171. UMBACH, Rosani Ketzer. Sujeitos oprimidos, vozes silenciadas. In: OURIQUE, João Pereira; CUNHA, João Manuel dos Santos; NEUMANN, Gerson Roberto (Orgs.). *Literatura: crítica comparada*. Pelotas: PREC/UFPEL, 2011. p. 131-143. [254 p.]

6. História

172. ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4. ed. Recife: FJN; Massangana; São Paulo: Cortez, 2009. 340 p.
173. ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Trad. Andréa Dore. Bauru: Edusc, 2006. 592 p.
174. BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 224 p.
175. BEEVOR, Antony. *A segunda guerra mundial*. Trad. Cristina Cavalcanti. Rio de Janeiro: Record, 2015. 952 p.
176. BENJAMIN, Walter. *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. Trad. Celeste H. M. Ribeiro de Sousa [et al.]. São Paulo: Cultrix/ EDUSP, 1986. 202 p.
177. _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. 256 p.
178. BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. 2. ed. Trad. J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2011. 296 p.
179. _____. *Reflexões sobre a história*. 2. ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 401 p.
180. BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 2011. 368 p.
181. _____. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Trad.. Nilo Odalia. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2010. 174 p.
182. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. 508 p.
183. CHURCHILL, Winston. *Memórias da Segunda Guerra Mundial*. Trad. Vera Ribeiro e Gleuber Vieira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. 2 v. 1452 p.
184. DE DECCA, Edgar Salvadori. *1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 216 p.
185. FERGUSON, Niall. *A guerra do mundo: a era do ódio na história*. Trad. Solange Pinheiro. São Paulo: Planeta, 2015. 904 p. il.
186. FERRERAS, Norberto Osvaldo. Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o banditismo na América Latina. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 02. 12. 2014.
187. FEST, Joachin. *Hitler*. 3. ed. Trad. Analucia Teixeira Ribeiro et alii. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. 1056 p. 2. v.
188. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro*

- perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 256 p.
189. _____. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 249-279. [456 p.]
190. GINZBURG, Jaime. "Autoritarismo e literatura: A História como trauma". *Vidya*. Santa Maria. v. 33, p. 43-52, 2000.
191. HASTINGS, Max. *Inferno: o mundo em guerra — 1939-1945*. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012. 816 p.
192. HAUSER, Arnold. *História Social da Arte e da Literatura*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 1032 p.
193. HENIG, Ruth. *As origens da Segunda Guerra Mundial*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1991. 80 p.
194. HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 317 p.
195. JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Trad. José Roberto O'shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. 880 p.
196. _____.; SNYDER, Timothy. *Pensando o século XX*. Trad. Otacílio Nunes. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. 442 p.
197. _____. *Reflexões sobre um século esquecido (1901-2000)*. Trad. Celso Nogueira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. 504 p.
198. KERSHAW, Ian. *De volta ao inferno: Europa 1914-1949*. Trad. Donaldson Magalhães Garschagen e Renata Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 592 p.
199. _____. *O fim do terceiro Reich: A destruição da Alemanha de Hitler*. Trad. Jairo Arco e Flexa. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 600 p.
200. _____. O mito Adolf Hitler. Entrevista concedida a Fernando Eichenberg. *Nazismo: as grandes reportagens*. São Paulo: Caras, 2015. p. 52-58.
201. _____. *Hitler*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 1022 p.
202. _____. *Qu'est-ce que le nazisme? Problèmes et perspectives d'interprétation*. Paris: Folio France, 1997. 560 p.
203. LECOULTEAUX, Claude. *História dos vampiros: autópsia de um mito*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2005. 216 p.
204. LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990. 318 p.
205. LENHARO, Alcir. *Nazismo: "o triunfo da vontade"*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2006. 94 p.
206. LOWER, Wendy. *As mulheres do nazismo*. Trad. Ângelo Lobo. Rio de Janeiro: Rocco, 2014. 288 p.
207. MATOS, Olgária. *A história*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. 86 p.
208. MELLO, Frederico Pernambucano. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no nordeste do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Girafa, 2011. 458 p.
209. MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2015. 154 p.
210. MORIN, Edgar. *Cultura e barbárie europeias*. Trad. Daniela Cerdeira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 108 p.
211. NORA, Pierre. Pierre Nora, ou o historiador da memória. Entrevista a Ana Cláudia Fonseca Brefe. *História Social*. Campinas, n. 6, p. 13-33, 1999.
212. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Trad. Henrique Spada Lima. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 300 p.
213. SADER, Emir. *Século XX: uma biografia não-autorizada: o século do imperialismo*. São

- Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 144 p.
214. SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 144 p.
215. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *O século sombrio: uma história geral do século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 368 p.
216. THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Trad. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2012. 288 p.
217. _____. *Os românticos — A Inglaterra na era revolucionária*. Trad. Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 304 p.
218. TORRES, Fellipe. A invenção de Maria Bonita: Historiador Frederico Pernambucano de Mello conta a saga da primeira-dama do cangaço e explica como Maria Déa virou a mulher de Virgulino. Disponível em: <http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br>. Acesso em: 21/03/2015.
219. TOSH, John. *A busca da história: objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna*. Trad. Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2011. 336 p.
220. WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2014. 320 p.

7. Obras literárias

221. ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. 1599 p.
222. ARAGON, Louis. *O camponês de Paris*. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Imago, 1996. 264 p.
223. ARINOS, Afonso. *Os jagunços*. 3. ed. Rio de Janeiro: Philobiblion / INL, 1985. 319 p.
224. _____. *Pelo sertão*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 104 p.
225. BANDEIRA, Manuel. *Poesia Completa e Prosa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. 754 p.
226. BRECHT, Bertold. *Gesammelte Werke*. Frankfurt: Suhrkamp, 1967. 20 v. v. 9. 1422 p.
227. CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 152 p.
228. COETZEE, John Maxwell. *Desonra*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 248 p.
229. CONRAD, Joseph. *O coração das trevas*. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013. 136 p.
230. DUMAS, Alexandre. *As aventuras de Robin Hood*. Trad. Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. 624 p.
231. ÉSQUILO. *Orestéia*. Trad. Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2004. 544 p.
232. _____. *Os sete contra Tebas*. Trad. Donaldo Schüler. Porto Alegre: L&PM, 2003. 108 p.
233. FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary: costumes da província*. Trad. Fúlvia Moretto. São Paulo: Nova Alexandria, 1993. 431 p.
234. HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. Trad. Jaa Torrano. 6. ed. São Paulo: Iluminuras, 2006. 160 p.
235. KAFKA, Franz. *In der Strafkolonie*. Disponível em: www.digbib.org. Acesso em: 11/04/2015.
236. _____. *O castelo*. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 486 p.

237. _____. *O processo*. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 334 p.
238. _____. *O veredito* [1912]; *Na colônia penal* [1914]. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 88 p.
239. KRAUS, Karl. *Os últimos dias da humanidade*. Trad. Antonio Sousa Ribeiro. Lisboa: Antígona, 2003. 450 p.
240. LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. 480 p.
241. _____. *Água viva*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. 96 p.
242. _____. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. 88 p.
243. LOBATO, José Bento Monteiro. *Cidades mortas*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. 200 p.
244. _____. *O presidente negro*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. 208 p.
245. MANN, Thomas. *Doutor Fausto: a vida do compositor alemão Adrian Leverkühn narrada por um amigo*. Trad. Herbert Caro. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 624 p.
246. _____. *Joseph und seine Brüder. Joseph in Ägypten*. Frankfurt: Fischer, 1984. 952 p.
247. MORE, Thomas. *Utopia*. Trad. Anah de Melo Franco. Brasília: UnB, 2004. 170 p.
248. PESSOA, Fernando. *Obras Poéticas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. 842 p.
249. PHILIP, Neil. *Robin Hood — O príncipe dos ladrões, sua lenda e sua história*. Trad. Hildegard Fleist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 64 p.
250. PYLE, Howard. *As aventuras de Robin Hood*. Trad. Luiz Fernando Martins. São Paulo: Martin Claret, 2009. 406 p.
251. SCHILLER, Johann Christoph Friedric von. *Os bandoleiros*. Trad. Marcelo Backes. Porto Alegre: L&PM, 2011. 208 p.
252. SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Trad. Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça e Barbara Heliadora. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. 176 p.
253. _____. *Macbeth*. Trad. Barbara Heliadora. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. 136 p.
254. _____. *Romeu e Julieta*. Trad. Barbara Heliadora. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. 120 p.
255. _____. *The complete works of William Shakespeare*. London: Henry Pordes, 1987. 1264 + vi p.
256. SILVEIRA, Waldomiro. *Leréias: histórias contadas por eles mesmos*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 234 p.
257. SÓFOCLES. *Antígona*. Trad. Donald Schüler. Porto Alegre: L&PM, 1999. 102 p.
258. STENDHAL. *A cartuxa de Parma*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 616 p.
259. _____. *O vermelho e o negro*. Trad. Raquel Prado. São Paulo: Cosac Naify, 2010. 576 p.
260. SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. 168 p.
261. TELLES, Lygia Fagundes. *As meninas*. 16. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 264 p.
262. TEZZA, Cristovão. *O filho eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2007. 224 p.
263. THIONG'O, Ngũgĩwa. *Sonhos em tempo de guerra: memórias de infância*. Trad. Fábio Bonillo e Elton Mesquita. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015. 272 p.

8. Antropologia, Filosofia, Memória e Sociologia

264. ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Conceito de Iluminismo. In: *Os Pensadores*. Trad. Zeljko Loparic [et al.]. São Paulo: Abril, 1996. p. 17-62. [191 p.]

265. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004. 144 p. “O estado de exceção como paradigma de governo” (9-49).
266. _____. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009. 92 p.
267. BOBBIO, Norberto. *Nem com Marx, nem contra Marx*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp, 2006. 320 p.
268. FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. 231 p.
269. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003. 224 p.
270. KONDER, Leandro. *Em torno de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2010. 136 p.
271. MARX, Karl. *Grundrisse — Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política*. Trad. Mario Duayer (coord.). São Paulo: Boitempo, 2011. 792 p.
272. _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010. 192 p. il.
273. _____. ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2012. 112 p.
274. _____. *Sobre o suicídio*. Trad. Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006. 84 p.
275. NUNES, Benedito. O tempo dividido: Cosmos e História. In: NUNES, Benedito (Org.). *A crise do pensamento*. Belém, UFPA, 1994. p. 123-154.
276. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Estado e terror. In: NOVAES, Adauto (org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 191-204.
277. RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Trad. Nathanael Caixeiro. Petrópolis: Vozes, 1973. 272 p.
278. RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas: Unicamp, 2007. 536 p.

9. Textos de abordagem jornalística

279. CHAGAS, Paulo. Alemães dos Sudetos: cicatrizes abertas da Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <http://www.dw.com/pt>. Acesso em: 20/01/2015.
280. HASTINGS, Max. A guerra anônima. *BBC History Brasil*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 41-45, 2016.
281. LIRA NETO. *Getúlio: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 464 p.
282. LOPES, Roberto. *Anjos e safados no holocausto 1938-1939: histórias da diplomacia latino-americana na Europa durante a perseguição nazista aos judeus*. São Paulo: Lafonte, 2012. 272 p. il.
283. LUCAS, Fábio. Rosa imortal. *Veja*. São Paulo, n. 481, p. 165-166, 1977.
284. MORAES NETO, Geneton. *Dossiê Moscou: um repórter brasileiro acompanha, em Moscou, o desfecho da mais fascinante reviravolta política do século XX: o dia que começou a busca por uma nova utopia*. São Paulo: Geração Editorial, 2004. p. 120-129. [240 p.]
285. NESTLEHNER, Wanda. Cangaceiro idolatrado. *Super interessante*. São Paulo, n. 6, 1997. p. 44-54.
286. REES, Laurence. Esquecidos do holocausto. *BBC History Brasil*. São Paulo, v. 3, n. 12, p. 28-33, 2016.
287. _____. O obscuro carisma de Hitler. *BBC History Brasil*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 12-18, 2016.

288. VÁRIOS. *Nazismo: as grandes reportagens*. São Paulo: Caras, 2015. 152 p.

10. Geral

289. ATHAYDE, Tristão de. *Afonso Arinos*. 2. ed. São Paulo: INL, 1981. 172 p.
290. CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1993. 416 p.
291. CANDIDO, Antonio. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 79 p.
292. DE MARCO, Valeria. A literatura de testemunho e a violência de Estado. *Lua Nova*. São Paulo, n. 62, p. 45-68, 2004.
293. FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995. 90 p.
294. HATOUM, Milton. Amazonas capital Manaus. In: NUNES, Benedito; HATOUM, Milton. *Crônica de duas cidades: Belém e Manaus*. Belém: Secult, 2006. p. 49-70. [72 p. il.]
295. HELIODORA, Barbara. Introdução à 1ª. edição de *Hamlet* [1968]. In: SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Trad. Ana Amélia Carneiro de Mendonça e Barbara Heliodora. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. p. 5-14. [176 p.]
296. _____. Introdução à 2ª. edição de *Hamlet* [1995]. In: SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Trad. Ana Amélia Carneiro de Mendonça e Barbara Heliodora. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. p. 14-18. [176 p.]
297. _____. Introdução. In: SHAKESPEARE, William. *Macbeth*. Trad. Barbara Heliodora. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. p. 5-13. [136 p.]
298. MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. In: *CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA*. Euclides da Cunha. São Paulo, ns. 13-14, p. 360-369, dez. 2002.
299. NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. *O Diabo no imaginário cristão*. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002. 126 p. il.
300. NUNES, Benedito. Amazônico e universal: Entrevista concedida a Renato Lessa e Sheila Kaplan. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, v. 47, n. 280, p. 60-67, 2011.
301. ORWELL, George. Apêndices. In: *A revolução dos bichos*. Trad. Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 152 p. “A liberdade de imprensa” (prefácio proposto pelo autor à primeira edição inglesa, de 1945), p. 125-139 e “Prefácio do autor à edição ucraniana” (1947), p. 140-147.
302. SANTARRITA, Marcos. Introdução. In: CONRAD, Joseph. *O coração das trevas*. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013. p. 9-14.
303. SARAMAGO, José. *Da estátua à pedra e discursos de Estocolmo*. Belém: UFPA; Lisboa: Fundação José Saramago, 2013. 120 p.
304. SCHWARZ, Roberto. Um crítico na periferia do capitalismo. Entrevista concedida a Luiz Henrique Lopes dos Santos e Mariluce Moura. *Pesquisa: Fapesp*. São Paulo, n. 98, 2004. p. 12-19.
305. _____. Entrevista concedida a Gildo Marçal Brandão e O. C. Louzada Filho. In: SILVEIRA, Ênio (et al.). *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 240 p.
306. STEINER, George. *No castelo do Barba Azul: Algumas notas para a redefinição da cultura*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 158 p.
307. VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 512 p.
308. VERNANT, Jean-Pierre. *O universo, os deuses, os homens*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 214 p.

11. Obras de consulta

309. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco. *Dicionário de política*. Brasília/São Paulo: Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado, 2000. 2 v. 1330 p.
310. BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Trad. Antonio Monteiro Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. 696 p.
311. BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1987. 3 v.
312. BULCÃO, Clovis. *Pequena enciclopédia de personagens da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2005. 278 p.
313. CASTRO, Nei Leandro de. *Universo e vocabulário do Grande Sertão*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1970. 195 p.
314. _____. *Universo e vocabulário do Grande Sertão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982. 205 p.
315. CHEVALIER, Jean et al. *Dicionário de símbolos (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)*. Trad. Vera da Costa e Silva et al. 16. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2007. 996p.
316. COELHO, Jacinto do Prado (dir.). *Dicionário de literatura*. 4. ed. Porto: Mário Figueirinhas, 1994. 5 v, v. 3, 1528 p.
317. COMMELIN, Pierre. *Mitologia grega e romana*. Trad. Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 433p.
318. LANGER, Johnni (org.). *Dicionário de mitologia nórdica: símbolos, mitos e ritos*. São Paulo: Hedra, 2015. 581 p.
319. LÖWY, Michael; DUMÉNIL, Gérard; RENAULT, Emmanuel. *100 palavras do marxismo*. Trad. Juliana Caetano da Cunha. São Paulo: Cortez, 2015. 136 p.
320. MARTINS, Nilce Sant'Anna. *O léxico de Guimarães Rosa*. São Paulo: EDUSP, 2001. 536 p.
321. _____. *O léxico de Guimarães Rosa*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2011. 568 p.
322. REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina Macário. *Dicionário de narratologia*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2011. 464 p.
323. _____. *Dicionário de teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 1988. 327 p.
324. RENAULT, Emmanuel. *Vocabulário de Karl Marx*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: VMF Martins Fontes, 2010. 80 p.
325. SANTOS, Julia Conceição Fonseca. *Nomes de personagens em Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971. 244 p.
326. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2004. 1008 p.